



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

*O QUADRILÁTERO CABANO E AS CABANAGENS NOS SERTÕES DA AMAZÔNIA:
GUERRA, ÍNDIOS, RIOS E MATAS (1790-1841)*

Belém-PA

2023

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

O QUADRILÁTERO CABANO E AS CABANAGENS NOS SERTÕES DA AMAZÔNIA:
GUERRA, ÍNDIOS, RIOS E MATAS (1790-1841)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em História Social. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Magda Ricci. (PPHIST/FAHIS/UFPA).

Belém
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará.
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

B275q Barriga, Leticia Pereira.

O QUADRILÁTERO CABANO E AS CABANAGENS NOSSERTÕES DA
AMAZÔNIA: GUERRA, ÍNDIOS, RIOS E MATAS (1790-1841) / Leticia Pereira Barriga. —
2023.

348 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci Tese (Doutorado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais,
Belém, 2023.

1. CABANAGEM.. 2. INDÍGENAS. 3. GUERRA. 4. QUADRILÁTERO
CABANO. 5. SERTÕES AMAZÔNICOS. I. Título.

CDD 980.411

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

*O QUADRILÁTERO CABANO E AS CABANAGENS NOS SERTÕES DA AMAZÔNIA:
GUERRA, ÍNDIOS, RIOS E MATAS (1790-1841)*

Data de defesa: 18/09/2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci – Orientadora (UFPA).

Prof.^a Dr.^a Katiane Silva – Examinador Interno (PPGA- UFPA).

Prof.^a Dr.^a Eliana Ramos Ferreira – Examinador Interno (ProfHistoria/UFPA).

Prof.^o Dr. ^o Mark Harris – Examinador Externo (University of Adelaide – UoA).

Prof.^a Dr.^a Priscila Faulhaber Barbosa – Examinador Suplente (MAST).

Nos tempos das Cabanagens
Indígenas sentinelas
Por conhecerem a floresta
E tudo o que vibra nela
Por sons se comunicavam
Sem causar muita esparrela.

Os coletores de tudo
Do que a mata então guardava
Eram caboclos sabidos
Que com a mata cochichavam
Ganhavam muitos presentes
E assim pois se alimentavam.

Cabano pescava bem
Porque os rios conhecia
Muitas riquezas que têm
Para a nossa regalia
O rio era o seu professor
Das suas aulas de alegria.

A Flecha e o arco em movimento
Vem do corpo dos nativos
Munduruku, Mawé, Mura
Desde os tempos primitivos
Suas sábias narrativas
São nosso grande motivo.

¹ BARRIGA, Heliana. *Infâncias Cabanas*. Ed. Nordestina. Belém-PA, 2023.

Sou aquele que gastou a sua história na beira de um rio.

Manoel de Barros

(Poesia Completa. Ed. Caminho, 2011)

AGRADECIMENTOS

Enfim, os *Agradecimentos*. Se eu cheguei até este momento difícil e especial da tese, é porque tenho muito a agradecer. Começo meus agradecimentos por mim. Longe de parecer uma atitude egocêntrica, ela traduz uma dedicada atenção a pessoa que me tornei ao longo de um processo conturbado, mas ao mesmo tempo, transformador. Esta tese foi atravessada por cenários complexos, tanto em uma perspectiva coletiva, mas, sobretudo, individual. Pandemia da Covid-19, o que me trouxe perdas significativas de pessoas queridas, incertezas de um futuro próximo e dificuldades no andamento da pesquisa. Mudanças pessoais, me conduzindo a uma nova realidade que se abria, distante dos meus e de minha cidade, mas cada vez mais perto de mim. Agradeço a mim por ter conseguido superar os obstáculos que me foram surgindo ao longo destes anos de tese. Agradeço por não ter desistido dela, como tantas vezes pensei em fazer.

Durante esses anos de pesquisa, elaboração e escrita da tese uma rede ampla, coletiva e circular de apoio foi fundamental. Tenho a certeza de que não conseguiria sozinha chegar até aqui. Agradeço à minha linda e acolhedora família Barriga. Não tenho palavras que consigam traduzir tudo o que ela representa pra mim. Seu amor e apoio incondicional foram fundamentais. O fato de eu saber que eles sempre acreditam em mim, me fortalece a continuar. Aos meus pais, Heliana e Júlio, meus irmãos, Cecília, Nairama e Júlio, meus sobrinhos (os burugudugos da vida da titia) Maria Adélia e Daniel, Matilde, além de Isand, Alessandra, Geísa, Léo Guto e Sílvia, um muitíssimo obrigada por estarem comigo.

Aos amigos, deixo um enorme agradecimento. Quem me conhece sabe que não consigo viver sem uma boa e extensiva amizade. Começamos pelos meus queridíssimos amigos de uma longa trajetória que nem a distância geográfica consegue esmorecer. Minhas queridas “Popus”, Wania e Anna Raquel, amigas queridas pra vida toda. O povo do “Garerão”, em nome de “minha amiga” Cynthia, Rosivane, Alda, Rita, Aninha, Ana Célia, Luana, Lene Ferreira, Aldenora, Alickson, Marcus, Edilson (Pref), Marla e Ney Cohen, entre tantos outros que conduzem a minha vida com leveza e alegria. Meu amigo Antônio Neto e nossas boas gargalhadas. A queridíssima Mara Cristina, além de Léo Torii e Fernanda Jaime, amigadas que a História me presenteou. Falando em presente, fecho os agradecimentos das amigadas com os novos amigos que a vida e o IFAP me deram, o povo do *Chegay*. Certeza que sem eles esta mudança radical que a minha vida teve seria muito mais difícil de digerir. Em Laranjal do Jari, estado do Amapá, criamos uma família. Todos na mesma condição,

sozinhos, longe da família e dos velhos amigos, construímos e fortalecemos laços de uma linda e colorida amizade. Raysa, Jean, André, Dennys, Tiago, Laiana, Érica, Joyce, Rosivaldo, Estéfany, Aristhóteles, Ramon, Lucicleuma e Marciely, meu muito obrigada por vocês terem entrado na minha vida. Um agradecimento especial à minha linda amiga Suelem, por tanto acolhimento em seu cafofo quando vou à Macapá, assim como Leide e Marcelo.

Agradeço também aos amores que conquistei na vida, em especial dois deles. Sem eles, seguramente, o curso da minha vida seria sem graça. À minha ex-esposa Edivania Alves pela boa companhia ao longo dos primeiros anos da tese. Sua confiança depositada em mim e no meu potencial, além do seu apoio, sempre foram muito importantes para minha trajetória acadêmica e minha formação de modo geral. Muito obrigada, Edi.

À minha atual namorada Daniella Mônica, por me proporcionar um amor resiliente, repleto de carinho e espontaneidade, e por me fazer acreditar que um novo amor sempre é possível e bem-vindo. Estendo minha gratidão a ela por ter colocado em minha vida o serzinho mais lindo do mundo, Naná.

Não poderia deixar de agradecer à minha terapeuta, Denise Morena, por tanto acolhimento em nossas sessões, as quais foram fundamentais para que eu conseguisse me encontrar dentro deste turbilhão de emoções por qual eu venho passando desde 2021. Muito obrigada Denna, suas colocações sempre pertinentes e sensíveis me ajudam muito.

Um especial agradecimento ao querido Hugo Lima, fiel pesquisador dos documentos cabanos. Sem o seu excelente trabalho de pesquisa e verbetização da documentação da Expedição ao Amazonas, eu não teria conseguido sustentar esta tese. MUITÍSSIMO obrigada, Hugo.

Aos agradecimentos institucionais, deixo registrado a CAPES, por financiar por dois anos minha pesquisa mediante uma bolsa de estudo, assim como ao Arquivo Público do Estado do Pará e seus funcionários e amigos, por quem tenho um especial carinho. Também estendo meus agradecimentos à Universidade Federal do Pará, instituição da minha formação acadêmica, por tanta excelência na produção de conhecimento e de aprendizagens com seu quadro docente e técnico sempre muito qualificado. Um muitíssimo obrigado.

Por fim, como de praxe, agradeço à minha orientadora, professora Magda Ricci. Nossa relação chega a ganhar traços simbióticos tamanho é o alinhamento construído durante quase 20 anos de trajetória acadêmica. A orientação da Magda é muito tranquila. Por ela acreditar

em meu potencial, mais mesmo do que eu, conduz seu trabalho de forma leve, tranquila, permitindo muita autonomia aos seus orientandos. Mais uma vez agradeço sua confiança em mim, sempre me animando e otimista quanto aos prazos que se encurtavam. De fato, conseguimos chegar até este momento tão importante na minha vida acadêmica. Muito obrigada, Magda.

Conjuntamente a esta circularidade de afetos, acolhimentos e apoios, finalizo meus agradecimentos às energias que me cercam, me protegem e me conduzem pelos caminhos que devo percorrer. Assim, agradeço aos meus protetores que estão comigo não me deixando tombar. Meu pai Oxála, que com sua sabedoria e serenidade, me tranquiliza com seu ensinamento que as coisas acontecem em seu tempo certo. Minha mãe Oxum, me fortalecendo de amor, sobretudo o amor-próprio, e meu Exú, que vem comigo nesta trajetória, por vezes difícil, mas abrindo os caminhos para que eu ande em equilíbrio e aprendizagem.

É isso. Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo compreende a participação indígena na Cabanagem. A partir de uma narrativa histórica, esta tese se propõe a entender a guerra cabana que se fez nos sertões da Amazônia partir do protagonismo indígena em torno das ações de três etnias, os Mura, os Munduruku e os Mawé. Habitantes e senhores de uma imensa área, interflúvio dos rios Madeira, Tapajós e Amazonas, estes indígenas imprimiram suas marcas culturais, com suas artes de guerra e interesses próprios, conduzindo as batalhas cabanas no interior da província para rumos cada vez mais radicalizados, conformando seu território em um *Quadrilátero Cabano*. Por meio de um conhecimento ancestral da floresta, os indígenas souberam atuar de forma imperativa, determinando, em grande medida os avanços e reveses da luta cabana. Nesse sentido, dentro de um arranjo cronológico, a tese desenvolve sua narrativa sustentando seu principal argumento que, a Cabanagem perdurou tanto tempo, levando a um processo de difícil resolução por seu nível de radicalização pela efetiva participação indígena. Ao longo dos oito capítulos a tese se fundamenta, mostrando como as ações indígenas a partir da segunda metade do século XVIII, mas sobretudo 1790, e nas duas primeiras décadas do século XIX, passaram por um processo de reelaboração quanto às suas formas de se contrapor ao projeto colonial. Desse modo, na década de 1830, por uma radicalização de suas ações, romperam com as vias institucionais para a resolução de suas questões, decidindo-se pela luta armada, protagonizando-se na guerra civil que se instalou no Grão-Pará. Utilizando-se do método do paradigma indiciário e a metodologia da Etno-História, localizamos por meio dos vestígios deixados na documentação a evidência indígena nas Cabanagens que se fizeram nos sertões da Amazônia.

Palavras-chave: CABANAGEM. INDÍGENAS. GUERRA. ECONOMIA DE GUERRA. RIOS. MATAS. QUADRILÁTERO CABANO. SERTÕES AMAZÔNICOS.

ABSTRACT

This study covers indigenous participation in the Cabanagem Revolution. From a historical narrative, this thesis sets out to understand the Cabanagem Revolution that took place in Amazon backlands based on the indigenous protagonism around the actions of three ethnic groups, the Mura, the Munduruku and the Mawé. Inhabitants and masters of an immense area, the interfluvium of the Madeira, Tapajós and Amazonas rivers, these indigenous people have printed their cultural marks with their arts of war and own interests, leading the cabanagem battles in the interior of the province towards increasingly radicalized directions, shaping their territory into a Cabano Quadrilateral. Through ancestral knowledge of forest, the indigenous people were able to act in an imperative way, determining in a large extent the advances and setbacks of the Cabanagem Revolution. In this sense, within a chronological arrangement, the thesis develops its narrative supporting its main argument that the Cabanagem lasted so long, leading to a process that was difficult to resolve due to its radicalization by the effective indigenous participation. Throughout the eight chapters the thesis is based, showing how indigenous actions from the second half of the 18th century, but especially 1790, and in the first two decades of the 19th century, went through a process of reworking their ways of opposing the colonial project. Thus, in the 1830s, their actions were radicalized, broking with the institutional channels of resolving their issues, and deciding for armed struggle, taking part in the civil war that broke out in Grão-Pará. Using the method of the indicative paradigm and the methodology of Ethnohistory, we located, through the traces left in the documentation, the indigenous evidence in the Cabanagem built in the Amazon backlands.

Keywords: CABANAGEM. INDIGENOUS. WAR. WAR ECONOMY. RIVERS. FOREST. CABANO QUADRILATERAL. AMAZON BACKLANDS.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 - Calha do rio Amazonas com suas três cabeças de Comarca - Mapa do Brasil e Paraguai – 1828.....	22
IMAGEM 02: Quadrilátero Cabano – detalhe no mapa de Sidney Hall – 1828.....	27
IMAGEM 03: Redutos “rebeldes” no Quadrilátero Cabano.....	28
IMAGEM 04: Raio de ação indígena no Quadrilátero Cabano numa visão etno-histórica.....	29
IMAGEM 05: Rios Mura em 1826.....	43
IMAGEM 06: Extensão das ações Munduruku.....	46
IMAGEM 07: Raio das ações Mawé.....	50
IMAGEM 08: Santo Antônio do Maripi – baixo rio Japurá.....	56
IMAGEM 09: Indígena Mura.....	60
IMAGEM 10: Grafismo corporal Munduruku.....	68
IMAGEM 11: Caminhos fluviais Mawé.....	70
IMAGEM 12: Ubá e transporte de mercadoria.....	74
IMAGEM 13: Mapa com localizações Mura.....	174
IMAGEM 14: Localização do Ecuipiranga.....	242
IMAGEM 15: Formação do Quadrilátero Cabano.....	266

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- Divisão administrativa do Grão-Pará em 1833 por Comarcas.....	19
QUADRO 02 – Armas dos grupos indígenas das duas Comarcas do Amazonas.....	204

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
PARTE I – AS AMAZÔNIAS INDÍGENAS DOS SERTÕES.....	39
1º CAPÍTULO – <i>DE MUNDURUCÂNEA AO QUADRILÁTERO CABANO: OS SERTÕES DE UMA AMAZÔNIA INDÍGENA NO ALVOREC...ER DO OITOCENTOS</i>	39
1.1. Os Mura – senhores dos caminhos fluviais.....	55
1.2. Os Munduruku – os colecionadores de cabeças.....	63
1.3. Os Mawé – os papagaios falantes.....	69
PARTE II – O GRÃO-PARÁ ENTRE DOIS IMPÉRIOS: DE PORTUGAL PARA O BRASIL.....	78
2º CAPÍTULO – <i>DE REESTRUTURAÇÃO À DESESTRUTURAÇÃO: A POLÍTICA DE SOUZA COUTINHO E A QUESTÃO INDÍGENA NA VIRADA DOS SÉCULOS (1790 A 1803)</i>	78
3º CAPÍTULO – O GRÃO-PARÁ E A CRISE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: DEBATES E EMBATES EM TORNO DE AUTONOMIA, CIDADANIA, FRONTEIRA E ECONOMIA (1803-1823)	107
4º CAPÍTULO – O GRÃO-PARÁ E A INTEGRAÇÃO AO IMPÉRIO DO BRASIL: ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE, UMA CONJUNTURA EXPLOSIVA (1820-1835).....	135
PARTE III – AS CABANAGENS QUE SE FAZEM NOS SERTÕES.....	172
5º CAPÍTULO – OS MURA, OS MUNDURUKU E OS MAWÉ – A GUERRA CABANA INDÍGENA DOS SERTÕES DA AMAZÔNIA.....	172

5.1. A lógica de guerra Mura – os guerrilheiros dos sertões.....	183
5.2. A máquina de guerra Munduruku – os espartanos da Amazônia.....	191
5.3. A guerra Mawé quando necessária – povos pacíficos e seus encontros sangrentos.....	201
6º CAPÍTULO – RECRUTAMENTOS E DESERÇÕES EM TEMPOS CABANOS: ENTRE A ECONOMIA DE GUERRA E A APRENDIZAGEM DE LUTA.....	207
6.1. Recrutar para comer. Recrutar para lutar.....	215
6.2. Desertar para escapar. Desertar para lutar.....	233
7º CAPÍTULO – ENTRE RIOS, MATAS, MOTINS E MORTES: AS BATALHAS CABANAS DO SERTÃO AMAZÔNICO.....	241
7.1. Entre águas bravas e mansas: as batalhas que se faziam pelos rios.....	252
7.1.1. Sobre águas bravas e mansas: as batalhas que se faziam por canoas.....	254
8º CAPÍTULO – <i>NO CURSO DOS RIOS, NO LABIRINTO DA FLORESTA: A FORMAÇÃO DO QUADRILÁTERO CABANO</i>	266
8.1. Freguesia de Borba.....	267
8.2. Ponto de Ixituba.....	277
8.3. Batalhas do Curuá.....	283
8.4. Ponto de Luzea – último reduto cabano dos sertões.....	294
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	308
REFERÊNCIAS.....	317
FONTES.....	317
BIBLIOGRAFIA.....	329
ANEXO.....	342

INTRODUÇÃO

Em 05 de junho de 1839, o experiente comandante da Expedição ao Amazonas, Manoel Muniz Tavares¹ é informado sobre o acirramento das batalhas ao longo do rio Amazonas, próximo a região da vila de Luzea. Sendo o local território de índios Mawé, o comandante militar responsável pelas investidas contra os cabanos, Lourenço da Silva, Araújo², é categórico em sua correspondência, ao afirmar a necessidade do apoio do referido povo indígena para que as tropas conseguissem alcançar os redutos cabanos. A destreza das ações era fundamental, e ia desde não atirar para “não fazer estrondo em proximidade das malocas”, como estabelecer o melhor tratamento possível aos Mawé capturados e/ou que se rendessem, para conseguir o tão necessário estreitamento nas relações.³

¹ Retiro da obra de Domingos Antonio Raiol a longa experiência de Muniz Tavares. Ao que tudo indica, ela começou nas lutas na Guerra civil das Panelas e das matas de Jacuípe ocorridas entre Pernambuco e Alagoas (1832-1835). Manoel Muniz Tavares chegou ao Pará pela chamada Expedição ou tropa anti cabana vinda de Pernambuco em 1836. Raiol reproduz em seu quinto tomo (3º volume na segunda edição de 1970) um ofício do Comandante das Armas de Pernambuco que anunciava como esta tropa foi formada: “Parece-me poder ser dispensável do serviço da Guerra de Panelas e Jacuípe 200 homens da gente de Fernando, que tem quatro Cias formando um corpo debaixo da direção do Major Manoel Muniz Tavares, e a ele reunido o 7º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, um da Cia do 4º Corpo de Artilharia com duas bocas de fogo, comporá uma força auxiliadora de alguma importância e de reconhecida utilidade àquela Província [do Pará]” (RAIOL, vol. 3, 1970, p. 816-817). Este ofício foi a primeira tentativa de vinda ao Pará da chamada tropa de Pernambuco, mas neste primeiro momento o vice-presidente da província, alegou que a guerra civil de Panelas e Jacuípe não o deixava mandar tropas para o Pará, o que só ocorreu em dezembro de 1835, quando a situação interna em Pernambuco e Alagoas melhorara. Nesta segunda ocasião foram remetidos ao Pará 505 Praças divididas entre tropas de e Milícias de Caçadores e tropas de Artilharia. Muniz comandou a de Caçadores juntamente com Francisco Sérgio de Oliveira (RAIOL, vol. 3, 1970, p. 892-893). Depois disso Muniz atuou no Pará combatendo as tropas dos cabanos na praia do Chapéu Virado na ilha de Mosqueiro, nas proximidades de Belém em fevereiro de 1836, quando comandou o oficialmente denominado “2º Batalhão de Caçadores da Brigada de Pernambuco” (RAIOL, vol. 3, 1970, p. 894-895).

² Embora a memória e a biografia dos personagens militares não seja o foco deste estudo, vale ressaltar, que, ao que parece, ser comandante desta expedição rendeu bons frutos a ARAÚJO, que depois deste período permaneceu na região amazônica e publicou dois estudos sobre os povos desta região. Segundo Joaquim Manuel de Macedo em seu *Ano biográfico brasileiro* (v.2), Lourenço da Silva Araújo nasceu na Bahia em 1803 e foi oficial da Marinha, etnógrafo e escritor. Estudou na Bahia e no Rio de Janeiro, aonde chegou em 1815. Participou das guerras no Prata e depois no Pará, onde permaneceu no Alto Amazonas por longos anos. Escreveu e publicou em Recife em 1852 um *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Amazonas*, obra que tornou seu autor sócio correspondente do IHGB. Em 1854 saiu por partes no *Jornal do Comércio* uma *Memória sobre uma marinhagem de guerra para guarnição da armada imperial*. Por fim, em 1857, publicou *Simá: romance histórico do Alto Amazonas*. (MACEDO, 1876, Vol. 2, p. 283-284).

³ *Ofício de Lourenço da Silva Araújo, Comandante da Escuna Rio Grandense, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia em 05 de junho de 1839. Códice 1093. Documento 18. Expedição ao Amazonas. APEP.*

A preocupação em atrair apoio indígena e construir uma unidade com estes povos era uma das principais estratégias percebidas nas ações anticabanas⁴ nas batalhas ocorridas nos sertões da Amazônia. Não apenas com os Mawé, esta estratégia foi direcionada também aos Mura e aos Munduruku, grandes nações indígenas⁵ da extensa área localizada entre os rios Tapajós e Madeira, ao sul do rio Amazonas. Obviamente que uma variedade de outros grupos indígenas construiu as *Cabanagens* no interior da província, mas nesta região em destaque, os três povos mencionados efetivaram o protagonismo indígena nas batalhas cabanas.

A presença indígena na Cabanagem não é algo desconhecido nos estudos cabanos. Pela documentação os indícios da participação de índios se evidenciam. Correspondências como a acima analisada são recorrentes, sobretudo em regiões mais afastadas de Belém, como as comarcas do Baixo e Alto Amazonas. Estas comarcas localizavam-se no extremo oeste da província, regiões confinantes aos limites com as nações hispânicas e outras províncias lus americanas, como Mato Grosso e Goiás, e territórios coloniais da França, Holanda e Inglaterra. Nos idos de 1820, a organização político-administrativa do Grão-Pará manteve uma estrutura muito ligada às suas bases coloniais. De forma geral, era dividida em três grandes regiões administradas por governadores e/ou capitães mores, dividida juridicamente em comarcas: a de Belém, a do Marajó e a do Rio Negro. A comarca do Marajó perdeu importância geopolítica depois de 1817, quando a monarquia lusitana devolveu a Guiana Francesa aos franceses. Após a independência, em cumprimento ao 3º artigo do Código do Processo Criminal, entre os dias 10 e 17 de maio de 1833, a província do Grão-Pará foi

⁴ Utilizaremos a expressão “anticabana” para designar as pessoas, grupos sociais e políticos, e forças que se colocavam contrárias às ações cabanas. Ao contrário de indicar um reducionismo polarizante e estanque dos grupos que participaram da Cabanagem, consideramos que esta expressão consegue sintetizar num sentimento a pluralidade social que se colocara anti às ideias, ações, lutas dos cabanos. Anticabanos não foram apenas as tropas imperiais enviadas pela Corte estabelecida no Rio de Janeiro. Nem tampouco às forças armadas da província com seus comandantes, mas também nações indígenas como os Munduruku, que atuaram em grande parte da guerra cabana compondo as forças contrárias aos “rebeldes”.

⁵ Longe da pretensão em adentrar no campo epistemológico-conceitual em defesa de um ou outro conceito para referenciar os coletivos indígenas, nesta tese utilizaremos termos como povos, grupos ou coletivos para designar a pluralidade étnica da região, além do termo nação, como utilizado na documentação, mas aqui embutido de sentidos políticos, compreendendo que esta terminologia tem mais força política que etnia, além de, a partir de sua ressignificação da concepção moderna de nação, foi apropriado pelos grupos indígenas e utilizado como importante instrumento de luta política nas relações de contato com os colonizadores europeus. O termo etnia será usado quando necessário para designar etnicamente os povos indígenas em estudo. Para uma leitura mais detalhada sobre as concepções ideológicas em torno do conceito nação, ver: RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. In: *Etnia e Nação na América Latina*. ZARUR, George (org.). Washington, D.C.: OEA Imprint. Acessado pelo site: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto28b/FO-CX-28B-1751-1995.pdf>

reestruturada em três novas comarcas, quais sejam a de Belém, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, incorporando a antiga comarca do Marajó à de Belém, como podemos ter ciência no quadro a seguir que mostra a composição administrativa da província organizada hierarquicamente dentro das normas legais do novo Estado Imperial com: 03 Comarcas, 01 Cidade, 26 Vilas, 12 Lugares e 51 Freguesias.

Aqui é importante salientar que pelo código de 1833 o número de habitantes delimitava este quadro hierárquico, mas deste número ficavam de fora a maioria dos povos indígenas não presentes nas estatísticas das corografias como a de Antonio Ladislau Monteiro Baena e nem na ideia mais corriqueira e aceita de cidadania jurídica da época. Desta forma a única localidade com número populacional jurídica e socialmente aceito para ser nomeada como cidade era Belém. Abaixo vinham as vilas, sendo que duas delas se tornaram então cabeças de comarca (Santarém e Manaus, então denominada ainda de Vila ou Fortaleza da Barra do Rio Negro). Os lugares eram povoações ainda menos populosas, porém já com alguma autonomia. Por outro lado, as freguesias eram locais atrelados às cidades ou vilas maiores. Em 1833, a comarca de Belém tinha poucos Lugares (apenas 3), mas possuía 23 freguesias, boa parte delas unidas diretamente à cidade de Belém, mas outras vinculadas às vilas centrais à navegação e economia da província. Era o caso das vilas da Vigia e de Bragança na região mais litorânea no caminho para o Maranhão e a vila de Camutá (ou Cameté) no vale do rio Tocantins que por sua localização se situava no caminho para o sul do Brasil. Por fim é notório o alto grau de concentração de freguesias no Alto Amazonas. Por ali não existiam lugares. 19 de suas 23 freguesias associavam-se as 5 vilas, quase todas dependentes de Manaus, sita na confluência do rio Negro e Solimões. Por fim era no Médio Amazonas, onde havia um certo equilíbrio numérico entre vilas, lugares e freguesias (9 para cada). Mesmo assim a vila central era Santarém, por sua localização privilegiada entre os rios Tapajós e no caminho para o alto Amazonas.

QUADRO 01- Divisão administrativa do Grão-Pará em 1833 por Comarcas

<p>1ª Cabeça de Comarca de Belém: Cidade de Belém</p>	<p>2ª Cabeça de Comarca do Baixo Amazonas: Vila de Santarém</p>	<p>3ª Cabeça de Comarca do Alto Amazonas: Vila da Barra do Rio Negro (atual cidade de Manaus)</p>
<p>Vilas da Comarca: 1-Turiassu; 2- Bragança; 3- Cintra; 4- Vigia; 5- Monsarás; 6- N. S. da Conceição da Cachoeira; 7- Muaná; 8- Equador (antiga Chaves); 9- Ourem; 10- Camutá; 11-Tocantins (antiga Baião); 12- Oeiras 13- Melgaço.</p>	<p>Vilas da Comarca: 1-Tapajós; 2- Faro; 3- Pauxis (Óbidos); 4- Franca; 5- Monte Alegre; 6- Macapá; 7- Porto de Mós 8- Gurupá</p>	<p>Vilas da Comarca: 1-Manaus; 2- Luzia (Missão dos Maués); 3- Mariuá (Barcelos); 4- Tefé (Ega).</p>
<p>Lugares da Comarca: 1-Santarém Novo; 2- Salinas; 3- São Caetano;</p>	<p>Lugares da Comarca: 1- Juruti; 2- Aveiro; 3- Curi; 4- Capela de Uxituba; 5- Outeiro; 6- Carrazedo; 7- Villarinho; 8- Monte; 9- Boa Vista</p>	<p>Lugares da Comarca:</p>

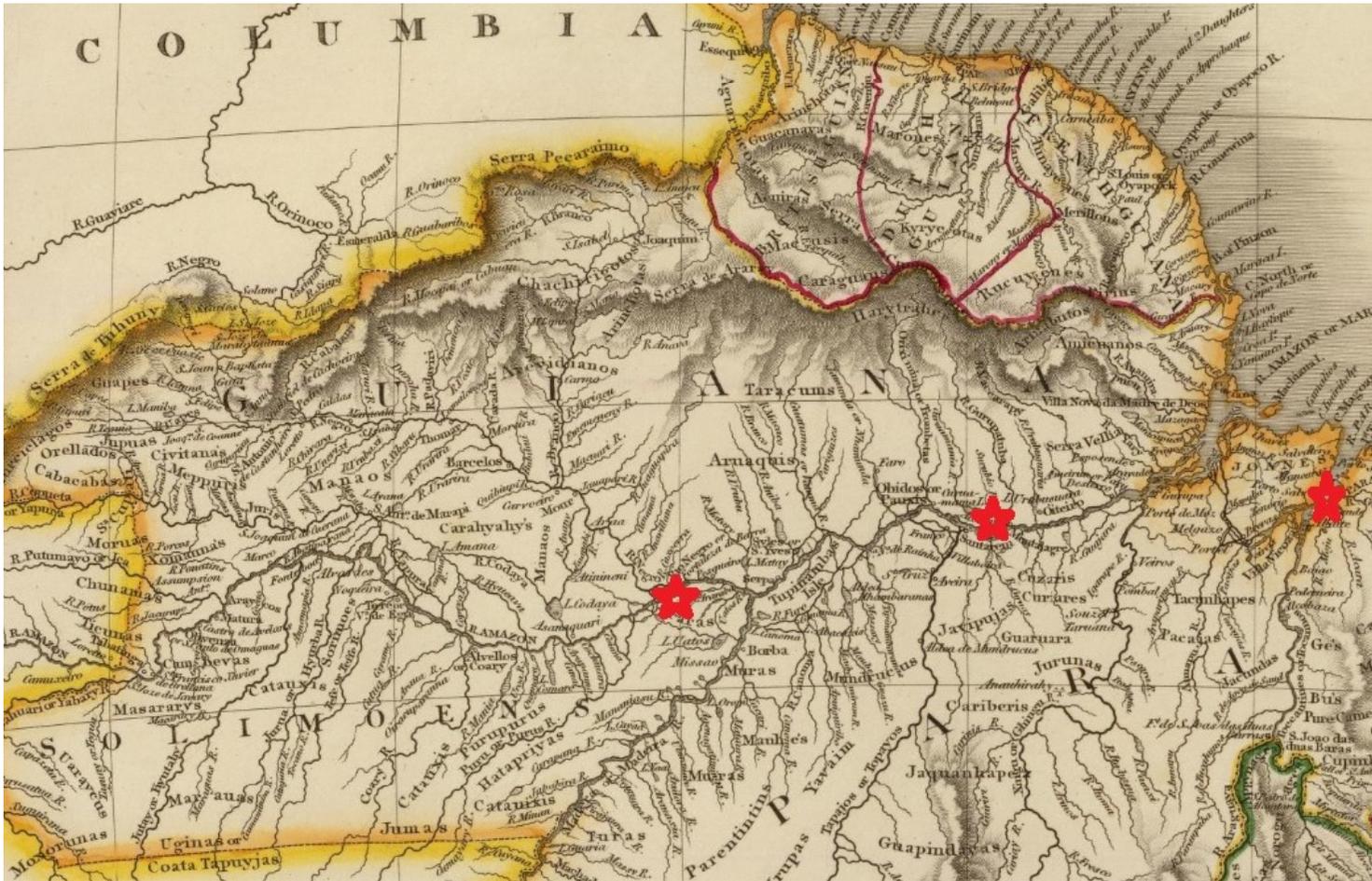
<p>Freguesias da Comarca: 1-Periá; 2- Guruí; 3- Viseu; 4- Maracanã; 5- Monforte; 6- Soure; 7- Salvaterra; 8- Conceição da Ponta de Pedra; 9- Irituia; 10- São Miguel da Cachoeira; 11- São João do Araguaia; 12- Portel; 13- Benfica; 14- Barcarena; 15- Conde; 16- Beja; 17- Abaité; 18- Igarapé-miri; 19- Mojú; 20- Acará; 21- Bujarú; 22- Capim; 23- São Domingos da Boa Vista.</p>	<p>Freguesias da Comarca: 1-Alenquer; 2- Alter do Chão; 3- Faro; 4- Boim; 5- Pinhel; 6- Regeneração (Mazagão); 7- Veiros; 8- Pombal; 9- Souza;</p>	<p>Freguesias da Comarca: 1-Saracá; 2- Aturiá; 3- Amatari; 4- Jaú (Airão); 5- Araretama (Borba); 6-Tupinambarans (Vila Nova da Rainha); 7- Canumá; 8- Jauari (Oliveira); 9- Coari; 10- Fonte Boa; 11- Amaturá; 12- Tabatinga; 13- Itarendana (Moura); 14- Bararuá (Thomar); 15- Aracari (Carvoeiro); 16- Caboquena (Moreira); 17- Carmo; 18- Santa Isabel 19- Marabitanas</p>
<p>Soma: 1 cidade, 13 vilas, 3 lugares e 23 freguesias = 40</p>	<p>Soma: 09 vilas, 09 lugares e 09 freguesias = 21</p>	<p>Soma: 04 vilas, 0 lugares e 19 freguesias = 23</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados de: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 422-430.

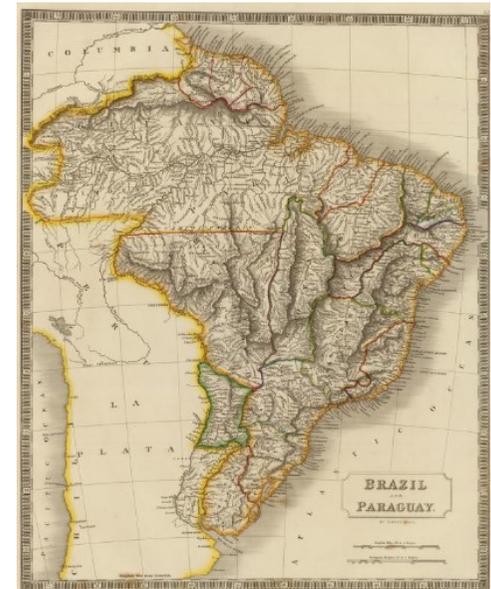
Demarcando a configuração geográfica com suas jurisdições administrativas, é possível evidenciar uma área de interesse neste estudo. No entanto, nos propomos nesta tese compreender a efetiva participação indígena nas batalhas cabanas estabelecidas ao longo da calha do rio Amazonas e suas barras ou cruzamentos com outros rios centrais à navegação. O território e os percursos e usos dos espaços por parte destes povos indígenas (em especial os Mawé, ou Mura e os Munduruku) na Cabanagem é de difícil delimitação. Para fins didáticos começo usando um detalhe do mapa elaborado por Sidney Hall e publicado em 1828 em Londres. Nele anotamos as três cabeças de comarca dentro da lógica territorial colonial compreendida nas normas estipuladas pelo novo Estado Imperial em 1833: da direita para a esquerda a cidade do Pará (Belém), a vila de Santarém e a Fortaleza da Barra do Rio Negro (Manaus). Todavia neste estudo o território mais preciso de análise geralmente é limitado

pelos documentos escritos que analisamos. Ele situa-se no espaço em que se localizavam os núcleos provinciais do oeste do antigo Grão-Pará e, em especial, os espaços que extrapolavam estes núcleos. Este interior mais amplo da província era então denominado nos documentos da época da Cabanagem pelos “sertões”, geralmente indo desde a entrada do rio Amazonas na fortaleza de Gurupá, até um pouco além de sua divisão em Manaus entre o rio Negro e Solimões. Por esta lógica da época, as regiões hidrográficas destes sertões eram os locais onde variados povos indígenas viviam e de onde iam e vinham estabelecendo sucessivos contatos com os núcleos e autoridades coloniais e imperiais. No entanto, temos ciência de que o território de luta cabana para os povos indígenas que aqui analisamos é mais complexo do que isso. As vivências das populações indígenas não podem ser restritas ao contato com os colonizadores. Eles viviam e circulavam mais intensamente em inúmeros furos e igarapés, intermeando caminhos hídricos com os de “correrias” a pé por campos, ou caminhando entre densas vegetações, abrindo e fechando matas, ou passando por alagados anuais sazonais que se formam no médio e alto Amazonas anualmente, com intermediadas épocas de vazantes e de enchentes. Enfim construir esta espacialidade múltipla é saber dos limites do que foi capitado pela documentação escrita no processo colonizador. Aproximar-se do que foi vivido pelos povos indígenas é difícil, sobretudo porque ainda analisamos tudo isso dentro do movimento de luta dos cabanos. Assim, avisamos que nem sempre será possível ser muito precisa, mas procuraremos explicitar as dúvidas e expor nossos percursos.

IMAGEM 01 - Calha do rio Amazonas com suas três cabeças de Comarca - Mapa do Brasil e Paraguai - 1828



Fonte: Sidney Hall. *Brazil and Paraguay*. London: Longman, e outros, 1828.



Por meio da leitura documental, entretanto, conseguimos localizar elementos constitutivos de culturas indígenas na construção das batalhas. Como exemplo, podemos mencionar o próprio conhecimento destes povos acerca da floresta, com suas potencialidades e obstáculos, os domínios dos rios - os caminhos fluviais dos sertões - suas habilidades de navegação, tanto em relação à mobilidade fluvial quanto na sabedoria da construção de embarcações. Enfim, são muitos elementos indiciários que nos colocam a necessidade de pesquisa e de análise da participação efetiva dos grupos indígenas das batalhas dos sertões.

Esta necessidade vem se intensificando ao longo dos últimos cinquenta anos. A historiografia construída no decorrer do século XX, mesmo dentro de um processo de avanços a partir das contribuições irrefutáveis da Escola dos Annales, não conseguiu avançar no sentido de incorporar à narrativa histórica grupos culturais que fugiam ao padrão estabelecido para populações com o domínio da escrita. Este padrão passou a ser questionado, impondo a urgência aos historiadores de estudos sobre as populações indígenas a partir do último quartel do século XX, quando as ciências humanas passaram por um processo revisionista e que estreitou as relações entre a História e a Antropologia e, no Brasil, passou a somar com os movimentos sociais de abertura política no final da década de 1980, com a forte participação dos movimentos indígenas no processo da constituinte e na elaboração da nova Constituição Federal de 1988⁶.

Este cenário abriu perspectiva para um campo epistemológico específico para compreender a historicidade dos povos indígenas. A História Indígena nos proporciona ferramentas necessárias para localizar a agência indígena na documentação oficial da província do Grão-Pará em tempos cabanos. Assim, em diálogo com estudos de John Monteiro, Maria Regina Celestino de Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Fernanda

⁶ O movimento revisionista vivenciado pelas ciências humanas balançou algumas estruturas bastante consolidadas ao longo da segunda metade do século XX. Na Antropologia, para a área de interesse desta tese, os estudos sobre as populações indígenas, destacamos as pesquisas de Carlos Fausto que apontam para uma série de incongruências da tese sedimentada entre os indigenistas à teoria da tipologia evolucionista das populações indígenas a partir de uma visão continental. Esta teoria, apresentada no *Handbook of South American Indians*, modelo criado por Julian Steward, em 1946, fundamentou trabalhos antropológicos com a tese que diferenciava as populações indígenas a partir de um modelo de desenvolvimento social e cultural baseado na civilização Inca. Desse modo, Steward e toda uma geração de antropólogos que se seguiu analisavam as demais populações indígenas da América do Sul pela carência, reservando à elas um lugar de culturas não desenvolvidas, a partir de uma caracterização pela negativa. Ver: FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 93 pp., 2000.

Sposito e Beatriz Perrone-Moisés⁷, entre outros, alinharemos nossa análise a partir da *agência* Mura, Mawé e Munduruku nos conflitos da Cabanagem, ou seja, o protagonismo assumido por estes agentes na construção das batalhas cabanas⁸.

É da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha um precursor dossiê sobre História Indígena no Brasil em 1989, publicado na Revista de Antropologia da USP. Na apresentação do dossiê, Cunha fez uma série de reflexões sobre o silenciamento histórico dos grupos indígenas pela historiografia nacional, que supunham que estes povos “não tinham futuro como tampouco tinham passado.”⁹. Para a antropóloga, a resistência dos historiadores era de cunho metodológico, já que não se permitiam adentrar no campo da oralidade, ficando muito presos às fontes escritas. Tais reticências foram-se dissipando nas décadas finais do século XX, justamente no movimento de revisão das ciências humanas, com forte inserção do movimento indígena, num cenário não só de abertura política, mas também epistemológica.

⁷ Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 2003; MONTEIRO, John Manuel. *Entre o gabinete e o sertão. Projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial*. In: _____. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo. Tese de livre docência. IFHC/Unicamp. Campinas, 2001; SPOSITO, Fernanda. *Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831*. Revista Almanack, Guarulhos, n.01, p.52-65, 1º semestre, 2011. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

⁸ Compreendemos as ações das etnias Mura, Mawé e Munduruku na Cabanagem a partir das modalidades de *agência* apresentadas por Sherry Ortner, que são: “(1) a questão de se *agência* implica inerentemente “intenções” ou não; (2) a universalidade da *agência* e, ao mesmo tempo, o fato de esta ser culturalmente construída; e (3) as relações entre *agência* e ‘poder’”. Primeiro, porque entendemos que estes grupos imprimiram intencionalidades próprias nas batalhas delineadas nos sertões. A partir da leitura das fontes, esmagadoramente ofícios de autoridades anticabanagens, encontramos indícios da ação intencional destes agentes. A segunda modalidade nos remete ao sentido ontológico que Ortner remonta ao conceito. *Agência* é constitutiva à condição social da espécie humana. Todos nós a possuímos. Porém, cabe a necessária ressalva, que ela varia culturalmente e temporalmente. Nesse sentido, ao recorrermos aos registros coloniais e recuperarmos as trajetórias históricas destas três etnias em contato com o processo colonizador, percebemos diferentes formas de exercer sua *agência*. Por fim, a compreensão da *agência* indígena na Cabanagem está inserida em relações de poder, onde a estrutura social, não determina, mas condiciona a forma como os agentes externalizam suas ações intencionais. Sherry Ortner destaca a existência de duas modalidades de *agência* quais sejam, uma fortemente ligada às ideias de poder, e a outra relacionada a uma intencionalidade das ações, sejam de forma consciente, ou também inconscientemente. Em diálogo com estudos sociológicos sobre a definição de *agência*, a autora aponta para a necessidade dos campos epistemológicos das humanidades em perceber a participação dos sujeitos sociais a partir de suas próprias construções não apenas de suas ações, mas das leituras que eles fazem dos processos em que estão inseridos. Ver: ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a *agência*. Reunião Brasileira de Antropologia (2ª: Goiânia:2006) Conferências e práticas antropológicas / textos de Bárbara Glowczewski,... (et.alli.); organizadores Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry. – Blumenau: Nova Letra, 2007, p.51.

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista de Antropologia*, v. 30/32, 1987/1988/1989, p. 1-8.

A História Indígena é um campo historiográfico que mantém estreitos diálogos com a Etno-história. Com a aproximação epistemológica da História com a Antropologia, sobretudo a partir dos anos de 1970, permitiu a historiografia deslocar o sujeito indígena do silenciamento em que estava localizado, galgando um estatuto de agente social e histórico, demarcando assim, seu protagonismo na História. Trazendo para o conhecimento da Cabanagem, pautaremos nossa análise neste diálogo, para entender o traço imperativo dos grupos indígenas que atuaram tanto como cabanos, quanto como anticabanos.

Nesse sentido, pontuar a efetiva participação dos Mura, dos Munduruku e dos Mawé nas batalhas cabanas do oeste da província do Grão-Pará, traz a necessidade de um diálogo interdisciplinar, especialmente com a Antropologia e, alinhar nossa análise com os estudos da Etno-História, área de conhecimento surgido a partir da aproximação epistemológica acima mencionada. Utilizaremos a Etno-História tanto como campo teórico para nos possibilitar o estudo da história destes povos indígenas, mas também como metodologia interdisciplinar, visando compreender povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica. Concordamos com o entendimento de Thiago Leandro Cavalcante no sentido de que a Etno-História nos permite compreender a participação indígena no processo histórico pós-contato a partir de uma perspectiva mais holística, quando problematiza que as ações indígenas desenvolvidas ante o avanço e as transformações coloniais foram construídas a partir de sua própria ação consciente. Assim, distanciamos nossa análise do reducionismo que se levava ao compreender as participações dos grupos indígenas no processo colonial numa inevitável e determinada resistência, limitando a construir um conhecimento fechado na polarização da ação e reação.¹⁰

A partir do estreitamento com a Antropologia, optamos em utilizar a grafia dos etnônimos indígenas da forma como são mencionados pelos estudos antropológicos. Esta opção se dá pela intenção de reafirmar a importância de tais estudos para nossos conhecimentos das culturas indígenas, campo de conhecimento este mais consolidado que a própria historiografia. No mesmo sentido, ao escolhermos as grafias utilizadas pelos antropólogos que se baseiam, em certa medida, nas próprias estruturas fonéticas indígenas,

¹⁰ CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

nos contrapomos às grafias usadas pelas narrativas coloniais, a exemplo dos termos *Maués* e *Mundurucus*.

Definindo isso, e a partir da concepção de agência indígena, traçamos nossa compreensão dos Mura, dos Mawé e dos Munduruku nas batalhas cabanas, contribuindo por diversificar as demandas em jogo, assim como os sujeitos envolvidos e as formas de luta empregadas. Esta diversidade nos leva a compreender os conflitos delineados nos sertões da Amazônia, entre os anos de 1835 e 1840, como *Cabanagens*, seguindo a mesma linha de raciocínio utilizada por Décio Guzmán ao entender “Amazônias”, este imenso e complexo território, geográfico e cultural, formado no decorrer de seu processo histórico por “constante mutação da experiência colonial nas microrregiões formadoras do espaço e da paisagem deste vasto conjunto de rios que convergem para o Amazonas”¹¹. Desse modo, as diversidades de grupos étnicos e culturais, e a extensa e variável geografia da região, não nos permitem compreendê-la em sentido singular tamanha sua complexidade tanto espacial, mas, sobretudo, histórica.

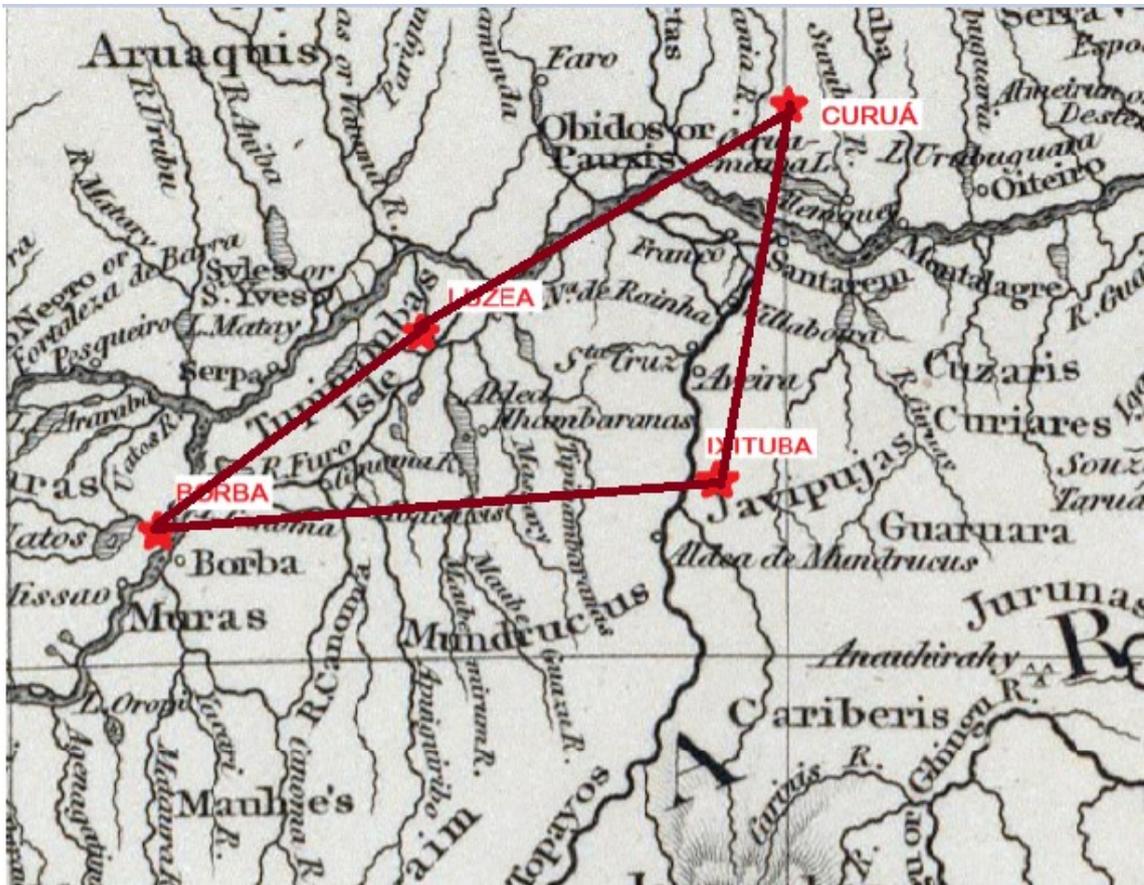
Nesse sentido, construímos nossa arguição sobre as *Cabanagens* dos sertões, ao demarcarmos a diversidade constitutiva dos conflitos cabanos a partir da participação indígena, no caso dos Mura, dos Munduruku e dos Mawé. Um traço fundamental das *Cabanagens* dos sertões construído pela participação indígena, e que defendemos ser constitutivo dos conflitos das regiões do baixo e alto Amazonas, é a pluviosidade das lutas. Defendemos que as batalhas processadas nesta região aconteceram, em grande medida, sobre o leito dos rios. Dominar os caminhos fluviais se fazia como condição *si qua non* para o êxito, tanto de cabanos como de anticabanos. Em margem oposta implica que, não tendo este domínio, o insucesso das investidas era algo muito provável.

Nosso argumento pode ser sustentado quando nos deparamos com a localização dos redutos ou pontos cabanos, todos eles construídos às margens de rios, furos, igarapés e lagos. Na documentação lida até aqui, conseguimos levantar um quantitativo de um pouco mais de cem rios. Para a formação do *Quadrilátero Cabano*, apresentamos a análise de quatro redutos de concentração de luta dos cabanos muito mencionados na documentação onde, por sua importância como refúgio “rebelde”, estavam localizados acampamentos da contraofensiva

¹¹ GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, n° 2, 2008, p. 103-139.

das forças do Império. São eles, Vila de Borba – às margens do rio Madeira; Acampamento de Ixituba – às margens do rio Tapajós; rio Curuá – tributário do rio Amazonas; e, Vila de Luzea – às margens do rio Maués.

IMAGEM 02: Quadrilátero Cabano – detalhe no mapa de Sidney Hall - 1828

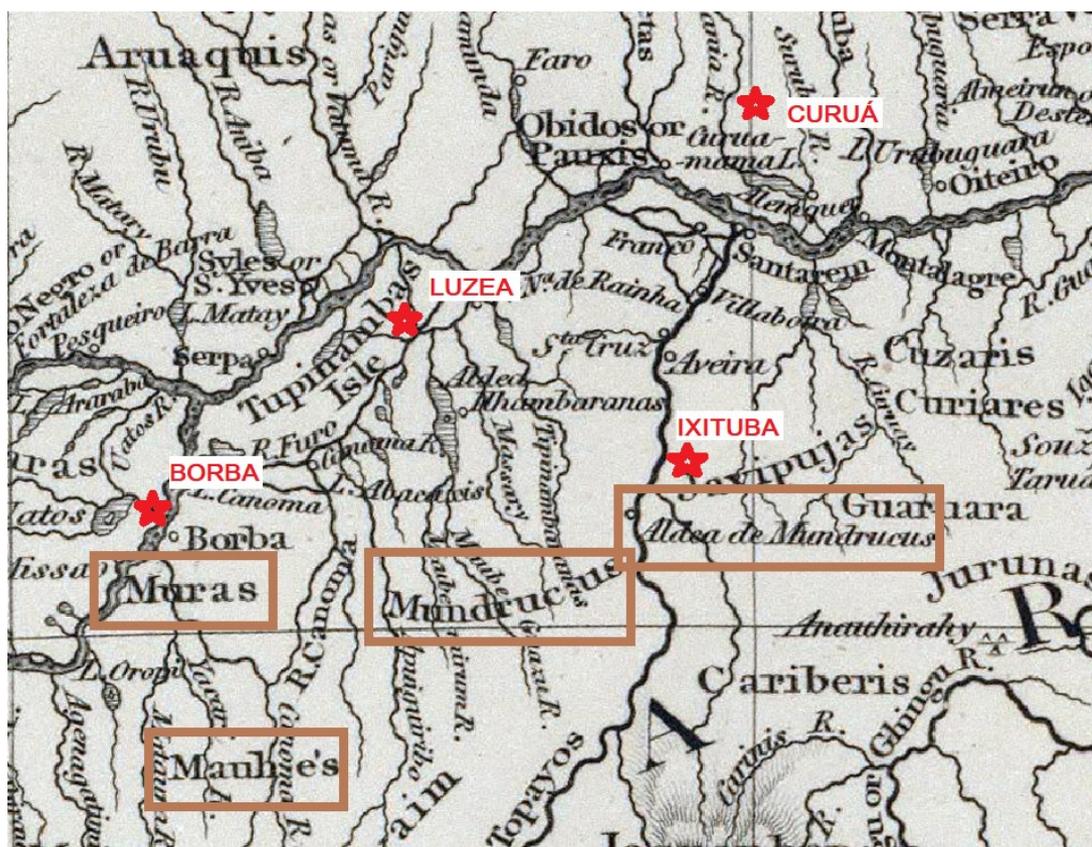


Fonte: Sidney Hall. Brazil and Paraguay. London: Longman, e outros, 1828

Em uma leitura apriorística, selecionar apenas quatro pontos em um universo de mais de cem pode parecer uma escolha infundada e até leviana, em algum sentido. Ao contrário desta primeira impressão, nossa escolha por estes quatro pontos fundamentou-se na expressividade que estes lugares tiveram no auge das lutas cabanas na região. Isso é perceptível na recorrência em que eles são mencionados nas correspondências trocadas entre autoridades anticabanas. Pontos, na realidade eram redutos cabanos que as autoridades imperiais, ou “oficiais” denominavam assim para melhor pontuar onde estavam escondidos os “rebeldes”. Também pode ser lido como um sentido de inferiorizar e/ou reduzir sua

importância dentro do contexto de disputas tanto por espaços territoriais ou do discurso¹². Estes redutos cabanos dos sertões localizavam-se em áreas indígenas, no caso em específico para esta tese, territórios Mura, Mundurucu e Mawé, como podemos perceber no detalhe do mapa a seguir, onde foram grafados em letras maiores a presença dos povos destas três etnias em 1828.

IMAGEM 03: Redutos “rebeldes” no Quadrilátero Cabano



Fonte: Sidney Hall. Brazil and Paraguay. London: Longman, e outros, 1828.

¹² Ao realizar uma história oral do famoso reduto cabano, Ecuipiranga, hoje uma comunidade rural de Santarém, Cuiquiranga, Ana Renata Pantoja estabelece uma análise em torno do prefixo “E” com um forte sentido de inferiorizar a força que este espaço cabano tinha. Adicionado ao nome pelas forças anticabanas, este prefixo condiciona a idéia de inferioridade, sinônimo de algo pequeno, diminuto. Em seu estudo, Pantoja levanta a sugestão que o incremento do prefixo pela contrarrevolução cabana possui, para além de uma simples mudança etimológica, um claro interesse em criar uma memória de inferioridade ao ponto, em contraposição ao valor real que a ele depositavam. Nesta mesma direção, alocamos a denominação de “pontos” para designar os redutos cabanos, sejam eles de pequeno ou grande porte, como o Cuiquiranga. Para uma leitura mais acurada sobre este assunto, ver: PANTOJA, Ana Renata. *Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra*. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010. BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2014.

O estudo feito por Sidney Hall tem origens e finalidades diferentes das quais aqui são relevantes, mas, mesmo assim pode-se, com ele entender a importância destes três povos nesta região próxima ao Quadrilátero Cabano em torno de 1828. Poucos anos mais tarde, como estratégia de cerco aos refúgios cabanos, a contraofensiva imperial estabelecia seus pontos nos lugares próximos aos que localizavam os insurgentes. O mapa de 1828 dialoga muito com o que vem a seguir, produzido a partir dos estudos feitos pelo etnólogo Curt Nimuendaju em 1944. Nele adaptamos e incluímos com círculos os quatro pontos, onde, em cores diferentes, demarcamos os rios que delimitavam o Quadrilátero Cabano, quais sejam o rio Madeira, destacado em vermelho, o rio Amazonas, com destaque na cor roxa e o rio Tapajós, sombreado de verde. A presença das nações de interesse deste estudo apresenta-se no mapa adaptado dos estudos de Nimuendaju com a seguinte legenda: Munduruku e Mawé marcado em linha em amarela, e os Mura em tracejado azul.

IMAGEM 04: Raio de ação indígena no Quadrilátero Cabano numa visão Etno-histórica



Fonte: Detalhe adaptado pela autora do: *MAPA Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944* / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.

Diante disso, construímos a tese da existência de um quadrilátero cabano formado por estes quatro pontos, demarcando uma região fortemente cabana e indígena. Esta tese sustenta-se em várias hipóteses que circundam a participação de grupos indígenas na guerra cabana dos sertões. Pela documentação deixada pelas autoridades anticabanas que tinham o domínio da escrita nos é possível localizar a presença indígena, de modo geral, Mura, Munduruku e Mawé de forma específica, quando nominados no documento, a exemplo do ofício citado no começo da *Introdução*.

A partir de um conjunto metodológico adaptado à necessidade de se inferir na documentação arquivística existente sobre a presença indígena nos eventos históricos, a História Indígena fundamentou-se e ainda se parte do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg. São nos indícios de narrativas que omitem e silenciam os agentes indígenas que os localizamos. Se as falas encontradas na documentação narram uma “realidade opaca [para os indígenas], existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”¹³. É nessas *zonas privilegiadas* que localizamos fortes indícios que as formas de guerrear características das nações indígenas dos sertões estavam presentes e evidentes nas batalhas cabanas da região do Quadrilátero Cabano, e mais, em decorrência das dinâmicas indígenas fortemente presentes nos sertões do Grão-Pará na primeira metade do XIX, este imenso território foi palco das últimas batalhas cabanas. É esta afirmativa que iremos comprovar nas páginas que se seguem desta tese.

Quando argumentamos sobre as batalhas cabanas, estas ações de guerra se inserem numa tradição bélica particular constituída ao longo do processo de colonização. Não incorrendo no erro primário das essencialidades, as formas de guerrear apresentadas nas *Cabanagens* dos sertões fundiam-se nas artes de guerra indígenas com as tradições militares europeias. Partindo de estudos já consolidados na historiografia como os de Pedro Puntoni compreendemos que, desde o início da colonização, em períodos de acirramentos de conflitos, sejam em batalhas contra nações europeias em disputa por possessões coloniais, sejam em conflitos armados com as nações indígenas em disputas territoriais diante do avanço colonial, a arte de guerra europeia trazida pelos portugueses passou a fundir-se com as formas de guerras dos indígenas. Utilizada por Puntoni como Guerras Brasileiras ou Guerras do Brasil, estas batalhas se deram no processo de ocupação holandesa pelo norte do Estado do Brasil, na

¹³ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 177.

capitania de Pernambuco, com as batalhas pela reconquista nos idos da primeira metade do século XVII. Concebidas como uma estratégia de guerra lenta, este formato bélico apresentava-se como um sistema tático misto, somando o uso de tropas fortemente guarnecidas em lugares fixos, de preferência os fortes e/ou núcleos urbanos de interesse na disputa, e a movimentação de esquadras volantes para fazer emboscadas e assaltos às embarcações invasoras.¹⁴

A guerra lenta, no entanto, não conseguiu se fazer valer nas batalhas dos sertões, como avaliavam as autoridades desde o período colonial, pois não poderia sustentar os domínios colonizatórios por muito tempo. Nos sertões, as dinâmicas eram outras. Nos sertões as diretrizes bélicas eram dadas pela arte de guerra indígena. Nos sertões, a guerra era de guerrilha e de movimentação. Por isso, a tradição militar europeia foi logo adaptada às condições locais, tanto culturais, na cultura de guerra indígena, quando ambientais, pelas condicionantes da floresta. Dentre essas adaptações localiza-se a presença dos “capitães de emboscada”, cargos de liderança criados por Matias de Albuquerque, líder da resistência portuguesa e irmão do capitão-donatário Duarte de Albuquerque Coelho. Os capitães de emboscada comandavam tropas que tinham por função controlar determinada área em disputa. Por meio de táticas de guerrilhas, estes homens, formado em grande medida por indígenas flecheiros, “deviam atormentar o inimigo e desbaratar-lhe os postos e comunicações”¹⁵.

Como podemos perceber as adaptações ecológicas e sociais das formas de guerrear trazidas da Europa desde cedo foram sentidas pelas autoridades coloniais portuguesas, colocando-se diante do interesse pelo alargamento de suas fronteiras coloniais a recuperação das pequenas guerras ou guerras de guerrilhas que tinha composto uma etapa importante das guerras feitas na Europa até o século XVI. De acordo com Puntoni, este formato militar foi sendo dissolvido pela demolição da rede de fortalezas que o sustentava, desaparecendo no início do século XVII¹⁶. A recuperação desta forma de guerrear foi necessária aos interesses de expansão territorial dos portugueses na medida em que as dinâmicas indígenas nos sertões

¹⁴ PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra no Brasil tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa, 1550-1700*. Revista NOVOS ESTUDOS N.º 53, 1999, p. 189-204.

¹⁵ PUNTONI, *op.cit.*, p.192.

¹⁶ *Idem. Ibidem*, p. 193.

eram imperativas quanto às formas de batalhas em seus territórios. E a guerra de guerrilha fazia parte da arte de guerra de boa parte dos povos indígenas sul-americanos.

Se as adaptações às condicionantes locais, ecológicas e sociais, foram incorporadas às táticas de guerras do colonizador, esta situação continuou ao longo do processo colonial, atravessando os séculos como uma continuidade histórica, e chegou ao século XIX mantendo-se ativada. Tendo por base o documento acionado no início deste texto, percebemos como a aliança com as lideranças indígenas de nações importantes por sua grandiosidade populacional e bélica, se faz fundamental na guerra cabana. As alianças com os indígenas se davam por interesses coloniais tanto em avanços das tropas por áreas desconhecidas e, por isso, perigosas, mas também para a defesa de regiões já dominadas. Essa lógica é percebida nas estratégias das forças anticabanas na região estudada. Desse modo, ao longo da tese iremos melhor compreender a importância das alianças com os indígenas pontuadas pelas autoridades imperiais, mas também as alianças entre os próprios povos indígenas que se contrapunham ao projeto colonialista do Império brasileiro para com a região, especificamente a área que compunha o Quadrilátero Cabano.

A tese foi estruturada em três partes. A primeira parte, intitulada *As Amazôniaas indígenas dos sertões* é composta pelo primeiro capítulo com o título *De Mundurucânea ao Quadrilátero Cabano: os sertões de uma Amazônia indígena no alvorecer dos oitocentos*. Iniciamos a tese com esse capítulo por considerar fundamental apresentar a Amazônia como um espaço indígena, sobretudo os sertões. Os sertões eram territórios indígenas. Nesse estudo evidenciaremos as nações Mura, Munduruku e Mawé como detentoras destes espaços construídos a partir de suas dinâmicas e cosmologias. Tomando-se a expressão cunhada pelo padre Manuel Aires de Casal¹⁷, *Mundurucânia*, extensa área no interflúvio dos rios Madeira, Tapajós e Amazonas, traçamos um paralelo deste território, ainda fortemente indígena no começo do século XIX, com a formação do Quadrilátero Cabano, últimos refúgios dos “rebeldes” e palco das batalhas mais acirradas da guerra cabana. Nesse sentido, discorreremos no primeiro capítulo sobre as dinâmicas Mura, Mawé e Munduruku na virada dos séculos

¹⁷ O padre Manuel Aires de Casal esteve na região no ano de 1817 e ficou impressionado pela forte presença Munduruku, estabelecendo a denominação de *Mundurucânia* para se referir ao território entre os rios Madeira e Tapajós, ao sul do rio Amazonas, área de interesse de estudo desta tese. Ver: AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasileira*. Tomo I. Fac-símile da edição de 1817. Imprensa Nacional. – Rio de Janeiro, 1945, p. 305.

XVIII para o XIX, percebendo-as como propulsoras das práticas e costumes deste território, em contato cada vez mais crescente com o projeto colonial lusitano.

Consideramos importante iniciar com essa análise, pois ela sustenta uma das bases centrais desta tese, qual seja o protagonismo das dinâmicas indígenas do Grão-Pará nesta virada de século e nas primeiras décadas do XIX, enfatizando a Cabanagem, ou *Cabanagens* dos sertões. Também julgamos importante demarcar a utilização do termo Sertão, concepção criada a partir do prisma do colonizador. Sabemos que sertão eram os espaços distantes dos núcleos coloniais e por isso, desconhecidos dos agentes da colonização. Por mais que a concepção de sertões tenha suas origens na lógica colonialista, ao longo do processo ele vai adquirindo sentidos distintos a depender do uso e da apropriação que se faz dos territórios compreendidos como sertões. Em outras palavras, sertões no decorrer das disputas por espaços com o avanço colonial, passa a adquirir sentidos cada vez mais de territórios indígenas, francamente dominados e conhecidos por estes povos. Por isso, sustentamos o uso do conceito Sertões, mesmo nos propondo a uma recentralização da perspectiva da Cabanagem, demarcando o protagonismo indígena.

Posto isso, seguiremos a tese com a análise das políticas coloniais para o Grão-Pará no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Com o título “O Grão-Pará entre dois impérios: de Portugal para o Brasil”, iniciamos a parte dois da tese, que foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo desta parte, e o segundo da tese geral, versa sobre as políticas do governador D. Francisco de Souza Coutinho, entre os anos de 1790 e 1803. Com o título “*De reestruturação à desestruturação: dinâmicas sociais, políticas e econômicas do Grão-Pará no limiar do século XIX*” esta parte da tese se propõe a discorrer sobre a política portuguesa para a Amazônia num momento chave para os rumos do Império português. No texto que compõe o capítulo dois, procuramos pontuar como a política de Souza Coutinho que visava a reestruturação da capitania para atender os interesses da Coroa portuguesa levaram às transformações que desestruturaram, de certa forma, antigas dinâmicas que vinham se estabelecendo, protagonizadas pelos grupos indígenas da região. Partimos da análise historiográfica para entender como que a intensificação das ações para áreas estratégicas da política externa portuguesa impactou as relações sociais no Grão-Pará.

O capitão-general e governador D. Rodrigo de Souza Coutinho aportou na baía do Guajará em 1790 com diretrizes Régias expressas para fazer mudanças estruturais na

economia e na política do Grão-Pará, de modo que, dirigiu suas ações para três áreas nevrálgicas que estrangulavam, do ponto de vista da Coroa portuguesa, o desenvolvimento da região, quais sejam, economia, mão de obra (lê-se indígena) e fronteiras. As ações empreendidas por Souza Coutinho ao visarem a reestruturação das bases deste tripé, provocaram uma desestruturação nas relações sociais e trocas comerciais existentes na Amazônia dos sertões. Estas dinâmicas já existentes seguiam uma lógica fortemente delimitada pelos povos nativos, numa região que sofreu mais tardiamente o avanço colonial, o que possibilitou uma maior autonomia aos grupos indígenas, tais como Munduruku, Mura e Mawé. Defendemos que o impacto das políticas de Souza Coutinho, em especial a Carta Régia de 1798, que será analisada neste capítulo, ao provocar uma desestruturação nas antigas dinâmicas sociais da região, possibilitou maior agudez nas relações entre indígenas e agentes coloniais, o que ganhará um elemento explosivo a mais nas conturbadas primeiras décadas do século XIX, marcada por movimentos constitucionalistas na metrópole e pela tendência emancipacionista na colônia.

Partindo da temporalidade dos anos iniciais da década de 1820 abre-se o terceiro capítulo da tese, onde iremos analisar a região inserida na crise política do Império português. Intitulado “O Grão-Pará e a crise do Império Português: debates e embates em torno de autonomia, cidadania, fronteira e economia”, este capítulo versará sobre os debates que protagonizaram o movimento revolucionário do Porto, levando à crise da monarquia absolutista portuguesa, reafirmando a forte tendência ibérica ao constitucionalismo. Do outro lado do Atlântico, entenderemos como ocorreram os embates em torno das notícias metropolitanas, sobretudo em torno do estatuto de cidadania, dos sentidos de liberdade e das relações econômicas do Grão-Pará nas vésperas do processo de independência do Brasil, em especial sobre os povos indígenas. É de conhecimento historiográfico que o processo emancipatório no Brasil colonial, ao debaterem as concepções de liberdade e cidadania, não contemplou todos os seus grupos étnicos e sociais existentes. Nesse sentido, para esta tese, é fundamental entendermos como os grupos indígenas se posicionaram diante dos debates e embates sobre tais concepções numa conjuntura propícia a insurreições, o que nos leva ao último capítulo da primeira parte da tese. Para tal, fundamentaremos nossa análise na historiografia sobre o tema. Partimos da ideia de que a localização geográfica do Grão-Pará com fronteiras móveis e em disputas com França e Espanha foi fator determinante para os

impactos que o processo de mudança em curso teve para a sociedade local, em especial os povos indígenas.

Desse modo, compreendemos que as concepções largamente difundidas nos processos revolucionários desde o final do século XVIII, tais como liberdade, cidadania e igualdade foram apropriadas de formas distintas a depender do grupo e/ou classe social que se pertencia, em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e diferenças sociais, levando a expectativas variadas em torno das mudanças políticas. Estas expectativas para muitos estavam longe de se tornarem realidade, justamente pelo fato do Grão-Pará apresentar-se como uma província que herdava muitos traços da antiga estrutura absolutista portuguesa, além da manutenção de uma sociedade de corte, mesmo que apresentando fortes fissuras e cisões, o que nos leva a compreender como tais ranhuras foram fundamentais para o posicionamento e a participação da província no processo de independência do Brasil, no quarto capítulo, fechando a segunda parte da tese.

No quarto capítulo da tese, sob o título “O Grão-Pará e a integração ao Império do Brasil: entre a expectativa e a realidade, uma conjuntura explosiva”, analisaremos a conturbada década de 1820 e o Grão-Pará no contexto da Independência, com sua futura integração ao Império do Brasil. Neste capítulo, iremos entender como as especificidades políticas e sociais locais conduziram o Grão-Pará a se tornar a última província a se incorporar no lastro independentista, se integrando ao projeto nacional com o Império do Brasil já instituído, no dia 15 de agosto de 1823, quase um ano depois da data oficial da Independência, dia 07 de setembro de 1822. Evidenciaremos a participação dos diversos grupos sociais e étnicos que compunham a sociedade paraense do período, destacando suas demandas e suas expectativas em torno do Brasil independente do jugo português, e a real situação que se encontrou a província nos anos que se seguiram na década de 1820, até alcançar 1830. Nesta análise nos propomos a compreender como que, numa sociedade fortemente dividida, tanto entre classes sociais distintas, mas também dentro delas próprias, as disputas internas ganhavam mais peso que a polarizada luta entre brasileiros versus portugueses. Como que estas disputas internas levaram o Grão-Pará a apresentar-se em uma conjuntura explosiva ao longo da década de 1820, eclodindo na guerra cabana em meados da década seguinte, o que nos leva a terceira parte da tese, intitulada “As *Cabanagens* que se fazem nos sertões”.

Iniciaremos a terceira parte da tese analisando os conflitos políticos e a própria guerra cabana do interior da província ao longo da década de 1830. Partindo da defesa que as *Cabanagens* que se fazem nos sertões tiveram fortes características das guerras indígenas, nada mais coerente que iniciarmos a terceira parte com uma análise sobre o sentido da guerra para Mura, Munduruku e Mawé. Com o título “Os Mura, Munduruku e Mawé – a guerra cabana indígena dos sertões da Amazônia”, o quinto capítulo será reservado para a análise das guerras indígenas e como, por meio do método do paradigma indiciário, conseguimos localizar evidências da guerra indígena nas lutas cabanas. Para traçarmos vários paralelos entre as formas de guerrear destas nações indígenas e as batalhas cabanas que se faziam nos sertões, buscamos entender a guerra como um fenômeno cultural e ontológico para as três etnias analisadas. Para tal leitura, fundamentamos nossa análise nos pressupostos da Etno-história, dialogando com estudos no campo da Antropologia.

Desse modo, estabelecemos conexões estreitas e intrínsecas entre as formas de guerra indígenas e as estratégias e táticas utilizadas na guerra cabana que pudessem sustentar a tese de que as *Cabanagens* que foram feitas nos sertões, foram também cabanagens indígenas. Sobretudo quando recuperamos que estes povos eram os pés e as mãos da Amazônia, sendo sempre tão exigidos por meios esdrúxulos e violentos, como o recrutamento compulsório. Tal prática endêmica ao processo de colonização na Amazônia levava a outra prática bastante recorrente também neste processo, a deserção indígena ao trabalho obrigatório. Práticas que se retroalimentavam, elas foram evidentes na Cabanagem, sendo necessária analisá-las de forma específica, o que nos leva ao sexto capítulo.

O sexto capítulo denominado “Recrutamentos e deserções em tempos cabanos: entre a economia de guerra e a aprendizagem de luta”, compreenderemos um elemento importante da guerra cabana dos sertões, que não se inaugura na Cabanagem, mas é amplamente utilizado nela, qual seja o recrutamento compulsório, tanto para a composição das tropas, quanto como mão de obra para sustentar uma economia de guerra. Novamente aqui, trazemos o protagonismo indígena na medida em que, quando se fala em mão de obra na província do Grão-Pará, falamos de trabalho indígena.

O recrutamento compulsório da mão de obra indígena sempre foi utilizado em tempos coloniais, como as várias Cartas Régias podem confirmar. Tais dispositivos legais, que levavam o indígena ao trabalho forçado, atravessaram o processo de independência e se

mantiveram como política de recrutamento no Império do Brasil. Assim como as estratégias de resistências protagonizadas pelos próprios trabalhadores indígenas, dentre as quais, a deserção. Notícias sobre deserções indígenas sempre foram arroladas nas inúmeras queixas e documentos destinados às autoridades coloniais e imperiais, o que nos leva a constatar um receio da elite colonial e provincial sobre possíveis deserções.

Em tempos cabanos, esta movimentação que se retroalimentava entre recrutamentos e deserções imperou, no sentido que era de fundamental importância, até de necessidade básica, o recrutamento indígena para a composição das tropas para derrotar os cabanos, assim como para a produção de alimentos e a extração de madeiras próprias para embarcações. Nesse sentido, neste quinto capítulo compreenderemos melhor como que recrutamentos e deserções implicaram em uma especificidade das *Cabanagens*, evidenciando cada vez mais o protagonismo indígena na guerra que se fazia nos sertões.

Tal protagonismo indígena nos leva ao sétimo capítulo geral da tese. Intitulado “*Entre rios, matas, motins e mortes: as batalhas cabanas do sertão*”, nesta parte nos propusemos a analisar como os conhecimentos indígenas sobre a floresta, com suas potencialidades e obstáculos, foram fundamentais para avanços e reveses das batalhas que se faziam nos sertões. Na trilha da documentação é perceptível como que tais conhecimentos muitas vezes levavam a redirecionamentos de investidas das tropas imperiais, assim como a disputa por apoio de etnias pela concorrência de seus conhecimentos de áreas ricas em recursos cruciais para o andamento das batalhas, como madeira, por exemplo, usada na construção de embarcações, na medida em que um dos principais palcos do cenário das *Cabanagens* do sertão eram os leitos dos rios, os famosos caminhos fluviais da Amazônia.

Como já antecipamos anteriormente, na pesquisa realizada na tese, conseguimos alcançar mais de cem caminhos fluviais onde se localizavam os redutos cabanos e delimitamos quatro com presença de lutas indígenas mais intensas na Cabanagem. Deste modo, delimitamos um grande território nos interstícios dos rios Madeira, Tapajós e Amazonas, onde foi cenário dos últimos anos da guerra cabana no interior do Grão-Pará. Denominamos este território delimitado por estes quatro redutos “rebeldes” de Quadrilátero Cabano, um imenso espaço fortemente indígena, que apresentava uma relativa autonomia nas relações estabelecidas pelas nações nativas que ali viviam e que conduziram com suas especificidades culturais e suas próprias artes de guerra às últimas batalhas das *Cabanagens*

dos sertões. Este é o enredo do oitavo e último capítulo da tese, intitulado “*No curso dos rios, no labirinto da floresta: a formação do Quadrilátero Cabano*”.

No último capítulo da tese discorreremos sobre as táticas e estratégias cabanas nas lutas que se fizeram nos sertões. A partir da leitura acurada da documentação, iremos traçar os caminhos fluviais percorridos por cabanos e pelas tropas da contraofensiva. Nestes caminhos fluviais, vestígios indígenas foram evidenciados nas trilhas deixadas pelos “rebeldes”, tanto as percorridas pelos comandantes anticabanos e suas tropas, quanto nas trilhas da história conduzidas pelo fio de Ariadne¹⁸ tecido pela historiografia recente. Nesse sentido, ao analisarmos as trocas de correspondência entre as autoridades imperiais dos pontos anticabanos de Borba, Ixituba, Curuá e Luzea, os quatro às margens de caudalosos e pequenos rios, conseguimos estabelecer um conhecimento sobre os meandros das *Cabanagens* dos sertões. Ao contrário do que possa nos levar, ao definirmos o Quadrilátero Cabano, suas bases não fecham as ações cabanas nesta região, pelo contrário. Ao definir esta geometria da guerra cabana, nos é possível delimitar as ações da guerra num território fortemente indígena que, com suas táticas de guerras ancestrais elevaram esta imensa área como o grande palco das últimas batalhas da Cabanagem. No labirinto de rios, furos, igarapés, nas águas mansas e bravas, por dentro da floresta, colocando em prática conhecimentos natos de culturas endógenas que sabiam como ninguém as potencialidades e os reveses que a mata poderia proporcionar. Desse modo, o Quadrilátero Cabano não limita, expande o conhecimento sobre a Cabanagem para além do que cristalizado pela historiografia tradicional. As batalhas se fizeram efetivamente nas matas, nos rios, no interior da província. E sertão, era território indígena. Sendo assim, findaremos esta tese demarcando que, as *Cabanagens* dos sertões da Amazônia foi uma guerra feita por índios, nas batalhas fluviais travadas nos leitos e margens dos rios, no interior das matas.

¹⁸ Alusão à explicação histórica estabelecida por Carlo Gizsburg em *O queijo e os vermes* ao fazer uma analogia da missão do historiador a seguir o “fio de Ariadne”, como fez Teseu que, ao matar o Minotauro, conseguiu sair do labirinto onde o mostro da mitologia grega estava preso, seguindo o fio do novelo de lã que lhe havia sido entregue por sua amada, a princesa Ariadne. Desse modo, ao percorrer os indícios das fontes históricas, o historiador segue o “fio de Ariadne” para encontrar as saídas de seus questionamentos. Ver: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1987.

PARTE I

AS AMAZÔNIAS INDÍGENAS DOS SERTÕES

CAPÍTULO I

DE MUNDURUCÂNEA AO QUADRILÁTERO CABANO: OS SERTÕES DE UMA AMAZÔNIA INDÍGENA NO ALVORECER DO OITOCENTOS

No primeiro capítulo analisaremos as dinâmicas sociais estabelecidas na região oeste da província do Grão-Pará no último quartel do século XVIII e no início do XIX, especificamente entre as décadas de 1790 e 1820, com ênfase na área compreendida entre os rios Madeira e Tapajós, ao sul do rio Amazonas, território de domínio das etnias Mura, Munduruku e Mawé, além de outras etnias. Na virada de séculos, nesta região havia muitos povos indígenas aldeados, resquícios dos antigos aldeamentos pombalinos. Antonio Ladislau Monteiro Baena enumera aqueles que viviam na região no final do século XVIII, em 112 etnias diferentes, aldeadas. Eram elas

As aldeias, que nas margens do rio Negro, do Madeira, do Amazonas, e do Solimões, mostravam em 1788 alguma consistência, eram formadas das Cabidas Silvícolas extraídas da maior parte dos sobreditos rios: elas se denominavam Ane aqui, Baré, Caraiás, Aniána, Baeúna, Pacuri, Comani, Sará, Bari, Anicoré, Aponariá, Tururi, Urupá, Juma, Juqui, Curuaxiá, Pariqui, Ariquena, Turá, Ourupá, **Mura**, Sorimão, Passé, Uayupi, Irijú, Purú, Catauixi, Jauuma, Tamuaná, Tapivá, Achouari, Manáo, Cureú, Xama, Papé, Juri, Periati, Cocruna, Parauamá, Miranha, Marauás, Cauána, Ugina, Umanuás ou Cambebas, Xomana, Tocuna, Cunamaná, Payana, Jatahi, Tapaxana, Uraicú, Maruiá, Pariana, Cayuvicena, Içá, Gepuá, Payaba, Tumbira, Cacutapuya, Comatiá, Colinos, Aucruhi, Uraicás, Maiurunas, Páno, Chauuitá, Chinaana, Yameos, Japurá, Caiuyari, Murua, Peridá, Periararuá, Yupiuá Banibá, Coeuána, Purenumá, Majarona, Coeruna, Puriararuá, **Mondrucús**, Aruaqui, Caripuna, Cericuna, Paraviana, Uaranáoácena, Bayana, Uariquena, Mepuri, Maui, Assauianauí, Juruna, Purupurús, Cauaxi, Uacaraua, Muraua, Sapopé, Timbita, Carajá, Gavião, Apinagé, Cupélobo.¹⁹ (grifo nosso)

Apesar da diversidade, Baena apontava que todos estes “silvícolas” viveriam “a seu modo na espessura com muita satisfação”. Todavia no rio Negro os Manao, no rio Tocantins

¹⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. 2ª edição Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p 22.

os Timbira e os Apinagé e, mais ainda os Mura no rio Madeira, foram percebidas pelo mesmo autor como constitutivas de um caráter mais belicoso. Para os Mura, Baena ressaltava seu tino para a “pirataria”. Afirmava Baena que “enquanto não assentaram paz com os paraenses, desalijavam e matavam os navegantes assim dentro do Madeira, do Jamari para baixo, como dentro dos rios colaterais”²⁰.

Em que pese a importância das informações trazidas por Baena, faz-se necessário problematizar algumas afirmativas do autor, em especial quando o corógrafo e militar português tece suas opiniões acerca da convivência dos e entre os grupos indígenas. “Viver em muita satisfação” é uma afirmativa que pode ser percebida nas relações estabelecidas tanto entre os próprios povos indígenas, mas também no trato destes povos para com os agentes coloniais. À primeira proposição cabem alguns pontos que merecem destaque. Estas etnias indígenas sempre estabeleceram entre si relações, sejam elas comerciais, sociais e culturais, sendo tecidas por meio de vários elementos condicionados às contingências históricas e aos aspectos culturais. Podemos exemplificar tal análise quando compreendemos o elemento “guerra” para as culturas em estudo nesta tese, onde iremos esmiuçar mais adiante num capítulo específico sobre guerras indígenas. Por ora podemos adiantar que a guerra para algumas destas nações, como os Munduruku, perfazia um sentido ontológico que os conduzia a conflitos belicosos sem um aparente motivo. Desse modo, é importante imprimir uma leitura crítica do que seria para Baena compreender as nações indígenas por ele relacionadas “vivendo em muita satisfação”, tanto entre si, mas, sobretudo diante do avanço colonial em seus territórios, onde os “alijavam e matavam” quando os encontravam pelos rios da região.

Apesar de não mencionar, Baena cita e analisa por diversas vezes os indígenas Mawé (utilizada por ele com a grafia Maués). Sempre os mencionando conjuntamente aos Munduruku, pela narrativa do estadista português podemos perceber estas duas etnias coabitando os mesmos aldeamentos, lugares ou vilas nas primeiras décadas do século XIX. É o caso da missão de Juruti, às margens do rio Tapajós, bastante mencionada na documentação cabana, onde habitavam em 1818, 385 “indianos, mundurucus e maués, de ambos os sexos debaixo de um missionário”²¹. A coabitação destas duas etnias também foi destacada por

²⁰ BAENA, *op.cit.*, 2004, p. 24.

²¹ *Idem.*

Baena ao analisar a conformação da Vila Nova da Rainha, antiga missão de Tupinambarana onde, em 1803, José Pedro Clodovil “congregou um certo número de silvícolas Maués e Mundurucus atraídos com dispêndio seu e trabalho”²².

Assim, podemos deduzir, com esta amostra indicada por Baena, e reforçada pela política integracionista dirigida aos índios da Amazônia desde meados do século XVIII²³, que tal política imprimiu aos grupos indígenas no Grão-Pará um processo transcultural²⁴, tendo que conviver e coabitar o mesmo espaço com culturas distintas, não apenas em relação ao colono europeu e/ou paraense. Também é possível compreender uma desestruturação na

²² *Idem.*

²³ A política integracionista vivida pela capitania a partir de 1750 incorpora-se a um conjunto de ações capitaneadas pelo ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que visavam a consolidação do projeto colonial lusitano na parte norte da América portuguesa. As conhecidas políticas pombalinas atuaram em áreas nevrálgicas às dinâmicas internas, sobretudo a partir das ações dos grupos indígenas locais. Sistematizadas no instrumento legal conhecido como *Diretório dos Índios*, as políticas pombalinas visavam agregar melhor os vários povos indígenas ao Estado português na Amazônia, transformando-os em uma espécie de “súditos” da coroa real. Dentre as medidas destacavam-se o incentivo de casamentos entre portugueses e lideranças indígenas locais; a proibição da denominação habitual de “negros da terra” aos indígenas, onde a eles era associada a cor dos escravos africanos; assim como a proibição da língua geral, estimulando a disseminação da língua portuguesa como o idioma oficial, e hegemônico. Nesse sentido, todos os núcleos urbanos com nomes indígenas passaram a ter denominações portuguesas. A diretriz do *Diretório* referente à supressão da língua geral sustentava três ideias para a defesa e aplicação do português como língua oficial. A primeira ideia era de que o uso do idioma local reforçava a prática dos costumes *nativos* vistos como selvagens pelo olhar europeu; a segunda percepção argumentava que a adoção de um idioma civilizado levaria a civilização destes costumes locais; e a terceira ideia de que a imposição da língua Régia acarretaria a sujeição dos povos conquistados. Para uma leitura mais profícua deste estudo, cf. GARCIA, Elisa Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. Revista Tempo, 2007, p.23-38, p.23. A Língua Geral Amazônica (LGA), denominação utilizada por Bessa Freire, foi uma língua constituída a partir da junção do português, trazido pelos colonos, e as diversas línguas indígenas, como forma de estabelecer um nível razoável de comunicação no processo de colonização. A base inicial da língua geral foi a língua tupinambá, que, ao longo do processo de mudanças do período colonial, foi se metamorfoseando, até perder a originalidade tupinambá, e se transformar numa língua híbrida, com características lingüísticas diversas. Para um estudo mais aprofundado sobre a LGA e suas transformações, cf. BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (doutorado). 241f. Instituto de Letras – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. Para compreender com mais profundidade a Amazônia brasileira no período pombalino, e a própria política pombalina, conferir o estudo de José Alves Júnior, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009.

²⁴ “(...) transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque este não consiste apenas em adquirir uma cultura, que é o que a rigor indica o vocábulo anglo-americano — aculturação, mas implica também necessariamente a perda ou o desligamento de uma cultura precedente, o que poderia ser chamado de uma parcial desaculturação, e, além disso, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser denominados neoculturação”. ORTIZ, Fernando. *El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983: Del fenómeno de la “transculturación” y de su importancia en Cuba. Tradução: Livia Reis. <http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/ortiz.pdf>

configuração espacial e étnica imposta aos grupos indígenas deste território com o avançar das políticas coloniais.

Desse modo, pontuamos neste estudo que os grupos étnicos e sociais que coabitavam a região do Quadrilátero Cabano, em destaque as etnias Mura, Munduruku e Mawé, em decorrência do processo integracionista alcançaram a década de 1830 em franco processo transcultural, de reconfiguração espacial e realinhamento político, imprimindo novos arranjos e estratégias diante das frentes de expansão e domínio colonial. É o que demonstra a narrativa de Baena ao colocar a convivência em aldeias os Munduruku e os Mawé, que eram duas etnias rivais e não conciliáveis em tempos passados.

Ao localizarmos a presença e participação destas três etnias pelas narrativas coloniais, observamos certo lugar de destaque, sobretudo os Mura e os Munduruku. Pelos indícios das narrativas, eram povos originários da região e que passaram a chamar a atenção dos agentes coloniais desde a primeira metade do século XVIII, a exemplo dos Mura. O avanço da fronteira colonial em direção ao Madeira ocorreu na primeira metade do XVIII, ambicionado pelas espécies de cacau da região e pela navegabilidade do rio, caminho fluvial que interligava o Grão-Pará à província do Mato Grosso. Nas falas dos agentes coloniais, sejam comandantes, particulares ou viajantes, as narrativas sobre os Mura foram sendo tecidas superlativadas por estereótipos, dentre os quais mais recorrentes eram bárbaros, corsários e ciganos dos rios²⁵.

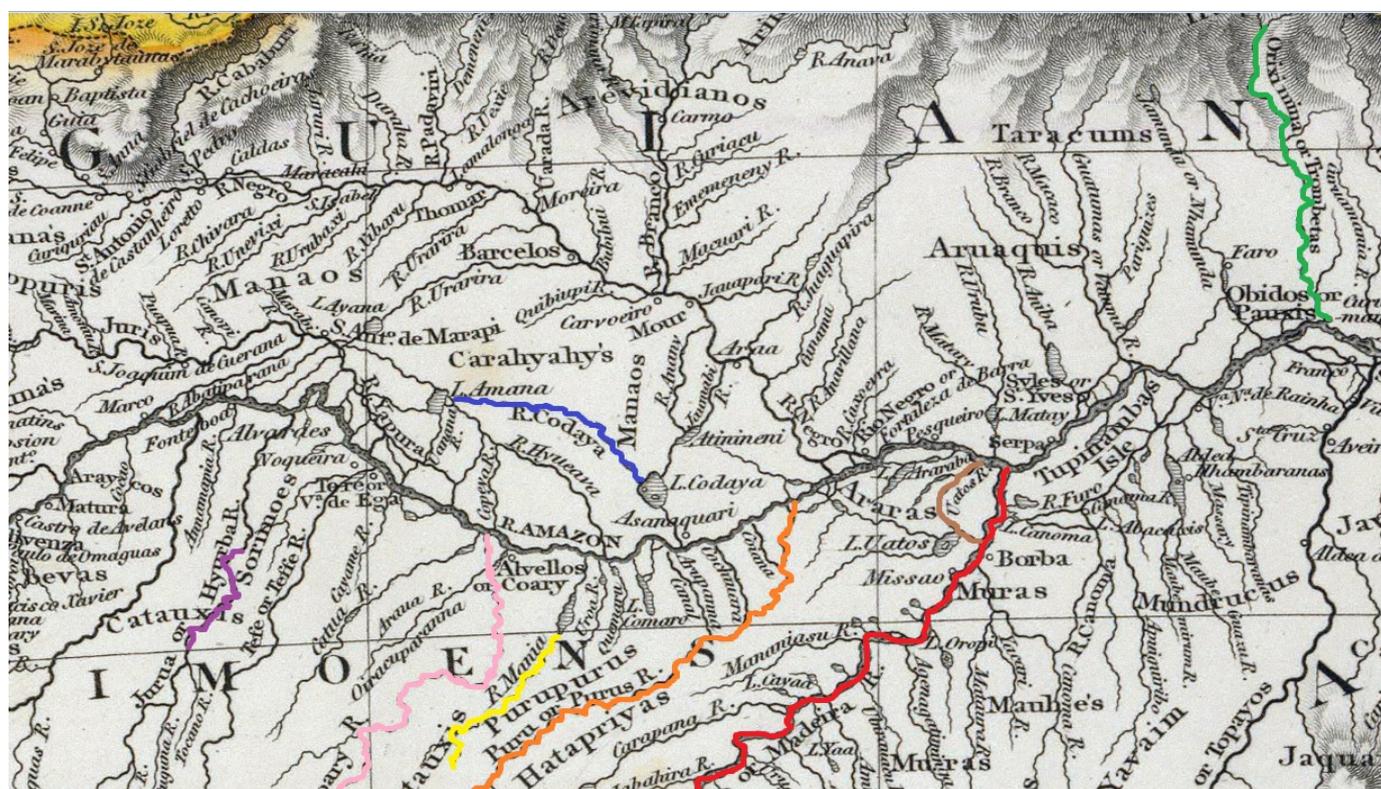
A intensificação da presença colonial se deu a partir da segunda metade do século XVIII com políticas sistemáticas de povoamento, inseridas no princípio jurídico iluminista do *usi possidetis* de domínio territorial e da natureza²⁶. Assim, se observará uma dispersão Mura por outras paragens do interior da Amazônia, nas margens de afluentes do Madeira. Uma

²⁵ Sobre a representação no decorrer do século XVIII, ver: AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 298-310, p.302. ARAÚJO, Alik Nascimento de. De bárbaros a vassalos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST). Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

²⁶ Ver: BARARUÁ, Marcus Vinicius Valente & CHAMBOULEYRON, Rafael. *Cabo do Norte: conflitos e territorialidade (XVII-XVIII)*. *Revista Estudos Amazônicos* • vol. X, nº 1 (2014), pp. 255-278.

narrativa anônima de 1826²⁷ delimitou a extensão da localização Mura em pelo menos nove rios, sendo eles: Madeira, Trombetas, Guatazes (Autazes), Codajazes, Purús, Mamiá, Coari, Paruá e Copacá. Tamaña dimensão territorial advém do avanço colonial, mas também da própria cultura Mura, conhecidos como grupo nômade e com eficiente habilidade de navegação. A seguir podemos ver a localização de oito dos nove rios destacados em cores no mapa contemporâneo a narrativa anônima.

IMAGEM 05: Rios *Mura* em 1826



Fonte: Sidney Hall. Brazil and Paraguay. London: Longman, e outros, 1828.²⁸

²⁷ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Editora Vozes: Petrópolis, 1988.

²⁸ Legenda dos rios a partir das cores em destaque: Vermelho – rio Madeira; verde – rio Trombetas; marrom – rio Autazes (Guatazes ou Uatas); azul – rio Codajazes (Codaya); laranja – rio Purús; amarelo – rio Mamiá; rosa – rio Coari; roxo – rio Copacá. A localização foi feita a partir da procura no mapa, com nomes iguais ou semelhantes, cruzando com a localização atual via satélite. A maioria dos rios continua com os mesmos nomes de tempos passados. Não conseguimos localizar o rio Paruá.

Pelo mapa exposto, datado de 1828, podemos dimensionar a extensão de rios que os Mura percorriam na segunda década do século XIX. Além de nos possibilitar compreender o raio de ação bastante alargado dos Mura, bem além da delimitação do Quadrilátero Cabano, também permite que visualizemos a destreza desta etnia no curso de grandes, médios e pequenos rios, como iremos verificar de forma mais detalhada mais a frente, ainda neste capítulo.

Com os projetos coloniais instaurados no final do século XVIII, sobretudo direcionado à etnia Mura, presenciemos a aproximação destes indígenas aos núcleos coloniais entre os anos de 1784 e 1786. É importante demarcar que tal aproximação partiu dos próprios Mura, a partir de suas leituras acerca deste processo de colonização e, por isso, a partir de sua agência. A redução voluntária Mura documentada com o título de *Redução voluntária do gentio Mura*²⁹ há anos era esperada pelos agentes coloniais envolvidos no projeto de extensão e domínio do território lusitano, assim como pela coroa portuguesa, envolvida em constantes disputas de alargamento de fronteira com França, Espanha, Inglaterra e Holanda. É importante considerar aqui as várias investidas aos diversos grupos Mura espalhados pelos sertões, de forma mais direta e incisiva, chegando às diversas situações de guerra (lê-se os Autos de Devassa abertos em 1738 e 1739), e também se constituindo de permutas e comércios, além da prática em presentear com brindes e mimos, recorrentes no processo de colonização indígena³⁰. Os insucessos de tais investidas podem ser compreendidos como sucesso das ações Mura de recusa à condição de aldeado e, conseqüentemente, subjugada aos interesses colonialistas. Pontuamos aqui, a compreensão das ações Mura enquanto protagonismo desse grupo indígena ante os projetos coloniais, estabelecendo direcionamentos diversos na tessitura do processo colonizador³¹.

²⁹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974.

³⁰ HENRIQUE, Márcio Couto. Presente de branco: a perspectiva indígena dos “brindes” da civilização (Amazônia, século XIX). XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN, 2013; HENRIQUE, Márcio Couto & MORAIS, Laura Trindade de. *Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)*. rev. hist. (São Paulo), n. 171, p. 49-82, jul.-dez., 2014.

³¹ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Os Mura tinham por inimigos históricos os Munduruku³², etnia que aparece na documentação cabana como aliados das tropas imperiais. As inimizades entre Mura e Muduruku podem ser observadas nos relatos dos viajantes que percorreram os sertões amazônicos ao longo dos séculos XVIII e XIX, que utilizamos como fonte de pesquisa neste estudo³³. Também, esta afirmativa se sustenta nos estudos histórico-antropológicos que vêm sendo desenvolvidos sobre estas duas etnias. Estas inimizades construídas no decorrer da história dos Mura e dos Munduruku nos possibilita compreender o furor destes dois grupos étnicos lutando contra si nas batalhas cabanas.

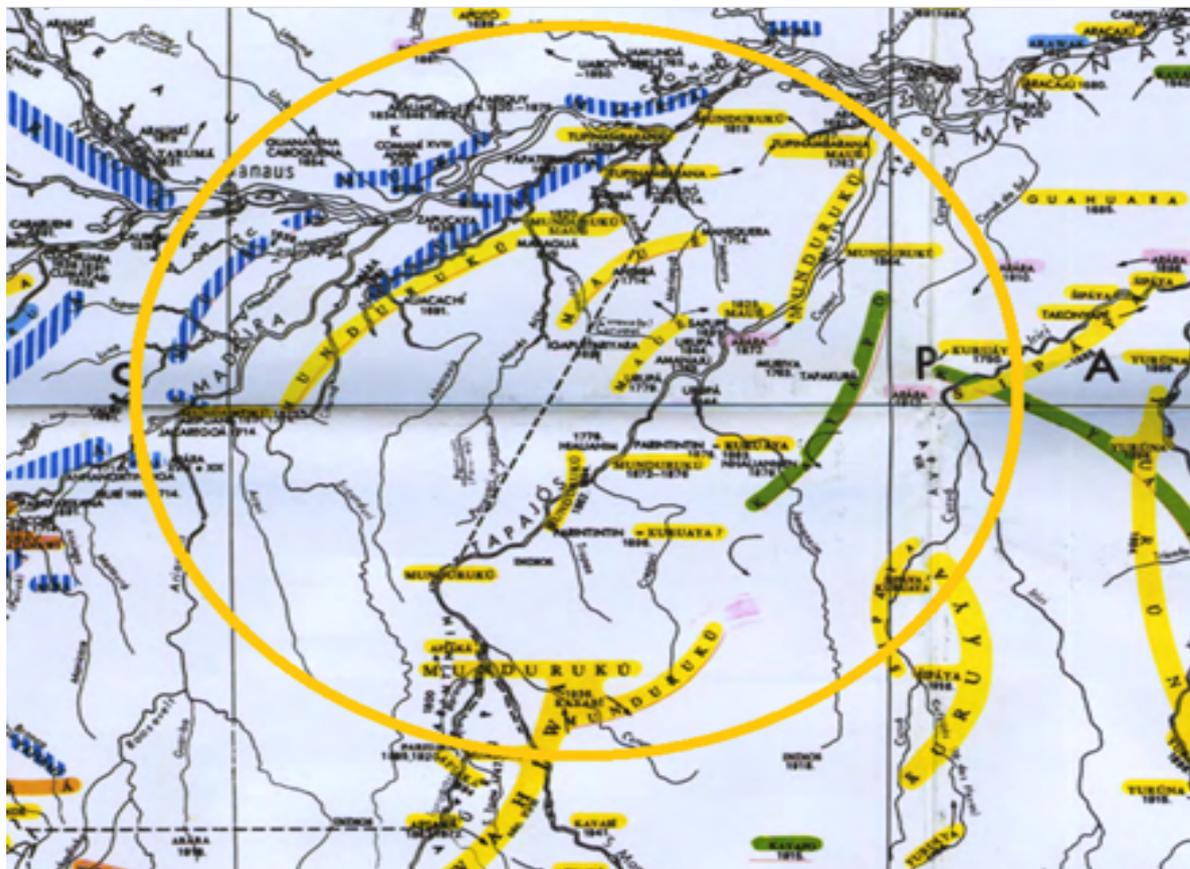
Também pela narrativa colonial³⁴ consta este povo, os Munduruku, como aguerrido e altamente belicoso. A exemplo dos Mura, esta etnia recebeu todo um investimento por parte do poder colonial para sua integração. Além do expressivo quantitativo e seu forte caráter beligerante, os Munduruku eram senhores do rio Tapajós, importante e estratégico caminho fluvial para os interesses lusitanos e sua relação com as capitanias de Mato Grosso e Goiás. Entretanto, seu raio de ação ultrapassava em muito os limites que margeavam o referido rio. Tem-se na documentação informações de ataques Munduruku alcançando as proximidades de Belém, em vilas na Ilha do Marajó, em momentos pontuais de suas ofensivas. A extensão das ações Munduruku nas primeiras décadas do XIX pode ser dimensionada a partir do mapa a seguir. Vejamos.

³² Sobre a trajetória Mura e Munduruku em diferentes temporalidades, ver: SULIMAN, Sara da Silva. *Os índios Munduruku e o “zeloso capuchinho” no rio Tapajós (Pará, 1848-1854)*. XXVII Simpósio Nacional de História / ANPUH. Natal, 2013; ALMEIDA, Luana Machado de. *Munduruku e Pariwat: Relações em transformação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010; AMOROSO, Marta Rosa. *Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 298-310, p.302; ARAÚJO, Alik Nascimento de. *De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST). Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

³³ SPIX, Johann B. Von; & MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. FLORENCE, Hércules (1804-1879). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974.

³⁴ Utilizamos como narrativa colonial os relatos de viajantes, de missionários e de agentes do Estado português.

IMAGEM 06: Extensão das ações Munduruku



Fonte: Detalhe adaptado pela autora do: MAPA etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944 / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.³⁵

Nesse sentido, esforços não foram poupados para a sua redução aos projetos coloniais. Sabemos que em 1790, esta etnia ainda não tinha sido integrada, como consta em ordem expressa dada pelo governador Francisco de Souza Coutinho, no mesmo ano em que aportou em Belém para assumir seu cargo. Remetida em 18 de setembro de 1790 ao Ajudante Antônio Carlos Fonseca Coutinho, que atuava na comarca do Baixo Amazonas, o governador solicitava a seu subordinado

³⁵ MAPA Etno-histórico de Curt Nimuendaju / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.

(...) tentar os ditos índios por todos os meios possíveis de doçura e de persuasão, a que ponham a situar-se ou na vila de que tenho nomeado a Vossa Mercê Diretor, ou nas circunvizinhas a esta Cidade para o que se aproveitará o terror que a eles causa na vizinhança do Mundurucu de que ficam livres como usará de premiar alguns dos que mais influência tenham nesta Nação para os encaminhar ao seu fim agora lhe remeto esta limitada porção de Fazenda que distribuirá pelo modo acima dito segurando-lhes que eu tenho aqui muito mais que só espero que eles desçam para lhes ser distribuída.³⁶

É importante lembrar que, em 1790 o governo colonial empreendia descimentos de índios. Apenas, alguns anos mais tarde, em 1798, que tal prerrogativa foi tornada exclusiva aos particulares. Nos capítulos que se seguem, analisaremos a Carta Régia responsável por esta alteração, assim como as animosidades entre as autoridades coloniais que tangenciaram o processo de pacificação com os Munduruku. Por ora, nos interessa destacar a preocupação em se aproximar e estabelecer relações com os Munduruku, a partir de uma tática bastante utilizada, não apenas na efetivação dos projetos coloniais, mas também nas batalhas cabanas, a de seduzir os índios por meio de presentes, sob uma concepção presente tanto na cultura política portuguesa, mas também da maioria das sociedades indígenas, o prestígio do líder. Na ordem dada por Souza Coutinho, os Munduruku deveriam ser presenteados com fazendas, mesmo “mimo” usado para garantir a recém estabelecida “amizade” com os Mura. Na ocasião, em 27 de abril de 1790, Souza Coutinho recebe ordens do secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para reencaminhá-las ao governador do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo d’Almada, sobre uma remessa que chegaria ao Pará, de fazendas destinadas aos “índios Mura, que ultimamente desceram para as Capitanias do Pará e Rio Negro”³⁷.

O investimento do Estado português por estreitar as relações com os Munduruku parece que alcançou êxito ainda na década de 1790. Em correspondência expressamente direcionada a Lobo d’Almada, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro português e irmão

³⁶ *Ofício de Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Grão-Pará, à Antônio Carlos Fonseca Coutinho, Ajudante, remetido de Belém em 18 de setembro de 1790. Livro registro da Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bn digital. Coleção conde de Linhares, Documento 325. Folhas 1-147, fl. 43-45.*

³⁷ *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, à Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Grão-Pará, remetido do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 27 de abril de 1790. Cartas Régias Capitanias do Pará e Rio Negro, 1790-1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 588.*

do governador do Pará, lembrava ao governador do Rio Negro de cartas suas informando sobre a “Pacificação dos Gentios Mundurucú”, sendo considerada pelo estadista português, “um dos mais importantes e úteis serviços” que Lobo d’Almada prestava a Coroa portuguesa, e que por isso, a rainha mandava-lhe dar os “devidos louvores”. Dom Rodrigo reforçava que Almada empregasse os mais suaves meios e “bons tratamentos [para] atrair, domesticar e civilizar esses Bárbaros e fazer-lhes conhecer e experimentar as cômodas e vantagens da sociedade”³⁸.

Em relação aos Mawé, sua referência nas narrativas coloniais não é tão acentuada quanto à dos Mura e dos Munduruku. Nossa opção por incorporar este povo à análise da tese se deu pela forte presença desta etnia na Cabanagem e a importância que seu território teve para as batalhas cabanas. A partir das informações documentais, sobretudo as narrativas de viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, nos deparamos com menções mais esparsas e não tão enfáticas desta etnia, o que nos levará a uma maior atenção e um rigor metodológico ao pesquisar indícios que nos possibilitem traçar a trajetória Mawé no período estudado.

Sabemos que até 1680 os Mawé localizavam-se nas proximidades do rio Purus, conjuntamente a outras etnias, como os próprios Mura e os indígenas Abacaxi. De acordo com relatos de Paul Marcoy³⁹, viajante francês que em meados de 1847 desceu o rio Amazonas, percorrendo três mil e trezentos quilômetros, a configuração demográfica e étnica da Amazônia sofreu uma forte mudança a partir de 1760 a 1780, levando a toda uma reformulação territorial e étnica dos povos indígenas, na medida em que muitos grupos foram desfeitos, ou reagrupados, de acordo com o conceito usado atualmente de etnogênese⁴⁰. Os

³⁸ *Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro português, à Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania do Rio Negro, remetido do Palácio de Queluz em 01 de abril de 1797. Cartas Régias Capitanias do Pará e Rio Negro, 1790-1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 588.*

³⁹ MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. 2. ed. Em português. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006, p.181-183.

⁴⁰ De modo geral o conceito de etnogênese consiste em um processo reconfiguração cultural e identitária de grupos étnicos e culturais que passaram por processos endógenos e exógenos de incorporação de elementos culturais. A criação deste conceito se insere no movimento revisionista das Ciências Humanas vivenciado a partir da década de 1970. O uso pela Etnohistória foi incorporado sentidos próprios que distanciam do significado original cunhado por William Sturtevant, em 1971, quando relacionava apenas para a compreensão das mudanças estritamente políticas quando se emergia fisicamente um novo grupo político. Os estudos etnohistóricos ampliam o conceito de etnogênese para as diversas transformações no contato cultural, sendo amplamente empregado nos desdobramentos do processo colonial, nas relações assimétricas estabelecidas entre a cultura do colonizador e as culturas indígenas. Assim, ao entender que os povos indígenas ao terem sido

reagrupamentos indígenas resultados da inserção cada vez mais invasiva dos agentes coloniais não inaugura o processo de trocas culturais, ou um “comércio de identidades”⁴¹ desenvolvidas entre os povos indígenas da região. Estudos arqueológicos vêm apontando uma tradição milenar de trocas comerciais entre os grupos humanos das terras baixas da América do Sul, o que levava a intercâmbios culturais entre estes povos⁴². É conhecimento antigo que a própria formação humana se fundamenta, desde sempre, em trocas e transformações cambiantes. Desse modo, não seria diferente entre os povos indígenas da América. O que mudou no processo de transformação implicado pela colonização, foi a lógica e a relação de forças destas mudanças.

O processo colonial impôs trocas baseadas numa assimetria de poder, impondo transformações aos indígenas que, em muitas vezes não tinham a opção contraposta. Mas, mesmo sob as bases de relações assimétricas de poder, os povos indígenas foram imperativos nos rumos que estas mudanças os levariam e os levaram. Serge Gruzinski já sinalizava em seus estudos no final do século XX que os grupos indígenas não se apegavam estritamente às “tradições pré-Cabralinas”. Fazia parte de suas culturas o processo de adaptação e mudanças diante de situações de contatos⁴³. Desse modo, o prefixo “re” tornava-se elemento comum à concepção de contatos dos povos indígenas americanos. Reestruturar-se, reorganizar-se, redefinir-se, readaptar-se. Para além de uma sequência de inflexões verbais, estas palavras definem as formas de agir de muitos dos grupos indígenas a partir do contato com o europeu.

Posto isso e continuando a análise de Marcoy, localizamos os Mawé na segunda metade do século XVIII ocupando antigos lugares deixados pelos Tupinambá, conjuntamente

levados a uma convivência imposta com outras culturas nos aldeamentos coloniais, distanciando-se de suas aldeias e seus coletivos, tiveram de construir um processo de reconfigurações identitárias, num movimento de perdas, aquisições e manutenções de elementos culturais. Desse modo, a etnohistória abandona a concepção de aculturação por entender que os grupos étnicos que vivenciaram a colonização não perderam de todo a sua cultura, e sim a transformaram num processo de etnogênese. Para uma compreensão pormenorizada do conceito de etnogênese, ver: PAIVA, Adriano Toledo. Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda & VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

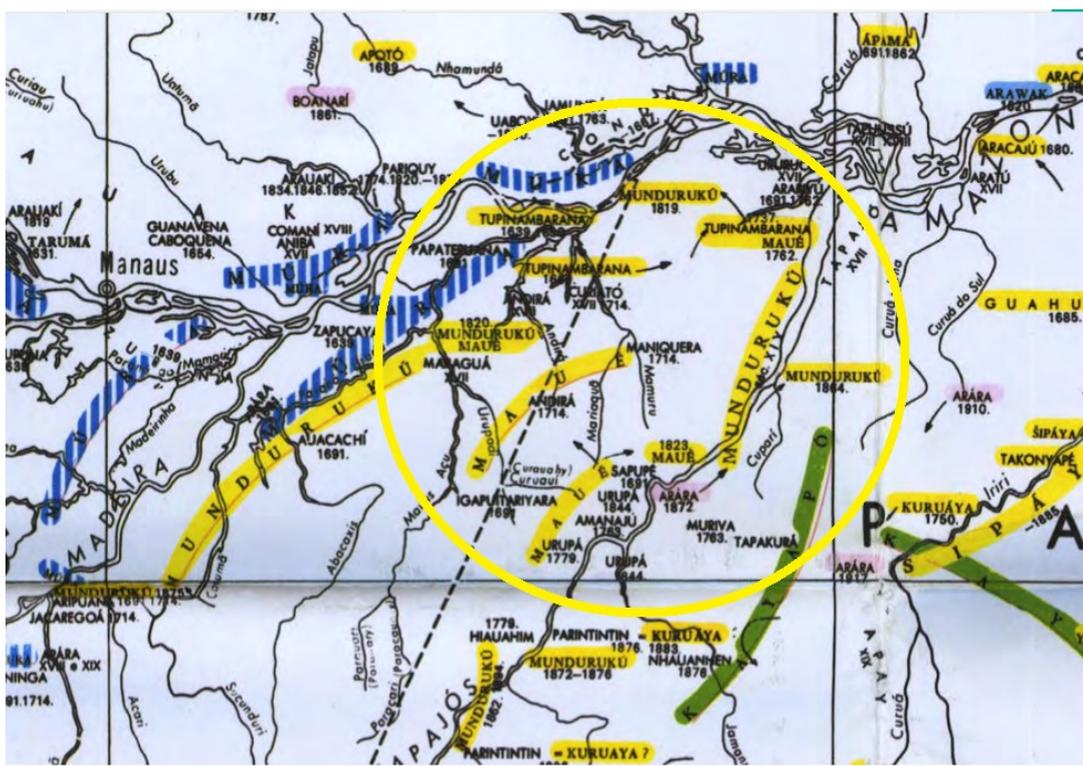
⁴¹ BOCCARA, Guillaume *apud* PAIVA, *op.cit.*, p. 4.

⁴² MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.: il. ISBN 978-85-61377-82-3.

⁴³ GRUZISNKI, 1986, *apud* PAIVA, *op.cit.*, 2009.

aos Abacaxi e Cunumã. Região conhecida como Tupinambarana (lago dos Tupinambá), este canal situava-se à margem direita do rio Madeira e compreendia uma extensa área, nas proximidades dos rios homônimos às etnias citadas, como podemos verificar no mapa a seguir.

IMAGEM 07: Raio das ações Mawé



Fonte: Detalhe adaptado pela autora do: MAPA etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944 / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.⁴⁴

Esta região foi palco de efetivas batalhas na Cabanagem. Em 1847, Marcoy nos localiza novamente os Mawé, na ocasião agrupados em duas antigas missões jesuíticas juntos com os índios Canumã e Abacaxi, este último dando o nome a referida missão. O viajante nos informa que, neste período

⁴⁴ MAPA Etno-histórico de Curt Nimuendaju / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.

(...) só restavam das missões dois pobres povoados semidesertos. Para repovoá-los foram capturados à força Abacaxis e Maués que viviam nos arredores em estado de natureza, além de um certo número de Torás e Mundurucus apesados entre o Madeira e o Tapajós. A direção espiritual dos dois sítios foi confiada ao carmelita José das Chagas e o comando temporal a dois capitães-do-mato chamados Rodrigues Porto e Pereira da Cruz.⁴⁵ (grifo nosso).

As informações de Paul Marcoy sobre os Mawé batem com os relatos dos viajantes bávaros, Johann Von Spix e Karl Von Maritus, que passaram pelo Grão-Pará três décadas antes da estadia do francês, e duas décadas do período analisado por ele. Em 18 de setembro de 1819, Spix e Martius aportaram em Santarém. No trajeto à capital da comarca do Baixo Amazonas, os viajantes narraram exaustivamente suas experiências e impressões geográficas e etnográficas. No começo de outubro, alcançaram Parintins, antiga Vila Nova da Rainha, que por sua vez, nominou a antiga região de Tupinambarana. De acordo com os viajantes, esta vila localizava-se

Em meia légua abaixo da foz do furo de Abacaxis ou rio Maués no Amazonas. O lugarejo compõe-se de diversas filas de cabanas baixas, em parte sem janelas, cobertas com folhas de palmeira. Apesar do seu nome, com uma população de cerca de umas 600 almas, goza apenas dos foros de lugar. (...) Aqueles primeiros habitantes [os Tupinambá] tanto se cruzaram com os restantes índios, ou com a população meio europeia, que somente lhes ficou como lembrete da antiga origem, maior facilidade no manejo da língua geral ou tupi. Ademais, foram ainda aldeadas aqui, durante os quatro últimos decênios, além daqueles índios ladinos, nativos ou quenicarus, umas famílias de tribos dos paravelhanos, mundurucus e maués.⁴⁶ (grifo nosso)

Ao cruzarmos as informações disponibilizadas pelos viajantes europeus, com uma curta diferença temporal, alguns pontos merecem destaque em nossa análise sobre os Mawé, os Mura e os Munduruku. O primeiro refere-se ao que notamos anteriormente sobre o processo transcultural, ou de etnogênese, vivenciado pelos grupos sociais indígenas e não-indígenas, nos sertões amazônicos, acelerado a partir da segunda metade do século XVIII,

⁴⁵ MARCOY, *op.cit.*, p.200.

⁴⁶ SPIX, Johann B. Von; & MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981, p. 104.

num movimento de assimétrico de reestruturação da capitania pela lógica colonial e desestruturação das antigas dinâmicas interétnicas pela lógica dos povos indígenas.

O território destas etnias indígenas, lócus de análise deste estudo, era uma região que mantinha certa autonomia ante o interesse colonial até meados do século XVIII, o que possibilitou uma integração mais tardia de alguns grupos indígenas. O antropólogo dedicado aos estudos das populações existentes no médio Amazonas, Mark Harris considera os cursos do Madeira como uma extensa *zona tribal*. Ao fundamentar-se em estudos de Ferguson e Whitehead, Harris compreende zona tribal como uma área indígena afetada pela proximidade do Estado, mas que não estava diretamente sob a gerência estatal. É uma área que se constitui a partir de imbricados sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais de grupos indígenas que mantém relativa autonomia quanto ao avanço dos projetos coloniais⁴⁷.

Em que pese todo o risco de utilizar o conceito tribal⁴⁸, inclusive não concordando com a ideia expressa neste conceito e nem a continuidade de seu uso, optamos pela permanência do conceito adotado por Harris para compreender a região do baixo e alto Amazonas da segunda metade do século XVIII em diante, por considerarmos que esta concepção possibilita compreender a dificuldade que existiu tanto na inserção colonial no curso dos rios mencionados, e podendo estender-se para o alto Amazonas um lugar de predominância, não só demográfica, mas de uma lógica indígena. Também possibilita entender por que tal região foi forte espaço de poder cabano, apresentando-se como o último reduto de atuação insurgente. Harris estabelece uma relação entre a relativa autonomia da zona interétnica e a superioridade indígena sobre o conhecimento do território, como fator determinante para o poderio cabano na região. Região de diversidade e confluência de etnicidades ameríndias, com suas mais variadas relações, de comércio, de parentesco, de

⁴⁷ HARRIS, Mark. *Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia*. University of St Andrews. Revista de Antropologia, v.58, nº I, USP, São Paulo, 2015.

⁴⁸ O termo tribo vem sendo colocado em xeque há muito tempo pelos movimentos indígenas e pela academia. Surgido no momento inicial da colonização, o termo tribo passou a ser aplicado para categorizar os variados povos indígenas. Além do objetivo de reduzir sociedades altamente complexas, densas e assentadas em estruturas de organização social e política, o conceito tribo denota uma imprecisão própria da sua finalidade quando foi criado. Esta imprecisão, propiciada por uma plasticidade de sentidos para a ideia tribo, possibilitava, e ainda possibilita, ele ser altamente manipulável de acordo com os interesses de quem os emprega, historicamente o Estado e suas instituições e os grupos dominantes. RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. Série Antropológica nº 32. Universidade de Brasília. Trabalhos em Ciências Sociais. Brasília-DF, 1982.

alianças, de guerras, de rituais, a floresta era um território que precisava ser defendido. E assim o foi nos conflituosos anos de 1835 a 1840.

Harris localiza ainda, um complexo sistema interétnico desenvolvido na região estudada desde tempos pré-coloniais, que passa a enfrentar um processo intensivo de mudanças a partir do final do XVII. Esta percepção se alinha às constatações feitas por Décio Guzmán em suas pesquisas sobre grupos indígenas no Rio Negro, especificamente os Manao. Desde o início do século XVII, com o processo de colonização da Amazônia, Guzmán localiza por meio da leitura documental, a existência de redes comerciais interétnicas antigas e que foram apropriadas em interesse próprio pelos projetos coloniais⁴⁹.

Partindo desta concepção, inserimos as dinâmicas sociais e políticas envolvendo os Mura, os Mawé e os Mundurku e os projetos coloniais, dentro de uma *zona de contato*⁵⁰ onde ambos os universos se alimentaram da cultura do outro a partir de um sistema de trocas culturais e, de interesses também, num movimento de retroalimentação. Estabelecer esta inserção é fundamental para entender o dinamismo das ações desenvolvidas por estes agentes nos *lugares cinzas* surgidos com a colonização, identificados por Gonzalo Lamana como espaços de intersecção entre os polos destes agentes históricos, ou seja, os espaços das ações coloniais⁵¹. Tal dinamismo, como qualquer fenômeno histórico, é constituído do ir e vir das ações num deslocamento entre avanços e revezes.

⁴⁹ GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros Circulares: Guerra e Comércio no Rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. Anais do Arquivo Público do Pará: - Belém: Secretaria Executiva de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 5, t.1, 2006, p.139-165.

⁵⁰ De acordo com Mary Louise Pratt, zonas de contato “(...) espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”. PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 27.

⁵¹ Gonzalo Lamana constrói o conceito de lugares cinzas para compreender o processo de colonização espanhola sobre o Império Inca. Mesmo não deixando evidente em seu artigo, a leitura de seus argumentos nos permite entender a opção pela tonalidade cinza para compreender os espaços criados pela colonização espanhola. Ao demarcar a importância das lideranças Incas para o êxito ou o revés do avanço colonial, Lamana se utiliza da cor cinza no sentido da mistura de cores primárias entre preto e branco. Ao estabelecerem formas próprias de agir ante os interesses coloniais, ora aproximando-se ou confrontando-se, as lideranças locais acabaram por criar estratégias nova, criadas no decorrer do processo colonial, como diz Lamana, “no blancas o negras sino grises, y por tanto más difícilmente registrables” (p.41). Ver: LAMANA, Gonzalo. Definir y dominar. Los lugares grises en el Cuzco hacia 1540. *Colonial Latin American Review*. ISSN: 1060-9164 (Print) 1466-1802 (Online) Journal homepage: <http://www.tandfonline.com/loi/ccla20>

Outro ponto que merece uma análise mais atenciosa tange entender as dinâmicas destas etnias indígenas ante o avanço dos projetos coloniais. Quando relatos de viajantes nos apontam a integração de índios Mawé, congregando-os com outras etnias a missões religiosas, isso não significa referir-se a todos os Mawé. Quando localizamos nas narrativas a redução voluntária Mura e sua relação amistosa com os núcleos coloniais, isso também não representa todos os Mura. A mesma lógica vale aos Munduruku.

Demarcar isso é importante para não incorreremos no risco de estabelecermos uma análise simplificada e sempre derivada das ações empreendidas pelos agentes coloniais, como se estes grupos estivessem eternamente resistindo a algo. Esta atenção é fundamental para entendermos a participação destes agentes nas batalhas da Cabanagem, quando nos deparamos com índios Mura agindo afinados com os cabanos e Mura ao lado das tropas imperiais. Também nos possibilita compreender a citação a seguir, dos próprios Spix e Martius, quando eles relatam a existência de grupos indígenas livres, vivendo distanciados dos grandes cursos dos rios. Vejamos.

Uma nação numerosa, a dos muras, vive em liberdade em famílias espaçadas ao longo das margens do Amazonas, do Solimões e do Madeira. Essas, de certo modo os ciganos entre os índios, não tem morada fixa (índios de corso), e podíamos encontrá-los como amigos ou inimigos, segundo a ocasião. As demais grandes tribos livres, os mundurucus, os maués, miranhas, etc, se as queríamos conhecer, devíamos procurá-las nas suas tabas mais ou menos distantes do grande rio.⁵² (grifo nosso)

Muito significativo para as proposições pretendidas neste estudo é perceber que, próximo a entrar na década de 1820, existiam grupos indígenas vivendo em relativa autonomia. A busca e garantia por esta autonomia, acreditamos, ter sido um fator preponderante para a participação efetiva destas etnias na Cabanagem, construindo assim, sua agência nas batalhas.

Para entender as ações estabelecidas pelos grupos indígenas ante o avanço colonial em seus territórios, é fundamental compreender as próprias dinâmicas destes povos, antes mesmo do processo colonial, e que encontram elementos culturais ainda hoje, mesmo

⁵² SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil – 1817-1820. Edições Melhoramentos / IHGB / MEC.. Volume III, 1976, p. 89.

decorridos tanto tempo de contatos e transformações ao longo do colonialismo. Para tanto, reservamos neste capítulo um espaço para conhecermos mais sobre o processo cultural e histórico dos Mura, os Munduruku e os Mawé. Vamos lá.

1.1. Os Mura – senhores dos caminhos fluviais

O século XIX se inicia sob a égide do avanço colonial para a região oeste da capitania do Grão-Pará. Como iremos ver de forma mais detalhada nos capítulos a seguir, a política da coroa portuguesa para a Amazônia adquire características bastante invasivas na segunda metade do século XVIII imprimindo à região, no limiar do *oitocentos*, reconfigurações territoriais e das relações étnico-sociais.

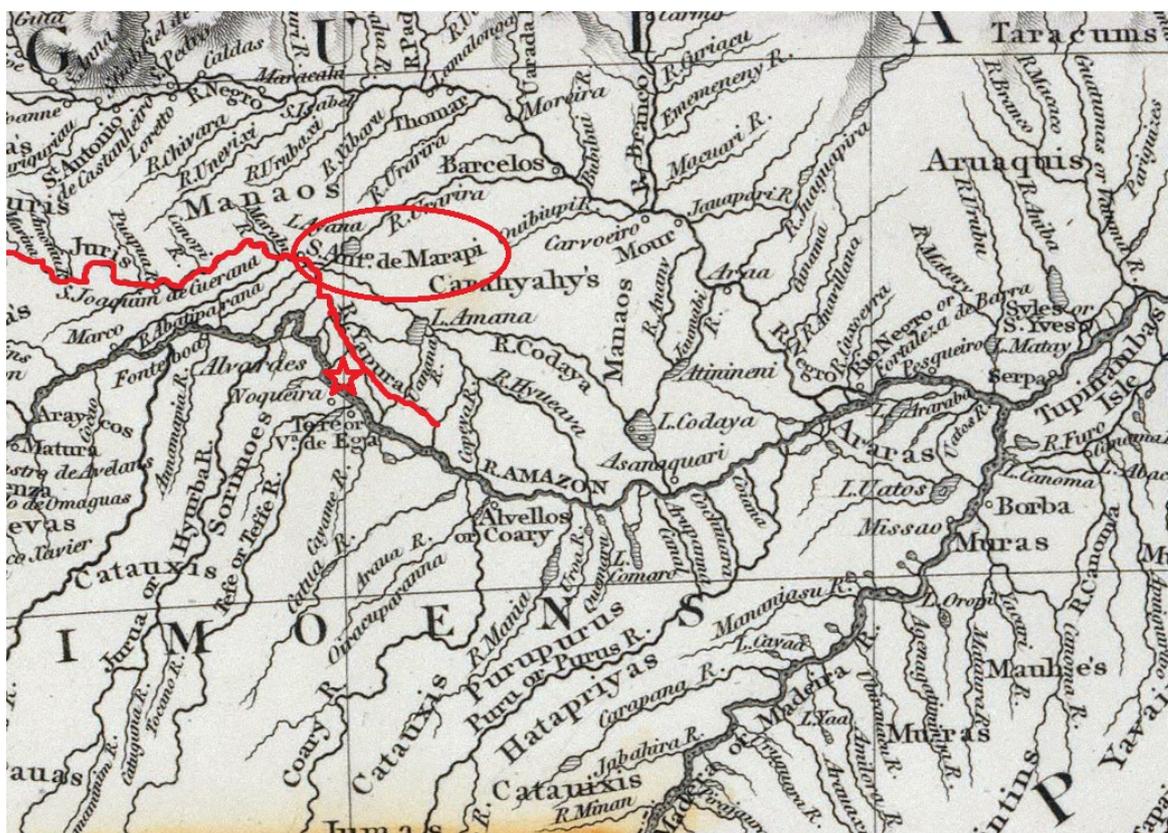
Um dos principais traços do avanço da política portuguesa, em especial sob a gestão de D. Francisco de Souza Coutinho, a partir de 1790, foi o trato com as nações indígenas do imenso território localizado entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas. Área de floresta e território indígena, à colonização denominava-se sertão. Os sertões da Amazônia constituíam-se, como analisado anteriormente, em áreas com certa autonomia ainda nesta virada de séculos, garantida, sobretudo, pela força e dinamismo dos povos indígenas, como a exemplo dos Mura.

Os Mura apresentavam-se no início do século XIX estabelecendo relações mais amistosas com os núcleos coloniais ao longo do rio Madeira. Este movimento de integração Mura ficou conhecido como *Redução Voluntária Mura*, e ocorreu na década de 1780. Este evento demarcou significativamente a história Mura diante da colonização lusitana. Acontecimento bastante almejado pelos colonos, o estreitamento na relação com os Mura se deu, em grande medida, pela vontade indígena.

Em 1784, um grupo Mura localizado na missão de Santo Antônio do Maripi no baixo Japurá, liderados por Ambrósio, indígena murificado, decidiram por redirecionar seus movimentos de guerra para com os colonos da região e estabelecer uma “paz” relativa. Relativa, pois o estreitamento na relação estabelecido pelos Mura do Maripi, não significou a mudança de postura de todos os Mura, nem tampouco significou uma relação de total harmonia, na medida em que os Mura sempre imprimiram uma postura de desconfiança e certo distanciamento ante os colonos, o que levou a um sempre alerta por parte dos agentes coloniais para com esta nação indígena. Também é importante demarcar a dispersão de

grupos Mura por um alargado raio de inserção, o que nos levar a atentar para o processo de integração Mura não de forma totalizada e sim num crescente movimento a partir dos Mura de Santo Antônio do Maripi. Vejamos que há presença Mura na região do rio Madeira, considerado um forte reduto deste povo indígena, numa distância considerável do lugar em que os primeiro grupos Mura decidiram pelo estreitamento ao projeto colonial. Podemos dimensionar o agigantado território Mura com o mapa a seguir.

IMAGEM 08: Santo Antônio do Maripi – baixo rio Japurá



Fonte: Sidney Hall. Brazil and Paraguay. London: Longman, e outros, 1828⁵³

Esta dispersão era um traço cultural importante dos Mura, inclusive levando a imprecisões de dados quantitativos deste povo pelas estatísticas coloniais. O ato de dispersarem-se em vários grupos que ocupavam um imenso território construiu a ideia do

⁵³ Observemos que a grafia escrita no mapa de Sidney Hall difere da usada pelas narrativas coloniais, na troca de vogais. Entretanto, deduzimos se tratar do lugar de Santo Antônio do Maripi a partir do cruzamento de informações com outros mapas, que nos levou a localização do rio Japurá (Yapurá) e sua parte baixa..

Mura agigantado⁵⁴ pela perspectiva demográfica. Outro elemento importante a ser mencionado nesta característica da dispersão é o fenômeno da Murificação, ou seja, transformarem seus prisioneiros em Mura ao integrarem-nos à sua sociedade. Todo este processo de espalhamento pelos sertões em um movimento transcultural levou aos Mura apresentarem diferenças entre si a despeito dos lugares em que habitavam, como o uso dos ornamentos corporais. O furo das orelhas e nariz para o uso de adereços feitos de ossos, como podemos ver na imagem mais adiante, era característico dos Mura dos Autazes e Rio Madeira, não encontrando este costume nos Mura de outras localidades⁵⁵.

A integração dos Mura do Maripi nos leva a necessidade de compreensão de vários elementos que são constitutivos da cultura desta etnia, e também de seu processo histórico, a partir do contato com a colonização portuguesa na região ao longo do século XVIII. As notícias sobre os Mura se destacam nas narrativas coloniais desde o início do século XVIII. Sempre em torno da questão legal, os Mura despontam no imaginário social colonial como povos necessários à colonização em detrimento de seu caráter belicoso e de domínio territorial. A política de expansão do território para o oeste aproximou o contato entre dois universos, o colonial com o Mura. Este contato foi por muito tempo emergido em violentos combates, com mortes de ambos os lados, obviamente que pendendo mais ao lado indígena; subjugação deste indígena ao projeto colonial pelas Leis de Liberdade e contra ociosidade, com o objetivo maior de seu controle; e de diáspora desta nação a outras regiões intensificada em meados do século XVIII pelo acirramento dos conflitos que embasavam a relação *colonizador/Estado x Mura*⁵⁶, além do recrudescimento da guerra com os Munduruku, entre os anos de 1784 e 1786⁵⁷.

O século XVIII demarca o avanço colonial à região do oeste da Capitania do Grão-Pará, alcançando o agigantado território Mura e entrando em choque com eles. Marta Amoroso nos aponta para uma situação observada nos meandros das Leis de Liberdade

⁵⁴ AMOROSO, *op.cit.*, 1992.

⁵⁵ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 258.

⁵⁶ MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 281-296, p.286.

⁵⁷ NOGUEIRA, Mas Deulen Baraúna. Guerras indígenas na região dos Tupinambaranas: Mura x Munduruku (1768-1795). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, 2020.

denominada “exceção de liberdade”, mecanismo criado ante a necessidade em se controlar etnias de difícil controle. A autora pontua este mecanismo nos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira onde argumentava que as nações Mura, Mundurucu e Karajá poderiam, a revelia da Carta Régia de 1798 que os tutelava sob a competência dos juizes de órfãos, ser recrutados para os serviços dos colonos com a garantia que seriam educados e batizados ⁵⁸. Desse modo, confrontando o imperativo das ações Mura ao longo do XVIII, tal brecha legal acionada em favor do recrutamento compulsório desta nação levava ao acirramento nas relações entre estes indígenas e os agentes coloniais.

Este imenso território, entrecortado de grandes e pequenos rios, lagos, igarapés, era território predominantemente indígena até os setecentos. A partir da análise apresentada por Harris, explicada acima, este território indígena apresentava-se numa certa autonomia, garantindo dinâmicas e relações interétnicas que configuravam o protagonismo autóctone. E, a região ao longo do rio Madeira, neste século, era domínio Mura.

Originários de uma grande região compreendida pelas bacias dos rios Amazonas, Solimões, Autaz, Baetas, Marmelos, Maturá, Aripuanã e Canumã, além do Madeira, os Mura apresentavam-se como um dos aspectos principais de sua cultura, a mobilidade. Não à toa, que podemos dimensionar o raio da presença Mura desde os primeiros testemunhos escritos pós-chegada portuguesa na Amazônia. A mobilidade Mura devia-se às suas habilidades de locomoção, sobretudo, fluvial. Considerados senhores dos caminhos fluviais, sua montaria era sua morada. Nas suas ligeiras ubás, os Mura acomodavam toda sua família, locomovendo-se centenas de léguas, no decorrer do dia e da noite, fazendo chuva ou sol. Não paravam nem mesmo no momento do trabalho de parto da mulher Mura, que se assentava “num toro de certa madeira, queimado em toda a superfície e até carvão (...) que resulta maravilhosamente, do que se infere influir beneficemente para o parto o gás do carvão dessa particular madeira”⁵⁹.

Sua destreza de navegação sempre chamou a atenção dos primeiros agentes coloniais a percorrer os sertões amazônicos a partir do início do século XVIII. Tal característica continuou no imaginário social do colonizador nos idos do século seguinte. A fala de um padre anônimo de 1826 transcrita por Moreira Neto dá indicativos da frustração que gerava o

⁵⁸ AMOROSO, Marta Rosa. *Op.cit.*, 1992, p.306.

⁵⁹ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 263.

não aproveitamento desta habilidade Mura em prol da colonização na região. Segundo os anônimos transcritos por Moreira Neto, os Mura eram “propensos à navegação, *perítimos* pescadores e hábeis para as salgas do peixe”⁶⁰, além de serem habilidosos para a extração das drogas do sertão em terrenos *alagados e infectos*⁶¹, mas que, decorridos de quarenta a sessenta anos da *redução voluntária Mura* tais habilidades ainda não tinham sido direcionadas para o desenvolvimento da província.

Concomitantemente às características positivas ao olhar e interesses colonial, como habilidades pelos caminhos fluviais, práticas de guerra extremamente eficientes, como a utilização da estratégia de guerrilha, o manuseio das armas e a expertise de armadilhas fatais no leito dos rios, as narrativas coloniais também criam um imaginário ao povo Mura muito negativo. De ferozes, bárbaros e violentos, os Mura ficaram conhecidos como os corsários fluviais dos sertões da Amazônia. Esta impressão sobre os Mura que se cristalizou ao longo do século XVIII passando para o XIX pode ser percebida nos traços retratados pelos desenhistas das expedições que percorreram a região neste período e entraram em contato com esta etnia.

⁶⁰ Anônimo, 1826 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 250.

⁶¹ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 261.

IMAGEM 09: Indígena Mura



Fonte: Imagem adaptada da obra de Spix & Martius (1976)

A imagem acima foi desenhada a partir da expedição de Spix e Martius que estiveram em contato com os Mura em 1820. Em que pese o modelo de homem que era esboçado nos pincéis e desenhos no início do XIX a partir de um padrão ocidental, os traçados evidenciados pelo desenhista da expedição denotam o sentido assustador que foi empregado a esta etnia. Podemos observar uma seriedade no olhar do Mura, com um forte semblante de braveza e hostilidade. As características culturais em sua face também chamam a atenção, com o uso de adereços feitos de ossos nas narinas. Ciente do sentido cultural e belicoso que o corpo representava para alguns povos indígenas da região, provavelmente os Mura se incluíam nessa construção do corpo para a guerra. Mas, independentemente se a imagem alcançou ou não o sentido dito “realista” daquilo que quis retratar, não podemos nos furtar de

compreender o peso do discurso que se construía em torno da imagem Mura tanto pelos viajantes como pelo próprio Estado português na figura das autoridades locais.

Para problematizar a imagem criada pelo Estado aos índios Mura, de “ferozes”, “ladrões” e “perigosos” tomemos as palavras de Rolim de Moura, primeiro governador do Mato Grosso. Em 1756 este governador afirmava que os Mura não apresentavam ameaça significativa, e a imagem de perigo construída a sua volta constituía-se em uma função estratégica de justificar o aparato bélico do projeto colonizador português em terras indígenas para garantia da posse territorial. Realmente se compararmos a logística bélica dos portugueses, ultrapassava a mais reduzida dimensão do aparato bélico indígena⁶².

As “falas” ou os ofícios trocados entre os agentes coloniais ao longo do século XVIII superlativavam a presença Mura, denotando-lhes todo um conjunto de adjetivos negativos. É certo que a ação Mura imprimia medos e temores aos colonos do Madeira. Frequentemente as plantações eram surpreendidas por ataques Mura, assim como as embarcações sofriam constantes investidas destes indígenas que roubavam as mercadorias e matavam os tripulantes, sobretudo se fossem portugueses. Tem-se registro pelas crônicas de viajantes e religiosos que o ódio Mura ao português foi nutrido a partir de um evento ocorrido na primeira metade do XVIII quando um grupo de índios foi ludibriado pelo primeiro estadista a fazer a travessia pelo rio Madeira entre as capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso, o sargento-mor João de Sousa, o mineiro. Consta que, enganados por este militar, um grupo de Mura foi capturado e escravizado, sendo vendido à colonos. A partir daí, os Mura adquiriram um “ódio estranhável” aos brancos, como ressaltava o padre jesuíta João Daniel, que percorreu a Amazônia na primeira metade do século XVIII⁶³.

As inimizades entre os Mura e os agentes coloniais foram registradas oficialmente em 1738, quando foi aberto um Auto de Devassa contra estes indígenas. Considerando como o “porta-voz” dos que tinham sentido as propensas atrocidades Mura, o padre José de Sousa emite uma certidão de acusação contra estes indígenas, considerados por ele, como bárbaros e insolentes. O Auto de Devassa, dispositivo jurídico bastante utilizado pela colonização

⁶² AMOROSO, *op.cit.*, 1992, 298-310, p.302.

⁶³ DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas (1722-1776). – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.320.

portuguesa contra os povos indígenas, foi remetido para Portugal, arrolando uma série de acusações contra as ações dos Mura no rio Madeira. A maioria das acusações apresentava incongruências e informações duvidosas, de pessoas que nunca haviam estado na região e em contato com os Mura. Tais inconsistências levaram à Coroa portuguesa a recusar a denúncia.

A Devassa aberta contra os Mura tinha em suas entrelinhas fortes interesses econômicos. Por mais que a alegação do padre jesuíta tenha se baseado na importância do controle Mura para a efetivação do projeto religioso, o interesse na região do rio Madeira girava em torno da sua abundância em cacau silvestre. Desse modo, conter as investidas Mura fazia-se primordial. Ao ocuparem a região do rio Madeira, os Mura se colocavam como peça estratégica na expansão colonial portuguesa. Além do potencial econômico do cacau, o rio Madeira era rota para as minas da capitania do Mato Grosso, e fazia fronteiras com as possessões colônias espanholas. Nesse sentido, derrotar e/ou estreitar relações com os Mura era fundamental para os interesses da Coroa portuguesa. Os agentes coloniais optaram a princípio, pela primeira opção, a da guerra. Até o último quartel do século XVIII as ordens das autoridades coloniais deliberadamente exigiam o ataque e o extermínio Mura. Tal opção começa a ser modificada quando as tropas coloniais experienciaram o poder de guerra Mura.

Nas crônicas colônias setecentistas é comum a impressão deixada do poder de guerra dos Mura. O padre João Daniel argumentava que os Mura sempre andavam em levante e em guerra, com outros grupos indígenas e com os colonos. Considerados os guerrilheiros da selva, as táticas de emboscadas eram altamente temíveis. Habilidosos nos caminhos fluviais, os Mura se utilizavam de armadilhas no leito dos rios para emboscar embarcações, fincando suas estacas. Dominavam um excelente sistema de comunicação, que fazia com que as informações entre eles fossem facilmente antecipadas à chegada de algum inimigo. Usando de um grunhido alto, localizavam-se na copa das samaumeiras e passavam entre si informações preciosas a localização inimiga.

No ataque Mura, preferencialmente de madrugada, após o alvo ser bastante observado suas longas flechas eram certeiras. Os arcos e flechas Mura eram maiores que as usadas por outros grupos indígenas. O arco media aproximadamente 12 palmos, dimensionando em 2 metros e 74 centímetros. Manejado pelos pés, o arco lançava flecha de dimensões parecidas, com pontas simples ou farpeadas, para segurar a presa, fabricadas com madeira Taquara. Além do ataque surpresa, por meio da tática de guerrilha, os embates se

faziam pelos rios, e aí também os Mura garantiam sua superioridade de guerra. Com suas ligeiras ubás, percorriam os caminhos fluviais com uma destreza que impressionava os agentes coloniais. Estes indígenas tornaram-se senhores absolutos do rio Madeira e seus tributários até a década de 1780, quando a guerra com os Munduruku, seus tradicionais inimigos, tomou proporções desvantajosas aos Mura.

A destreza de locomoção Mura pelos rios da região, apresentando sempre em vários lugares, contribuiu para se criar no imaginário colonial a ideia do Mura agigantado. A dimensão expandida projetada aos indígenas dava-se por aspectos da própria cultura Mura e das contingências históricas, dentre os quais se destacam a extrema mobilidade na ocupação territorial, a expansão colonial no século XVIII, que empurrava os Mura para outras fronteiras e a Murificação. Como já mencionado anteriormente, este terceiro aspecto correspondia ao processo de incorporação à Nação e a cultura Mura de indígenas outros capturados nas guerras interétnicas, em sua maioria mulheres, adolescentes e crianças. Ao serem murificados, estas pessoas se tornavam Mura, sem qualquer distinção social, como foi o caso do Mura Ambrósio, que intermediou o estreitamento com o núcleo colonial no Maripi.

O estreitamento de fronteiras se deu também pelo avanço da nação Munduruku que, nas duas últimas décadas do século XVIII passou a expandir sua movimentação para além do rio Tapajós. Atravessando o território dos Mawé em sua perseguição aos Mura, grupos (ou “hordas”) de Munduruku estabeleceram-se nos rios Abacaxis e Madeira, levando um clima de “intranquilidade” para os colonos locais na medida em que estes indígenas eram o que se denominava de uma “Nação terrível para a guerra”⁶⁴ e não tinham se integrado à colonização, de modo que “a ação do Governo [da capitania] principiou a enfraquecer-se no Amazonas e pouco lhes aproveitou a Submissão do Mura”⁶⁵. Posto isso, vamos aos Munduruku.

1.2. Os Munduruku – os colecionadores de cabeças

Quando em 1780 os Munduruku, ao alcançarem o rio Madeira e imprimirem guerra aos Mura, eles vinham de um processo de expansão territorial ao longo da segunda metade do

⁶⁴ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 260.

⁶⁵ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p. 261.

século XVIII. Originários da região do Alto Tapajós dominaram a totalidade deste rio, mantendo comunicação para além da fronteira com a província do Mato Grosso. O território de domínio desta nação foi denominado pelo geógrafo Ayres de Casal, em 1817, de Mundurucânia, correspondendo a uma vasta região circundada entre os rios Juruena, Amazonas, Madeira e Tapajós. Oriundos do tronco linguístico Tupi, esta nação se destacou bastante nas narrativas coloniais no século XVIII.

A primeira menção aos Munduruku que pude localizar foi em um ofício de José Monteiro Noronha, vigário do Rio Preto, em 1768. De acordo com os estudos de Miguel Menendez, esta etnia já se destacava com seu traço belicoso ao expandirem-se pelo rio Tapajós, expulsando e/ou exterminando nações indígenas, como o caso dos Jagaim, que foram dizimados⁶⁶. Dois anos depois, em 1770, tem-se notícia do ataque Munduruku à fortaleza de Santarém. Segundo Menendez, ao longo do Tapajós houve um forte processo de contato interétnico a partir da segunda metade do século XVIII. Esta informação é importante, quando destacamos neste estudo, a intensa movimentação de grupos indígenas na região antes mesmo da efetividade do avanço colonial.

Estas informações se alinham às trazidas pelo casal Murphy quando afirmam que os Munduruku, mencionados em 1768, foram localizados no rio Maués-Assu, nas proximidades do baixo Tapajós. Estes rios, somados com os rios Abacaxi e Canomá, estavam carregados de Munduruku, resultado de um processo de deslocamento destes indígenas do alto Tapajós a partir das guerras travadas com outros povos indígenas e contra os portugueses. Segundo os Murphy, há alguns indícios que sustentam esta afirmativa. Primeiro: não há menção aos Munduruku nas narrativas jesuítas. Segundo: há indícios das relações comerciais dos Munduruku com comerciantes do rio Madeira a partir da segunda metade do século XVIII. Terceiro: os Munduruku do alto Tapajós não recorriam ao transporte fluvial, com exceção da guerra, o que mostra um processo de adaptação cultural assumidos pelos grupos que se deslocaram para as terras baixas entre o Tapajós e o Madeira. E, quarto: o movimento de deslocamento dos Munduruku do alto Tapajós para a região do Madeira continuou frenética até o século XIX, em busca da proximidade com os comerciantes deste rio.

⁶⁶ MENENDEZ, *op. cit.*, 1985.

Para se ter uma ideia desta movimentação Munduruku, em 1895 tem-se registro de negociantes do rio Madeira recrutando estes indígenas para combaterem nações não pacificadas. Vemos que os Munduruku, por meio de suas leituras próprias das contingências históricas e, dentro de um processo de desvantagem de todos os tipos, passam a alterar sua política diante da colonização. Até o último quartel do século XVIII, esta nação era muito ativa na prática da guerra, atacando ao longo do Tapajós, mas também a leste do rio Madeira até o rio Tocantins. O raio de ação dos ataques Munduruku foi tão extenso que suas forças chegaram às proximidades da zona de ação mais direta de defesa e proteção de Belém, solapando o povoado de Portel no complexo marajoara.

Além de seus inimigos históricos, os Mura, os Parintitin, entre outros, a máquina letal Munduruku passou a girar para os núcleos coloniais. Por volta de 1770, um conjunto de ataques foram sentidos às margens do rio Tapajós. E, 1773, a fortaleza de Santarém foi atacada pelos Munduruku, porém não tiveram êxito. Mas, nos demais núcleos coloniais, esta nação depositava todo o temor que o seu poder de guerra alcançava. Não à toa que, a política portuguesa de estreitamento com nações indígenas tidas como poderosas foi posta em prática para com este povo. E, no final do século XVIII, por meio de uma mudança na política Munduruku, eles decidiram por aceitar o diálogo com os colonos. Em 1794, a região dos Munduruku sentiu um forte movimento de deslocamento de tropas portuguesas, com uma força de aproximadamente 500 soldados. Diante de várias promessas de atendimento às suas reivindicações, os Munduruku cederam ao acordo de paz com os colonos por intermédio do governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo d'Almada.

Os contatos estabelecidos entre Munduruku e demais nações indígenas giravam em torno de relações de comércio, alianças, dominação, expansão territorial e, a guerra. As relações comerciais se davam, sobretudo, pela troca de produtos plantados, pois tinham domínio da agricultura. Protásio Frikel, em boletim lançado pelo *Museu Paraense Emílio Goeldi* de 1959, ao pesquisar sobre a cultura Munduruku utilizou-se de estudos mais antigos para fundamentar-se. Dentre eles, apresenta informações de Gonçalves Tocantins, de 1877, onde relata o domínio indígena de plantações de mandioca, batata-doce, abacaxi, cana-de-açúcar, pimentas, feijão e bananas, além de algodão, tabaco e jenipapo. A técnica utilizada era da roça, a partir de dois elementos distintos: material técnico manual e vários fatores sociais.

Frikel analisa que a agricultura era algo integrante da vida Munduruku, algo que estava relacionado ao bem-estar da comunidade e da família⁶⁷.

Destacamos da agricultura Munduruku o cultivo da mandioca amarga para a fabricação de farinha, que era comercializada com os regatões do Tapajós. Henry Bates, em 1852, afirmava terem os Munduruku grandes roças no rio Cuparí, tributário do Tapajós, sobretudo de mandioca, onde comercializam o excedente da produção com os comerciantes que vêm de Santarém, girando em torno de 3 mil a 5 mil cestos de 60 libras cada. Ainda Bates, eles eram bons agricultores e trabalhadores, além de possuírem terras férteis⁶⁸. Além das roças, os Munduruku também garantiam sua sobrevivência com a coleta de produtos da floresta, a caça e a pesca. As atividades extrativistas giravam em torno de produtos como cacau, salsaparrilha e cravo do Maranhão. À atividade da caça empregavam técnicas coletivas, como armadilhas, e também arcos e flechas. Quanto a piscicultura, em época de estiagem, aplicavam os deste povo o timbó e o arpoamento do peixe, além do arco e da flecha⁶⁹.

Estas atividades eram diariamente realizadas, pelos homens. A organização do trabalho era baseada na divisão de sexo. Às mulheres eram reservadas atividades da agricultura. Além da participação efetiva na economia e formas de subsistência, a mulher Munduruku tinha um protagonismo em áreas importantes da vida deste povo, como à exemplo, da organização social. O matrimônio Munduruku era matrilocal, ou seja, o indígena homem se mudava para a aldeia de sua esposa. De acordo com as impressões de Robert e Yolanda Murphy, que estiveram com os Munduruku do Alto Tapajós, em meados do século XX, este povo era formado por grupos de descendência unilinear, sendo sua população dividida em duas, metade os “vermelhos”, e a outra metade os “brancos”, subdivididos em mais de quarenta grupos.

⁶⁷ FRIKEL, Protásio. *Agricultura dos índios Munduruku*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropologia, nº 4. Belém-PA. Julho, 1959, p.5.

⁶⁸ BATES, Henry Walter (1825-1892). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

⁶⁹ MURPHY, Robert & Yolanda. *As condições atuais dos Mundurucú*. Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. Sede provisória: Museu Goeldi. Publicação nº 8. Belém-PA, 1954.

Nas aldeias Munduruku, a configuração espacial era circular, apresentando uma praça aberta ao centro, com a disposição de três a cinco casas, que serviam de moradia às mulheres e crianças, e a casa dos homens. As aldeias localizavam-se no alto das colinas, cobertas de relva, em região de planaltos áridos e na floresta a leste do Tapajós. Os Murphy pontuaram que esta localização permitia maior segurança contra os ataques dos inimigos, além de serem mais livres de insetos. As aldeias garantiam a unidade política e possuíam autonomia entre si, sob a liderança de chefes e homens mais velhos. Quanto aos homens Munduruku, estes utilizavam a Casa dos Homens, como um reduto seu. Nesse espaço eles realizavam tudo, desde morada, reuniam-se em conselho, comiam, trabalhavam, tocavam suas trombetas. Este núcleo dentro da aldeia possuía grande importância para a sociedade Munduruku. Este espaço era fundamental para a integração dos homens na aldeia, já que a maioria vinha de outras aldeias, respeitando a lógica matrilocal.

As sociedades desta nação indígena eram tão organizadas que, Antônio Manoel Gonçalves Tocantins em 1875⁷⁰, as denominou de República dos Munduruku. Logicamente que, ao longo de um século muita coisa se transformou. As sociedades Munduruku do último quartel do século XVIII não eram mais as mesmas das últimas décadas do XIX. Entretanto, é comum nas narrativas dos cronistas e viajantes do *oitocentos* pontuarem que os povos indígenas do alto Tapajós ainda apresentavam traços culturais de seus antepassados, mesmo tendo decorrido tanto avanço colonial⁷¹. A principal mudança sentida condizia às alterações na cultura material. A entrada de produtos trazidos pelos colonizadores tais como armas de fogo, ferramentas, utensílios de metal, roupas manufaturadas, foram fundamentais para a dependência indígena ao comércio colonial.

Após o acordo selado entre os Munduruku e os agentes coloniais, as relações de comércio e de expansão colonial se estenderam ao território entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, com a ajuda das tropas Munduruku. Como vimos, esta nação indígena imprimiu bastante temor aos núcleos coloniais ao longo do rio Tapajós e seus tributários e, por isso, convencê-la ao acordo de paz foi tarefa fundamental ao projeto colonial na região. Ocorrido

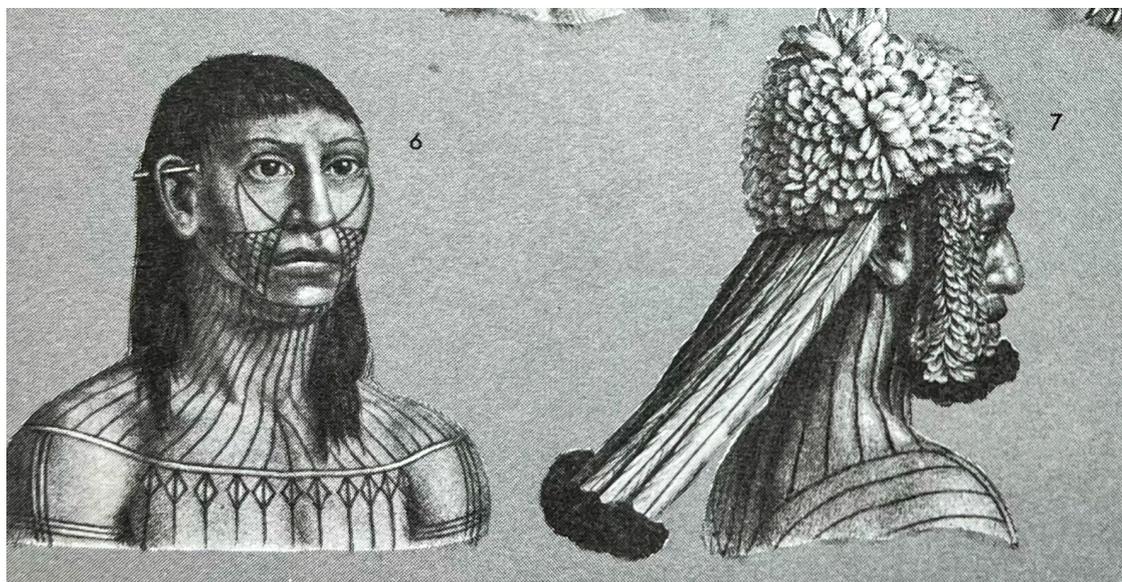
⁷⁰ TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. Estudo sobre a tribo Mundurucú, memória escripta e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, tomo XL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

⁷¹ MURPHY, *op.cit.*, 1954.

isso, a máquina de guerra Munduruku passou a agir em benefício da colonização, debelando etnias indígenas obstáculos a este intento.

Retomamos esse ponto fundamental na história de contato entre Munduruku e portugueses para evidenciar um traço primordial na cultura desta nação indígena, a guerra. *Espartanos* da Amazônia, a formação do guerreiro Munduruku começava cedo. Meninos de oito anos de idade começavam a serem formados para a guerra. Esta formação durava até os vinte anos de idade⁷². Seguindo os estudos de Max Nogueira, neste processo havia uma fabricação do corpo Munduruku, muito associado a tatuagens como aspecto importante do guerreiro. “O corpo mundurucu está apoiado na fabricação do guerreiro”⁷³. O peitoral pintado de preto, com tintura extraída do jenipapo, marcava de forma significativa o imaginário social das etnias perseguidas por eles, tanto é que é recorrente este registro nas narrativas coloniais sobre os Munduruku. A seguir podemos visualizar o detalhe do grafismo corporal na imagem localizada a partir do que foi desenhado na viagem dos naturalistas Spix e Martius.

IMAGEM 10: Grafismo corporal Munduruku



Fonte: Imagem adaptada da obra de Spix e Martius (1976)

⁷² NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. *Guerras indígenas na região das Tupinambaranas: Mura x Mundurucus (1768-1795)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2020.

⁷³ *Idem. Ibidem*, p.88.

Em capítulo posterior, iremos abordar de forma mais detalhada a lógica da guerra entre as etnias estudadas nesta tese, inclusive a importância do preparo corporal para o índio Munduruku. Compreendemos a partir da pesquisa e estudos sobre elas que a guerra era um elemento constitutivo da cultura destes indígenas. Para os Munduruku, a guerra era uma questão ontológica, Sua vida dependia da morte do outro. Desse modo, as diferentes etnias se viam sempre como potenciais agressores. Esta característica interétnica vai ser bastante aproveitada pelos portugueses, quando eles estimulavam desavenças entre as etnias, assim como, se utilizaram do ódio que os Munduruku tinham para com alguns povos em específico, que atravancavam o avanço da colonização, como os Mura e os Parintitim.

Por ora, nos basta pontuar este traço comum às nações indígenas do território estudado e, como deixa para a compreensão da próxima etnia, que também possuía rivalidades de guerra para com os Munduruku. Estamos falando dos Mawé.

1.3. Os Mawé – os papagaios falantes

Na área estudada nesta tese, território do interflúvio Madeira-Tapajós, ao sul do rio Amazonas apresentava-se uma configuração étnica bastante diversificada e fortemente adensada demograficamente ao longo do século XVIII. Dentre a composição dos vários coletivos indígenas heterogêneos, localizamos a etnia Mawé, nas proximidades do antigo rio Luzêa, denominado posteriormente de Maués e nas imediações dos rios Guarinamá, Guamuru, Andirá e Maricoã/Acuriató, atual Mamuru, de acordo com os estudos de José Agnello de Andrade. Também perfaziam o território tradicional Mawé, os rios Marmelos, Sucunduri, Abacaxis, Parauari, Amana e Mariacuã⁷⁴.

⁷⁴ LORENZ, Sônia da Silva. Saterá-Mawé: os filhos do guaraná. – São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista (Projetos 1), 1992, p. 16 e 18.

IMAGEM 11: Caminhos fluviais Mawé

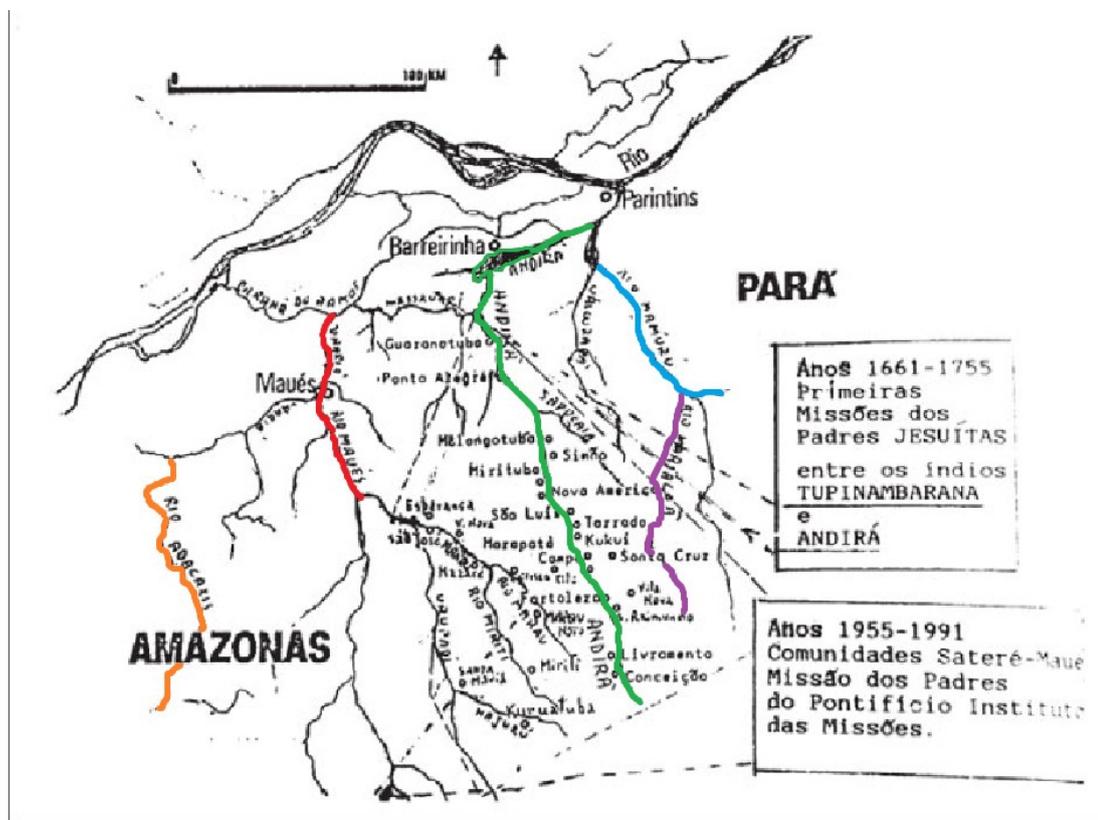


Figura 2: Território ancestral dos Sateré-mawé (Lorenz, 1992, p.21)

Fonte: Imagem retirada da obra de Sônia Lorenz utilizada neste estudo⁷⁵.

Antigo território da missão dos Tupinambaranas, o território Mawé era extenso, bastante recorrente nas narrativas coloniais pelo interesse que suas terras depositavam ao projeto colonial e, pela força das etnias que ali habitavam que. Os Mawé coabitavam este território com os Munduruku, Mura, Parintintim e Apiacá. Também nos chama a atenção no mapa acima o imbricado sistema fluvial da região Mawé, com rios pequenos, mas também cursos caudalosos, como os rios Abacaxi, Andirá e Maués. Aspecto forte da imensa área entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, a hidrografia da região conforma-se de um labirinto de caminhos fluviais, determinantes das ações humanas. Ter o domínio e a expertise nas águas da Amazônia era condição *sine qua non* para o êxito de expedições militares.

⁷⁵ Em destaque nas legendas coloridas a localização de alguns dos rios do território Mawé. Vermelho: rio Maués; Verde: rio Andirá; Laranja: rio Abacaxi; Azul: rio Mamurú; Roxo: rio Mariacõã.

Indígenas de origem no grupo linguístico Tupi, os Mawé provavelmente se formaram a partir da expansão Tupinambá para o interior do território entre os rios Madeira e Tapajós, a partir de 1530⁷⁶. Este processo levou a um dinamismo muito grande quando do contato dos Tupinambá com outras etnias deste território. Sabemos que esta nação bastante belicosa, ao passo que ia se deslocando território adentro, imprimia um processo de tupinização em relação às etnias derrotadas por ela, exercendo forte influência cultural.

Ao longo do século XVII, evidências mostram que as nações Tupinambá e Tapajós sofreram um processo de depopulação, com o avanço da colonização em seus territórios, ao ponto de, ao iniciar o século XVIII, quase não encontrarmos mais menções destas etnias nas narrativas coloniais. Em carta escrita em 1714, o padre Bartolomeu Rodrigues menciona a existência de 44 etnônimos indígenas nesta região, 19 deles nas imediações do rio dos Manguês (atual Maués)⁷⁷. A predominância étnica pertencia aos Munduruku e aos Mawé. De acordo com os estudos de José Agnello de Andrade, os Mawé se configuraram como um “coletivo indígena que se formou a partir da estabilização territorial e organização em torno de normas e instituições comuns entre os diversos grupos”⁷⁸. O autor reforça que, desde o século XVII já havia forte presença Mawé na região.

A origem do nome Mawé é tupi e significa papagaios falantes, ou inteligentes e curiosos. Acreditamos que esta denominação derive de um traço social desta etnia e tenha sido nominado por outras nações, processo comum na formação dos etnônimos na Amazônia. Isso pode ser corroborado, quando presenciamos nas fontes documentais informações de sua destreza para o comércio, em especial do guaraná, um dos principais produtos coletados em suas terras. Além do guaraná, também cultivavam a agricultura familiar, realizando um trabalho individual para sua própria subsistência. A atividade laboral, para os Mawé exprimia

⁷⁶ METRAUX, Alfred. *A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. – 2. ed. – São Paulo: Ed. Nacional: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1979.

⁷⁷ ANDRADE, José Agnello Alves Dias de. “Tudo pra onde eu chego tenho minha casa”: Mobilidade, Parentesco e Territorialidade Sateré-Mawé entre Cidades Amazônicas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia – Antropologia Social – São Paulo, 2018.

⁷⁸ *Idem*, p. 37.

sua própria identidade, sendo bastante valorizada, e sua aprendizagem era realizada por meio da memória e visualização, importantes meios de comunicação⁷⁹.

Os contatos iniciais com os agentes coloniais se deram a partir da efetivação do projeto missionário, em especial com a Companhia de Jesus, e o comércio do guaraná, que alcançava, nos idos dos séculos XVII e XVIII negociações com comerciantes que desciam do alto rio Madeira e do alto Arinos para comercializar este produto em troca de ouro e outros gêneros. As diferentes frentes de avanço colonial em território Mawé, somada com os conflitos interétnicos que eles estabeleciam com seus vizinhos, levou à um processo de deslocamento desta nação para regiões das cabeceiras dos rios, e, uma significativa redução de seu território ancestral, como hoje se configuram os remanescentes desta nação, os Sataré-Mawé.

Interessante pontuar isso, porque observamos que o deslocamento era um traço cultural importante nas etnias que coabitavam este grande território interflúvio dos rios Madeira, Tapajós e Amazonas, mas que tal prática foi potencializada pelas contingências externas trazidas pelo avanço da colonização. Em relação aos Mawé, tal característica não era tão acentuada como a exemplo dos Mura e Munduruku. De índole mais sedentária, esta nação se viu forçada ao deslocamento diante da invasão gradativa de seu território. É certo que esta transposição Mawé para outras paragens, não ocorreu de forma resiliente. Consta na documentação e na bibliografia sobre este povo que, mesmo apresentando um traço mais calmo e pacífico, eram guerreiros habilidosos quando necessário, sendo visto como povo corajoso e vingativo⁸⁰.

Os Mawé inseriam-se na lógica da guerra que baseava a cosmologia das etnias que coabitavam esta região. Mantinham relações conflitantes com Munduruku, Parintintim e Mura. As relações interétnicas nessa região, como vimos anteriormente, sustentavam-se pela guerra, também. Assim, era constitutiva das culturas destes povos a preparação para tal evento tão comum entre eles.

Na cultura Mawé havia o ritual de iniciação dos homens, envolvendo o rapaz em um conjunto de rituais e cerimônias, voltados para um teste de resistência e bravura. O ritual

⁷⁹ UGGÉ, Henrique. *Mitologia Sateré-Maué*. Ediciones Abya – Yala - 1ª edição. Quito/Equador, 1991.

⁸⁰ PEREIRA, Nunes. *Os índios Maués*. Edição das “Organizações Simões”. Rio de Janeiro, 1954.

chamado de Tocandira consistia em submeter o jovem Mawé à prova das formigas tocandiras, uma espécie de vespa com um ferrão fortemente dolorido e venenoso. Representava a iniciação masculina⁸¹. A festa da Tocandira ocorria anualmente para a escolha dos guerreiros corajosos e

[...] coincide com a época do fábrico e dura aproximadamente vinte dias. Os índios referem-se a este ritual como “meter a mão na luva”, também conhecido pelos regionais como “Festa da Tocandira”. Trata-se de um rito de passagem – onde os menidos tornam-se homens – de extraordinária importância para o ethos Sateré-Mawé, com cantos de exaltação lírica para o trabalho e o amor e cantos épicos ligados às guerras. As luvas utilizadas durante este ritual são tecidas em palha pintada com jenipapo, e adornadas com penas de arara e gavião; nelas, o iniciado enfoa a mão para ser ferrado por dezenas de formigas tocandiras (*Paraponera clavata*).⁸² [grifo nosso]

Esta explicação do ritual da Tocandira foi narrada por indígenas na década das décadas de 1980 e 1990, mas, esta cerimônia é localizada nas narrativas mais antigas⁸³. A palavra grifada destaca o processo produtivo do guaraná, por qual é assim chamada pelos Mawé contemporâneos. O fábrico compreende desde a colheita do fruto até o beneficiamento do guaraná. Considerados filhos do guaraná, foi os Mawé quem primeiro transformou esta planta silvestre em uma espécie domesticada. A primeira descrição do guaraná, associando-o aos possíveis Mawé, veio de um relato do padre jesuíta João Felipe Betendorf, em 1669, destacando a importância deste fruto para os indígenas Andirazes (do rio Andirá), que estimavam tanto “uma frutinha que chamam guaraná (...) que estimam como os brancos o seu ouro”⁸⁴.

O guaraná representa importante elemento na cultura e economia Mawé. Sempre se destacou como principal produto de trocas comerciais deste povo para com outras etnias e com os agentes coloniais. Karl Von Martius quando esteve pelo Grão-Pará nas primeiras décadas do século XIX, observou em 1819, um intenso comércio do guaraná com negociantes

⁸¹ *Idem.*

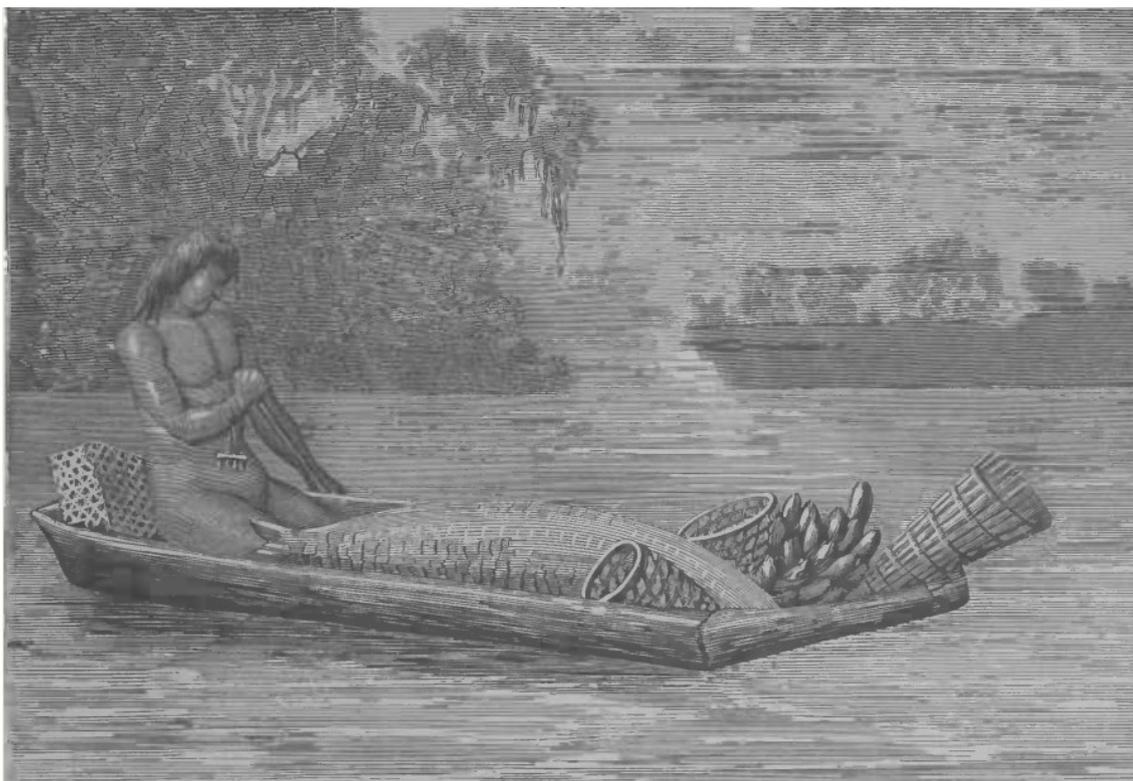
⁸² LORENZ, *op.cit.*, 1992, p. 44.

⁸³ RODRIGUES, Barbosa João. *A emancipação dos Maués*. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Topografia de Pinheiro & C. Rio de Janeiro, 1882, p.10.

⁸⁴ BETENDORF *apud* LORENZ, *op.cit.*, 1992, p.39.

do Mato Grosso e da Bolívia, que desciam o Madeira até a região dos Mawé trazendo seus produtos e retornavam com suas embarcações carregadas de guaraná. Esta intensidade comercial continua ao longo do século XIX, como podemos observar na fala de Ferreira Penna, em 1868, que dimensionou a quantidade de guaraná retornada pelos comerciantes de Mato Grosso e da Bolívia em 1000 arrobas transportadas em ubás⁸⁵, similares à imagem a seguir.

IMAGEM 12: Ubá e transporte de mercadoria



Fonte: Imagem retirada da obra de Rodrigues Barbosa⁸⁶

Culturalmente, o guaraná potencializava o máximo do ser Mawé, como destaca Lorenz. Ele tangenciava toda a vida social e cotidiana desta etnia, congregando em torno do fabrico cerimônias e fenômenos que passavam despercebidos em outros períodos do ano. Como a exemplo da Tocandryra analisada parágrafos antes. Barbosa Rodrigues emite até uma observação interessante da importância deste ritual de iniciação masculina para a

⁸⁵ PENNA *apud* LORENZ, *op.ci.*, 1992, p. 40.

⁸⁶ RODRIGUES, *op.cit.*, 1882, p.21.

sobrevivência Mawé em uma região coabitada de nações tão belicosas e sob uma lógica que depositava no outro uma permanente ameaça agressora. Para Rodrigues, a prova de resistência e coragem submetida aos jovens ao colocarem suas mãos em uma luva repleta de tocandiras letais era necessidade Mawé, na medida em que sua tradição para o comércio os levava ao deslocamento para outras áreas, levando-os também ao choque beligerante com outros povos que, além de inimigos, também eram avessos às trocas comerciais, possuindo uma cultura do corso, do roubo, como os Mura e Munduruku.

Quanto às relações estabelecidas com outras nações indígenas e os portugueses e luso-brasileiros, os Mawé apresentavam uma organização sociopolítica que lhes permitia uma maior diplomacia. Os Mawé organizavam-se social e economicamente nos denominados sítios e nas aldeias. O sítio era a unidade mínima da organização socioespacial dos Mawé, congregando poucas famílias. Quando o quantitativo demográfico aumentava, os sítios tornavam-se aldeias.

Cada aldeia era chefiada por tuxaua, liderança de prestígio perante a comunidade. Para alcançar o prestígio, um chefe Mawé deve contemplar os seguintes fatores: generosidade, capacidade como orador, tradição como agricultor e beneficiador de guaraná, conhecimento sobre o tempo dos antigos, habilidade nas transações comerciais e para resolver questões internas à comunidade, e entrosamento com os tuxauas mais próximos e com o tuxaua geral⁸⁷. O tuxaua geral era a autoridade Mawé que coordenava as relações com os tuxauas das diversas aldeias, além de ser a liderança que representava oficialmente a nação no relacionamento com as autoridades não indígenas. Este personagem importante na organização hierárquica da política Mawé perdeu espaço ao longo das políticas indigenistas para a Amazônia, como foi o caso da introdução da figura do capitão nos aldeamentos a partir de 1750, com as políticas pombalinas⁸⁸.

A partir da segunda metade do século XVIII o território Mawé passa a ser cada vez mais alvo do avanço colonial e da política de secularização implantada por Pombal. Desse modo, com a expulsão dos missionários, em especial, jesuítas e inacianos, os conflitos se agudizaram entre indígenas e a frente de ocupação. Este novo cenário causou maior

⁸⁷ LORENZ, *op.cit.*, 1992, p.36.

⁸⁸ UGGÉ, *op.cit.*, 1988.

instabilidade no comércio, atingindo diretamente os Mawé em decorrência de suas relações comerciais com o guaraná. A situação piorou entre os indígenas e as autoridades coloniais quando, em 1762 os Mawé mataram o diretor de aldeia localizada em seu território, e também comerciantes, o que levou o governador do Grão-Pará, Fernando da Costa de Athayde Teive, a proibir o comércio com esta nação. O governador ao remeter uma Carta Instrutiva aos Diretores das Capitanias do Pará e Rio Negro em 03 de outubro de 1769, alerta sobre o cuidado de não entrar em contato com os Mawé, pois

[...] tendo mostrado a experiência que esses miseráveis homens resistem às práticas que se lhe fizer, para caírem das trevas do paganismo, pela introdução das ferramentas, e outros gêneros que vão comercias com eles; é necessário reduzi-los à necessidade, para deles tiremos os frutos de os descer, quando se virem preconizados, o que há de certamente vir a suceder, vendo-se destituídos do socorro que lhe aqui inconsideradamente lhes têm levado [...].⁸⁹

Podemos perceber na fala do governador do Grão-Pará a preocupação em subjugar os Mawé, mesmo que para isso utilizassem de meios que os levassem às necessidades, permitindo assim, sua redução. Essa fala nos permite compreender a resistência indígena ao projeto colonial e, em específico Mawé, confirma-se ao fato deles se negarem ao aprendizado da língua portuguesa, mantendo as mulheres até a contemporaneidade, não sabendo falar o português, utilizando-se apenas do idioma Mawé⁹⁰.

Nas décadas que se seguem, a política colonizadora do período pombalino demarcada pela criação de núcleos coloniais civis (os diretórios pombalinos) se efetiva em território Mawé, levando a um agravamento nas relações entre eles e ao deslocamento destes indígenas para regiões mais interioranas e nas cabeceiras dos rios. As cidades de Maués e Parintins no estado atual do Amazonas e Itaituba no Pará foram fundadas em antigos sítios Mawé. Parintins, nome dado em alusão à etnia Parintitim, é situada às margens esquerdas do rio Amazonas, próximo a uma grande ilha, que fora habitada pelos Tupinambá, Mawé e Sapupé e, em 1796 foi fundada a missão de Tupinambarana. Maués, à margem direita do rio Maué-açu, na sua fundação em 1798 recebeu o nome de Luséa, sendo primeiramente habitada por

⁸⁹ TEIVE, 1769, *apud* PEREIRA, 1954, p. 34.

⁹⁰ LORENZ, *op.cit.*,1992.

indígenas Mawé e Sapupé. Em 1823, Itaituba é fundada no rio Tapajós com indígenas Mawé, elevando-se ao número de 400 em 1828⁹¹.

Estes episódios da história dos Mawé com a colonização contribuíram de forma significativa para uma mudança radical na dimensão espacial deste povo. Algumas aldeias Mawé já vinham de uma tradição cultural de transferência de lugar quando da morte de seu tuxaua. Mas, a transposição radical, levando a uma redução de seu território passa a ocorrer com o impacto da colonização portuguesa.

A expulsão dos missionários pelas políticas pombalinas e a secularização de seus núcleos, fez com que se deflagrassem os conflitos entre populações indígenas e poder secular, além de ter redimensionado os próprios embates interétnicos, diante de uma reconfiguração espacial de muitas nações indígenas neste grande território. As relações interétnicas que as numerosas nações indígenas historicamente estabeleciam não passaram alheias a esta reconfiguração, sendo bastante desestruturadas ao longo do tempo. As relações de comércio, alianças e guerra tiveram impactos a partir do avançar do domínio colonial. Arranjos tiveram de serem feitos. Entre o embate direto e a estratégia de barganha, indígenas Mawé, Mura e Munduruku redirecionam sua política para que melhor pudessem garantir sua autonomia decisória e mínima inviolabilidade possível. É nesta configuração que os diferentes agentes sociais se encontravam nas primeiras décadas do século XIX.

⁹¹ *Idem*, p. 30.

PARTE II

O GRÃO-PARÁ ENTRE DOIS IMPÉRIOS: DE PORTUGAL PARA O BRASIL

2º CAPÍTULO

DE REESTRUTURAÇÃO À DESESTRUTURAÇÃO: A POLÍTICA DE SOUZA COUTINHO E A QUESTÃO INDÍGENA NA VIRADA DOS SÉCULOS (1790 A 1803)

O cenário político do Grão-Pará no alvorecer do século XIX estava inserido numa conjuntura de conturbações políticas vivenciadas pelo mundo atlântico. Os processos revolucionários ocorridos nas Treze Colônias norte americanas e na França no último quartel do século XVIII, sacudiram as estruturas das monarquias absolutistas em solo europeu e em suas colônias ultramarinas, colocando em xeque não apenas o pensamento tradicional absolutista, mas, principalmente, suas estruturas políticas, o que levou a um urgente repensar metropolitano nas relações que se estabeleciam com suas possessões americanas⁹². No Grão-Pará especificamente, a preocupação maior tangia a proteção de suas enormes fronteiras, sobretudo as que se limitavam às colônias espanholas e francesa. Para a garantia de seu domínio territorial, as ações empreendidas pela Coroa portuguesa incidiram nas mais variadas dimensões, especialmente nas áreas da economia da região e no uso racional da mão de obra indígena, dimensões que também contribuía para o fortalecimento das fronteiras em regiões limítrofes com a França e a Espanha⁹³.

Em seu estudo de tese de livre docência, Magda Ricci nos traz importantes informações de sua longa e acurada pesquisa sobre a política do governador da capitania do Grão-Pará, D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, entre os anos de 1790 e 1803, assim como avança com a política aplicada à região até 1809. De acordo com as informações colhidas por Ricci, Souza Coutinho ao desembarcar no Grão-Pará, mesmo com 26 anos de

⁹² Ver: VILLALTA, Luiz Carlos. O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil e a América. In: *A independência do Brasil e a experiência hispânico-americana (1808-1822)*. – 1.ed. – São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

⁹³ Ver: Ricci, Magda Maria de Oliveira. *“A revolução geral das coisas e o florescer do “direito das gentes”. Grão-Pará (1790-1809)*. Livre Docência (Tese) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2021. SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

idade, trazia consigo uma importante experiência militar atuando nos conflitos territoriais e coloniais na região de Gibraltar, norte da África. Esta experiência foi fundamental, sobretudo em sua atuação nas delicadas questões de fronteiras vivenciadas pela América portuguesa em suas possessões ao norte, nas áreas limítrofes com França e Espanha. Nas palavras do próprio príncipe regente D. João VI, em Carta Régia de 1800, o Grão-Pará era considerado chave importante na defesa e garantia das fronteiras de Portugal na América em tempos de guerra e convulsões revolucionárias na virada dos séculos XVIII para o XIX⁹⁴.

As dimensões territoriais da antiga capitania do Grão-Pará, mensuradas atualmente por toda a região norte do Brasil, possuíam extensas fronteiras com territórios coloniais das principais monarquias em disputa nessa virada de século. Somadas à França e Espanha, vinham Inglaterra e Holanda. Além deste aspecto (fronteiras) que por si só já implicava diversas questões delicadas a serem resolvidas, a capitania conformava-se em si em um extenso território, coabitado por uma variedade de povos que conviviam a partir de relações pautadas em um imbricado e assimétrico jogo de interesses, quase sempre conflituosos. Majoritariamente indígena, a população do Grão-Pará encontrava-se distribuída na capital, Belém, e nas muitas vilas e freguesias do interior, criadas das antigas missões religiosas, sobretudo jesuíticas.

De certo que um quantitativo significativo de paraenses vivia em Belém e suas cercanias. Mas, o volume de pessoas vivendo nos sertões amazônicos não deve ser negligenciado. Além dos núcleos urbanos dos interiores, formados das missões religiosas que foram secularizadas, a população do interior da capitania vivia nos sertões. E os sertões amazônicos eram territórios indígenas. Recuperamos esta informação para adentrar em dois aspectos fulcrais que direcionaram a política de D. Francisco de Souza Coutinho, quais sejam o alavancar da economia e a carência de mão de obra. Estes aspectos perpassavam, fundamentalmente, pela questão indígena. Desse modo, é impossível pensar o Grão-Pará desta virada do XVIII para o XIX sem entender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas nos sertões, trazendo o protagonismo dos povos indígenas, tanto no sentido da construção destas dinâmicas, como de que modo elas foram impactadas pela nova política trazida por Souza Coutinho, sendo transformadas a partir de então. Defendemos neste

⁹⁴ Conselho Ultramarino. Livro de registro de Cartas Régias e Ordens Expedidas para as Capitanias do Pará e Rio Negro. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Livro 02. Códice 589 (1799-1807).

capítulo que tais transformações levaram a reorganizações destas dinâmicas, inclusive desestruturando antigas relações estabelecidas no comércio e na política.

As ideias de D. Francisco de Souza Coutinho para reorganizar a capitania alinhavam-se às tendências liberais em voga na Europa setecentista. O Iluminismo havia se alastrado pelo continente e, a partir da segunda metade do XVIII, tornava-se inevitável qualquer movimento refratário a ele. O próprio novo governador vinha de uma influente família de caráter liberal. Irmão do proeminente secretário do Ultramar do reinado de D. Maria I, D. Rodrigo de Souza Coutinho, esta família circulava no cenário político português pontuando suas ações dentro do pensamento iluminista e liberal, comumente atrelado à tradição pombalina fortemente atrelada à formação Coimbrã. A transposição das ideias liberalizantes para a prática política circundava na racionalidade do mundo do trabalho, reorganizando a arrecadação e redirecionando a mão de obra para o crescimento da economia.

A América portuguesa já vinha a aproximadamente meio século vivenciando uma série de mudanças de cunho liberal, adaptadas ao absolutismo português, idealizadas e empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi secretário de Estado do Reino no reinado de D. José I entre os anos de 1750 e 1777. As políticas pombalinas levaram a uma primeira experiência nas colônias portuguesas na América com princípios liberais, mesmo que de forma adaptada aos moldes do absolutismo português. Entretanto, os acontecimentos revolucionários do último quartel do século XVIII fizeram ampliar e efetivar tais princípios nas ações estatais, especialmente para as colônias ibero-americanas⁹⁵.

De forma a contextualizar o cenário político do Grão-Pará na última década do século XVIII, abriremos um espaço bem sintético sobre as políticas pombalinas que levaram a um processo de profundas mudanças sociais e econômicas da América portuguesa, em especial sua parte ao norte. Sob as tensões pelo alargamento de fronteiras coloniais, impostas pelo Tratado de Madri e o princípio jurídico do *Utis Possedetis*, a corrida por demarcação de limites tomou novo fôlego, agudizando os conflitos que sempre permearam a dominação colonial na região. Nesse processo, o norte da América portuguesa vivenciou um alargamento

⁹⁵ Ver: MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As artes da guerra: antes e depois de pombal. *América portuguesa no século XVIII. Dimensões*, v. 37, jul.-dez. 2016, p. 141-155. COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (175-1798)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005.

de fronteiras, ampliando territorialmente a capitania do Grão-Pará, o que levou a um estreitamento de contato dos agentes coloniais lusitanos aos povos indígenas de regiões mais a oeste do território ocupado.

Em linhas gerais, as ações empreendidas por Pombal giravam em torno do controle da população indígena, deslocada nesse momento ao estatuto jurídico de vassalos do rei, José I, além da garantia dos domínios coloniais, incrementos na economia visando seu crescimento e aumento de povoamento sertão adentro, especialmente em áreas de fronteira⁹⁶. Todas estas ações fundamentaram as políticas pombalinas que ficaram conhecidas por um dispositivo jurídico ordenado pelo ministro e executado por seu irmão e governador e comandante das armas do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a partir de 1750, o Diretório dos Índios⁹⁷.

Sob a crença da incapacidade de se auto gestar por suas limitações naturais, foi pensado um projeto que garantisse a tutela dos índios nas mãos do Estado monárquico. Este era o princípio fundador do *Diretório*. Comandados e conduzidos pelo Diretor, figura central no comando dos núcleos indígenas formados a partir das antigas missões religiosas que foram secularizadas, toda a dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas foi impactada com esta nova política. Sob a máxima do princípio jurídico do *Utis Possedetis*, qual seja ocupar efetivamente o território para garantir seu domínio colonial, as ações da Coroa lusitana versavam sobre novas remessas de colonos vindos da metrópole, os casamentos mistos entre brancos e indígenas e a obrigatoriedade da língua portuguesa como idioma oficial e cotidianamente falado. Dessa forma, a partir de 1750, não bastava mais apenas invadir territórios indígenas, fazia-se necessário ocupar efetivamente.

Não é difícil supor que este conjunto de medidas imprimiu novas mudanças e impactos profundos na vida dos povos originários do oeste da capitania. O alargamento de fronteira levou ao estreitamento no contato destes universos culturais. As relações tecidas de forma assimétrica resultaram, de modo geral, em desvantagens aos indígenas, sobretudo pelo

⁹⁶ Ver: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

⁹⁷ Ver: COELHO, Mauro César. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da Colônia. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da USP*. São Paulo, 2005.

rígido controle e os violentos descimentos, que neste momento eram realizados pela Coroa portuguesa. A figura do Diretor passou a ser constantemente criticada pelas lideranças indígenas, os Principais, pelos abusos extremados cometidos por ele. Situação corriqueira era a chegada de documentos remetidos ao governador em Belém, de queixas sobre o trato que os Diretores das vilas destinavam aos trabalhadores indígenas.⁹⁸

O Diretório dos Índios vem sendo amplamente estudado pela historiografia. Foge aos limites desta tese esmiuçar os impactos das políticas pombalinas na vida dos habitantes do Grão-Pará⁹⁹. O que nos interessa saber e nos levou a recuar temporalmente para 1750, é demarcar que o processo de mudanças tingido aos povos indígenas e mestiços sob uma lógica liberalizante não inicia em 1790, vindo se acumulando desde meados do XVIII. Obviamente que, tratando-se de contextos diferentes as ações mudam, mas a lógica liberal vinha sendo experimentada na política do Grão-Pará desde Pombal. E, das ações aplicadas em 1750 e 1790, as que mais divergiram tangiam em torno dos Diretores e dos indígenas.

Conseguimos observar movimentações opostas a respeito da posição indígena na capitania entre a política aplicada pelo Diretório e a política implantada por D. Francisco de Souza Coutinho e ratificada na Carta Régia de 1798. Enquanto o objetivo central do Diretório dos Índios era garantir a fixação dos variados povos indígenas, por meio dos descimentos, nas vilas e aldeamentos secularizados, garantindo assim a povoação do território lusitano que estava sendo alargado a partir do Tratado de Madri, as ações de Souza Coutinho levavam ao deslocamento constante de indígenas para servirem às tropas de defesa das fronteiras, nos serviços régios gerais, mas sobretudo na economia de cultivo e extrativista. Tanto o *avilamento* quanto o deslocamento impactaram os povos indígenas dos sertões da Amazônia, levando a desestruturação de suas originárias dinâmicas em seus territórios.

Interessante pontuar que as nações indígenas aqui estudadas possuíam em sua composição sociocultural e étnica os elementos do aldeamento e da mobilidade. O que implicava diferenças cruciais destes elementos próprios das culturas de Mura, Munduruku e

⁹⁸ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Diz o índio”: Políticas indígenas no final do século XVIII. *Revista Aedos*, n. 10, vol. 4 – Jan/Jul 2012.

⁹⁹ Ver: COELHO, Mauro Cezar & MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos Diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757- 1798). *Revista de História (USP)*. São Paulo, n 174, pp 101-129, jan-jun 2016. COELHO, *op.cit.*, 2005.

Mawé, é justamente a lógica imposta pela colonização, que se distanciava completamente do sentido de deslocamento e aldeamento para estes povos, levando a constantes conflitos entre estes agentes.

Nesse sentido, passemos a entender melhor a política Régia aplicada ao Grão-Pará a partir de 1790 sob o governo de D. Francisco de Souza Coutinho, organizando nosso entendimento nas áreas fulcrais de sua intervenção, quais sejam elas economia, fronteira e mão de obra, e direcionando nossa compreensão para os efeitos que esta política fez sentir nas relações sociais e culturais estabelecidas neste imenso território compreendido como sertões. Tentaremos em nossa análise localizar elementos de conexão das ações empregadas nestas áreas e seus desdobramentos para os povos que viviam nesta região com os agitados anos das primeiras décadas do século XIX, onde fazia-se ressoar ainda as medidas adotadas por Souza Coutinho ancoradas na Carta Régia de 1798. Vamos às preocupações com as fronteiras.

D. Francisco de Souza Coutinho assumiu o governo do Grão-Pará, ou seja, toda a região norte América portuguesa, num momento delicado nas relações exteriores entre as nações europeias, especialmente as absolutistas, como Portugal. A conjuntura revolucionária protagonizada pela Revolução Francesa de 1789, além de colocar em risco os paradigmas do Antigo Regime, reforçava a atenção às fronteiras coloniais, historicamente disputadas. A fronteira entre Portugal e França na América firmava seus limites entre o Grão-Pará e a Guiana. Assim, Souza Coutinho ao chegar à região deparou-se com diversas tensões fronteiriças, em especial a delicada fronteira com a Guiana Francesa.

A conjuntura revolucionária inaugurada pela Revolução Francesa colocou em cheque várias bases da antiga estrutura absolutista vigente na Europa até então. Embalada pelo movimento iluminista que se consolidara no pensamento europeu ao longo do século XVIII, os franceses apresentariam com sua revolução uma alternativa possível de regime político, confrontando-se diretamente com sua monarquia absolutista, uma das mais fortes da Europa. Desse modo, países com uma monarquia centralizada e rígida, a exemplo de Portugal e Espanha, viram-se numa difícil missão de controlar os raios revolucionários que *iluminavam* para além dos limites franceses.

Em continente europeu, a Coroa portuguesa dispunha de um relativo distanciamento da onda revolucionária, por não fazer fronteira com a França, o que não ocorria na América

portuguesa, o que levava toda a atenção ao Grão-Pará e os seus limites com a Guiana Francesa. Quanto aos termos com os domínios espanhóis, as fronteiras continuavam móveis, em termo de disputas que não se findavam. A situação ficou mais alarmante nos anos finais do século XVIII e início do XIX, em decorrência do alinhamento da monarquia espanhola com a França, sobretudo na expansão napoleônica à península Ibérica em 1807.

Diante deste cenário, D. Francisco de Souza Coutinho aporta em Belém no ano de 1790 com instruções régias bastante reforçadas na sua missão central da defesa dos domínios coloniais portugueses e a garantia da proteção de suas fronteiras. Sua política para esta área fundamentou-se em três pilares que se conectavam e implicavam necessariamente na relação com os habitantes indígenas dos sertões. Primeiramente, Souza Coutinho implementou um eficiente sistema de espionagem e de obtenção de informações. A princípio angariando pessoas que dispusessem de alguma confiança, disposição difícil em uma Sociedade de Corte¹⁰⁰ recortada por privilégios e busca frenética e ambiciosa por status sociais. É de conhecimento que o governador, desde o momento em que pisa em terras paraenses, já afirma sua indisposição com os Diretores. A farta documentação que se arrolou dos ofícios enviados diariamente por Souza Coutinho a todos os lugares da província, sustentam esta afirmação¹⁰¹.

¹⁰⁰ O conceito de Sociedade de Corte que utilizamos na tese fundamenta-se na concepção elaborada por Norbert Elias ao estudar a sociedade francesa do Antigo Regime ao longo do século XVIII. Ao se propor realizar uma Sociologia da Corte ou Sociologia da Realeza, Elias traz para a análise a formação patrimonial do Estado absolutista francês, onde o poder político do monarca exercia os mesmos princípios que seus mandos domésticos. A Corte era vista não somente como o domicílio do rei, pois habitava nela a nobreza francesa. Mas era um espaço sob forte poder real. A sociedade que se formava ao entorno do rei, denominada cortesã, passava a assumir um importante lugar de mediação entre as demandas que vinham das vastas possessões reais até o rei e vice e versa. Dessa forma, os homens de poder da sociedade cortesã constituíam-se como a compreensão de toda a experiência, de todo o entendimento de homem e de mundo por parte do rei absolutista. Esta sociedade de corte estruturava-se sob uma rígida hierarquia em todas as suas manifestações, onde projetava as classes sociais de forma estanque e distanciadas socialmente. Elias analisa a formação das habitações da nobreza cortesã, tanto da cidade quanto do campo para dimensionar a hierarquização fortemente excludente da Sociedade de Corte no Antigo Regime francês. As habitações da nobreza na cidade reproduziam aspectos de seus palácios no campo. Não entraremos nos detalhes das disposições dos cômodos. O que nos interessa saber para o uso do conceito na tese é que a disposição dos aposentos dos senhores e sua família vinham sempre antecederas por uma antecâmara em cada quarto, que apresentavam um duplo significado na hierarquia excludente francesa, simultaneamente expressava a constante aproximação espacial e o constante distanciamento social. Este movimento de aproximação física e distanciamento social colocavam as pessoas em lugares distintos e estanques da sociedade. Para os homens nobres da Sociedade de Corte francesa do século XVIII inexistia a ideia de igualdade entre todos sem considerar as diferenças hierárquicas. Consideravam as pessoas das classes populares como outra raça humana, de gente “comum, do povo”. Por isso a necessidade da disposição das antecâmaras. Ver: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.66-85.

¹⁰¹ Os ofícios remetidos por D. Francisco de Souza Coutinho às autoridades do interior da capitania encontram-se arrolados no Livro de Registro das cartas e ordens expedidas para os governadores, comandantes e diretores

Em seguida, o novo governador passou a executar o que viria a ser um forte aspecto de sua política, a aproximação com as lideranças indígenas, elevando-os a parceiros e interlocutores do que se acontecia em regiões distantes da capital e limítrofes com os domínios vizinhos.

Entre os anos de 1790 e 1791, Souza Coutinho passou a remeter ofícios a Diretores, missionários e chefes militares corriqueiramente para se alcançar os interiores do Grão-Pará e Rio Negro. Além de obter informações precisas e preciosas destes lugares, os ofícios levavam as ordens do governo centralizado em Belém. Nesse sistema de comunicação, as informações percorriam um movimento multilateral que levava a construção de conhecimento de todas as partes. Tanto as autoridades coloniais do interior e as lideranças indígenas dos sertões ficavam cientes das novas ideias para a capitania trazidas por Souza Coutinho, como ele próprio passava a ter ciência do que ocorria nesses lugares. Concordando com Magda Ricci, podemos perceber um processo de aprendizagem que se retroalimentava, pois, “ao impor suas ideias e planos ilustrados, o novo governador e capitão general também aprendeu muito e se transformou”¹⁰².

Assim, diante da necessidade urgente em conhecer o imenso território que acabara de assumir como principal gestor na estrutura colonial da Coroa portuguesa, Souza Coutinho passou a elevar pessoas-chaves como seus *mediadores culturais*. Concepção trazida por Magda Ricci, estes mediadores seriam os interlocutores de um mundo cultural totalmente diferente e diverso que Souza Coutinho tinha que lidar, *aprender e governar*. Com as desconfianças perante os Diretores, o governador optou pelo estreitamento com as lideranças indígenas, fazendo-os ocupar o lugar de seus mais importantes mediadores culturais. Desse modo, observamos a figura do Principal nos anos iniciais da gestão de Souza Coutinho assumindo papel de destaque diante de um cenário de onda revolucionária, de insegurança das monarquias absolutistas e de atenção redobrada aos limites fronteiriços coloniais na América.

Importante abrir um parágrafo analisar o espaço político do Principal em dois momentos distintos do governo de D. Francisco de Souza Coutinho. Afirmamos no parágrafo anterior que o novo governador elevou a importância dos Principais em sua política que

das diferentes Praças, Villa e lugares do estado do Gram Pará, 1790-1791. Cóp. Ms. Cat. Linhares nº 325. Coleção Linhares. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰² RICCI, *op.cit.*, 2021, p.466.

esvaziava a função dos Diretores, mas esta posição foi mais fortemente vista entre 1790 e 1798. Diante de um cenário de desconfianças entre as autoridades, da persistência da guerra contra os franceses (com a inclusão da revolução haitiana) e dentro de uma capitania de dimensões territoriais avultosas, Souza Coutinho teve ampliar seus mediadores culturais. Se em zonas de fronteiras, sobretudo aquelas com os franceses, ainda havia protagonismo dos Principais, entretanto, já entrando para o final de seu mandato concluído em 1803, evidenciou-se um certo enfraquecimento desta figura indígena. Com a paz de 1803 e depois com o acordo de 1817 de devolução da Guiana Francesa, muitos destes líderes foram transmutados diante da figura mais genérica do Capitão das Milícias de Ligeiros, processo este que se intensificou nos anos das lutas independentistas. Mais do que uma ampliação, houve ainda um processo de avilamento dos indígenas e de suas lideranças. É o que nos informa André de Arruda Machado em seu artigo *O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830)*, de 2017¹⁰³.

De acordo com Machado, houve um esvaziamento nas atribuições centrais dos Principais sobre a arregimentação de mão de obra indígena e descimentos, conjuntamente ao aumento da integração das antigas aldeias aos povoados e vilas. O processo de avilamento fez com que a importância dos Principais como mediadores culturais com sua população ficasse cada vez mais sem efeito, na medida em que os indígenas desciam de suas etnias específicas para conformarem-se num novo corpo identitário formado pelos povoados. É o que o autor pontua como “reinvenção dessas comunidades [indígenas] em contato com o mundo dos brancos e, conseqüentemente, de suas identidades”. Iremos retomar esta análise em capítulo posterior quando adentrarmos os anos turbulentos das décadas de 1820 e 1830. Por ora, nos interessa pontuar ao abrirmos estes parágrafos como que as políticas pensadas para o Grão-Pará levavam às desestruturas das dinâmicas estabelecidas pelos indígenas, sejam elas antigas e/ou reinventadas.

Voltando aos assuntos mais pertinentes tratados por Souza Coutinho e seus mediadores culturais, destacava-se a fronteira com a Guiana Francesa. Ainda de acordo com

¹⁰³ MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 166-195, jan./abr. 2017 | www.revistatopoi.org

as pesquisas de Ricci, os emissários do governador que se destinavam aos interiores buscavam informações sobre a posição de Diretores e demais autoridades das vilas, freguesias e lugares do interior se do lado português ou do lado francês. Também partiam com a missão de informar-se se estas autoridades estavam conseguindo manter seus subordinados e a população que governavam sob o controle do interesse lusitano¹⁰⁴. Em um contexto de guerra, em tão dilatado território, com interesses diversos e por vezes antagônicos, a fragilidade de posicionamentos bem definidos é uma situação muito comum, como ocorreu na Cabanagem, por exemplo. Desse modo, a fiscalização sobre o controle dos povos da capitania em defesa dos interesses portugueses era uma constância que Souza Coutinho que lidar, em um cenário de reorganização econômica e tributária para a racionalização da arrecadação da Coroa, além de muitas demandas por reforços militares nas extensas áreas de fronteiras. O recém-chegado governador se via numa difícil situação de ter que equilibrar as variadas demandas diante de uma economia que se reorganizava.

Foi o que ele tentou fazer em correspondência com o governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo D'Almada. Em resposta a uma solicitação de reforço de soldados e armamentos, D. Francisco de Souza Coutinho argumentava que não teria como fornecer a quantidade de 200 soldados da capitania para Lobo D'Almada, pois que, em decorrência das muitas deserções por quais as tropas passavam, ele teria de priorizar regiões que precisavam mais de reforço como o caso da Praça de Macapá. Segundo informações obtidas por seus espões enviados para o Cabo do Norte, Souza Coutinho ficou sabendo de um Destacamento francês no rio Araguari, nas proximidades de Macapá,

(...) e com bastantes forças que se ignoram apesar de ter já mandado fazer este reconhecimento como me foi recomendado, e que por ter sido baldada a diligência mando agora repetir na firme tenção de ir eu mesmo fazê-la quando não logre esta segunda tentativa (...).¹⁰⁵

¹⁰⁴ RICCI, *op.cit.*, 2021, p. 466.

¹⁰⁵ Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, a Manoel da Gama Lobo D'Almada, governador do Rio Negro, expedida de Belém, em 23 de Fevereiro de 1791. Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. *Bndigital*. Coleção conde de Linhares, Doc.75, fs. 229-137.

Souza Coutinho afirmava sua ciência sobre a importância de se reforçar a fronteira com os domínios espanhóis, mas que, a relação diplomática com a França exigia mais atenção, e que a Coroa portuguesa não havia sinalizado nada em relação a rompimentos diplomáticos com a Espanha ao ponto de, naquele momento, se preocuparem com reforços militares para a região limítrofe com as possessões espanholas. Por fim, o governador ao puxar pela habilidade militar do governador do Rio Negro comparando as duas regiões de fronteiras que necessitavam de reforço por parte de Belém, pedia que

(...) considere, pois, V. S. se um porto aberto, destituído de toda a defesa para qualquer Corsário que o queira insultar, em que já não há que atender, nem que fiar no receio dos Baixos, que antes de ter vindo aqui o Bergantim Francês lhe puderam supor, se o devo expor a ficar sem um só Soldado, como ficaria remetendo-lhe o reforço de 200 homens que pelo menos pede (...)¹⁰⁶

Em relação às preocupações com os franceses, Souza Coutinho orientava seus mediadores culturais em torno de duas recomendações: a necessidade da defesa de regiões fronteiriças com os franceses, sobretudo no reforço das ações contrafugas de indígenas e negros escravizados antevendo possíveis comunicações entre eles e os moradores da Guiana Francesa; e ações que alcançassem o crescimento da produção para alimentar as tropas cada vez mais acionadas e deslocadas para estas regiões. Quanto a esta segunda recomendação, ela associava-se a todo um replanejamento da economia da capitania trazido por Souza Coutinho como instruções dadas por seus superiores em Lisboa, que trataremos de forma mais acurada mais a frente, ainda neste capítulo. Por ora nos interessa pontuar que, o fortalecimento da defesa das fronteiras perpassava fundamentalmente pela capacidade de prover as tropas, tanto com alimentos como com o aparato bélico.

Em documento ao Diretor Interino de Portel, D. Francisco de Souza Coutinho dá indícios da grande movimentação de pessoas para a vila de Macapá. Em ofício ao dito Diretor, o governador cobra o aumento da produção de farinha que seria necessário para o ano corrente, 1791, em decorrência da crescente demanda em algumas regiões, como por exemplo, Macapá e todo o Estado. Em sua fala dá a entender que a região de Portel seria um

¹⁰⁶ *Idem.*

centro produtivo de farinha para a capitania. Sendo assim, o governador alerta para a necessidade do aumento da produção de farinha, pois a vila teria que arcar tanto com o mercado interno, devendo alimentar em torno de 1640 almas, de acordo com o Mapa da População dos Índios, como também exportando para outras regiões da capitania. Para alcançar somente a demanda interna, o governador chegou a dimensionar um quantitativo de 7524 alqueires, em razão do grande número de crianças indígenas, 385, que se alimentavam basicamente de farinha¹⁰⁷.

A farinha era a base alimentar da população do Grão-Pará, assim como o peixe seco. Além da alimentação, eram produtos valorados com poder de troca, além de pagamento de dízimo. Estavam alocados no segundo ramo de arrecadação de tributos da capitania como será explorado mais à frente. O valor destes dois gêneros crescia numa economia de guerra, pois havia a necessidade premente de sua produção, tanto para suprir as demandas locais, mas para prover as tropas, como garante Souza Coutinho ao governador da Praça de Macapá, João Vasco Manoel de Braun, em correspondência de 03 de janeiro de 1791, quando diz que

(...) se houvera remetido para essa Praça como agora se remete o possível pagamento se não tivesse havido tantos e tão diversos objetos mais instantes como também se não tivesse sido preciso esperar ocasião oportuna e segura de fazer a referida remessa pode V. M^{ce} estar certo que elas se hão de continuar com toda a regularidade enquanto as circunstâncias assim o permitirem e quanto a farinha brevemente darei as providências necessárias para se efetuar a tempo o socorro necessário para a tropa devendo V. M^{ce} ter a maior vigilância para evitar as deserções que sempre os Soldados ã de fazer ainda pagãos com prontidão: mando também aprontar os remédios que pede para Hospital: e se a falta deles tem sido tão urgente como V. M^{ce} me participa, é certo que os deveria ter antecipadamente pedido. Fico entregue do Mapa dos Habitantes desse Distrito, e da Relação das Praças do Destacamento e de tudo o mais de que tratam as quinze Cartas que tenho de V. M^{ce} recebido com diferentes datas (...)¹⁰⁸. (grifo nosso)

¹⁰⁷ Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao Diretor Interino de Portel, expedida de Belém, em 25 de janeiro de 1791. Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. *Bndigital*. Coleção conde de Linhares, Doc. 40, fs. 207 208 209.

¹⁰⁸ Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao governador da Praça de Macapá, João Vasco Manuel de Braun, expedida de Belém, em 03 de janeiro de 1791. Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. *Bndigital*. Coleção conde de Linhares, Doc. 01, fs. 179.

João Vasco Manoel de Braun tinha remetido 15 ofícios ao governador em Belém. 15! Este quantitativo, mesmo que em diferentes datas, é bastante expressivo, o que denota um sentido de urgência das necessidades apresentadas pela Praça de Macapá, colidindo com a conjuntura belicosa por qual passava as monarquias europeias e suas possessões coloniais no final do século XVIII. A sensação de desespero por ser socorrido dos gêneros que solicitava parece não ter sido totalmente sanada, na medida em que o suprimento de farinha enviada à Macapá não fora suficiente para prover as tropas, mesmo o governador sabendo que a carência de farinha, que correspondia como um dos gêneros de pagamento dos soldos dos soldados indígenas, levava a deserções destes soldados, como chama a atenção em seu ofício ao ordenar que Braun tenha *a maior vigilância para evitar as deserções que sempre os Soldados ã de fazer ainda pagãos com prontidão*.

Ainda em relação à primeira ordem de recomendações, a comunicação de indígenas e negros escravizados com a população da Guiana Francesa era uma preocupação permanente vivenciada nos 13 anos do governo de Souza Coutinho. Primeiro porque a região do Cabo do Norte, atual estado do Amapá, era uma área contestada entre Portugal e França havendo constante alteração dos limites fronteiriços, a Coroa lusitana reconhecia o rio Oiapoque como marco delimitador de suas possessões coloniais, e os franceses, por sua vez, reconheciam o rio Araguari¹⁰⁹. Desta querela entre as monarquias, a região disputada ficou considerada em vários momentos como “terra de ninguém”, tornando-se atrativa para vários negros escravizados da capitania do Grão-Pará, onde fundaram diversos mocambos, estabelecendo ali uma rede de núcleos de resistências ao regime e à sociedade escravista.

Quando é deflagrada a revolução na França em 1789, sob os princípios iluministas dos direitos do Homem e do Cidadão, o sinal de alerta acendeu para as autoridades portuguesas, tanto na metrópole quanto na colônia. A possibilidade eminente de estes princípios traduzirem-se em palavras de ordem e se difundirem entre a escravatura alarmou a elite escravocrata, sobretudo a colonial. Tal alarme foi acionado em 1794, acordando de vez a toda a sociedade escravista lusitana e luso-brasileira, quando a França pós-revolução decreta a

¹⁰⁹ BARARUÁ, Marcus Vinicius Valente & CHAMBOULEYRON, Rafael. Cabo do Norte: conflitos e territorialidade (XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazônicos* • vol. X, nº 1 (2014), pp. 255-278; ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Dossiê Amazônia e História Global* - Revista Tempo | Vol. 23 n. 3 | Set./Dez. 2017; CWIK, Christian. A disputa sobre os limites entre Guiana francesa e portuguesa (1801- 1817). *Outros Tempos*, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031.

abolição de seus escravos tanto em seu território continental quanto em suas possessões ultramarinas.

A possibilidade de comunicação entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa era viável. O tráfego de pessoas, informações e ideias se dava tanto pelos meios legais, mas, sobretudo, pela clandestinidade. Não a toa que, em 1789, eclodida a revolução, a preocupação volta-se efetivamente ao Grão-Pará e suas fronteiras. Como dito anteriormente, em solo europeu, estes países não faziam fronteira. Isso acontecia na América colonial. Então, à preocupação em garantir os limites considerados por Portugal, o rio Oiapoque, somava-se às fugas de escravos e indígenas para o outro lado da fronteira.

Uma questão levantada por Magda Ricci contribui muito para a análise deste aspecto, qual seja a dificuldade de comunicação de Belém com seu vasto território do interior e sertões amazônicos. Não somente ideológica, cultural ou geográfica, mas também linguística. Ricci, ao se aprofundar na documentação trocada entre Souza Coutinho e seus mediadores culturais, pontua que os interesses da Coroa portuguesa ficavam seriamente prejudicados pelo fato deles não conseguirem o entendimento com povos indígenas e escravizados de origem africana pela falta do conhecimento linguístico destes povos¹¹⁰. Os habitantes da Guiana Francesa, não necessariamente franceses, tinham esta vantagem. Como discorre Ricci, muitos conhecidos de negros fugidos e indígenas do Cabo do Norte viviam em território francês, de modo que se comunicavam obtendo informações do que ocorria na França e também estabeleciam ações conjuntas de fugas do Grão-Pará, deixando para trás a sociedade e o regime escravista¹¹¹. Nesse sentido, sobressaía mais ainda a necessidade de uma rede de mediadores culturais.

Ainda nesta primeira recomendação, Souza Coutinho se via diante de um problema antigo, a organização e a formação das tropas para a defesa do território colonial português. A tese de Wania Alexandrino Viana traz a necessidade e a dependência, em muitas situações, que o sistema de defesa lusitano tinha dos indígenas, tanto para a composição das tropas, quanto para o conhecimento da arte de guerra das diversas nações que coabitavam a região.

¹¹⁰ RICCI, *op.cit.*, 2021.

¹¹¹ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Os pretos estão livres naquela colônia, licenciosamente mais que na terra que nasceram”: fugas, mocambos e milícias de escravos negros e alforriados no Grão-Pará e na Guiana Francesa (1790-1810). Simpósio Nacional ANPUN-SC, 2011.
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1405085678_ARQUIVO_ANPUH-SC.pdf

Cunhando o conceito de *Guerra Luso-Indígena* Viana afirma que sem os conhecimentos indígenas de guerra que se fazia em seus territórios, além dos saberes próprios da floresta em seus labirintos de mata, recortada de rios, furos e igarapés, somados com conhecimento das fronteiras, o Império português seguramente não garantiria seus limites coloniais na América.¹¹²

Então, o governador do Grão-Pará deparava-se ao longo da década de 1790 com uma questão que conectava dois movimentos distintos em seu sentido genérico, mas que se aproximavam em seu sentido social estamos falando dos recrutamentos e fugas/deserções indígenas. Estes movimentos que se retroalimentavam traduziram-se em dilemas e preocupações para a elite política e econômica tanto colonial, como do Estado Imperial que nascia em sua região norte. Preocupação esta fundamentada na própria lógica da retroalimentação deste movimento, ou seja, do momento em que os recrutamentos eram feitos, em grande medida de forma compulsória e baseada em vexações, violência extrema e carências, levava conseqüentemente às fugas dos soldados indígenas. Tal movimentação se acelerava em tempos de guerras e crises políticas e econômicas, como vivenciados pelo Grão-Pará no final do século XVIII e nos idos de 1830, no período da Cabanagem, como veremos em um capítulo específico na segunda parte da tese. Um dos principais dilemas que esta situação provocava era nas ações de prover armamento e munições às tropas formadas majoritariamente por soldados indígenas e tapuios, sabendo que estes soldados poderiam desertar e fugir a qualquer momento e lugar levando consigo estes provimentos, como recorrentemente ocorreram na guerra cabana.

Em correspondência com o governador do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo d'Almada, Souza Coutinho respondia sobre uma solicitação feita por Almada, ainda no governo de Martinho de Souza Albuquerque (1783-90), de soldados para o reforço das tropas do Rio Negro. Sabemos que esta região, por fazer fronteira com as colônias espanholas, sempre sofria investidas de militares e comerciantes espanhóis. Sobretudo nos limites com Maynas, as fronteiras ainda se encontravam bastante móveis, sendo disputadas tanto no campo da diplomacia, como no reforço das defesas pelas tropas. Nesse cenário, Lobo d'Almada solicitava o reforço militar. No ofício de Souza Coutinho, ele alega não dispor do

¹¹² VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPa). – Belém-PA, 2019.

contingente solicitado, apresentando vários argumentos, como poder ver em suas palavras a seguir.

[...] Nas circunstâncias em que me achava quando respondi a Carta de V. S. em que ao meu antecessor pediu, ou reforço de tropa, ou que lhe permitisse recrutar a que precisava, era impossível satisfazer a V. S. como facilmente se poderá convencer, considerando, que só Desertores contava 984, e outro igual número de faltas: é certo que atualmente estão recolhidos duzentos desertores, mas ainda entre uns e outros faltam mais de 500 Praças para o Estado Completo; e descontado este número, e das praças que estão nessa Capitania em Macapá, e nos outros Destacamentos que V. S. não ignora, ainda que todos estes de menos entidade tenho, consideravelmente diminuído, considere V. S. quanto é insignificante o número das que existem nesta Cidade para poder ter pronto como preciso ter o Socorro para que estou prevenido pelo Senhor João d'Albuquerque que de Mato Grosso me expediu em Outubro um aviso a este fim sem ter tido até agora outro em contrário, e cujo socorro deve pelo menos constar de quatro Companhias [...].¹¹³ (grifos nossos)

Os trechos destacados evidenciam vários pontos que precisam de uma análise mais acurada. Começamos com a dificuldade de Belém, sede do governo da capitania em disponibilizar quantitativo suficiente de soldados para socorrer uma região, que era de conhecimento da Coroa, vivenciava duras disputas por fronteiras com a Espanha. Mesmo assim, Souza Coutinho não consegue dar cinto da solicitação de socorro expedida por Lobo d'Almada, de modo que fica evidente a crise por qual passavam as tropas militares da capitania, em especial das que faziam a defesa das fronteiras.

Outro ponto que mereceu o destaque no trecho citado, refere-se ao que estamos analisando nesta parte da tese, os movimentos de recrutamento e deserção. Na resposta do governador da capitania, informa que até pouco tempo antes de seu ofício, constavam as tropas com um déficit de 984 desertores e que, no momento de sua resposta, o governo tinha conseguido recuperar 200 destes desertores, mas continuava com um déficit de 500 praças. Para além dos números, que já são bastante elucidativos, podemos compreender o ágil

¹¹³ Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, a Manoel da Gama Lobo 'Almada, governador do Rio Negro, expedida de Belém, em 23 de Fevereiro de 1791. Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. *Bndigital*. Coleção conde de Linhares, Doc.75, fs. 229-137.

movimento de fugas e deserções por qual passavam as tropas que garantiriam a defesa do território colonial nas suas fronteiras ao norte da América portuguesa. Isso, num cenário de onda revolucionária e disputa por alargamento de limites com a França e Espanha. Não a toa que, Souza Coutinho reforça à Lobo d'Almada que, Belém estaria com um quantitativo aquém do permitido para qualquer socorro, porque além desta praça, tinha que guarnecer também Macapá.

No mesmo documento, Souza Coutinho segue sua preocupação com a invasão francesa pelas terras do Cabo do Norte, afirmando a existência de um estabelecimento francês nas cercanias de Macapá, às margens do rio Araguari,

[...] com bastantes forças que se ignoram apesar de ter já mandado fazer este reconhecimento como me foi recomendado, e que por ter sido baldada a diligência mando agora repetir na firme tensão de ir eu mesmo fazê-la quando não logre esta segunda tentativa; considere pois V. S. se um porto aberto, destituído de toda a defesa para qualquer Corsário que o queira insultar, em que já não há que atender, nem que fiar no receio dos Baixos, que antes de ter vindo aqui o Bergantim Francês lhe puderam supor, se o devo expor a ficar sem um só Soldado, como ficaria remetendo-lhe o reforço de 200 homens que pelo menos pede [...].¹¹⁴

Além da preocupação latente nas palavras de Coutinho quanto ao poderio militar francês deste estabelecimento, contando com “bastantes forças”, ele, em tom visivelmente crítico e impaciente, cobra ações dos gestores locais que parecem ignorar a existência do estabelecimento inimigo em terras portuguesas, mesmo ele já tendo “mandado fazer reconhecimento”. Esta expressão corresponde à política implantada por Souza Coutinho de destinar para as áreas de fronteiras seus mediadores culturais, agindo como espiões. Malograda a primeira tentativa de reconhecimento ordenada, o governador ameaça ele mesmo ir, caso a segunda tentativa não tenha êxito.

Por fim, no trecho acima citado, Souza Coutinho puxa pela consciência de Lobo d'Almada para convencê-lo das prioridades que deveriam ser pensadas pelo governo em Belém, tarefa difícil, na medida em que urgências em reforços vinham de todos os lados. Souza Coutinho pede para que o governador do Rio Negro se colocasse em uma situação de

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.*

estar em um campo aberto e desguarnecido, sendo invadido por um inimigo poderoso. Em seguida Coutinho pergunta qual medida ele deve tomar, “[...] se o devo expor a ficar sem um só Soldado, como ficaria remetendo-lhe [à Almada] o reforço de 200 homens que pelo menos pede [...]”¹¹⁵. Num cenário de carência de soldados, de disputas por demarcação de fronteiras, governando uma região enorme, numa conjuntura revolucionária contrária as monarquias absolutistas, Souza Coutinho se via, constantemente, em situações bastante delicadas, também na área da economia da capitania.

A segunda frente de ação do novo governador também se encontrava com problemas que demandavam urgência em serem resolvidos. Além da necessidade de incrementos em áreas com potencialidades para seu desenvolvimento, como a agricultura, as atividades extrativistas das drogas dos sertões necessitavam de replanejamentos para o seu melhor aproveitamento e efetivo rendimento aos cofres da Coroa portuguesa. Nesse sentido, Souza Coutinho passou a exigir, principalmente dos Diretores, mapas estatísticos da produção das vilas e lugares do interior da capitania. Pela documentação podemos observar, em muitas ocasiões, que o governador perdia sua paciência com os resultados irrisórios vindos do interior, como podemos verificar a seguir.

Vejo com a maior admiração o que [Vossa Mercê] me participa e o que eu esperava que [Vossa Mercê] me participasse, e por esta causa conheço que têm sido bem insignificantes os seus esforços para que sejam crescidos os produtos que se remeterem dessa Povoação. Para que conheça o que é ter préstimo, atividade e inteligência; e sobretudo boa vontade; para que [Vossa Mercê] conheça quanto são frívolas e inatendíveis as suas extensas narrações, lhe direi que nomeado do mês de Novembro mandei um Diretor para Portel o qual concluiu logo o roçado a que o Principal tinha dado princípio e já se acha com 630 feixes de maniva plantados; deu princípio a outro roçado de 400 braças de frente e 300 de fundo para arrozal e já está plantado; expediu três Canoas grandes ao Comércio cada uma com 30 Índios e mandava outros tantos noutras a Pescaria além de estar agora empregando o resto da Gente em colher as drogas que os Matos oferecem nas vizinhanças da Povoação: nenhum destes importantíssimos Serviços lhe embaraçou, por outra parte o dever de arrecadar os Dízimos, já remeteu trezentos alqueires e está ainda cobrando duzentos de resto; sendo que para muitos e muitos diferentes serviços lhe tenho mandado dar três ou quatro vezes mais Gente do que dessa Povoação tem saído.¹¹⁶

¹¹⁵ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁶ Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao Diretor de Vila Franca, expedida de Belém, em 06 de Fevereiro de 1791. Livro registro das Cartas

Este documento traz pontos interessantes a serem analisados tanto do cenário encontrado por Souza Coutinho na economia da capitania, quanto pela política que ele aplicou nesta área. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a cobrança enfática de resultados positivos na produção de Vila Franca, localidade à oeste da capitania, responsabilizando o Diretor por sua má condução dos roçados. Já mencionamos anteriormente a dificuldade que o governador tinha com os Diretores. Souza Coutinho discordava dos fortes poderes que eles detinham nas dinâmicas econômicas e sociais de sua localidade, assim como no trato que eles dispensavam aos indígenas, com extrema violência, contribuindo assim, para a evasão da principal mão de obra do Grão-Pará.

Assim como este documento, muitos outros ofícios vinham com este teor, de cobrança aos Diretores por produtividade. Souza Coutinho apostava na agricultura para alavancar a economia da região. Em suas palavras podemos perceber o quanto ele se indis põe com seu destinatário pelo descaso que ele estaria tendo em relação à sua função de organizar os trabalhadores indígenas para o roçado. Na parte inicial do trecho citado, Souza Coutinho nos leva a entender que o dito Diretor lhe tentou ludibriar, possivelmente lhe fornecendo dados incorretos, prática comum na capitania, mas que ele (Souza Coutinho) bem conhecia o “que têm sido bem insignificantes os seus esforços para que sejam crescidos os produtos que se remeterem dessa Povoação”. Nesse ponto, percebemos a importante rede de comunicação estabelecida com seus mediadores culturais e espiões espalhados pelos interiores. As informações chegavam a ele. Diante disso, o governador passa a comparar a gestão do Diretor de Vila Franca com o da Vila de Portel.

Interessante a estratégia da comparação acionada por Souza Coutinho, pois que a sociedade do Grão-Pará, fortemente hierarquizada, espelhava-se nos moldes da Sociedade de Corte metropolitana, onde a ambição por prestígios, privilégios e jogos de interesse eram a máxima das relações estabelecidas na elite colonial local. Ao comparar os dois Diretores, Souza Coutinho conseguia tanto estabelecer parâmetros do que seria uma boa administração nas vilas e, jogava um Diretor contra o outro, nessa luta eterna de egos. Outro ponto que mereceu destaque no trecho citado foram os gêneros cultiváveis e suas quantidades

e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. *Bndigital*. Coleção conde de Linhares, Doc.51, fs. 215-216.

reverenciadas por Souza Coutinho, mandioca e arroz, também a organização de índios para a coleta dos produtos da floresta e para pescaria, além do envio de canoas para o comércio de tudo isso que era produzido na povoação de Portel. Este documento é bem elucidativo, pois consegue em uma correspondência abordar os ramos principais da economia do Grão-Pará que Souza Coutinho se deparou quando aportou na capitania, levando ao replanejamento destas atividades para que melhores resultados elas pudessem oferecer, se houvesse empenho e “sobretudo, boa vontade” por parte dos Diretores, setor bastante cobrado pelo novo governador.

Mas, o ponto nevrálgico para os interesses econômicos régios, e que requeria uma atenção redobrada por parte da nova gestão, era a arrecadação de tributos. Estas três áreas econômicas estavam correlacionadas e, sendo executadas de forma mais controlada e fiscalizada, conduziriam ao crescimento dos cofres régios. Esse era o pensamento das autoridades metropolitanas que fundamentou as diretrizes trazidas por Souza Coutinho.

Para tanto, era imprescindível que o novo governador, recém-chegado no ano de 1790, se inteirasse do quadro geral e de aspectos específicos da economia da capitania. Desse modo, Souza Coutinho passa a enviar diariamente, de forma coletiva ou pessoalizada, ofícios solicitando informações da realidade da economia nas vilas e freguesias dos interiores da capitania. Traduzidos em mapas estatísticos, o governador era enfático ao exigir a exatidão dos dados aos Diretores, para que pudesse ter o conhecimento do que se produzia, se coletava e se tributava, e o que de fato ia parar nos cofres reais. Essa devassa feita na economia do Grão-Pará foi pensada justamente pela falta de dados consistentes sobre a área econômica por parte do governo. Quando Souza Coutinho é nomeado governador e comandante das armas da capitania, seu sucessor, Martinho de Souza Albuquerque, havia apresentado ao Ministro de Estado do Ultramar Martinho de Melo e Castro relatórios bastante inconsistentes e incoerentes acerca da economia em seu mandato, entre os anos de 1783 e 1790.

Nas correspondências trocadas entre Souza Coutinho e Melo e Castro, o ministro pontua as incongruências nas contas prestadas por Albuquerque, induzindo ao novo governador uma detalhada devassa nas contas da capitania para que ele pudesse agir. Indicava que um dos pontos mais críticos aos interesses econômicos da Coroa era a arrecadação de tributos, área que requeria maior atenção. Além deste problema, havia outro, que não era próprio do governo anterior, mas que era aspecto endógeno das dinâmicas econômicas da

colônia desde seu surgimento, a corrupção. Os desvios de produtos, dados falsos, impostos não pagos, entre outros, eram elementos constitutivos do sistema tributário no Grão-Pará. A quantidade exagerada de portos particulares existentes no interior da capitania, possíveis pela infinitude de rios, lagos, igarapés e furos do sistema hidrográfico da região, dificultada sobremaneira o controle e a fiscalização da arrecadação.

Diante disso, Souza Coutinho “teria em mãos um grande nó financeiro a ser desatado” qual seja, organizar as finanças da capitania, equilibrando o orçamento a partir do melhoramento das atividades econômicas que já vinham sendo desenvolvidas, incrementando outras áreas, como a agricultura, e, organizando as formas de arrecadação de tributos, num estado de bastante promiscuidade deixado por seu sucessor onde as “receitas vindas do Patrimônio Régio, foram um tanto misturadas à receita geral arrecadada localmente”¹¹⁷. Ele pegava prognósticos econômicos da capitania que não condiziam com a realidade, justamente pelas falhas nos dados emitidos por seu antecessor. O relatório apresentado por Albuquerque não informava a grande e antiga dívida do Grão-Pará desde a extinção da Companhia de Comércio. Pelos estudos de Ricci, a receita da capitania recebeu avultadas quantias por parte da capitania do Maranhão do espólio das propriedades jesuítas, valor este não observado em caixa por Souza Coutinho. Ainda com esta autora, ao analisar os escritos da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, este denunciava que desde o governo de João Pereira Caldas (1780-1783) havia um costume de se gastar mais o que tinha em caixa.

Desse modo, Souza Coutinho ao assumir como governador promove um novo sistema civil de governo para o Grão-Pará, planejamento este que envolvia a reestruturação econômica, mas fundamentalmente a reformulação da cobrança dos dízimos. Sob recomendações expressas de Melo e Castro, assim que o governador chegou à capitania se reuniu com a Junta da Fazenda, com ordens de mudar a forma de arrecadação dos tributos em geral. Ao ter em mãos os dados que passou a cobrar das autoridades locais do interior, Souza Coutinho teve ciência que a cobrança de modo geral era feita em três ramos da economia. São elas: as maunças ou miudezas; produtos maiores, plantados ou coletados; e o subsídio literário¹¹⁸. Seguindo o estudo de Magda Ricci, passamos a entender um pouco mais destes

¹¹⁷ RICCI, *op.cit.*, 2021, p. 327.

¹¹⁸ RICCI, *op.cit.*, 2021, p. 327.

ramos e as transformações que a mudança de plano implicou no cotidiano da sociedade paraense.

A taxação das miudezas, que era em espécie, geralmente em peixe e farinha, destinava-se principalmente para prover atividades que a Coroa portuguesa subsidiava localmente, como as viagens expedicionárias de demarcação de limites onde os produtos pagos em espécie serviriam para alimentar as tropas, e para manter a estrutura militar, de justiça e eclesiástica (em trabalhos alinhados ao Real Serviço) da capitania. Este tributo deveria ser arrecadado diretamente pela Fazenda Real, e era fundamental pois ele que sustentava a estrutura diária da capitania, em especial aos trabalhadores e às tropas.

O segundo ramo, dos produtos considerados maiores, advinham das produções agrícolas realizadas na capitania e da coleta das drogas dos sertões, destinados à economia de exportação. Pagava-se no ato do embarque das mercadorias exportadas. Ganhava destaque neste ramo de arrecadação o cacau plantado, mas também o silvestre coletado, algodão, arroz, e os produtos da floresta como salsaparrilha, cravo do Maranhão, anil, copaíba, entre muitos outros. A madeira, setor importantíssimo da economia do Grão-Pará e muito requisitado pela metrópole portuguesa, era diretamente tributada pela Coroa. Os gêneros agrícolas e/ou extrativistas que não fossem exportados, sendo direcionados para o consumo local, não eram tributados neste ramo de arrecadação.

O terceiro ramo do sistema tributário do Grão-Pará correspondia aos impostos da carne e da aguardente, que era arrecadado por arrematadores e entregues a Junta da Fazenda. Este tributo recebia o nome de Subsídio Literário por destinar-se ao provimento e manutenção das escolas e pagamentos de professores. O comércio da carne concentrava-se principalmente na Ilha do Marajó e cercanias de Belém. Geralmente a carne comercializada vinha do gado em pé, ou seja, carne fresca, ou verde como a chamavam, mas também tinha o processo de salgamento, que possibilitava uma durabilidade maior por sua conservação no sal. O comércio de aguardente suscitava uma série de problemas em seu funcionamento, sobretudo quando os envolvidos eram indígenas. Como este produto era de muito apreço de vários povos indígenas, ele passou a ser usada como moeda de troca e a arregimentação para mão de obra. Neste caso, além das dificuldades na arrecadação tributária impostas pela corrupção do

arrematadores, ainda tinham os obstáculos colocados por uma cooptação indevida de mão de obra indígena.¹¹⁹

Diante de um sistema tripartite de arrecadação que arrecada mais problemas que tributos, D. Francisco de Souza Coutinho passou a planificar as cobranças a partir da política de estreitamento com as lideranças locais, em especial os Principais, e um processo de militarização da sociedade paraense, tanto como forma emergencial de organizar a defesa do território, mas também como forma de controlar melhor seus subordinados e a população de um modo geral, na tentativa de uma centralização maior de seu poder em Belém. Tal processo era fundamental para o reordenamento econômico e tributário do novo plano de Souza Coutinho, numa capitania de territórios muito alargados e formados por uma composição étnica e cultural bastante diversificada.

O processo de militarização implantado pelas políticas de Souza Coutinho perpassava pela reorganização das tropas. Como forma de garantias legais para o controle das exacerbações de violência e de poderes comuns nos interiores do Grão-Pará, o governador, em sua extensa comunicação com o então ministro de Estado do Ultramar português, D. Rodrigo de Souza Coutinho, seu irmão, a partir de 1796 levou a promulgação das diretrizes que julgava acertadas em uma Carta Régia em maio de 1798. Por este dispositivo legal, D. Francisco de Souza Coutinho sistematizou as ações que vinham sendo realizadas por ele, sobretudo no que dizia respeito ao trato com os povos indígenas.

A Carta Régia de 1798 formalizou a Tropa de Ligeiros, instrumento de organização da mão de obra indígena para as diversas atividades da capitania, dentre elas às forças de defesa das fronteiras. Desse modo, a política militar de seu governo, sob a forte pressão de defesa do território América português contra os franceses, levou a um constante processo de deslocamento de pessoas nos sertões amazônicos. Este processo significou impactos fortes nas dinâmicas dos povos indígenas do imenso território dos sertões. Não é de se estranhar que estes impactos contribuíram por desestruturar antigas redes de sociabilidade, assim como, antigos acordos militares e comerciais, tanto entre os povos originários, quanto entre eles e os agentes coloniais até então. Partimos deste aspecto fulcral na política de Souza Coutinho, encontrado nas três frentes de ação acionadas por ele, além da defesa, a economia e a mão de

¹¹⁹ RICCI, *op.cit.*, 2021.

obra, para deduzir que as transformações implicadas por ele, conduziram à uma desestruturação nas práticas e costumes indígenas locais, agudizando relações que já eram por si só delicadas e frágeis.

Para a realização de toda esta reestruturação da economia e defesa do Grão-Pará, a questão da mão de obra indígena fundamentava todas as estratégias de ação, já que os índios eram “mãos e pés dos senhores da Amazônia colonial”¹²⁰. Sendo assim, esta questão demarcará de forma significativa a passagem de Souza Coutinho pela Amazônia, de maneira que, suas denúncias e reflexões sobre a qualidade no trato com os indígenas levaram a criação e aplicação da própria Carta Régia de 1798. De acordo com Patrícia Sampaio, no que tange as dificuldades de defesa de fronteira e de carestia de mão de obra, as estratégias de governo de Souza Coutinho para possíveis soluções, encaminharam-se pelos seguintes eixos: “incentivos ao tráfico africano; [...] ao contrato particular com índios residentes nas povoações; [e] à ação particular nos descimentos dos índios não-aldeados; [e] recrudescimento do recrutamento militar da população livre de cor”¹²¹.

Destes eixos estratégicos destacamos nesta tese o trato com a mão de obra indígena, entre índios avilados e não avilados¹²². Quando Souza Coutinho pensou a relação com *os índios residentes nas povoações*, deixou evidente a existência de uma significativa parcela de índios vivendo nas antigas povoações pombalinas, mas destituídos da tutela de um diretor. Tratava-se de uma geração surgida no pós-Diretório de 1755 que, assegurada pela Lei de Liberdade, possuía uma restrita liberdade, pois, “ainda que passassem por vexações, e grandes opressões nunca tiveram aquela tutela efetiva, mais livremente dispuseram de si, dos seus trabalhos, e do que adquiriam”¹²³.

¹²⁰ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial*. Revista Fronteiras da História. Vol. 16-2, 2011.

¹²¹ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.228.

¹²² Utilizamos esta definição a partir do estudo de André de Arruda Machado para designar indígenas que viviam nos antigos aldeamentos pombalinos mas que, com sua extinção, passaram a viver nas vilas e freguesias do interior da província. Estas vilas eram constituídas, como nos antigos Diretórios, por uma coabitação de índios de várias etnias. Ver: MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi (Rio de Janeiro)* [online]. 2017, vol.18, n.34, pp.166-195.

¹²³ COUTINHO, Francisco de Souza. Plano para a civilização dos índios do Pará – 2.8.1797, apud, SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.229.

Os indígenas foram um dos alvos preferidos da política de Souza Coutinho para solucionar a carência de mão de obra. Eles também eram uma alternativa para suprir a defasagem nos contingentes das forças militares, tão necessárias para a vigilância e o fortalecimento das áreas de fronteira. Nesse sentido, eles foram os atores principais na política metropolitana de desenvolvimento da economia e fortalecimento da defesa da província do Grão-Pará, com o auxílio de um importante dispositivo legal como a Carta Régia de 1798.

Em linhas gerais, a Carta de 1798 dispunha suas diretrizes sob os princípios de garantia de ocupação territorial, mantendo assim, a prerrogativa da “estabilidade dos povoados e habitantes livres regularmente estabelecidos”¹²⁴. Também, a Carta dava conta da ocupação das terras indígenas e seus recursos naturais, na medida em que liberava o acesso de moradores a negociarem diretamente com os índios, corroborando a isso, para a extinção dos bens comuns das extintas povoações pombalinas¹²⁵. Dentre os habitantes livres, estavam todos os súditos da Coroa Real, dentre brancos, mestiços, europeus, brasileiros e índios. Liberdade esta que garantia ao indígena ser regido pela mesma norma jurídica que a de outros vassallos, com exceções para os que tinham títulos ou status de nobreza. Neste ponto a nova legislação se diferencia do *Diretório*, gerando ainda, sua extinção.

O principal ponto de diferença relacionava-se com a tutoria do indígena aldeado. A figura do Diretor, tão amplamente criticada, inclusive por Souza Coutinho, foi suprimida, garantindo a este indígena sua propensa “liberdade” perante a Carta. Tornando-se homem livre e súdito da coroa real, os indígenas poderiam ser alistados e/ou recrutados¹²⁶, mesmo que involuntariamente, tanto para a defesa militar da região, quanto, e principalmente, para preencher as lacunas de mão de obra. Nesse sentido, foram criados corpos de alistamento, os chamados Corpos de Milícias, ou Corpo de Ligeiros, como ficaram conhecidos, e o Corpo Efetivo de Índios. O objetivo central destes regimentos era incorporar toda a população ativa,

¹²⁴ SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.230.

¹²⁵ *Idem*, p.236.

¹²⁶ De acordo com a pesquisa de Patrícia Sampaio os aptos a serem recrutados estavam entre os índios e mestiços, que não possuísem escravos, que estivessem alistados nos corpos de milícias, que não possuísem propriedades ou lavouras que lhes dessem rendimento suficiente para conservarem-se quites com os dízimos e as obrigações fiscais, e quem tivesse meios para conservarem-se sempre armados e fardados. A legislação de 06/12/1799 amplia a margem para o alistamento, podendo “todos os indivíduos que estivessem alistados nas milícias e na infantaria sem que possuísem os requisitos do estabelecimento próprio ou ofício para sua manutenção [...]”, cf. SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.237.

transformando-a em permanente mão de obra disponível para os mais variados ramos da economia local, dentre braços para a agricultura, mas, especialmente, pernas para caminhar na floresta extraindo as *drogas do sertão*.

Esta medida do recrutamento compulsório ao trabalho dirigia-se aos indígenas aldeados, que já estavam em convivência com os brancos nos núcleos coloniais ou antigas povoações pombalinas. Mas, para os índios não-aldeados, os chamados *índios bravios*, o encaminhamento político português para sua “integração” às povoações e à política para o trabalho de Souza Coutinho, continuava a ser *os descimentos*. A diferença era que neste segundo momento estes descimentos foram permitidos apenas aos particulares, isentando a Coroa a realizar tal atividade. A recomendação era que se evitasse o uso da violência, característica inata desta prática desde o início do processo colonial. A Carta Régia alertava para a obrigação dos comboieiros de levarem pequenos “mimos” aos sertões para serem entregues aos indígenas.

Com a Carta Régia de 1798, a propensa liberdade saiu das letras dos papéis, mas esbarrou-se nos limites da legislação lusitana e na necessidade de mão de obra para a região. De uma forma geral, na prática, a ideia de equivalência jurídica entre súditos indígenas e súditos portugueses teve muitos problemas para se concretizar socialmente. Se é possível que muitas lideranças tiveram ganhos com casamentos interétnicos e seus lucros sociais e comerciais, sob a chancela da lei contra a ociosidade esta política, sobretudo na base social, contribuiu para o agravamento das condições indígenas na medida em que abriu para os colonos a utilização do trabalho compulsório indígena¹²⁷. A Carta Régia de 1798, ao extinguir o Diretório pombalino que regulava a mão de obra indígena por meio da tutela do Diretor, transferia tal regulação para a jurisprudência das autoridades civis, como os juízes de

¹²⁷ O fato de considerar as inúmeras desvantagens indígenas do contato com o europeu, inclusive de forma violenta, não suprime a ação indígena na construção de teias de sobrevivência, por base muitas vezes na resistência e negociação adaptativas, própria do período colonial. Por meio de revisões, a historiografia indígena vem em um movimento de desconstrução das velhas e rígidas análises da participação do índio na história do Brasil. Com a aproximação interdisciplinar da História com a Antropologia, a partir da etno-história, a participação indígena na construção histórica brasileira assume uma forma imperativa, deslocando o índio de uma posição de submissão e de reação a fatores externos, para um índio sujeito, agindo de acordo com suas experiências perante o processo que ajudava a construir. Para uma compreensão mais aprofundada da nova historiografia indígena cf. ALMEIDA, *Op.cit.*, 2003.

órfãos¹²⁸. Observa-se assim, a substituição de uma política estatal mais diretiva (personificada na maioria dos casos na figura do Diretor) para uma política mais liberal.

Estas políticas implicaram mudanças significativas para a Amazônia, sobretudo no trato com os indígenas, tanto em relação ao gerenciamento e controle das populações autóctones, quanto da ocupação de suas terras em decorrência do projeto de expansão territorial lusitano e garantia de fronteiras. É importante lembrar que as *políticas pombalinas* implicaram na expulsão dos jesuítas da Amazônia. Tradicionais agentes colonizadores na região, os padres da *Companhia de Jesus* detinham o controle, tanto espiritual quanto secular das populações indígenas aldeadas. Condição que gerava constantes conflitos entre os missionários, os colonos, as autoridades locais e metropolitanas e, os indígenas. Cada qual em seus limites de interesses, os sujeitos envolvidos se apropriavam da legislação colonial para garantir êxito nesse intrincado mosaico de interesses. Em que pese a diversidade dos anseios envolvidos, as disputas protagonizadas por estes sujeitos giravam em torno fundamentalmente da mão de obra indígena, mas também das terras indígenas.

É neste ponto de inflexão que sustentamos a relação entre as políticas de Souza Coutinho e toda uma desestruturação das dinâmicas dos grupos indígenas que viviam nos sertões amazônicos, o que levou a transformação de várias dinâmicas sociais e políticas que se estabeleciam até então entre os agentes envolvidos, sobretudo indígenas e não-indígenas. Acreditamos que o redirecionamento de mão de obra que a política de Souza Coutinho proporcionou, implicou em um processo de deslocamento indígena que afetou bastante as relações sociais dos sertões. Estes deslocamentos se davam por meio das trocas de remessas para a composição das tropas ou para a incorporação aos serviços régios, como o do corte e beneficiamento da madeira, das plantações de mandioca e do fabrico da farinha e, da pescaria e salgas de peixe e carne verde.

Outro ponto importante de transformação nos jogos de poder dos sertões referiu-se a uma transformação do poder do Principal. Vimos anteriormente que, ao decretar a extinção dos Diretórios, a Carta Régia de 1798 acabou por minimizar a importância dos Principais para

¹²⁸ MACHADO, André Roberto A. *Bajo La sombra de La independência: Gran Pará, La compleja red política em La crisis Del Antiguo Régimen português*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online], Debates, posto online no dia 08 de fevereiro de 2013. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

o recrutamento de mão de obra indígena, já que este processo passou a ser de responsabilidade dos particulares, eximindo a Coroa e suas instâncias de qualquer serviço de *descimentos* e recrutamento¹²⁹. Minimizar não quer dizer desaparecer. A Carta Régia não negligenciou a importância destes agentes, sobretudo na mediação entre os interesses coloniais e os povos indígenas. Entretanto, o papel fundamental que tinha os Principais como o mais importante elo, que ligava estes dois polos distintos de interesse, foi modificado a partir de 1798. A estes líderes coube o posto de comandantes das Tropas de Ligeiros, repartido com outros oficiais indígenas. Diante disso, podemos entender certa ausência da figura do Principal nos arranjos de poder em torno da organização da mão de obra indígena entre 1820 e 1830, observada por Machado ao analisar a documentação do Grão-Pará.

Na primeira metade do século XIX no Grão-Pará e, mais pontualmente na província do Espírito Santo, os dispositivos legais para o trato com a mão de obra indígena tinham por base as diretrizes da Carta Régia de 1798, ao contrário das outras províncias do Brasil que, em grande medida ainda se baseavam suas políticas de mão de obra e o trato com a população indígena nos marcos legais do Diretório. Havia, portanto, uma sobreposição de normas legais, entre antigos dispositivos coloniais e as demandas provinciais. Assim, até 1830, quando se aprovou a extinção das Milícias de Ligeiros, esta instituição, conjuntamente ao Corpo Efetivo de Índios e Companhia de Pescadores, foram as responsáveis por organizar a mão de obra nas diversas áreas de que mais se necessitava, tanto para os serviços cotidianos das vilas, como para atividades econômicas, mas também para diligências exploratórias nos sertões e, não menos importante, a composição das tropas para atuar principalmente na defesa das fronteiras.

Então, ao analisarmos os arranjos políticos estabelecidos pelos agentes sociais dos sertões, indígenas e não-indígenas, nas primeiras décadas do século XIX, devemos percebê-los como uma *reinvenção do contato*¹³⁰ a partir das transformações vivenciadas desde o início da década de 1790, mais especificamente no pós 1798. Para Machado, uma das implicações destas mudanças foi a mudança de denominação e jurisprudência das antigas aldeias

¹²⁹ MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi (Rio de Janeiro)* [online]. 2017, vol.18, n.34, pp.166-195.

¹³⁰ *Idem*, p.3.

missionárias, secularizadas na conformação de vilas e freguesias, passando os indígenas a serem considerados avilados.

Estas transformações vinham sendo processadas desde a chegada de Souza Coutinho na capitania. Esta afirmativa se sustenta na própria documentação. Ao nos depararmos com as exigências feitas pela Coroa portuguesa a Souza Coutinho nas Cartas Régias de 1790, tais exigências foram prontamente executadas pelo governador a partir de sua chegada ao Grão-Pará, quando este envia de forma frenética ofícios a seus comandantes locais, especialmente o governador da comarca do Rio Negro. Desse modo, toda uma reestruturação política já vinha sendo pensada e executada antes da homologação da Carta Régia de 1798. Este dispositivo legal apenas sistematizou estas ações. E, grosso modo, estas ações giravam em torno da mão de obra e das terras indígenas.

Seguramente, os grupos indígenas atingidos não passaram incólumes ante a reorganização social imposta pela Carta Régia. Acreditamos que o protagonismo indígena nos conturbados eventos nos idos de 1820 e 1830, com levantes, insurreições e motins, tem forte relação com a Carta Régia de 1798. Aquelas décadas foram cenário de fortes debates políticos no mundo ibérico, que traziam para o cerne da discussão concepções como liberdade, autonomia, cidadania e soberania. Embalados pelos processos revolucionários do último quartel do século XVIII e, sob forte influência iluminista, pairava na atmosfera política lusitana e brasileira, ares de novos tempos. Este clima não se limitava ao púlpito do parlamento, mas no cotidiano das pessoas, como analisaremos no terceiro capítulo.

3º CAPÍTULO

O GRÃO-PARÁ E A CRISE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: DEBATES E EMBATES EM TORNO DE AUTONOMIA, CIDADANIA, FRONTEIRA E ECONOMIA (1803-1823)

Levei a Real Presença com os Papéis e Documentos anexos o importante e luminoso Ofício N 424 que V. S. fez subir à Real Presença sobre a necessidade de criar para a defesa desse Estado e particularmente para a Ilha de Joanes e socorro do Rio Negro, do Mato Grosso um Corpo de Artilharia e Cavalaria; assim como sobre o Sistema de diminuir a despesa da Capitania de Mato Grosso fazendo com que ela fosse defendida [assim] pela Tropa do Pará, do [Forte] como pela de São Paulo e do Sul. E S. A. R. desejando tomar em consideração um tão [certo] como sólido e luminoso Plano, logo que os esforços que se fazem para a defesa dos Estados da Europa o permitirem: ordenou, que de uma parte na Secretaria se extraíssem Mapas Gerais e Particulares, em que se visse o número de Praças dos Corpos de Cavalaria e Artilharia, de que V. S. propõe a criação e toda a Despesa que com os mesmo se faria; e da outra se remetessem a V. S., logo que seja possível, as Cópias do que aqui consta sobre a força, e despesa da Tropa de Mato Grosso, afim de que aqui e no Pará se divisassem os meios de fundar e criar Corpos tão necessários para a defesa desse tão importante Estado, a chave de todo o Brasil da Parte Norte: confiando também S. A. R., que V. S. no momento atual, instruindo a Infantaria no Exercício de Artilharia e familiarizando-a com esta Arma, assim como exercitando a Legião Miliciana de Cavalaria, que criou, o que se deve à sua incomparável atividade, porá esta Capitania no caso de não temer invasão alguma, até que se possam fazer os sólidos estabelecimentos que V. S. propõe. D. G. a V. S.. Palácio de Queluz em 14 de fevereiro de 1800. D. Rodrigo de Sousa Coutinho”.¹³¹ (destaque nosso)

Ao pensar a elaboração deste capítulo, optamos por iniciá-lo com a citação na íntegra de uma comunicação entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Ministro e Secretário de Ultramar, ao governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho. Esta correspondência, mesmo que curta, nos possibilita compreender a posição localizada da capitania do Grão-Pará para a monarquia pluricontinental portuguesa¹³² no alvorecer do

¹³¹ Conselho Ultramarino Livro de registro de Cartas Régias e Ordens expedidas para as Capitanias do Pará e Rio Negro. Livro 02. Códice 589 (1799 1807), fl. 41 e 42.

¹³² Utilizamos o conceito de Monarquia Pluricontinental a partir dos estudos de João Fragoso. Ao analisar a arquitetura política do Império português, Fragoso destaca o aspecto polissinodal e corporativo da Monarquia portuguesa levando a constituição de concorrência e negociação entre os poderes instituídos na administração Régia, tanto peninsular como americana. Dentre estes poderes concorrentes, o autor destaca a administração da Coroa, o poder senhorial e o municipal. Tal arquitetura política concedia poderes importantes no âmbito local na

século XIX. Nos trechos em destaque, podemos dimensionar a situação da capitania em vários campos da engenhosa arquitetura do Império português numa conjuntura delicada por qual vivenciava o mundo atlântico em 1800. Dimensões como economia, localização geográfica de fronteira e sua defesa, em especial, evidenciam-se entre as atenções destinadas pela Coroa à região norte de suas possessões coloniais na América. Nas palavras de D. Rodrigo, o Grão-Pará entra no século XIX sendo considerado “a chave de todo o Brasil da parte Norte”, tamanha sua relevância como ponto estratégico diante das graves disputas geopolíticas que envolveram as principais nações absolutistas europeias na luta contra os franceses. Esta guerra, encabeçada por Napoleão e seus soldados e simpatizantes, marcou-se por um forte apelo bélico, mas também por sua expansão no terreno ideológico. Houve países que se defenderam com armas, outros se aliaram aos franceses em seu discurso. De uma forma ou de outra, o liberalismo napoleônico se expandiu, chegando aos principais principados da península itálica e atingindo fortemente o Vaticano, e, com ele, o coração europeu do cristianismo e suas monarquias católicas. Os países baixos e suas repúblicas protestantes também se aliaram aos franceses. Este expansionismo napoleônico alcançaria a Península Ibérica e Portugal em 1807. Todas estas lutas reverberaram até as partes colonizadas pelos governos europeus na América. Houve assim a continuidade e o acirramento de uma guerra que deixava de ser continental (Europeia) e tornava-se mundial entre 1794 e 1810, quando explodem na América a Revolução e a independência no Haiti (1791-1804), ou ainda ocorre a primeira abolição da escravatura nas colônias francesas (1798), e se iniciam as lutas de independência no continente sul-americano (especialmente nas colônias hispânicas), tendo na parte lusitana ocorrido a conjuração baiana de 1798.

O Grão-Pará, com suas fronteiras bastante móveis e dilatadas, e num contexto de proximidade territorial com a vizinha Guiana Francesa, tornava-se alvo privilegiado para movimentos revolucionários liberalizantes internos, ou até mesmo podia encontrar-se vulnerável aos ataques belicosos e diretos dos franceses, vindos de Caiena ou do Caribe. Com

América portuguesa, sobretudo porque era dela que provinha os recursos para sustentar a monarquia e a primeira nobreza em Portugal, levando aos necessários pactos políticos entre as elites locais e a Coroa. O contrapeso de tal importância da elite americana na Monarquia Pluricontinental se dava pela tradição escolástica e do pensamento cristão que fundava a cultura política portuguesa. A disciplina social correspondente a esta tradição projetava no imaginário social a ideia de obediência ao rei, passiva, amorosa, concedida e voluntária. Dessa forma, criava-se uma linguagem comum e uma uniformidade à Monarquia Pluricontinental. Para mais detalhes ver: FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História* (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 ISSN 1980-4369.

os ânimos políticos externos e até internos demasiadamente alterados, os esforços foram redobrados na defesa territorial e da mão-de-obra dedicada a manter todos internamente unidos no Grão-Pará. Neste campo, os trabalhadores escravizados e os indígenas aldeados e militarizados eram necessários para algo mais além da tarefa mais direta de espionagem e de defesa bélica. Eles tornaram-se fundamentais para produzirem tudo o que fosse necessário para a guerra, o que no caso do Grão-Pará não foi pouco com o impulsionamento da indústria naval e sua aliada, a extração de madeiras para a construção e o conserto de embarcações navais comerciais e de guerra. Também investiu-se muito para que os povos da região norte fosse capazes de manter o abastecimento de tropas na América e em Portugal antes e depois da tomada francesa do território lusitano europeu. Do lado lusitano no Grão-Pará se ouviam péssimas notícias da guerra no Caribe e na América do sul: guerras abolicionistas e independentistas, que se misturavam com notas sobre carestias e até fome que assolavam antigas colônias francesas e hispânicas no Caribe e da América do sul. Este reordenamento geopolítico de guerra remodelou a política interna de alianças e até de tolerâncias dentro do mundo do trabalho escravo e indígena entre os colonizadores lusitanos no Grão-Pará. Foi árdua e difícil o trabalho executado pelas principais autoridades coloniais locais, já que esta colônia era também a primeira defesa contra os franceses vizinhos de Caiena e local chave para fugas de escravizados e de povos indígenas insatisfeitos com o viver, o trabalhar e com as formas de governar vindas das principais autoridades coloniais enviadas pelo monarca e secretários do ultramar lusitano. A defesa do Grão-Pará e de sua mão de obra era essencial para não desmoronasse o domínio lusitano sobre outras partes do império na América.

Partindo das palavras de D. Rodrigo, iremos estabelecer como bases analíticas para compreender o Grão-Pará nas duas primeiras décadas do século XIX três dimensões fulcrais e nevrálgicas para a capitania, quais sejam defesa das fronteiras, a economia e a mão de obra. É importante demarcar que estas dimensões estavam inseridas numa atmosfera política em ebulição, contextos remanescentes do último quartel do século XVIII, anos revolucionários que trouxeram à tona ideais liberais, colocando em xeque os Estados absolutistas.

De acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, era ordem do dia entre os políticos luso-brasileiros uma linguagem política fortemente carregada de um ideário liberal e constitucional. Concepções como nação, soberania e cidadania passariam a se incorporar no cerne da cultura política no Brasil. Estas incorporações foram forjadas por um processo de

apropriação que, segundo a autora, transformariam estas práticas de acordo com interesses locais¹³³. Assim, as políticas ultramarinas desde finais do século XVIII passariam a ser pensadas inseridas em todas estas mudanças e com fortes traços liberais.

Desse modo, ao compreendermos como o Grão-Pará tornara-se “a chave de todo o Brasil da parte Norte” no ano de 1800, numa conjuntura política e ideológica revolucionária, tomemos as três dimensões acima mencionadas a partir de acontecimentos específicos que envolveram a capitania, como a vinda da família real para o Rio de Janeiro a partir das invasões napoleônicas em Portugal em 1807, o que levou a uma delicada situação nas fronteiras com a Guiana Francesa e conseqüentemente, alguns anos depois, a invasão de Caiena em 1809. Esta conjuntura belicosa por sua vez, gerou impactos não apenas no campo da política externa, mas também na economia. Desse modo, o Grão-Pará esteve nas três primeiras décadas do século XIX sob uma economia de guerra, onde as atividades desenvolvidas na capitania foram todas direcionadas ou para a manutenção da guerra contra a França, ou para a defesa das fronteiras com este país e com a Espanha em suas possessões americanas.

Por sua vez, sob as bases de uma economia de guerra, os esforços por garantia de mão de obra redobravam-se. O arregimento de pessoas deveria ser direcionado tanto para as atividades econômicas, quanto para a composição de tropas. Tarefa sempre muito difícil, e que sentiu um aumento de dificuldades nesse período, tanto pelo fato de séculos de exploração da mão de obra indígena, como também a atmosfera de mudanças e questionamentos em torno de concepções de autonomia e cidadania que a sociedade paraense vivenciava, acompanhando a tendência revolucionária do mundo atlântico. Isso quer dizer que, para além do forte processo depopulacional sofrido pelas sociedades indígenas ao longo de dois séculos de colonização, as nações indígenas e/ou os índios avilados nas décadas iniciais do século XIX não passaram alheios e alienados aos debates que estavam sendo realizados nas instâncias representativas da monarquia portuguesa. Eles acompanharam a mudança de uma nova cultura política em que Portugal, Brasil e Grão-Pará estavam vivenciando.

¹³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Linguagens, conceitos e representações: reflexões e comentários sobre as apropriações portuguesas do debate gaditano. In: BERBEL, Márcia & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p.201-218.

O Grão-Pará entra na nova ordem do dia apresentada aos Estados Monárquicos e suas colônias no início do XIX vindo de uma série de mudanças em sua economia sentidas desde a segunda metade do XVIII, sob o governo de Mendonça Furtado e as políticas do Marquês de Pombal, e intensificadas na última década com D. Francisco de Sousa Coutinho. Vimos no capítulo anterior que as ações empreendidas por D. Francisco foram aplicadas sob as diretrizes que ele trouxe à capitania em 1790, que visavam uma reestruturação na economia para que fosse garantido seu potencial em áreas cruciais para a economia e defesa da metrópole e de suas fronteiras coloniais. Os planos para dinamizar a economia local sustentavam-se em diretrizes de cunho liberal, a partir de um processo de racionalização de setores chaves para a economia da capitania. Desse modo verificamos que, D. Francisco de Sousa Coutinho desde sua chegada ao Grão-Pará, passou a demandar informações de seus subordinados da capital, mas sobretudo, do interior para que tivesse conhecimento das dinâmicas econômicas e do trato com a mão de obra indígena, levando a mudanças significativas nas relações comerciais e sociais, em especial nos sertões da Amazônia.

Dessa feita, os governos subsequentes à Souza Coutinho continuaram a sentir os impactos das mudanças implantadas por ele, a exemplo dos incrementos à agricultura, a reorganização do sistema tributário e a racionalização na construção de embarcações, assim como, a preocupação sempre presente na defesa das fronteiras. Porém, um advento às dinâmicas econômicas, políticas e sociais vividas pelo Grão-Pará nas duas primeiras décadas do XIX deve ser considerado, pois foi motivo concreto de largos desvios nas ações que vinham sendo realizadas até o limiar do século, especificamente 1803, último ano de Sousa Coutinho no governo da capitania. Este advento é a eclosão da guerra contra a França.

Se na última década do XVIII o clima de guerra era perceptível, inclusive eclodindo a Batalha do Rosilhão (1793-1795), nos anos iniciais do XIX a guerra se concretiza com a invasão napoleônica à Portugal em 1807, levando ao rompimento diplomático com a França e, como forma de retaliação, a invasão de Caiena por tropas luso-paraenses em 1809. O acontecimento da invasão de Caiena levou a economia do Grão-Pará ser direcionada ao sustento deste conflito.

Na virada do século XVIII para o XIX a economia do Grão-Pará conformava-se em uma dinâmica comercial bastante diversificada e circularizada, tendo Belém como praça

central destas relações. Com a expansão das rotas comerciais sob o controle do Estado monárquico português para o oeste da capitania desde meados do XVIII, a economia do Grão-Pará estabelecia efetivas conexões com todo o Vale do Amazonas. Para além da extração das drogas do sertão, há muito ratificada nas relações comerciais da capitania, o desenvolvimento de práticas agrícolas passou a ser efetivamente pensado a partir das políticas lançadas por Marques de Pombal e realizadas por seu irmão, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a partir de 1750. Desse modo, o Grão-Pará adentra o século XIX com meio século de experiência em projetos de desenvolvimento econômico visando as potencialidades que a capitania poderia ter para a economia geral do Império português.

Além de uma visão fisiocrata dos potenciais econômicos da região, as relações comerciais do Grão-Pará sustentaram-se por muito tempo nas bases de uma economia de abastecimento, sobretudo interno. Sendo uma região de fronteiras largas e móveis, amplamente disputadas pelas principais monarquias absolutistas europeias, a política colonial portuguesa, em especial a partir do século XVIII, realizava-se pela fortificação de locais estratégicos, fazendo movimentar tropas com um crescente número de soldados. A dinâmica da defesa de fronteiras trazia a necessidade sempre urgente de abastecimento de tropas e de expedições de espionagem aos vizinhos franceses e espanhóis. Desse modo, os principais gêneros produzidos na capitania giravam em torno do consumo interno, como farinha e a salga de peixes e carnes.

Com o advento da racionalização das atividades econômicas introduzidas pelas políticas pombalinas e ratificadas com o replanejamento de D. Francisco de Sousa Coutinho, o Grão-Pará passou a sistematizar sua economia, racionalizando as atividades agrícolas, extrativistas e comerciais, e controlando melhor o sistema tributário de arrecadação. Com isso, a reestruturação econômica e tributária planejada pela Coroa portuguesa no decorrer da segunda metade do XVIII levou, conseqüentemente à uma desestruturação de antigas dinâmicas sociais entre os grupos que habitavam a capitania, sobretudo os sertões, como vimos no capítulo anterior. Era esse o contexto que o Grão-Pará estava inserido no alvorecer do XIX.

A reestruturação econômica teve efeitos positivos, levando a balança comercial do Grão-Pará com saldos positivos. Entretanto, o traço fortemente desigual e hierárquico de uma

elite econômica e política ancorada nos princípios de uma Sociedade de Corte, não fazia traduzir os saldos positivos da balança comercial para a realidade da grande maioria da sociedade paraense, marcada por miséria, exploração econômica e social e violência. A situação paradoxal se agudiza mais com a ida da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, que aumentou sobremaneira a taxaço das províncias do norte para garantir a reestruturação da nova corte do Império português, e, a invasão e ocupação de Caiena, com a deflagração da guerra contra a França a partir de 1808. Para uma melhor compreensão deste cenário contraditório faz-se necessário abrir alguns parágrafos para entendermos como que se chegou a uma situação de invasão da colônia vizinha e os desdobramentos desta ação para o Grão-Pará.

Estudos como os Lúcia Maria Pereira Bastos apontam que a invasão de Caiena tinha sido pensada algum tempo antes de sua efetivação. Vimos que a preocupação com a fronteira americana com a França permeava o pensamento da Coroa portuguesa desde final do século XVIII. A Revolução Francesa e seus desdobramentos radicais que se seguiram, como por exemplo, a abolição da escravidão na França e em suas colônias em 1794, acendeu um forte sinal de alerta em Portugal e no Grão-Pará. D. Francisco de Sousa Coutinho ao aportar em Belém em 1790 já vinha com diretrizes bastante sistemáticas sobre a necessidade do fortalecimento da fronteira com a Guiana Francesa.

Em 1794, D. Francisco remete ao Príncipe Regente um estudo sobre as vias de comunicação fluvial entre o Brasil e as Guianas, evidenciando o trajeto à Guiana Francesa, onde constatou um importante caminho que poderia ser utilizado entre os rios Oiapoque e o Amazonas, perfazendo a distância em 45 dias de caminhada. As tropas que alcançavam este caminho poderiam manter contato com algumas nações indígenas, como os índios Yary, no rio Jari, realizando trocas comerciais no Oiapoque. Diante destas possibilidades de inserção em território paraense, em 1798 D. Rodrigo de Sousa Coutinho remeteu ao seu irmão D. Francisco um aviso para assegurar o território até o Oiapoque, impedindo a entrada de franceses ao menos até a região de Calçoene¹³⁴.

¹³⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. v. 6 n. 11: *Revista Navigator - Dossiê Tomada de Caiena*, 2010.

A preocupação aumentou por parte das autoridades portuguesas a partir do ano de 1800 com uma revalorização da Guiana por parte do governo francês. Napoleão Bonaparte pretendia estender seu domínio para o Caribe, delegando uma importância estratégica à Guiana Francesa e às Pequenas Antilhas. Tal pretensão se confirmou num tratado de fronteiras assinado entre França e Inglaterra em 1802, a Paz de Amiens, onde foi acordada a fronteira entre a Guiana Francesa e a América portuguesa nos limites do rio Araguari, sem a presença de Portugal¹³⁵.

Esta informação trazida pelos estudos de Lúcia Neves suscita dois pontos que merecem destaque. O primeiro diz respeito ao acordo feito entre Inglaterra e França, sobre os limites da fronteira com Portugal na América, sem a presença deste último, diretamente parte interessada no tratado. A Europa vivia um clima fortemente instável politicamente na virada do século XVIII para o XIX. Acordos eram feitos, e alguns deles se mostravam de forma bastante frágil e em muitas vezes não aplicados na prática. O tratado de Paz de Amiens pode ser percebido como um destes acordos, pelo fato de França e Inglaterra possuírem uma relação bastante delicada e nada amistosa, em especial neste início do XIX, o que não depositava segurança e confiança em nenhuma das duas nações a assinatura deste acordo. Tanto é que, logo depois, com a efetivação da política imperialista francesa, Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental à Inglaterra, que reagiu participando da invasão à Caiena. Também a fragilidade do acordo pode ser percebida quando ele é feito para demarcar os limites dos territórios coloniais portugueses sem a presença de Portugal. Sabemos que as disputas entre franceses e portugueses pela fronteira ao norte das possessões lusitanas na América eram antigas e não foram solucionadas, alcançando um acordo diplomático com o Brasil já independente e republicano, em 1900.

O segundo ponto que nos chamou a atenção é a política de expansão da área de influência francesa para o Caribe. Tal pretensão não foi exclusiva da França. Lúcia Neves afirma que fazia parte da política externa de D. João VI a expansão e consolidação do novo Império português com o traslado da corte portuguesa para o Brasil. A própria vinda da família real, acelerada pela invasão napoleônica à Portugal em 1807, já havia sido ventilada anteriormente, como forma de alavancar o desenvolvimento do Império português a partir de sua mais importante e rica possessão ultramarina. Concretizando tal possibilidade, a América

¹³⁵ *Idem.*

portuguesa enquadrava-se no jogo da diplomacia europeia e no sistema internacional de alianças com a Inglaterra, que teve como primeiro ato a abertura dos portos às nações amigas em 1809.

Com toda esta reconfiguração geopolítica vivenciada pelo Império português nos anos iniciais do século XIX, sob um forte clima de guerra contra a França que viria a ser deflagrada, o Grão-Pará assumia sua importância. A guerra declarada contra a França, tirando Portugal de sua posição de neutralidade assumida até então, se deu com a dissolução por parte do governo francês em 1º de fevereiro de 1808 do Conselho de Regências criado pela Coroa portuguesa como forma de manter um clima de representatividade política mesmo que de forma superficial. Tal ato levou a resposta de Portugal três meses depois com a publicação do *Manifesto ou exposição justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França*, em 1º de maio de 1808. Este manifesto ratificou a decisão da monarquia portuguesa em romper abertamente as relações diplomáticas, assim como toda a comunicação com a França, autorizando seus súditos a fazerem guerra por terra ou por mar com o país inimigo. Desse modo, no decorrer do mês de junho do mesmo ano, foram publicados diversos decretos declarando guerra à França¹³⁶.

Como ato simbólico de rechaçamento à política imperialista de Napoleão, e como forma de retribuição à invasão de seu território na Europa, D. João declara positivamente pela invasão de Caiena. O processo de invasão ao território inimigo se deu, primeiramente, com a ocupação da margem direita do rio Oiapoque, para depois adentrar à Guiana Francesa. Caiena foi tomada logo em seguida, no dia 14 de janeiro de 1809. As tropas luso-britânicas conformavam-se em regimentos, tanto por terra quanto por mar. As tropas de terra estavam sob o comando do tenente-coronel português Manuel Marques, e eram formadas majoritariamente por soldados paraenses. Denominado *Vanguarda Paraense*, ou *Voluntários Paraenses*¹³⁷, esse regimento composto por aproximadamente 600 homens foi o que sustentou as operações terrestres da tomada de Caiena. Parte destes homens, em torno de 100 soldados,

¹³⁶ NEVES, *op.cit.*, 2010.

¹³⁷ BAENA, *op.cit.*, 1969, p.275.

reuniram-se na ilha do Marajó sob o comando de Manuel Marques¹³⁸. A força naval anglo-lusitana ficou sob o comando do oficial inglês James Lucas Yeo.

Ao contrário das pretensões inglesas de devastação total da colônia francesa em uma ação rápida e pontual, Portugal optou por administrar Caiena, delegando um interventor subjugado ao governo do Grão-Pará. O escolhido para tal função foi o próprio comandante das forças portuguesas Manuel Marques. Esta escolha prolongou a ocupação da Guiana Francesa até o ano de 1817. Esta informação é importante, pois reservou ao Grão-Pará a responsabilidade política e econômica para tal dominação. Tal importância aumenta quando deparamos com a situação econômica da, então, província, nos anos que se seguiram a ocupação de Caiena, tendo que sustentar uma economia de guerra.

Vimos que o Grão-Pará vinha passando por um processo de reestruturação econômica mais sistemática desde as políticas pombalinas e intensificadas com D. Francisco de Sousa Coutinho. Desse modo, a capitania entra no século XIX com uma economia mais dinamizada, atuando em setores agrícolas e extrativistas e comercializando em rotas cada vez mais frequentes com Portugal. Com a abertura dos portos para as “nações amigas”, especialmente a Inglaterra, o porto de Belém se tornou um importante entreposto comercial não somente com o comércio dos sertões do Grão-Pará, mas com outras capitanias, como Mato Grosso, Goiás e Maranhão. O comércio exterior era realizado com os portos britânicos, mas também com o Caribe e Estados Unidos.

Por mais diversificada que fosse a economia paraense em início do XIX havia um monopólio quase que intransponível dos negócios da região entre portugueses, ingleses e, um pouco mais distante, franceses. Este monopólio além da concentração por nação concentrava-se socialmente nas mãos dos negociantes de grosso trato. Desse modo, a economia do Grão-Pará, por mais dinamismo que tenha sentido com a política econômica de base fisiocrata e liberal, detinha fortes traços de uma sociedade de corte, com tradições absolutistas, fortemente contraditória, desigual e estanque. Esta realidade vai ser fundamental para se entender como

¹³⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. *A tomada de Caiena vista do lado francês*. In *Revista Navigator*. Vol. 6, Nº 11, dossiê 7. 2011, pp.13-23. http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html. ; e, LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)*. 2010. IX, 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

que uma economia que se dinamizava e se diversificava enfrentou fortes crises ao longo das primeiras décadas do século XIX.

De acordo com os estudos de Simeia Lopes¹³⁹, o porto de Belém, na virada do XVIII para o XIX articulava diferentes circuitos comerciais, sobretudo com o sertão do Grão-Pará, nas regiões da capitania do Rio Negro. Destes circuitos vinham gêneros variados que eram comercializados com a Europa e os Estados Unidos. Considerado entreposto comercial, Belém interligava comércios das capitanias de Mato Grosso e Goiás com Lisboa e Londres. Os produtos extrativistas de maior interesse nesses mercados vinham de vilas situadas nos principais rios dos sertões nas proximidades de Santarém, Gurupá, Barra do Rio Negro (Manaus) e Cametá. Eram circuitos feitos fundamentalmente pelos caminhos fluviais da Amazônia, necessitando, desta forma, de embarcações, de pequeno, médio e grande porte.

Ainda de acordo com Lopes, os empreendimentos realizados aos sertões eram dispendiosos. As atividades necessitavam de um alto investimento de capital. Equipar uma embarcação não era tarefa fácil e barata. Requeria além da aquisição do barco, provisões de boca e as mercadorias que seriam permutadas nos negócios dos sertões. Por isso a expressiva quantidade de sociedades mercantis realizadas neste período no Grão-Pará. O contrato feito entre duas ou mais pessoas ocorria sempre com a presença de uma figura fundamental para as transações comerciais no interior, os caixeiros das casas comerciais. Geralmente este agente central entrava na sociedade com sua expertise comercial e seu conhecimento com os comerciantes e povos indígenas dos sertões. Tais contratos davam aos comerciantes de grosso trato de Belém exclusividade na compra de todos os gêneros comercializados nos altos rios. Desse modo, observamos que o lucrativo comércio com os sertões era monopolizado entre quem tivesse um maior cabedal financeiro.

Além do poder econômico, em sua sociedade de corte, estes negociantes de grosso trato iam adquirindo prestígio social e capital político em sua região e com as autoridades régias. Além da garantia legal para o recrutamento compulsório de mão de obra indígena, a navegação de muitos rios foi sendo permitida pela Coroa, como por exemplo os rios Madeira e Tocantins, que fazia comunicação com as capitanias de Mato Grosso e Goiás,

¹³⁹ LOPES, Siméia de Nazaré. A praça de Belém e as relações com os negociantes das vilas do interior (1790-1810). Revista Fronteiras e Debate. Macapá, v.1, n.1, 2014.

respectivamente. D. Francisco de Sousa Coutinho em sua política econômica de reestruturação da capitania adotou medidas visando regularizar a comunicação entre as capitanias vizinhas por meio da navegabilidade dos rios, além de estabelecimento de povoações em suas margens, com fazendas de gado, para suprir de provimentos os comboios dos negócios dos sertões.¹⁴⁰

Como se vê, o comércio realizado no Grão-Pará nos primeiros anos do século XIX colhia os resultados de todo um processo de reestruturação econômica vivenciado desde a segunda metade do século anterior. Porém, os resultados sentidos traziam consigo todas as contradições de uma sociedade de corte, que apresentava desigualdades de acesso ao lucrativo comércio com os sertões e que se utilizava de mão de obra escravizada, seja africana e/ou indígena. Estas contradições que faziam sentir o gosto doce dos lucros das drogas dos sertões apenas aos negociantes de grosso trato relegava à grande maioria das pessoas incorporadas neste comércio o gosto amargo da exploração e da exclusão, o que contribuía sobremaneira para um sempre presente clima social explosivo. Somava-se a esta realidade, uma conjuntura de guerra no mundo atlântico, que concretizou o traslado da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a eclosão da guerra contra a França com a invasão e tomada de Caiena. Todos estes elementos vão constituir-se em fatores chaves para uma economia em crise, que deveria sustentar-se em uma economia de guerra.

Uma das bases da economia de guerra vivenciada pelo Grão-Pará desde a última década do século XVIII foi o setor de madeiras. A circulação de pessoas e mercadorias pela extensa capitania e depois província do Grão-Pará sempre foi feita pelos rios. O conhecimento de boas madeiras para embarcações era fundamental neste ramo que alimentava não somente o mercado interno, mas era importante produto de exportação para Portugal. Assim como as outras atividades econômicas de extração que eram vinculadas à natureza, a madeira também dependia do conhecimento milenar dos povos da floresta sobre como localizar os melhores e mais adaptados tipos para as embarcações. Desse modo, a mão de obra indígena para esta atividade era fundamental.

A economia em torno das madeiras para a fabricação de embarcações já despontava interesse e uma sistematização desde o século XVIII. Em 1761 foi organizado um estaleiro

¹⁴⁰ LOPES, *op.cit.*, 2014, p. 59.

real em Belém e, por Carta Régia, foi elevado à empresa em 1771, contando com 283 trabalhadores.¹⁴¹ Na última década deste século, sob o governo de D. Francisco de Sousa Coutinho, o setor da madeira tornou-se um importante ramo comercial, tanto para a construção civil, mas, sobretudo, para a construção naval. Sob um forte clima de guerra que pairava na Europa, Portugal requeria de forma cada vez mais crescente madeiras próprias para a construção naval, assim como, embarcações já construídas no estaleiro régio em Belém. Além das fragatas de guerra, em um cenário belicoso, as trocas de informações de maneira rápida e eficiente eram garantia de defesa e ataque seguro. Dessa forma, era cada vez mais necessária a construção de bergantins, correios marítimos e fragatas de guerra ligeiras e leves. Para as transações comerciais transatlânticas, comboios maiores eram realizados com grandes embarcações como as charruas. Este ramo econômico foi tão solicitado nesta virada de séculos que, entre 1801 e 1803, o transporte entre Grão-Pará e Lisboa teve um crescimento significativo alcançando mais autonomia em relação aos demais portos do Brasil.¹⁴²

O que nos chama a atenção em analisar o crescimento das atividades da madeira no Grão-Pará nos primeiros anos do XIX é que ela vai ser fundamental na economia de guerra desenvolvida na região até a guerra cabana, conduzindo muitas vezes estratégias de combate em torno da busca por boas espécies de madeira e para o recrutamento de mão de obra para a fabricação de embarcações. Isso levava a um esforço enorme por parte do governo em arregimentar indígenas para estas atividades. Em sua pesquisa para a tese de livre docência, Magda Ricci nos informa o quanto dispendioso e cansativos eram os trabalhos para a busca, a derrubada e o transporte da madeira e a fabricação dos barcos. A dinâmica desta atividade exigia quase que exclusividade a mão de obra, levando à carência a outros ramos importantes da economia local, como o extrativismo de outras drogas do sertão e a agricultura. Além disso, a forma como se recrutava a mão de obra indígena, além de compulsória, era de deslocamento, trocas ou *mudas de índios*, como se dizia na época. Isso quer dizer que muitos indígenas foram deslocados para locais distantes de sua morada, o que causava muita insatisfação entre eles, levando-os a fugas e/ou rebeliões.

¹⁴¹ RAVENA, Nívea. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2, p.125-149, 2005.

¹⁴² RICCI, *op.cit.*, 2021, p. 939.

A questão da mão de obra sempre foi algo muito delicado no processo colonial na Amazônia. Fundamentalmente indígena, o trato com estes povos sempre foi assunto presente nas falas das autoridades portuguesas na Grão-Pará. Após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal em 1751, o Estado português e os particulares acessaram com mais incisão às comunidades indígenas e os aldeamentos formados por índios avilados e tapuios. Ao secularizar o trato com a mão de obra indígena, estratégias tiveram de ser repensadas. Foi o que fez D. Francisco de Sousa Coutinho ao estabelecer uma relação mais estreita com os Principais das nações indígenas, sobretudo dos sertões, passando muitas vezes por cima da autoridade dos Diretores, figura bastante criticada por Sousa Coutinho e a qual não lhe depositava confiança.

Ao longo de dois séculos de colonização e contato cada vez mais direto com os colonizadores e sua estrutura de Estado, os indígenas do estuário amazônico passaram a fazer leituras próprias dos códigos coloniais e barganharem vantagens sobre acordos estabelecidos com os agentes coloniais. Compreendidas como uma forma de resistência, estes acordos, em grande medida, garantia condições possíveis de manter aspectos de suas culturas, fortemente perseguidas, e/ou formas de organização social tal qual mantinham em sua sociedade impactada pelo projeto colonial.

Dessa forma, os povos indígenas e os tapuios da região, na virada do século XVIII para o XIX realizavam leituras próprias das leis e códigos jurídicos do Estado português, acionando estas estruturas para garantirem os acordos estabelecidos com os agentes da Coroa portuguesa na América. É o que demonstrou Rafael dos Santos em seu artigo “*Diz o índio*”: *políticas indígenas no final do século XVIII*¹⁴³. Com um título bastante sugestivo, expressão retirada dos documentos remetidos por indígenas para a corte em Lisboa, na tentativa de buscarem por vias legais garantir seus direitos que não estavam sendo cumpridos no cotidiano dos aldeamentos. A partir de um levantamento desta documentação, Santos nos coloca que ao longo do processo de contato com o avanço da colonização, os indígenas passaram a inserir-se nas dinâmicas coloniais, apropriando-se dos códigos culturais europeus. Num processo de aprendizagem mútua, da parte dos povos indígenas subjugados à colonização, eles souberam lidar com as relações de poder típicas da sociedade de corte transplantada aqui pelos

¹⁴³ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Diz o índio”: Políticas indígenas no final do século XVIII. *Revista Aedos*, n. 10, vol. 4 – Jan/Jul 2012.

portugueses. E, de posse destes códigos culturais, apropriando-se da estrutura jurídica em benefício próprio. Desse modo, os indígenas, ao longo do século XVIII, passaram a recorrer às vias legais para fazer valer seus direitos.

Construindo sua análise sob o conceito de resistência adaptativa¹⁴⁴, Santos pontua que o conjunto de leis criados neste período foi ressignificado por ações inferidas pelos próprios indígenas¹⁴⁵. Sabemos que desde meados do século XVIII a Coroa portuguesa lançou uma série de políticas indigenistas para suas possessões na América. Dentre elas, a Lei de Liberdade de 1755 retirava os indígenas da tutoria das ordens religiosas e os deslocava para a condição de vassalos do rei. Esta pretensa liberdade garantida pela lei, na prática inexistiu. Os indígenas continuavam a serem recrutados compulsoriamente aos mais variados trabalhos, os descimentos não cessaram, a partir de então sendo realizados por particulares, e o trato com esta população seguiu a lógica de exploração e violência que sempre imprimiu pelos projetos de colonização aplicados à região. Esta lógica foi mantida nas políticas que sucederam ao Diretório dos Índios e a Lei de Liberdade, como as planejadas e executadas por Souza Coutinho. Por mais que este governador tenha estabelecido relações mais estreitas com os Principais para conseguir se inserir em suas comunidades, a racionalização do projeto dos Souza Coutinho na política e, em especial, na economia, levava a manutenção desta lógica exploratória característica do projeto colonial lusitano. Não á toa que, em muitos momentos, as relações entre povos indígenas e autoridades luso-brasileiras ficaram bastante arranhadas e até machucadas por rebeliões, fugas e ataques aos núcleos coloniais.

Cientes dos direitos adquiridos, sobretudo por meio da Lei de Liberdade, muitos indígenas se utilizavam dos dispositivos legais para fazer valer a legislação, tanto em questões que envolviam restrições de liberdade, quanto ao domínio de seus territórios. O que pontuamos aqui é que estas e outras estratégias de lutas indígenas também foram acionadas, sobretudo na conjuntura dos anos de 1820 e 1830, quando uma série de políticas liberalizantes tornou o terreno propício no Grão-Pará e especialmente no Amazonas e Rio Negro para potencializar as lutas indígenas e suas demandas.

¹⁴⁴ STERN, Steve. Resistance, rebellion and consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th Centuries. The University of Wisconsin Press, 1987.

¹⁴⁵ SANTOS, *op.cit.*, 2012.

Este processo adaptativo e de apropriação dos códigos culturais europeus levou a profundas transformações nas práticas culturais dos povos indígenas no último quartel do século XVIII, sobretudo quanto às chefias indígenas. Muitos Principais, numa tradição da valorização do prestígio, receberam títulos e cargos na estrutura política lusitana, na tentativa de que estas lideranças mediassem o acesso aos povos sob seu comando. De acordo com Décio Guzmán¹⁴⁶, o êxito das políticas de colonização ocorreu em decorrência das alianças estabelecidas com os povos indígenas, mediados por suas chefias. Sem esta mediação, mais dificultoso e desgastante seria o acesso dos agentes coloniais aos povos indígenas, sobretudo dos sertões. Por isso a importância de transformar estas lideranças indígenas em mediadores culturais como identificou Magda Ricci.

Deslocando a análise para a perspectiva indígena, muitas destas lideranças souberam barganhar vantagens ao perceberem as disputas em torno deles e de seus territórios entre as monarquias europeias. Foi o caso de Ajuricaba, liderança dos Manaó, que soube perceber e barganhar a partir de leituras próprias com as disputas entre portugueses e holandeses na região do rio Negro, e muitas outras lideranças¹⁴⁷. Isso nos mostra que, no mesmo sentido que a lógica colonial se apropriou da importância construída em torno dos Principais por seus povos, subjugando-os aos interesses coloniais, estes povos também se apropriaram dos códigos culturais e jurídicos dos portugueses para interesse próprio.

Desse modo, ao entrar no século XIX, sob toda uma atmosfera de transformações profundas no pensamento e ideias políticas na Europa e América, estes povos, que já vinham num processo de apropriação cultural e usufruto dos códigos jurídicos e vias legais, de certo não passaram alheios e incólumes à toda a mudança na cultura política de então. Concepções como liberdade, autonomia, direitos já eram utilizados por indígenas da capitania em seus pedidos remetidos à Coroa portuguesa na metrópole. Eles faziam suas próprias leituras destas concepções, abrindo para várias alternativas ante o projeto colonial, para além das fugas e luta armada.

¹⁴⁶ GUZMÁN, *op.cit.*, 2008.

¹⁴⁷ Boletim de Pesquisa CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, AM, 1982.

A ordem do dia nas duas primeiras décadas do século XIX era o liberalismo. Sob o impacto da Revolução Francesa e das revoluções Americana e do Haiti, ocorridas alguns anos antes, as ideias liberais invadiram as antigas estruturas absolutistas na Europa. Para além da concepção de liberdade, amplamente difundida pelas revoluções de caráter iluminista do final do XVIII, o século seguinte prenunciava o estatuto de cidadania amparado numa Constituição. Processos constitucionalistas foram vivenciados em vários países europeus nesta virada de século, alcançando a Península Ibérica no começo do XIX. Na Espanha, entre 1810 e 1814, e em Portugal, em 1820. Esta experiência com uma mudança na cultura política das monarquias ibéricas e suas possessões na América foi decisiva para os rumos que tomariam as colônias de Portugal e Espanha em direção às suas independências.

Quanto aos dispositivos legais constitucionalistas da segunda década do XIX, Raquel Sobral argui que, em conjunto aos ideais iluministas franceses, os debates parlamentares acerca da construção da cidadania nos estatutos referentes à questão indígena ocorridos nas Cortes de Cádiz, na Espanha, entre 1810 e 1814 e, em Lisboa, entre 1820 e 1822, não passaram alheios aos indígenas do Grão-Pará. A autora argumenta que as discussões sobre o estatuto de cidadania representavam no início do século XIX o prenúncio de uma nova era na conformação política dos Estados Modernos do Atlântico Sul já que, “essa nova cultura política consagrou o início de uma revolução legal e administrativa, [marcando] a implantação do constitucionalismo e do exercício dos direitos do cidadão”¹⁴⁸.

De acordo com Sobral, os indígenas do Grão-Pará perceberam as mudanças que estavam sendo operadas, construindo assim, expectativas sobre a definição do estatuto de cidadão que lhe estava sendo elaborado e em relação a sua obtenção. Para a autora, as notícias acerca do que estava sendo discutido nas Cortes ibéricas chegavam até o conhecimento indígena por três vias, quais sejam pelos periódicos, pela própria população e pelas tropas, principalmente, as que compuseram a tomada de Caiena em 1809, perdurando na Guiana Francesa até 1817, e que eram compostas, majoritariamente, por indígenas.

¹⁴⁸ SOBRAL, Raquel Dani. *A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p.7.

Desconstruindo a passividade indígena acerca dos projetos coloniais a ele destinados, se tem consolidado na historiografia a perspectiva indígena¹⁴⁹ sobre as transformações sociais e políticas vivenciadas no Grão-Pará. A contraposição indígena aos projetos coloniais portugueses data desde o início da colonização na Amazônia e se intensificou proporcionalmente a intensificação do avanço colonial.

Em sintonia à perspectiva historiográfica da História Conectada¹⁵⁰, compreendemos que as ações políticas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XIX estavam inseridas num universo maior de transformação. As regiões do Atlântico estavam estreitamente ligadas na virada de séculos XVIII para o XIX, como afirma Paggy Liss ao considerar a existência de uma rede multinacional que interligava comércios e revoluções. Vinculava os antigos regimes, conformados em grandes impérios, aos movimentos revolucionários que os contestavam apresentando a formação de novos regimes políticos em torno da ideia de república¹⁵¹.

Evitando riscos de digressões, incorporamos as transformações políticas experimentadas no Grão-Pará dentro dos limites ibéricos. Desse modo, faz-se necessário estabelecer uma análise conectada entre os acontecimentos que sacudiram a capitania nos primeiros anos do século XIX, e que giravam em torno do estado de guerra, defesa de fronteiras e economia de guerra, com as revoluções constitucionistas do Porto e de Cádiz, pautando nosso interesse nos debates em torno do estatuto de cidadania e o alcance disso ao agente indígena. Sabemos que um dos pontos divergentes entre os dois processos foi justamente a extensão ou não da cidadania aos grupos indígenas. No caso luso-brasileiro, percebemos vários limites neste sentido. O Brasil, por sua vez, consolidada sua emancipação e diante da difícil tarefa de construir suas próprias estruturas jurídicas, também não garantiu a

¹⁴⁹ Sobre perspectivismo indígena ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Revista Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996. Acessado em 03/02/2018 pelo site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005

¹⁵⁰ História Conectada é uma perspectiva historiográfica que levanta a necessidade analítica dos processos históricos, sobretudo no mundo atlântico, de forma conectada. Fundamentando-se numa retórica da alteridade, esta perspectiva aborda a análise dos acontecimentos para além dos limites geopolíticos e históricos de um país, de uma região ou mesmo de um local. Parte-se sempre da ampliação da escala e do espaço de inserção do historiador. Sobre História Conectada ver: GRUZINSKI, Serge. *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

¹⁵¹ LISS, Paggy, 1994, p. 263, *apud* BAPTISTA, Marco Túlio, *op. cit.*, 2021, p. 42.

cidadania aos povos indígenas¹⁵². Torna-se extremamente importante analisar a atuação política indígena nas primeiras décadas do século XIX inserida no cenário em que se estava configurando no mundo ibérico, como bem demarcou Raquel Dani Sobral. É nesse ponto que fecharemos este capítulo com o último elemento de análise das profundas transformações vivenciadas pela sociedade paraense no período de 1800 a 1820.

Embalados pelos movimentos iluministas que revolucionaram a Europa e parte da América no final do século XVIII, monarquias absolutistas que se mantinham fortes ainda se viram em um cenário diferente quando se iniciou o século XIX. Dentre estas monarquias, vimos os Estados absolutistas ibéricos envolvidos numa série de acontecimentos que levaram a mudanças estruturais naquelas sociedades, ao ponto de liquidar seu antigo regime, levando consigo suas colônias americanas. O estado crítico de uma economia que deveria sustentar um estado cada vez mais premente de guerra, destinando consideráveis capitais para a defesa das fronteiras americanas e recursos para a construção naval, se viu piorar quando da invasão das tropas de Napoleão Bonaparte na Península Ibérica, começando pelo território espanhol, e logo depois alcançando Portugal.

O rompimento das relações diplomáticas com a França, depois de dominada as terras lusitanas, levou Portugal a declarar guerra e invadir a Guiana Francesa. Esta posição colidiu com um movimento de duplo sentido, posto que, ao passo que distanciava diplomaticamente as duas nações, inimigas numa conjuntura de guerra, estreitava a convivência de luso-brasileiros com os franceses de Caiena, na medida em que este território francês ficou sob domínio lusitano de 1809 a 1817. Este estreitamento de relações serviu como fio condutor das informações trocadas pelas tropas, formada majoritariamente por paraenses. Todo tipo de informações chegava ao Grão-Pará pelas fronteiras. Este movimento sempre existiu. Com a dominação de Caiena, esta movimentação se oportunizou com o trânsito mais frequente e sistemático de soldados de um lado a outro da fronteira. De tal modo que os acontecimentos revolucionários que sacudiram o território francês no final do XVIII e que ainda reverberavam nos primeiros anos do XIX alcançaram a população paraense formada em sua grande maioria de tapuios e indígenas.

¹⁵² SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. – São Paulo: Alameda, 2012.

Não é de estranhar que esta população não passou incólume ao trânsito de notícias que percorriam a região. Mesmo porque, como vimos em parágrafos anteriores, desde o decorrer do século XVIII os povos indígenas aprenderam a utilizar as vias legais, apropriando-se dos códigos culturais e jurídicos portugueses, fazendo suas próprias leituras da noção de liberdade, barganhando vantagens e oportunidades na sociedade colonial a partir de sua importância no projeto de colonização. Desse modo, o cenário político vivenciado pelas monarquias ibéricas no processo de constitucionalismo foi percebido e incorporado aos anseios indígenas. O ponto central dos debates constitucionalistas tratava do estatuto de cidadania para Espanha e Portugal. Quem deveria ser considerado cidadão espanhol ou português para a recém-criada Constituição destas nações.

De acordo com Raquel Sobral, a Constituição de Cádiz, na Espanha, a primeira da Península Ibérica, aboliu as instituições senhoriais, o tributo indígena, a Inquisição e restringiu a autoridade real. Sob uma nova cultura política que estava sendo processada no Atlântico Sul, de ideais liberais, a Carta Magna espanhola de 1812 contemplou os indígenas de suas colônias com o estatuto de cidadania, a partir do momento em que passariam a ser considerados vecinos ou vassalos do rei. Esta transformação jurisdicional do estatuto do indígena hispânico para cidadão ocorrida no processo constitucionalista de Cádiz não ocorreu com a experiência de Portugal. Ao contrário da mudança jurídica da condição do indígena na Constituição espanhola, os debates parlamentares da Revolução Constitucionalista do Porto não foram revolucionários para a situação do indígena do Império português.

Partindo do conhecimento que os indígenas tinham acesso ao que estava sendo debatido nas instâncias representativas locais e de Portugal, que eles não passaram alheios às mudanças na cultura política das monarquias ibéricas, inclusive, tendo conhecimento desde 1812 da incorporação dos indígenas da América Espanhola ao estatuto de cidadania (muito provavelmente, pelas tropas estabelecidas em Caiena) e que eles já faziam valer de seus direitos régios há aproximadamente um século, não nos causa surpresa que a notícia da sua não incorporação a um estatuto de cidadania tenha causado muitos mal estares entre as lideranças indígenas, com a extensão aos seus povos. Ainda mais quando sabemos, por meio de estudos como o de Raquel Sobral, que os indígenas também foram mão de obra na organização das eleições para as Cortes Gerais de Lisboa em 1820, servindo de remadores e práticos para as embarcações que seguiam sertão adentro conseguindo votos para eleger os

representantes do Grão-Pará. Além de mão de obra, os indígenas foram incluídos no censo eleitoral para garantir maior representatividade política da região. De toda forma, indígenas e tapuios estavam mais do que por dentro do que estava acontecendo, atuando não apenas como engrenagem para o sistema eleitoral, nem tão pouco como massa de manobra para o aumento quantitativo de eleitores para o pleito. Desta forma, eles passaram a requerer seus direitos que cabiam em um processo constitucionalista, o direito à cidadania.

Pois bem, ao clima de insatisfação política somava-se uma insatisfação generalizada em decorrência de uma crise econômica instalada por uma economia de guerra que fez lucrar uma minoria de privilegiados negociantes de grosso trato, além de sucessivos aumentos de impostos para sustentar a guerra e a estrutura da Corte estabelecida no Rio de Janeiro que passara a ser sede do Império português com a instalação da família Real e a máquina administrativa da monarquia lusitana. Todos estes elementos possibilitaram uma conjuntura de forte instabilidade política e convulsões sociais.

O Grão-Pará, na primeira década do século XIX sentia os efeitos da reestruturação econômica da última década do XVIII e as mudanças na política econômica com a vinda da Família Real para o Brasil, como a Abertura dos Portos. Esse tratado com as nações amigas teve impactos na economia do Grão-Pará aumentando a comercialização de produtos muito procurados na região pelo mercado inglês, caribenho e norte-americano. Este crescimento gerava mais exigência de mão de obra para a coleta das drogas do sertão e o transporte e construção das embarcações para o escoamento da produção. Diante disso, a exploração no trato com a mão de obra indígena acompanhou este crescimento. Além das dificuldades em arregimentar e fixar trabalhadores indígenas neste começo do século XIX, outro fator foi preponderante para se criar um clima limite entre autoridades coloniais e indígenas, a questão do recrutamento compulsório nas tropas, em especial a Tropa de Ligeiros. Este dispositivo legal criado pela Carta Régia de 1798 permitia que os castigos fossem cada vez mais constantes e violentos, o que, somado a escassez de alimentos para as tropas, ao atraso nos pagamentos de soldos, assim como acordos não cumpridos pelas autoridades locais, conduzia o Grão-Pará a um cenário fortemente belicoso, onde tropas militares deveriam estar formadas, atendendo a uma premente eclosão de qualquer conflito.

Após 1803, o Grão-Pará observou um colapso nos acordos estabelecidos com as lideranças indígenas, o que comprometeu sobremaneira a relação com os povos indígenas. Sabemos que uma das principais políticas executadas por D. Francisco de Sousa Coutinho foi o estreitamento nas relações com os Principiais, elevados por este governador como importantes mediadores entre o plano de reestruturação para o Grão-Pará e os habitantes da capitania, fundamentalmente indígenas e/ou tapuios. Não é difícil entender que a somatória de todos estes elementos levou a um aumento da tensão social no Grão-Pará nos primeiros anos do XIX.

Nessa sociedade bastante movimentada, transitada por pessoas de diferentes nações e culturas, as informações sobre processos revolucionários circulavam na mesma intensidade. Ideias radicais em torno da concepção de liberdade e cidadania encontravam terreno fértil para serem difundidas numa sociedade com fortes problemas e desigualdades sociais. A convivência com pessoas livres, “libertos” (ou ex-escravizados) e cativos em território francês possibilitou movimentos cada vez mais radicalizados, como levantes de soldados das tropas paraenses bastante insatisfeitos com as péssimas condições a que estavam relegados e a impossibilidade de seu retorno ao Grão-Pará. Um desses levantes foi o ocorrido em junho de 1809, com uma rebelião de soldados contrários às ordens do governador, denunciando os castigos constantes, o atraso em dois meses dos soldos, diminuição dos alimentos para o hospital e a substituição do governo de Caiena que estava sob o comando de tenente-coronel Manoel Marques¹⁵³.

Em março de 1811, outro levante de soldados de caráter mais radical ocorreu também em Caiena. Ali havia objetivos que giravam em torno de três principais metas, quais sejam, primeira: o assassinato dos oficiais superiores,; segunda: tomar a posse das munições e; terceira: eleger um novo governo com a aliança com os franceses¹⁵⁴. Os luso-paraenses que compunham as tropas que tomaram a colônia francesa vizinha mostravam-se cada vez mais insatisfeitos e com ações mais extremadas. Em 1814 as tensões entre governo e indígenas aumentaram em decorrência da ordem baixada para que todos os indígenas que morassem em locais que tivesse companhia militar se alistassem. Esta ordem agudizou a já comprometida relação entre estes agentes, levando a um aumento considerável de deserções.

¹⁵³ SOBRAL, *op.cit.*, p. 32.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 33.

A relação com as tropas de linhas inferiores ganhou proporções mais instáveis quando terminada a ocupação de Caiena, em 1817, o retorno dado pelo governo do Grão-Pará em nome de Sua Majestade não foi o mesmo para todos os combatentes. Os oficiais e soldados de altas patentes ganharam maior destaque, assumindo inclusive lugares de prestígios na sociedade local baseada na concepção de sociedade de corte e em uma economia de mercês¹⁵⁵. Também passaram a fazer parte de uma elite econômica que enriquecera com a guerra. Em contrapartida, os soldados inferiores que conseguiram retornar não receberam nenhuma distinção por mérito¹⁵⁶. Pelo contrário, pois muitos negros escravizados que foram deslocados para a ocupação de Caiena na promessa de lhes serem garantida sua alforria, não viram a promessa ser cumprida.

As experiências vividas pela população que vivia no antigo Grão-Pará, em especial aquela de origem nos diversos povos indígenas e tapuias, nas duas primeiras décadas do século XIX foram marcadas por acontecimentos que levaram a um acirramento das contradições sociais, traço característico desta sociedade. A experiência da invasão de Caiena acarretou transformações sociais que se mostrariam caras à elite política e econômica do Grão-Pará. A incorporação de expressivos contingentes desta população nas tropas permitiu que ela tivesse acesso aos mais diversos tipos de movimentos insurgentes e formas de

¹⁵⁵ A economia de mercês baseava-se na relação de concessões de títulos nobiliárquicos e privilégios para os homens importantes dentro da Sociedade Política da monarquia portuguesa. As mercês, “ao assumirem a forma de terras e privilégios no mercado, podiam modelar as economias sob a tutela da monarquia. Nesse instante, mais uma vez, encontramos a interferência da política na economia. Além disso, aquela moral [da disciplina social e obediência] reforçava os laços de dependência/vassalagem: por meio deles o vassalo sentia-se pertencendo a uma arquitetura política que ultrapassava a freguesia, o município e que se confundia com a própria monarquia”. FRAGOSO, *op.cit.*, 2012, p.122. João Fragoso menciona os resultados parciais de uma pesquisa sobre a economia das mercês entre os anos de 1600 e 1800, no qual se levantou um quantitativo de mais de 25 mil missivas entre a América lusa, Angola e São Tomé e Príncipe com o Reino. Deste quantitativo a maioria correspondia a temas ligados a mercês, em especial ofícios régios civis e militares.

¹⁵⁶ Quando da tomada de Caiena, por uma decisão estratégico-militar luso-britânica, em 1809, a força era composta, contundentemente, por tropas paraenses, como mencionado no corpo do texto. E, dentre os paraenses, os soldados mestiços e indígenas predominavam. Acontece que, findada a guerra, com a capitulação do governador de Caiena, Victor Hugues, ao contrário do que esperavam estes soldados, eles não puderam retornar ao Pará. Somava-se a esta frustração as péssimas condições das tropas e o atraso de soldos, além da forte discriminação que sofriam por parte dos guianenses e dos setores “brancos” dos soldados. Todos estes ingredientes *entornaram o caldo*, e fizeram a “panela de pressão” explodir em dois momentos: em 9 de junho de 1809; e em início de março de 1811. No segundo momento, a repressão foi mais incisiva e violenta, sendo comandada pelo nosso conhecido Francisco José Rodrigues Barata. Nos dizeres de Ciro Flamarion Cardoso, a severidade da repressão se fez sentir, quando “quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal” (p.21). Para maiores informações, *cf.*: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op.cit.*, 2011; e, LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *Op.cit.*, 2010.

mobilização que estavam sendo experienciadas na Europa, EUA e América caribenha. Nesse sentido, observaremos a presença de novas formas de sociabilidade política no Grão-Pará, sendo apropriada de maneiras diversas de acordo com as classes sociais e os grupos étnicos.

A nova cultura política que as nações europeias estavam vivenciando na virada dos séculos XVIII e XIX alcançou a Península Ibérica com a crise política de 1808 protagonizada pela invasão das tropas napoleônicas. Desse modo, conceitos como autonomia e independência começaram a aparecer na ordem política do dia e atravessaram o oceano Atlântico antes mesmo da Família Real, mas que foram redimensionados para possibilidades cada vez mais concretas e viáveis quando a Corte portuguesa se instalou no Brasil. A partir das primeiras décadas do XIX o que se observou no cotidiano das sociedades contraditórias das principais cidades do Brasil colonial foi uma junção de antigas formas de resistência com a nova atmosfera política trazida pelos nas águas do oceano Atlântico. Como pontua Marco Túlio Baptista, no Grão-Pará na virada de século, o cenário ficou muito conturbado, com demandas antigas alinhadas à novos pensamentos e ideais¹⁵⁷.

Este autor, em sua pesquisa de doutoramento, percebeu que os ares de transformação no pensamento político calcado no liberalismo desenharam novas perspectivas de lutas das camadas populares do Grão-Pará. Seguindo a linha de raciocínio de Baptista, as ações ante o projeto colonial para a região sempre existiram. Porém, o que de novo vai se configurar a partir dos primeiros anos do XIX é que além de resistir e exigir e/ou barganhar vantagens, seja pela luta armada seja pelas vias legais, a população pobre e excluída da sociedade paraense passa a viver “uma nova experiência capaz de mudar drasticamente seu horizonte de expectativa”¹⁵⁸. De posse de todo um aprendizado de luta, apropriação com sua própria interpretação dos códigos jurídicos, o grosso da população, composta majoritariamente de indígenas, passou a projetar em seus anseios a sua incorporação nos debates constitucionalistas ocorridos na década de 1820.

De fato, como podemos compreender das leituras da historiografia sobre o tema usadas nesta tese, o clima contagiante de novas ideias, garantias constitucionais, direitos

¹⁵⁷ BAPTISTA, Marco Túlio Freire. *Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021, p.38.

¹⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

estendidos aos mais diversos grupos existentes na sociedade, repercutiu entre os povos indígenas do Grão-Pará. Mas, ao contrário do que ansiava tal expectativa, a situação destes povos no cenário político da capitania não foi alterada para melhor. Ao contrário. Como vimos com o avançar da guerra contra a França e inseguranças quanto à Espanha, a região passou por um processo de militarização, aumentando compulsoriamente o contingente de suas tropas e, aumentando por sua vez, a insatisfação dos indígenas. Como um movimento que se retroalimentava, o governo da capitania temia por levantes e insurreições, visto que tinha ciência do clima de revolta entre a população indígena recrutada, também o fato da proximidade da região com possessões francesa e espanhola, o que permitia uma boa rede de comunicação entre os povos.

O governador do Grão-Pará, Antônio José de Souza Manuel de Menezes, Conde Vila Flor, ao assumir em outubro de 1817, já vinha com preocupações visíveis, como o medo de possíveis levantes de indígenas e tapuios, a repercussão da Constituinte espanhola entre os indígenas e a apropriação por parte destes povos da concepção de cidadania. Tais receios levaram-no a adotar uma política de total defesa das fronteiras, ordenando que se proibisse a comunicação e o contato entre os moradores da Capitania do Rio Negro e os moradores das colônias espanholas. Ordenou também que se conservassem as fortalezas nas fronteiras, além de um reforço com maior número das tropas militares. O Conde de Vila Flor objetivava assim a defesa ideológica da capitania sob três ações principais: que todos os espanhóis e demais estrangeiros que chegassem a território paraense deveriam ser imediatamente enviados à Belém, todas as embarcações estrangeiras fossem vistoriadas e ataques sistemáticos à imprensa com o uso da censura.¹⁵⁹

As medidas adotadas pelo Conde de Vila Flor geraram insatisfações em parte da elite paraense. Vimos ao longo da tese que as elites política e econômica do Grão-Pará não eram homogêneas, sobretudo no início do XIX. Com os privilégios garantidos a uma pequena elite de negociantes de grosso trato, denominados em terras americanas de portugueses por seus laços consanguíneos e de intimidade com o Reino, gerava um clima de indignação de um setor da elite mais mediano, composto por luso-brasileiros, denominados aqui de brasileiros. Pois bem, as medidas de Vila Flor levaram a um aprofundamento da crise política entre a elite, o que decretou sua saída precoce do governo, em junho de 1820.

¹⁵⁹ SOBRAL, *op.cit.*, p. 51 e 52,

O clima de instabilidade política entre os que governavam e tinham terras no Grão-Pará foi um fator importante para se agudizar a crise que a capitania, e depois, província vivenciou. Até 1820, a disputa por áreas de influência na Coroa portuguesa e pelo poder durante o Vintismo, serviu como uma escola para as classes populares sobre os princípios liberais. Este clima será verificado até o período da Cabanagem, como iremos ver em capítulos posteriores. O fato é que, em uma atmosfera multipolarizada em torno de demandas específicas de vários grupos sociais e étnicos, governar se tornou uma tarefa difícil e nada equilibrada. Com a saída antecipada e forçada do Conde de Vila Flor, o Grão-Pará passou a ser governado por um Governo Provisório que durou até a adesão da capitania às Cortes de Lisboa em 01 de janeiro de 1820. Para Raquel Sobral, este “vácuo de poder” deixado pela inexistência de um governador nomeado levou o Grão-Pará ser pioneiro em proclamar abertamente sua participação nas Cortes Constitucionalistas.¹⁶⁰

Os debates que se davam no âmbito do parlamento, extravasavam-se para as ruas, difundindo-se na sociedade de modo geral, e alcançando os indígenas, tanto avilados quanto entranhados nos sertões. Esta afirmativa pode ser verificada na presença efetiva destes agentes sociais nos debates e embates que ocorreram no Grão-Pará em suas primeiras décadas do XIX. Raquel Sobral argumenta que no ato da proclamação de adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa houve a participação e citação de muitos “tapuios”, e acrescentamos indígenas¹⁶¹. Tanto como mão de obra para o processo eleitoral, como defensores do processo constitucional. A autora sustenta que esta participação de “tapuios” e indígena ativa os levou à ideia de serem contemplados com o estatuto de cidadania. Entretanto, como arguiu Isabel Nobre Vargues, “a Revolução Liberal [foi] uma revolução legislativa” (2007)¹⁶² e não social.

Iniciado o processo eleitoral pela Junta Preparatória, tais incongruências entre a expectativa do estatuto de cidadania e a realidade da não incorporação indígena aos direitos constitucionais, foram se tornando mais perceptíveis, ainda mais quando os indígenas foram acionados para viabilizar tal processo como já pontuamos neste texto. Para uma maior abrangência que levaria a uma quantidade maior de representantes nas Cortes de Lisboa, o processo eleitoral de 1821 se entranhou na floresta, necessitando para este fim de

¹⁶⁰ *Idem*, p.55.

¹⁶¹ SOBRAL, *op.cit.*, p. 58.

¹⁶² *Idem. Ibidem*, p. 67.

embarcações, remadores e guias, ou seja, atividade indígena. Dessa forma, as eleições se deram por meio das locomoções e comunicações com os povos dos sertões.

Finalizado, o processo eleitoral apresentou muitos obstáculos e limites. A justificativa da Junta Preparatória fundamentava-se na incapacidade dos índios para ocupar cargos públicos em uma sociedade formada majoritariamente por indígenas, e a distância geográfica que dificultou sobremaneira o tempo hábil para desenrolar as eleições. Mais do que efetivar a retirada de representantes do Grão-Pará para as Cortes de Lisboa, o processo eleitoral percorrido pelos sertões acentuou as contradições deste sistema que excluía o indígena do estatuto de cidadania, mas que o acionava para fazer valer a prerrogativa de um instrumento liberal, qual seja o pleito para a escolha de pessoas que iriam representar a província em uma instância representativa máxima do Império português, as Cortes.

Fazendo uma pequena distorção da sentença retirada de um documento remetido pela Junta Provisória de Governo a Lisboa ao solicitar mais tempo para a realização das eleições no Grão-Pará, pois que a região se configurava “muitas incertíssimas as viagens pelos rios do Sertão”, pontuamos aqui que tais incertezas iam muito além da configuração geográfica da região, elas também alcançavam a participação da população indígena e de tapuios da construção de inéditos códigos jurídicos sob uma nova cultura política.

Incertíssimas as viagens aos sertões protagonizadas por povos indígenas, em suas nações ou em vilas e freguesias do interior que, abdicando das vias legais, romperam com os códigos jurídicos portugueses e lançaram-se à luta armada deflagrando a guerra cabana, ou as *Cabanagens* que se fizeram nos sertões. Julgamos acertada a afirmativa de Isabel Vargues, “a Revolução Liberal [foi] uma revolução legislativa”. O fato de a Revolução Constitucionalista do Porto ter alcançado mudanças estruturais apenas no âmbito da legislação, não alterando socialmente as estruturas desiguais da sociedade luso-brasileira, levou a que grupos sociais e étnicos que não foram contemplados se jogassem num movimento revolucionário para que suas vozes fossem ouvidas e seus direitos fossem atendidos.

Diante disso, passaremos à compreensão desta conjuntura fortemente explosiva vivenciada pelo Grão-Pará na década de 1820 em processos com fortes impactos e

transformações, quais sejam o Vintismo¹⁶³ e a Independência do Brasil. Como se colocou a província nestes dois acontecimentos é o que iremos analisar no capítulo seguinte. Dentro de um cenário de instabilidade política, fragilidades nas relações entre classes sociais distintas, disputas de uma elite que não se homogeneizava, acusações sérias em relação a principal autoridade política da província que, em 1820 apresentava-se na Junta Provisória de Governo, o Grão-Pará preparava-se para entrar numa nova ordem política de um Brasil já independente.

Sendo a última província a comprometer-se oficialmente à defesa do projeto independentista elaborado pelas elites cariocas, apenas em agosto de 1823, os paraenses que abraçaram esta causa possuíam demandas e anseios próprios, característicos de quem almeja independência e maior autonomia, rompendo com a lógica colonial excludente e segregacionista. Diante da integração tardia iremos perceber que entre a expectativa de mudanças de cunho liberal e emancipacionista e a realidade de poucas e/ou quase nulas transformações estruturais, o paraense protagonizou sua participação neste processo em uma conjuntura bastante explosiva.

¹⁶³ Evento também conhecido como Revolução Constitucionalista do Porto ou Revolução Liberal Portuguesa, ocorrida em 1820, quando os portugueses, sob a legenda dos movimentos liberais e constitucionalistas, instalaram uma Assembleia Constitucional, intentando a criação de uma Constituição a qual todos deveriam estar subjugados, inclusive o rei, exigindo seu retorno a Portugal. Para uma compreensão mais apurada sobre o tema, cf. COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993, p.19-51; & SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op.cit.*, 1998, p. 124-204.

4º CAPÍTULO

O GRÃO-PARÁ E A INTEGRAÇÃO AO IMPÉRIO DO BRASIL: ENTRE A EXPECTATIVA E A REALIDADE, UMA CONJUNTURA EXPLOSIVA (1820-1835)

Quando no dia 10 de agosto de 1823 a Junta Civil Provisória do governo provincial se reuniu diante da chegada em águas paraenses da fragata comandada por Paschoal Grenfell, mercenário inglês enviado por D. Pedro I, as principais autoridades do Grão-Pará decidem-se por se integrar ao Império do Brasil. Sendo a última província a alinhar-se ao projeto emancipacionista vindo da Corte estabelecida no Rio de Janeiro, a decisão tardia das autoridades civis e militares paraenses se deu dentro de um contexto bastante conturbado vivenciado pelo Grão-Pará.

Em um cenário de crise política e econômica, as palavras do bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, analisadas por André Machado em sua tese de doutorado, sintetizam o pensamento de parte da elite paraense que compunha a Junta Provisória do governo civil. Para o bispo, a decisão de incorporar o Grão-Pará ao Império do Brasil era a alternativa mais viável e segura de evitar que a província fosse levada aos “horrores da anarquia”¹⁶⁴.

A fala da principal autoridade religiosa da província traduz elementos importantes do cenário político do Grão-Pará nos primeiros anos da década de 1820. O mais visível, dito explicitamente, era o receio do avanço dos grupos subalternizados em seu processo de politização. Os “horrores da anarquia” para D. Romualdo Coelho era a perda total do controle sobre classes sociais marginalizadas economicamente e excluídas politicamente. Outro elemento importante traduzido na fala do bispo tange às cisões existentes na sociedade paraense que cresceram e se agudizaram nas primeiras décadas do século XIX, embaladas pela crise do Antigo Regime português e as mudanças políticas e ideológicas provocadas pelos movimentos revolucionários do final do XVIII e início do XIX. Em especial, para a década de 1820, o Movimento Constitucional do Porto. Estas cisões se davam não somente entre classes sociais distintas e antagônicas, mas também dentro das próprias classes sociais,

¹⁶⁴ MACHADO, André. A quebra da mola real das sociedades: A crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). – São Paulo, 2006.

como por exemplo, a elite paraense. Não havia consenso nos interesses dos grupos dominantes entre si, assim como inexistia um projeto de futuro homogêneo.

Posto isso, nos dispomos neste capítulo a compreender o Grão-Pará no processo da independência do Brasil e sua integração ao novo Estado independente a partir da análise dos dois elementos localizados na fala de D. Romualdo Coelho e mencionados no parágrafo anterior. Optamos por dar ênfase a estas duas facetas da sociedade paraense do início de 1820, por permitir o entendimento pormenorizado da atuação do Grão-Pará neste processo, não como um bloco coeso de aspirações iguais para um futuro incerto de uma pós-crise. Tampouco, de uma sociedade polarizada em apenas dois campos de interesses, quais sejam brasileiros *versus* portugueses, como tradicionalmente foi entendido o processo de independência do Brasil no Grão-Pará.¹⁶⁵

Discorreremos nos parágrafos a seguir como transcorreu o processo de integração da última província portuguesa na América ao Império do Brasil traçando uma análise da conformação social e política da sociedade paraense. Alinhando nossa análise aos mais recentes estudos da historiografia sobre o tema, procuraremos mostrar como que as divisões internas de uma sociedade caracterizada pela diversidade de classes e grupos, de interesses e anseios, e de pretensões políticas e projetos de futuro para o Grão-Pará, foram fatores determinantes para os rumos seguidos e as decisões tomadas na conturbada década de 1820, construindo assim, um cenário explosivo ao longo desta e da década seguinte.

Vimos no capítulo anterior que o Grão-Pará entrava no século XIX considerado pelo príncipe regente D. João VI como a “chave de todo o Brasil na parte Norte”. Sua importância mensurava-se pela localização geográfica estratégica em tempos de guerra, pois fazia fronteira com as possessões americanas da França e Espanha, nações em conflito direto com Portugal nos anos iniciais do *oitocentos*. Também, sua relevância podia ser medida por seu potencial econômico no ramo da madeira para a construção naval, comercial e bélica, e seus produtos extrativistas muito procurados no mercado europeu. Tal elevação da antiga capitania na política externa portuguesa na virada de séculos XVIII para o XIX proporcionou uma maior movimentação de pessoas em território paraense, numa conjuntura de grande circulação de novas ideias e muitas mudanças no Mundo Atlântico. Desse modo, acompanhando a

¹⁶⁵ MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Coleção “História do Pará” – Série “Barão de Guajará”, Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

tendência revolucionária vivenciada pelas nações europeias e colônias americanas, a sociedade paraense se constituirá em um cenário de instabilidade política, de politização de classes e grupos sociais e de disputa por espaços e áreas de influência tanto dentro quanto fora do seletivo e restrito círculo da Sociedade Política¹⁶⁶ do Grão-Pará.

Partimos da ideia de um processo de politização com os estudos que vêm sendo apresentados e se contrapondo à historiografia tradicional sobre o Grão-Pará e a independência do Brasil. Alinhamo-nos aos estudos de Geraldo Mártires Coelho, José Alves de Souza Junior e André de Arruda Machado. Os três, cada qual com sua contribuição, convergem no entendimento de um processo de construção e apropriação de um nível de politização na virada do século XVIII para o XIX e nas duas primeiras décadas deste último.

Diante de uma sociedade fortemente heterogênea e diversificada, a politização das classes sociais e o raio de ação e de ingerência nos espaços de representação política ocorreram de forma variada e assimétrica. Iremos ver que a sociedade política do Grão-Pará em 1820 herdava fortes laços com a estrutura da burocracia absolutista portuguesa, mantendo fechado o círculo restrito aos que detinham o poder político na província. Na conjuntura revolucionária das primeiras décadas do XIX, estas estruturas se viam fortemente ameaçadas pelos grupos sociais e étnicos alijados destes espaços políticos. Em tempos de crise, os grupos dominantes no poder têm de lidar com a perda da operacionalidade das antigas estruturas, sejam burocráticas ou culturais, como por exemplo, a cultura política¹⁶⁷, além de buscar alternativas para a superação da crise, seja mantendo a velha ordem estabelecida, ou propondo uma nova ordem social, diante de um clima de muitas incertezas ante o que iria acontecer e insegurança quanto à manutenção de seu status quo¹⁶⁸. Esta disputa generalizada entre os grupos sociais que compunham a sociedade paraense de 1820 levava a um clima de tensão e instabilidade que culminaria na explosão da guerra cabana com a radicalização das ações das camadas populares. É este o cenário vivenciado pelo Grão-Pará às vésperas do processo de independência do Brasil.

¹⁶⁶ MACHADO, *op.cit.*, 2006.

¹⁶⁷ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. *Peças de um Mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. Revista de História das Ideias. Vol.21. Faculdade de Letras. Coimbra, 2000.

¹⁶⁸ MACHADO, *op.cit.*, 2006.

Vimos nos capítulos anteriores que muitos destes indígenas fizeram uso dos dispositivos jurídicos portugueses para alcançar benefícios, vantagens e acordos não cumpridos. Desse modo, o processo de politização indígena na cultura política lusitana já vinha sendo vivenciado há muito tempo antes do conturbado contexto de 1820. Estes grupos chegam ao século XIX munidos de uma larga experiência de contato com a colonização e seus códigos. Deste modo, como também analisado nesta tese, indígenas tribalizados e tapuios estavam a par dos acontecimentos revolucionários que aconteciam na Europa, assim como participavam ativamente das mudanças que estavam sendo vividas em solo americano. O próprio conhecimento sobre a discussão e a incorporação dos indígenas no estatuto de cidadania da Constituição espanhola, foi notícia que alcançou o Grão-Pará e teve impacto nas ações indígenas na experiência constitucional portuguesa.

No alvorecer da década de 1820, o Grão-Pará constituía-se, territorialmente, como a maior capitania da América portuguesa, mas não a mais populosa. De acordo com dados de Antônio Ladislau Baena, largamente utilizados pela historiografia, a antiga capitania perfazia um total de 149.854 habitantes, sendo que quase 30.000 eram negros escravizados. Os indígenas ocupavam um quantitativo de 32.751 habitantes. Estes dados, obtidos pelos mapas populacionais das paróquias de longe já apresentavam incongruências, na medida em que, no que diz respeito aos indígenas, eram computados somente os que estavam subjugados às instâncias religiosas e às militares/administrativas lusitanas. Tal incoerência entre os números paroquiais e a real dimensão populacional indígena foi percebida por viajantes contemporâneos ao período, como por exemplo, Spix e Martius que evidenciam tal disparidade¹⁶⁹.

Esta informação nos é importante, na medida em que precisamos mensurar o percentual indígena, tribalizado ou tapuio, na sociedade paraense, na medida em que estes grupos étnicos e sociais são os protagonistas desta tese, quando nos propomos a estabelecer um paralelo da participação destes indígenas em seu processo de politização e de radicalização de suas ações na conjuntura das décadas de 1820 e 1830. A forte presença indígena no Grão-Pará foi confirmada nas narrativas de viajantes e estadistas que estiveram na região nas primeiras décadas do XIX, mas também pelo extenso uso da Língua Geral

¹⁶⁹ SPIX & MARTIUS, *op.cit.*, 1976, p.32 (Notas do capítulo); MACHADO, *op.cit.*, 2006, p. 62.

Amazônica, o Inhangatu, falada pela maioria dos paraenses em 1820, como nos afirma José Ribamar Bessa Freire, em pesquisa de doutorado de 2003¹⁷⁰.

Sendo assim, num cenário de forte presença indígena, num franco processo de politização na cultura política luso-brasileira, e em constante mobilização por reivindicação das garantias legais, o receio da elite política paraense que compunha a Junta Provisória não era algo desmedido. Um dos maiores temores da elite econômica e política que conduzia a administração do Grão-Pará estava justamente nas forças armadas da antiga capitania e depois província. Como foi dito em capítulos anteriores, a formação das tropas ganhou um investimento mais direto nos anos finais do século XVIII com a política de militarização de D. Francisco de Sousa Coutinho em seu replanejamento para a capitania focando na defesa das fronteiras, e nos anos iniciais do XIX, quando houve a necessidade da composição das tropas para a invasão à Guiana Francesa e ocupação de Caiena. Desse modo, o recrutamento de soldados, em grande medida de forma compulsória, aumentou neste período pelas demandas do momento.

A exigência de mais soldados demonstrava práticas tradicionais de reduzir os indígenas à condição de soldados das tropas ou de trabalhadores em obras necessárias à manutenção de uma economia de guerra. Tais práticas, como os descimentos, que não haviam findado, sendo realizados de forma ilegal, mas também o recrutamento para as Tropas de Ligeiros, dispositivo legal criado pela Carta Régia de 1798, fazia aumentar a tensão com os povos indígenas, sobretudo os do sertão, e com os tapuios que já se associavam em diferentes graus aos núcleos coloniais. Esta realidade não se modificou nos idos das primeiras décadas do XIX, o que escancarava uma contradição difícil de ocultar, sobretudo em relação aos tapuios.

Como analisa André Machado, as “elites econômicas” do Grão-Pará se viam numa situação complicada. Ao tentar manter o controle da população de tapuios e indígenas utilizando-se de instrumentos de coerção e disciplina, como o recrutamento às Milícias de Ligeiros, estas elites locais deparavam-se com uma realidade contraditória, pois que tais dispositivos aumentavam a exploração da mão de obra e o uso da violência de um lado, e do

¹⁷⁰ BESSA FREIRE. José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português. Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2003; MACHADO, *op.cit.*, 2006, p. 62.

outro lado, a política indigenista aplicada desde meados do XVIII equiparavam indígenas e tapuios como pessoas livres. Ao menos teoricamente. Esta contradição se agudizou quando eclodiu o movimento revolucionário do Porto, que resultou na primeira Constituição portuguesa, em janeiro de 1821. Os debates nas Cortes de Lisboa fundamentavam a nova Carta Magna lusitana nos princípios iluministas, baseados nas concepções de liberdade e igualdade jurídica, assim como cidadania. Explicamos no capítulo anterior a frustração de indígenas e tapuios da sua não incorporação ao estatuto de cidadania, uma das garantias constitucionais da nova Carta. Mas, mesmo não lhes sendo garantido tal estatuto, abriu-se prerrogativa para a sua reivindicação por meio de manifestos e ofícios remetidos tanto às autoridades da, então província, mas como também enviados diretamente a Lisboa.

Em análise da documentação *do Arquivo Histórico Ultramarino*, André Machado nos fornece uma evidência do nível de apropriação dos novos dispositivos legais inaugurados com o movimento Vintista e a Constituição portuguesa a partir de 01 de janeiro de 1821. Um pedido de devassa feito pelos trabalhadores do Arsenal da Marinha, assinado pelo Mestre da Ribeira dos Navios, Valentim José, foi remetido primeiramente à Junta Provisória de Governo e depois enviado diretamente a Lisboa. Esta solicitação de devassa era contra o Intendente da Marinha e Construção Naval do Pará, João Antônio Rodrigues Martins, pelo trato que ele dispensava aos operários do Arsenal, sob muita violência e exploração, sendo-o denominado no documento de “terror da Capital e dos Sertões”¹⁷¹.

Na devassa, os operários tapuios do Arsenal de Marinha denunciavam ainda, as velhas práticas de cunho absolutista como a forma que o Intendente foi nomeado, por meio esdrúxulo de compra de cargo na Corte estabelecida no Rio de Janeiro, considerado símbolo da velha ordem absolutista. André Machado nos chama a atenção para a forma como os denunciantes tratam o dia 1º de janeiro de 1821 no texto manuscrito, considerado um “divisor de águas” entre as velhas práticas arbitrárias e a nova ordem que se inaugurava, de direitos e liberdade, pois que o processo constituinte do Vintismo e a homologação da Constituição possibilitaram que “Depois de tantos tempos de sofrimento de amarguras apareceu o nosso horizonte a Aurora da Liberdade e Regeneração dos portugueses Paraenses no dia 1 de Janeiro”¹⁷².

¹⁷¹ MACHADO, *op.cit.*, 2006, p. 137.

¹⁷² *Idem. Ibidem.* Trecho extraído da documentação do AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11654 (Projeto Resgate).

A leitura de Machado em relação à documentação por ele analisada, desdobra-se em vários pontos importantes para esta tese. O primeiro consta do acesso e apropriação por parte dos operários tapuios do Arsenal sobre a nova legislação. Baseados nela, estes trabalhadores indígenas exigem a saída do intendente despótico do cargo. Outro ponto que nos chama a atenção é que eles não esgotam as tentativas de seus anseios quando são ignorados pelas autoridades locais e remetem novamente sua exigência diretamente a Lisboa. Isso pode demonstrar a segurança que estes sujeitos tinham de seus direitos perante a Constituição recém-homologada. Também é interessante na análise de Machado a sensação de tempo para as pessoas que estavam vivendo o processo revolucionário. Ao estabelecer o 1º de janeiro como um marco que dividia o passado absolutista, “tempos de sofrimento, de amargura”, do novo período que se iniciava, “aurora da Liberdade e Regeneração”, ele demarcava um espaço de tempo que parecia muito maior, sendo que cronologicamente a ação do intendente João Martins perfazia não mais que 4 anos. Para Machado, esta percepção de tempo insere-se no próprio processo de mudanças que as sociedades estavam vivendo. Depois de várias tentativas de fazer valer a lei de acordo com suas interpretações, a expectativa dos operários se viu frustrada na medida em que a Junta Provisória não concedeu a exoneração de João Martins. Este saiu algum tempo depois pedindo demissão, em decorrência do clima de tensão que só crescia.

Podemos tirar muitas considerações deste episódio. Mas, o que vamos centrar é na agência dos trabalhadores indígenas de se fazer valer a letra da lei com as mudanças anunciadas com a Constituição. Até este momento, conseguimos perceber que a população subalterna, composta majoritariamente por indígenas, ainda tentava conseguir garantias jurídicas pelo viés da lei. Embalados pelos debates em torno das ideias de liberdade, cidadania e igualdade, pressupomos que a população paraense também tentava ocupar seu lugar no espaço da Sociedade Política. Porém, como demonstraram os fatos e ratificaram as pesquisas historiográficas, este restrito e fechado círculo de poder político se manteve fechado ao longo da década de 1820, apresentando apenas fissuras, sendo abalado mais efetivamente na década seguinte, quando os cabanos tomam o poder e empossam seus presidentes.

Essas fissuras foram sendo feitas por várias forças. Além do papel fundamental das classes populares tentarem romper o círculo fechado da Sociedade Política, os próprios membros deste espaço contribuíram para tal, quando não se conseguia um alinhamento e uma

homogeneidade entre a elite política e econômica paraense. Este ponto é fulcral para entendermos o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil sem incorrerem em reducionismos polarizados entre dois projetos de futuro para a província que, de forma estanque, colocava de um lado a elite provincial defensora da manutenção dos laços com Portugal e do outro o povo paraense, brasileiros que defendiam a independência. A questão era muito mais complexa e a realidade muito mais diversa e conflitante.

A sociedade paraense era dividida em classes sociais, como pontuamos acima. Da elite que dominava política e economicamente a província, além de não haver uma coesão entre si, os grupos dominantes disputavam em muitos aspectos. Sabemos que o Grão-Pará na década de 1820 ainda se conformava como uma sociedade de cortes, herança muito arraigada das tradições monárquicas portuguesas. Um traço fundamental deste tipo de organização social e política é a disputa por áreas de influência, estreitamento nas relações com a monarquia, por cargos importantes na burocracia e títulos nobiliárquicos. Além destas disputas características de uma sociedade de corte, a questão étnica também era um fator que não podia ser ignorado. Havia diferenças quanto ao local de nascimento, entre colônia e metrópole, na sociedade lusitana. Desse modo, os que tinham proximidade de laços sanguíneos e familiares com portugueses, mesmo tendo nascido em terras paraenses, percebiam um lugar de destaque na sociedade provincial. Para a realidade local, essas pessoas eram vistas e denominadas de “portugueses”, contrapondo-se à denominação dada a elas pelos portugueses metropolitanos que as consideravam “brasileiras”.

Dito isso, utilizaremos a divisão da “elite paraense” percebida pelos estudos de José Alves Júnior e André Machado. Este último, em sua tese de doutorado, destaca três grupos que compunham a elite econômica do Grão-Pará na década de 1820. Primeiro tinha a facção mais poderosa formada por homens portugueses do Reino ou de origem portuguesa, ocupando altos cargos na burocracia lusitana, além de acumularem status de negociantes de grosso trato, grandes proprietários de terra e altas patentes militares. Tal concentração de poderes, muito comum na hierarquia social paraense, se consolidou com as políticas pombalinas, onde muitos homens influentes foram privilegiados com a repartição do patrimônio jesuíta após a expulsão

dos religiosos da região. Alves Júnior denomina esta facção da elite local de Funcionários-Negociantes¹⁷³.

O segundo grupo era composto de pessoas com um poder econômico e político menor. Eram proprietários de terras, geralmente atuando na pecuária e na agricultura, tanto de exportação quanto de subsistência. Nascidas no Grão-Pará eram pessoas descendentes dos antigos colonos. Por não ter tanta influência política dentro da estrutura de uma sociedade de corte, esta elite de menor peso dependia do primeiro grupo para viabilizar seus empreendimentos, mantendo assim fortalecida a rede de dependência entre os grupos da elite.

O terceiro e último grupo elencado por André Machado era formado por homens que tinham obtido riquezas recentes. Negociantes que haviam enriquecido com o comércio desenvolvido na economia de guerra gerada com a ocupação de Caiena. Geralmente militares de altas patentes que participaram da operação e foram recompensados com terras e inserção comercial¹⁷⁴.

Não é muito difícil de pressupor que, uma classe social que se configurava em sua gênese em grupos distintos entre si, não apresentaria coesão em seus interesses e formas de atuação política. Essa heterogeneidade da elite paraense vai ser fortemente evidenciada e suas fissuras escancaradas na crise do Antigo Regime português. Parte desta elite, sobretudo nos dois grupos inferiores, teve um alinhamento maior com as propositivas do Vintismo, na medida em que o movimento constitucionalista propunha mudanças expressivas na rígida hierarquia de cargos da sociedade absolutista lusitana. José Alves Júnior argumenta este elemento como fulcral para as disputas entre as elites, que circundavam o interesse por altos cargos e influência no círculo da Sociedade Política da província.

Dentre estes setores da elite política e econômica do Grão-Pará, podemos estabelecer diferentes partidos assumidos por eles. Estes partidos tinham um sentido bem próprio da cultura política do início do século XIX. André Machado afirma que a palavra foi francamente pronunciada nos idos das primeiras décadas do século, principalmente em 1820, onde a associação em torno de um projeto político foi legalizada. Entretanto o autor nos chama a atenção para o entendimento de partido político do período, que muito se diferia do

¹⁷³ SOUZA JÚNIOR, José Alves. *op.cit.*, 1998, p.10.

¹⁷⁴ MACHADO, *op.cit.*, 2006, p. 82.

que entendemos na atualidade. A concepção partidária do período estudado se dava de forma muito circunstancial, ou seja, não havia uma organicidade partidária como temos hoje. Os ajuntamentos políticos se davam de forma pontual, em certa medida, na defesa ou no refutar de alguma proposta e/ou projeto político, ou mesmo interesses pessoais também podiam levar a aproximação ou afastamento partidário. Outro ponto de diferença percebido por Machado é a questão da identificação partidária. Nos idos de 1820 o identificar era um movimento exógeno, de fora para dentro. Em outras palavras, a identificação de um partidário ocorria a partir de seus adversários em relação a ele. As prerrogativas que o afastavam de certo grupo político delegavam-no o partido oposto que ele defendia.

Em que pesem às diferenças de significados da ideia de partidos políticos de 1820 para os dias de hoje, o certo é que na sociedade paraense do início do XIX os grupos políticos apresentavam-se organizados e mobilizados em torno de interesses e projetos de futuros próprios. José Alves Júnior argumenta a existência de três grandes “partidos” ou grupos nesse cenário, os *absolutistas*, os *constitucionalistas* e os *independentistas*. De acordo com o autor, tornava-se tarefa difícil identificar até meados de 1822, quem defendesse a bandeira independentista, na medida em que este grupo foi se delineando aos poucos, sendo conformado por ex-constitucionalistas a partir da conjugação de alguns fatores, dentre os quais, “a falência de um projeto político que igualizava súditos da Metrópole e da Colônia, do rompimento do sul com Portugal, da repressão movida pelo Brigadeiro Moura contra possíveis conspirações a favor do Rio de Janeiro e, sobretudo, a partir da vitória dos absolutistas em Portugal”¹⁷⁵.

A análise de Souza Júnior é ratificada pela posição teórica de André Machado. Este autor afirma que a configuração de posicionamentos na sociedade paraense no contexto da independência do Brasil foi constituída não por ideais nativistas em torno de um sentimento identitário nacional, ou pela defesa irrefutável das estruturas absolutistas portuguesas. As pessoas deste período viviam numa conjuntura de mudanças. A onda revolucionária vivenciada pelos europeus e americanos desde o último quartel do XVIII era um caminho sem volta. Como sintetizam Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta, a “crise não aparecia à consciência dos homens como modelo de em vias de esgotamento, mas como percepção da

¹⁷⁵ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998, p.10.

perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da vida social”¹⁷⁶. Isto quer dizer que aos homens detentores dos poderes político e econômico da província, as incertezas eram muitas em relação ao que os esperava num futuro próximo. O que eles sabiam é que precisavam de saídas para a crise política e social pelo qual passavam, e que uma nova cultura política estava sendo gestada e colocada em prática, a exemplo dos argumentos utilizados pelos operários do Arsenal de Marinha quando exigiram a abertura de devassa e a retirada de João Martins do cargo de Intendente.

Como forma de garantir seu lugar na ordem estabelecida que se dissipava na crise do Antigo Regime, os grupos locais no poder econômico e político passaram a digladiarem-se, não somente no fechado círculo da Sociedade Política, mas também nos espaços externos, alcançando as ruas. Com a legalidade da imprensa, possível com as mudanças trazidas pela vinda da família real portuguesa, os debates feitos entre os homens da política passaram à boca do povo e tomaram dimensões cada vez mais incontroláveis para os homens do poder. Os debates circundavam sobre os rumos de mudança tomados pela política institucional portuguesa com o movimento constitucionalista, e como a sociedade hierarquizada iria receber e quais impactos iriam sentir com tais mudanças. Dessa forma, a divisão política da elite paraense se dava em torno do apoio ou não à Constituição, sempre visando garantir espaços no jogo político que se delineava.

De modo geral, o grupo mais próximo dos chamados *absolutistas* eram em geral homens de grosso comércio e grande prestígio político na sociedade de Corte, que ocupavam cargos importantes e de influência na antiga estrutura política absolutista. Possuíam os privilégios (alguns ambicionavam títulos e outros eram socialmente vistos como “nobres da terra”) desejando pertencerem a uma classe com fortes poderes políticos e econômicos, lugar do qual não pretendia sair e nem permitir aberturas para que outros entrassem. Os *constitucionalistas*, por sua vez, abarcavam a elite local do segundo grupo, com menos poder econômico e capital político, e que não conseguiam maior inserção no restrito círculo de privilégios da hierarquia monárquica lusitana. Por serem descendentes de antigos colonos, sua naturalidade implicava um distanciamento de tais privilégios em uma sociedade que ainda herdava em sua cultura política a tradição portuguesa da pureza de sangue. Se não conseguiam inserir-se na Sociedade Política ao ponto de alcançarem os privilégios do

¹⁷⁶ JANCSÓ & PIMENTA, *op.cit.*, 2000.

primeiro grupo, tampouco se sentiam identificados com a maioria da população paraense que era alijada de tais espaços. Pelo contrário, esta “elite” identificada como paraense, não pretendia coesão com o resto da sociedade que ficava à margem deste sistema, mas sim, galgar os espaços por eles considerados como seus dentro da Sociedade Política. Desse modo, as disputas se davam circunstancialmente por acessos e garantias de permanência aos espaços restritos de decisão política.

O último partido indicado por Alves Júnior, os *independentistas*, como já dito acima, foi sendo formado no calor dos acontecimentos e das disputas que passavam a ficar cada vez mais acirradas. André Machado, categoricamente afirma em sua tese que não havia um projeto de independência na “elite política paraense” no alvorecer da década de 1820, muito menos se afinava ao projeto emancipacionista que começou a ser forjado no Rio de Janeiro. A formação do território da América Portuguesa sempre estabeleceu uma cisão entre duas regiões. Desde o avanço colonial para o norte de suas possessões americanas no século XVII, a política ultramarina lusitana criou duas administrações distintas entre si, o Estado do Brasil, da Bahia para baixo, e o Estado do Maranhão, do Piauí para cima. Ao longo do processo colonial, o Estado do Maranhão foi sofrendo mudanças alinhadas às políticas que foram sendo pensadas e executadas para um melhor controle e uma mais eficaz administração. Desse modo, na segunda metade do século XVIII, o território ao norte da América Portuguesa passou por alteração, dividindo-se finalmente em duas capitânicas, a do Maranhão e a do Grão-Pará nas últimas décadas do século.

Nesse sentido, o que queremos abordar aqui é que nunca houve um sentimento de unidade entre os territórios do norte e os do sul da América Portuguesa. Pelo contrário, havia desconfianças e queixas ao longo da consolidação da colonização com o fato das capitânicas meridionais tentarem colocar uma hegemonia sobre as capitânicas do norte. Essa situação de cisão foi adquirindo corpo e forma cada vez mais consolidado e, mesmo com o traslado da Família Real para o Rio de Janeiro, a elite política e econômica do Grão-Pará continuava a estabelecer relações mais próximas com Portugal. A proximidade transatlântica não ocorria somente pela facilidade das correntes marítimas em detrimento da difícil navegabilidade entre Grão-Pará e Rio de Janeiro, mas também identitária, na medida em que a presença lusitana era muito forte na província paraense, como bem observada e dita por viajantes e naturalistas

européus que percorreram a Amazônia nas primeiras décadas do XIX¹⁷⁷. No contexto do Vintismo, menos ainda.

A participação dos representantes da América Portuguesa nas Cortes de Lisboa demonstra bem esta falta de unidade política e identitária. “Os deputados americanos não viam o Reino do Brasil como um corpo político uno”¹⁷⁸. As tratativas debatidas em Lisboa versavam mais sobre buscas para a crise política que o Império português estava passando, do que a defesa de um projeto de Brasil unitário e independente. Os deputados defendiam os interesses de sua província num universo geral do Império português, como disse Antônio Feijó, deputado pela província de São Paulo ao afirmar que “não somos deputados do Brasil, de que em outro tempo fazíamos parte imediata, porque cada província se governa hoje de forma independente. Cada hum he somente deputado da província que o elegeu”.¹⁷⁹ Desse modo, podemos perceber que não era a unidade a premissa do pensamento e projeto dos deputados americanos nas Cortes. As províncias mantinham uma independência entre si, como afirmou Feijó. Se unidade nacional não existia, os interesses regionais de um território tão extenso ganhavam destaque, fazendo com que blocos regionais fossem se constituindo, como a exemplo na parte norte da América portuguesa, nas relações estabelecidas entre as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Compreender esta configuração de laços políticos e identitários é fundamental para entender o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil de forma tardia e conflituosa. Não estava na ordem do dia para os interesses dos que dominavam a economia e os laços políticos durante a “adesão” ao projeto independentista formulado e estendido pelo Rio de Janeiro. Não havia um sentimento claro e unificador de uma “causa nacional” por si, embora houvesse pontos associativos ora vinculados aos laços monárquicos com Pedro I ou ainda com D. João VI, ou com a monarquia católica romana, ou depois com a constituição ou com alguma base normativa legal geral e unificadora. Quando, em agosto de 1823, aqueles que formavam “a elite política” local que conduzia a administração provincial decidiu-se pelo alinhamento à causa de Pedro I e ao Sistema constitucionalista vindo do Sul, tal decisão era uma das possibilidades e não a defesa de um projeto unissonamente orquestrado sem

¹⁷⁷ SPIX & MARTIUS, *op.cit.*, 1976.

¹⁷⁸ MACHADO, *op.cit.*, 2006, p. 55.

¹⁷⁹ Machado, *op.cit.*, 2006, p. 56.

dissonâncias. Em 1820, diante de um cenário conturbado e instável socialmente, a alternativa do constitucionalismo vintista foi a aceita, como afirmou o bispo D. Romualdo Coelho. Em 1823, os elos vintistas e constitucionais esmoreciam em Lisboa e novas esperanças se abriam por parte de Pedro I. Este caminho, todavia, não era simples.

Ao contrário do que acreditava o bispo, a situação de alarme à ordem estabelecida na província continuou e cresceu. Tal instabilidade política não passou despercebida ao religioso que se posicionou, em outubro de 1823, dizendo que a província se encontrava em “demasiada ânsia e liberdade às paixões”¹⁸⁰. O clima era tenso para a elite que conduzia a política da província, pois, a exaltação dos ânimos na própria classe dominante fazia ressoar as fissuras e cisões deste grupo para as classes populares, saindo dos espaços oficiais restritos de discussões políticas para as ruas, espaços variados de uma multiplicidade de demandas, anseios e projetos de futuro. Além de não conseguir um consenso dos projetos que deveriam se executados, as classes dominantes se viam num cenário de incertezas, na insegurança de não saber quais os rumos que todas estas transformações levariam.

Os acontecimentos que se seguiram à decisão de integrar ao Império do Brasil se mostraram bastante explosivos, culminando na eclosão da guerra cabana em 1835. Os doze anos que separam a integração da Cabanagem foram marcados por acirramento das disputas dos grupos que compunham a elite da província, crescimento e radicalização dos movimentos populares, sobretudo internos às tropas compostas majoritariamente por indígenas, configurando desse modo, um clima de instabilidade política que levou a sociedade paraense ao ápice de uma guerra civil. Aconteceu o que a elite política do Grão-Pará mais temia, a perda do controle da população, caracterizada pelo bispo por sua “demasiada ânsia e liberdade às paixões”. As cisões desta elite faziam com que ela não conseguisse se manter no poder de forma estável.

O clima de tensão aumentou pelo acirramento das disputas e a insatisfação de vários grupos sociais que se generalizava em decorrência das ações cometidas pelo Comandante das Armas e seus alinhados políticos. Antes de analisarmos esta conjuntura explosiva, faz-se necessário a breve abertura de análise para a figura do Comandante das Armas e sua relação na política local, que no Grão-Pará foi assumido pelo Brigadeiro português José Maria de

¹⁸⁰ *Idem*, p. 93.

Moura. Este cargo foi criado pelas Cortes de Lisboa como forma de conter a autonomia política que as províncias obtiveram com a Constituição do Porto. É interessante esta observação, pois demarca um breve período de relativa autonomia política das jurisprudências americanas quanto à escolha de seus governantes locais. Esta prerrogativa foi permitida, pois lhes era garantido a escolha da composição da Junta de Governo, criada no processo constitucionalista do Porto. Com a criação de uma autoridade forte, independente do governo civil e indicada por Lisboa, permitia que Portugal não perdesse totalmente o controle sobre a administração de sua, ainda, colônia.

Analisando o papel do Comandante de Armas a partir da atuação de José Maria de Moura, podemos mensurar o aumento do clima de insatisfação da elite política local para com Portugal. Primeiro porque a indicação passava por cima da autonomia local, depois porque o poder concedido ao cargo sobre os assuntos militares num momento de crise política, de conjuntura explosiva e em uma região estratégica por suas fronteiras como o Grão-Pará, levava ao aumento da desconfiança e acirramento de disputas entre os grupos sociais locais.

A historiografia tradicional eleva a figura do Brigadeiro Moura como central no movimento local de resistência à Independência do Brasil. De fato, sendo a primeira autoridade das Armas da província, este militar passou a galgar mais espaços e poderes na Sociedade Política do Grão-Pará. Tanto é que, em 1º de março de 1823 um golpe sustentado pelo corpo militar dissolveu a atual Junta de Governo mandando prender seus membros, substituindo-os por políticos alinhados à Moura. O golpe foi protagonizado pelo Comandante das Armas e setores da elite política local mais inclinada à manutenção da relação com Portugal e que tinham composto a Junta Provisória de Governo anos antes, saindo a partir de uma crise política aguda entre as facções da elite local ¹⁸¹.

Esta ação golpista, somada com a exigência de um novo recrutamento compulsório para composição das tropas de um contingente de 600 homens, provocou uma reação generalizada em várias classes sociais, de parte da elite, mais próxima das mudanças constitucionais, até aos indígenas e tapuios, principais alvos do recrutamento. Posto isso, somado ao fato de Lisboa ter silenciado impotente em relação ao golpe, os grupos da elite política que foram retirados do poder elevaram seu alinhamento às mudanças constitucionais

¹⁸¹ MACHADO, *op. cit.*, 2006, p. 172.

e às reformas necessárias na burocracia portuguesa para uma maior proximidade com a ideia de rompimento dos laços com Portugal. Desse modo é que percebemos o que defende José Alves Júnior, um deslocamento dos antigos *constitucionalistas* para o *Independentismo*.

As classes sociais afetadas diretamente pelas ações de Moura e seus aliados, passaram cada vez mais a perceber esgotadas as possibilidades de ganhos e garantias constitucionais pelas vias legais, caminhos estes que tomaram direções diferentes à depender das classes sociais que se pertencia. Para os setores da elite local que foram alijados do poder instituído, as vias exauridas foram as da legislação lusitana, conduzindo seus anseios para os caminhos do Estado que se gestava. Para as classes populares, os caminhos adotados foram outros. Diante da experiência de práticas políticas que faziam letra morta à legislação a eles pertinente, os grupos indígenas e tapuios passaram a traçar ações mais radicalizadas no sentido de ruptura às vias legais, sendo elas portuguesas ou brasileiras, direcionando-se para a luta armada.

Os acontecimentos que se seguiram à integração do Grão-Pará ao Império do Brasil evidenciaram que os caminhos percorridos pela sociedade paraense foram da luta armada. Não só com a chegada de seu ápice na guerra cabana, mas os anos seguintes a 1823 foram bastante conflituosos, com eclosões de motins em várias partes da província, sobretudo nas tropas. Em 28 de maio de 1823, uma revolta em Muaná, Ilha do Marajó, nos evidencia a radicalidade que os movimentos sociais e políticos do Grão-Pará tomaram ao longo da década de 1820. Esta revolta foi compreendida pela historiografia como a favor da Independência, reunindo negros escravizados e tapuios, o que, de acordo com a leitura de André Machado, mostra que as aspirações que compunham os revoltosos eram mais amplas do que unicamente a ideia emancipacionista, mas que esta, começava de forma crescente e abrangente a fazer parte das palavras de ordem. É o que podemos perceber nas aspirações dos revoltosos de Muaná que, além de verbalizarem que “queriam pregar numa estaca a cabeça do governador e das mais autoridades; porque até agora eram governados pelos brancos, agora é que haviam de governar os brancos”, davam “vivas” aos tapuios de Muaná e à D. Pedro I¹⁸².

Quando o Grão-Pará se integra ao Império do Brasil já havia na província uma crescente de adeptos ao movimento de independência, em que pese seu distanciamento

¹⁸² Códice 749. Documento 43. APEP. Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823) *apud* MACHADO, *op.cit.*, 2006, p.175.

identitário com o Rio de Janeiro e a falta de um sentimento nacional com um projeto coeso e homogêneo. Mas, como vimos à insatisfação com a atuação de Moura e de um grupo da elite política formada majoritariamente por portugueses que defendiam o interesse lusitano, fez com que a pretensa “causa nacional” ganhasse cada vez mais apoio e adeptos. Dentre os adeptos havia uma multiplicidade de anseios e projetos de futuro. Das facções da elite com menos poder e capital político aos grupos populares variados, do indígena tribalizado, passando pelo tapuio, ao negro escravizado e liberto, até aos soldados desertores. Eram muitas demandas reprimidas, direcionadas a várias bandeiras e expectativas, para um projeto de unidade nacional que inexistia. Dessa forma, as esperanças de efetivas mudanças, tanto na conformação da estrutura burocrática quanto no alcance e garantia dos direitos constitucionais, perderam-se em uma realidade de manutenção da antiga ordem estabelecida.

Esta realidade distante da expectativa dos que passaram a abraçar a causa da integração do Grão-Pará ao Brasil, fez com que se tornasse explosiva, quando os grupos subalternizados e facções mais progressistas da elite local passaram a contestar de forma mais radicalizada. Uma grande revolta já é instaurada no ano seguinte à integração. Em 1824, na cidade de Cameté, soldados insatisfeitos com a manutenção de privilégios e de velhas práticas associadas ao absolutismo existentes nas tropas, iniciaram uma revolta que ultrapassou os limites das tropas alcançando além da região tocantina. Conhecida como *Insurreição de Cameté*, esta revolta rapidamente se espalhou por toda a província, alcançando a região oeste.

Na comarca do Baixo Amazonas, o movimento contestatório primeiramente à política despótica de Moura e seus séquitos, e depois, num segundo momento, à manutenção da antiga ordem, não tardou a se expandir e a assumir tons de radicalidade. O baixo Amazonas sempre se colocou como uma região importante e estratégica na política portuguesa de expansão territorial e relação comercial com as províncias vizinhas, e de defesa das fronteiras. Cidades como Santarém, sede da comarca, e Óbidos aparecem com recorrência nas trocas de correspondências entre as autoridades. Desse modo, estas cidades tomaram a dianteira no contra-ataque ao movimento contestatório e radicalizado iniciado em Cameté.

Instaurado o movimento e acirrando-se os conflitos, o comando militar e a Câmara de Santarém rapidamente agiram para conter os ânimos da vila e disciplinar os revoltosos que radicalizavam cada vez mais suas ações. Comunicando-se com a Junta Governativa do Rio Negro, acordou a formação da Junta Defensiva do Baixo e Alto Amazonas, composta por

militares, civis e religiosos. Firmando-se a Junta, Santarém solicita do Rio Negro o apoio com equipamento de guerra com embarcações armadas. Foi atendida com o envio de uma barca artilhada, guarnecida com 40 soldados sob o comando do Capitão Bibiano José do Carmo, militar que assumia o comando de Parintins.

Chamamos a atenção para o trabalho em conjunto dentre as vilas da região, que se fazia fundamental, sobretudo no apoio bélico, pois a carência de armamento era um problema muito comum que as vilas do interior da Amazônia enfrentavam. A atenção é importante, pois o Grão-Pará apresentava-se na década de 1820 dividido em vários projetos de futuro não apenas entre e dentro das classes sociais. O recorte geográfico também deve ser levado em consideração. Em minha dissertação de mestrado, alinhando minha análise aos estudos de Victor Marcos Gregório, analisei as disputas em torno das elites regionais do próprio Grão-Pará. Afirmo na ocasião que as disputas entre as elites de Belém e as elites das comarcas do Baixo e Alto Amazonas valiam-se muito mais que as possíveis lutas polarizadas entre brasileiros e portugueses. Nesse sentido, ao pontuar que houve uma unidade entre as vilas destas regiões podemos dimensionar o nível de temor que as ações populares levaram às elites da província, sobretudo no interior, onde as ações mais se radicalizaram em decorrência da forte presença indígena e de negros aquilombados.

De Gurupá e Monte Alegre, as autoridades da Junta souberam que a ocupação da região por parte dos levantados tornava-se invasiva. Segundo relato de Arthur Cezar Ferreira Reis, em Monte Alegre, três habitantes de posição social privilegiada, o qual não cita os nomes, tinham sido amarrados a cavalos e arrastados pelas ruas até morrer¹⁸³. Diante desses fatos, a Junta concluiu que não bastava só proceder na defensiva. A ofensiva aos rebelados era mais que necessária. Dessa maneira, organizou-se uma Junta Militar Provisória e Defensiva de Santarém com o objetivo de planejar estratégias de ataques às vilas dominadas pelos “rebeldes”, impedindo assim, seu avanço a sede da comarca. Dentre as estratégias destacavam-se o fortalecimento da base militar com a organização de

[...] dois batalhões de infantaria, um campo de artilharia, um piquete de cavalaria, [colocando] vigia em todos os sítios por onde os “rebeldes”

¹⁸³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b, p. 78.

poderiam penetrar na vila, rondas ao longo do Amazonas, em pequenas embarcações, sentinelas atentas na própria vila, e duas barcas que foram convenientemente equipadas para qualquer operação.¹⁸⁴

No dia 29 de março de 1824, uma força composta por 80 homens armados e 50 remeiros sob o comando do Tenente de Milícias Francisco Caetano da Silva rumou em direção a Alenquer, empreendendo assim, a contraofensiva. Após violenta batalha, a Junta Defensiva conseguiu êxito, derrotando os chamados “insurretos”. O mesmo não aconteceu com Monte Alegre. De acordo com a documentação utilizada por Reis, contida no códice 776, chegou às mãos do comandante militar de Santarém uma correspondência remetida pela Junta Governativa de Belém, datada de 16 de abril de 1824, apresentando propostas de rendição aos “rebeldes”, caso estes entregassem as armas. Seguiu também uma proposta orientando a prisão dos responsáveis por assassinatos, além do retorno dos escravos fugidos aos seus donos. As armas seriam arrecadadas e enviadas à Santarém.

As informações nos fornecidas por Ferreira Reis colidem com o argumento desta tese da intensificação do recrutamento compulsório indígena em tempos de guerra. Esta situação, invariavelmente, levava ao acirramento das tensões sociais na província, e em especial, nos sertões. A conjuntura de guerra por qual passava o Grão-Pará levava a uma situação peculiar no que diz respeito à participação de indígenas e tapuios no andamento dos conflitos. Perfaziam a base das tropas tanto dos insurretos como da contraofensiva à insurreição. Esta peculiaridade fazia com que se elevasse ainda mais a importância de grupos indígenas e dos tapuios no andamento das batalhas, na medida em que eram peças fundamentais nas guerras que se faziam nos sertões. Esta situação será vivenciada também na Cabanagem.

As autoridades de Óbidos tomaram conhecimento dos acontecimentos que sacudiam a capital da província e, temendo o descontrole dos indígenas, tapuios e soldados desertores da região, reuniram-se na Câmara para deliberar providências concretizadas na formação de uma comissão composta por seis membros, sob a presidência de Martinho da Fonseca

¹⁸⁴ *Idem*, p.80.

Seixas¹⁸⁵. Esta comissão, discutida a situação, elaborou um plano de ação contendo 21 artigos, condizendo em linhas gerais que,

[...] os moradores seriam alistados em três terços, que de quinze em quinze dias se revezariam na guarnição da vila, de modo a não desfaltar os sítios, evitando a paralisação do trabalho e o despovoamento dos distritos do Município. [...] Nenhum colono devia ausentar-se, fosse porque pretexto fosse, de sua propriedade ou da vila, mais de doze horas. Os vereadores ficavam proibidos de residir fora da vila durante a conjuntura alarmante. Ficava proibido o comércio dos mascates que frequentavam os sítios criando dificuldades aos comerciantes matriculados da vila. Ficava proibida a venda de aguardente de cana, tanto na vila como nos sítios. A Câmara devia providenciar para que reinasse toda cordialidade entre os brasileiros natos e os reinóis, atribuindo-se-lhes poderes para punir aqueles que transgredissem essa deliberação. Os senhores de escravos vigiassem cuidadosamente esse pessoal, no sentido de evitar que tratassem, em conversa, dos sucessos do momento. [...] Duas canoas, devidamente equipadas pela Câmara, estariam em constante movimento entre Óbidos e Santarém, estabelecendo contato necessário a qualquer eventualidade [...]. Dessa vila [Santarém], solicitasse a Câmara 400 alqueires de farinha e dos moradores o peixe necessário ao pessoal em armas. [...] a Câmara, finalmente, responsabilizava-se por que ninguém ousasse erguer a voz, perturbando a harmonia reinante em face da situação.¹⁸⁶ (grifo nosso).

O plano de ação apresentou alguns pontos que merecem destaque. É importante observar que a preocupação por parte da Junta local, estava distribuída em dois focos: a defesa da região e a preservação da economia local. Era necessário em tempo de instabilidade política e econômica precaver-se em relação às principais atividades econômicas, ainda mais quando se constituiu uma economia de guerra com a necessidade de prover as tropas, e a manutenção da ordem. Nesse sentido, quando as autoridades reunidas em comissão decretaram a permanência dos moradores em seus sítios, devendo servir ao alistamento de forma alternada; a proibição de atividades econômicas com embarcações externas e dos vereadores residirem fora de suas vilas; e a solicitação de alimentos e armamentos entre as vilas envolvidas, podemos extrair destes artigos uma possível resposta das autoridades locais à questão da carência de mantimentos, algo tão recorrente e perigoso em tempos de economia

¹⁸⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a, p.43.

¹⁸⁶ REIS, *op.cit.*, 1979a, p.44. [Este plano encontra-se registrado na Ata da reunião extraordinária da Câmara, organizada no códice 783 (numeração antiga)].

de guerra. Também percebemos a preocupação com a disciplina da população na medida em que, o controle do direito de ir e vir garantia certo domínio da elite dominante aos setores insurgentes, especialmente os trabalhadores tapuios e os grupos indígenas da região.

Óbidos também se alinhou à Junta Defensiva. Num primeiro momento, enviou à Santarém um reforço de 32 homens sob o comando do Alferes Gaudêncio Augusto de Abreu. Para a contraofensiva a Monte Alegre mobilizou uma força com 40 praças e, para Alenquer, um contingente de 30 soldados, mais o apoio de 60 índios Munduruku da missão de Juruti, sob o comando de seu missionário o padre Antônio Manoel Sanches de Brito. Este recrutamento e sua movimentação de tropa resultaram na vitória da *Junta* em Monte Alegre, consolidada e afirmada no acordo assinado a 09 de junho de 1824, *pondo termo à resistência e aos lutosos acontecimentos*¹⁸⁷. Este termo de paz foi escrito em cinco artigos que, em linhas gerais fazia afirmar que, em ambas as vilas ficava proibido o uso de armas para agredirem-se mutuamente; exigia a retirada da esquadra de bloqueio defronte de Monte Alegre; a captura pelas vilas de escravos fugidos; assim como a apreensão de soldados desertores e/ou que se negavam a se apresentar ao indulto do perdão geral¹⁸⁸.

Pontuamos aqui alguns aspectos que permitem compreender o estado de guerra civil que se encontrava o Grão-Pará nos anos que se seguiram à sua integração ao Império brasileiro. O primeiro se deu pela permanência de muitos dispositivos legais remanescentes da legislação colonial, dentre eles as diretrizes da Carta Régia de 1798, que reduzia a população indígena e de tapuios à situação similar a escravidão com o trabalho compulsório, as péssimas condições de trabalho e o trato violento a eles dispensado. A presença destes grupos étnicos convivendo nas urbes e arrabaldes era mais perceptível nas regiões do interior, os sertões da província. Nesse sentido, nas vilas do interior a presença e a participação política de índios e mestiços era algo mais comum, sobretudo com a política de hierarquia de Souza Coutinho, disponibilizando títulos e patentes aos Principais.

Na região oeste da província, abarcando as comarcas do Baixo e Alto Amazonas, a conjuntura nas décadas de 1820 e 1830 era essa, uma atmosfera de tensão social, com

¹⁸⁷ REIS, *op.cit.*, 1979a, p.47.

¹⁸⁸ *Termo de Paz feito entre os povos de Monte Alegre e Vila de Santarém*, escrito e assinado por suas principais autoridades em 09 de junho de 1824. Códice 789; documento 05; APEP.

ingredientes suficientes para a explosão a qualquer momento de levantes e revoluções populares. No mesmo compasso que destinava ao grosso da população da região uma forma de tratamento socialmente desigual, o Estado vendia a ideia de que todos os cidadãos eram livres. Simultaneamente, no Império independente, todos os brasileiros (nativos ou adotivos) eram igualizados sob a Carta Magna de 1824. Permitia-se assim, um espaço de questionamento popular a respeito das diretrizes legais, criando dessa forma, um clima de instabilidade política. Somava-se a estes elementos, a concessão de armas aos tapuios no ato do recrutamento forçado para comporem as milícias da região.

Nesse cenário, tornava-se para a elite local uma tarefa difícil à manutenção da ordem. Acreditamos que a preocupação da Junta Governativa local em disciplinar a liberdade, entendida por ela para salvaguardar seus interesses econômicos, levou a que as autoridades das vilas do baixo e alto Amazonas organizarem-se em uma força militar visando conter os ânimos dos habitantes locais, ávidos por garantirem seus direitos e sua liberdade em uma sociedade moderna e liberal que se planejava.

Com a vitória da unidade da elite local, aparentemente selou o acordo de “paz” na região. *Aparentemente* porque os ânimos extremados mantinham as autoridades locais sempre alertas, e também porque esta unidade se deu de forma circunstancial. Como vem sendo dito, não havia na Província um projeto homogêneo entre a elite. Mesmo os que defendiam o projeto *independentista*, a existência de vários projetos paralelos não permitia uma unidade de fato entre os negociantes-funcionários. Sob os grandes eixos, *absolutistas*, representados principalmente pelo comandante e vereador Martinho da Fonseca Seixas, *versus independentistas*, representados pelos irmãos Raimundo e Antônio Manoel Sanches de Brito, as disputas internas e locais criavam um mosaico de interesses que exigia certa dose de astúcia de quem viesse governar a Província. Foi o caso do presidente José Félix Pereira de Burgos que, bombardeado de queixas de ambos os grupos, precisou agir com muita cautela na maioria das vezes, e de Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana e seu conturbado governo que se encerrou tragicamente com sua deposição por meio de um golpe, denominado pela historiografia de *Agostada*, ocorrido em 1831.

No alvorecer da década de trinta do século XIX a atmosfera política do Grão-Pará se configurava ainda mais instável que nos anos de 1820. Decorridos quase uma década do

alinhamento da Província ao Império brasileiro, a disputa política entre projetos diferentes ainda se apresentava, porém, com elementos novos, como os espaços institucionais criados pela nova ordem imperial, especialmente o Parlamento. Os grupos que se disputavam nestes espaços agrupavam-se em torno de dois eixos, os considerados liberais mais radicais, sob a liderança do cônego Batista Campos, também conhecidos como *Filantrópicos*, e os liberais mais moderados, conhecidos como *Caramurus*, onde se destacava a figura de Marcos Antônio Rodrigues Martins¹⁸⁹. Acusações eram trocadas por estes dois grupos, algumas infundadas, que objetivavam justificar suas ações desqualificando as ações contrárias.

É neste clima fortemente tenso que o desembargador Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, tomou posse em 19 de julho de 1831. Duraria apenas 19 dias no cargo, sendo deposto no dia 07 de agosto. A deposição do presidente da província se deu por um golpe orquestrado por políticos caramurus, organizado pelo comandante das armas José Maria da Silva Bittencourt e Marcos Antônio Rodrigues Martins. As disputas acirradas entre as facções da elite paraense no pós anexação da província ao Império do Brasil foi assumindo uma polarização política em torno dos dois partidos acima citados. Dessa forma, qualquer presidente que fosse nomeado para assumir a província teria de ter um difícil equilíbrio entre as partes que se disputavam entre si. Não foi o que aconteceu com Goiana.

Logo que chegou ao Grão-Pará o então presidente foi visitado por uma comissão de doze membros da Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, a fim de recepcioná-lo, oferecendo-lhe uma celebração do *Te-Deum* na igreja do Carmo, levantando suspeitas

¹⁸⁹ O partido então denominado de “filantrópico”, como ficou conhecido surgiu nas bases de uma sociedade secreta, a *Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica*, e tinha dentre suas lideranças o Cônego João Batista Gonçalves Campos e o padre Jerônimo Roberto da Costa Pimentel. Conhecidos como *filantrópicos*, mantinham uma postura mais radicalizada, propondo reformas mais efetivas no cenário político, se aproximando em muitas vezes a ideais republicanos. Dentre suas diretrizes, objetivavam “instruir nas verdades políticas e sociais; defender as liberdades públicas e particulares e debelar o despotismo”, protestando “não se opor à ordem social, e sim mantê-la.” RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos* – 1º volume. Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém/PA, 1970, p.198). Opunham-se aos caramurus, liberais mais moderados, que agregavam a elite dirigente mais abastada da província e temiam reformas que possibilitassem a apropriação destes direitos pelas camadas populares ansiosas por ascensão social. Acusavam os liberais mais radicais de “ultraliberais” e de propagarem a abolição da escravidão africana. Em contrapartida eram acusados pelos filantrópicos de serem reduto reinol e defenderem a restauração lusitana. No auge das disputas políticas o exagero no tom e conteúdo das acusações eram compreensíveis. Para uma leitura mais aprofundada do cenário político do Grão-Pará na década de 1830, ver: MACHADO, André. *O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.

caramurus. Simultaneamente às rivalidades políticas, que muito dificultavam qualquer administração, o presidente também encontrou outro obstáculo tão pertinente quanto, qual seja a carestia em que os cofres públicos se encontravam. A seguir um trecho, extraído de *Motins Políticos*, de uma comunicação entre o próprio presidente ao ministro do Império, dando conta da péssima situação da província:

Com a minha chegada, diz ele, e com a do Comandante das Armas os partidos se acalmaram. Mas não tem cessado de todo a indisposição que havia de parte a parte, e seguramente posso afirmar que de todas as províncias do império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer. [...]

Muito se tem concorrido para tais desordens o descontentamento da tropa por causa das muitas dívidas atrasadas, que são de cento e setenta contos, setecentos setenta e um mil duzentos e cinco réis, como nesta data acabo de participar ao ministro da fazenda pedindo o remédio de que tanto carece esta província, que parece não pertencer ao império do Brasil.¹⁹⁰ (grifo nosso)

A fala de Visconde de Goiana remete as várias análises importantes para compreendermos a posição do Grão-Pará nesse início da formação do Estado do Brasil. Primeiramente seu cenário instável e conflituoso, onde aparentemente teriam se cessado a indisposição. Mas, o ponto que mais nos chama a atenção é sua afirmativa quanto ao sentimento de pertencimento da província ao recém-criado país. Para seu presidente, o Grão-Pará não teria, no início de 1831, adotado as medidas necessárias para se fundar de fato o sistema político e jurídico brasileiro. As palavras de Bernardo José da Gama encontram-se amparadas na realidade política vivenciada pela província desde os movimentos revolucionários ocorridos no antigo Império Português no começo do século XIX.

Vimos em parágrafos anteriores que não havia identificações e estreitamentos dos interesses da elite paraense com o projeto independentista carioca. Esta falta de identidade permaneceu nos anos iniciais após a decisão da elite política local pela integração, pois como afirma o presidente de tal província, “de todas as províncias do império é esta talvez a única

¹⁹⁰ Ofício do presidente da província ao ministro da fazenda datado de 20 de julho de 1831, apud, RAIOL, *op.cit.*, 1970, p. 200.

em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer”¹⁹¹. Como se mostrou, a elite que conduzia a política da província não conseguiu encontrar nem jeito nem arte para fazer sentir o sistema brasílico, ao ponto de se eclodir uma guerra civil sem precedentes na região alguns anos depois.

Outro ponto fundamental que merece destaque na fala de Visconde de Goiana é a insatisfação das tropas quanto ao atraso de soldos. Vimos nesta tese que um dos maiores temores da elite local era a *inclinação à anarquia* dos povos do Pará, em especial as tropas, formadas majoritariamente por indígenas e tapuios. Desse modo, ao presidente pontuar em sua fala sobre o atraso de pagamento dos soldados indica que a preocupação da corda que mantinha controlada este grupo se rompesse era iminente. Como de fato se rompeu em algumas tentativas, a exemplo de uma revolta de cunho separatista ocorrida no Alto Amazonas em 1832, que iremos discorrer melhor mais a frente. Por ora, nos interessa demarcar o limite de uma convulsão generalizada das camadas populares, em especial algumas delas como os soldados das tropas. Desse descontentamento, que se agravava com a compulsoriedade de seu recrutamento, gerava um fenômeno social característico do Grão-Pará, a deserção.

Desertar era uma prática comum em toda a América Portuguesa. No Grão-Pará ela adquiriu peculiaridades. Era tão recorrente e forte a deserção na província que chegou a conformar um grupo social específico, os soldados desertores. Acreditamos que o fato de as tropas serem compostas por indígenas, habitantes originários da região, dessa forma, conhecedores dos sertões, facilitou a recorrência desta prática ao ponto de configurar-se em um grupo social. Compreendermos isso é fundamental para entender as dinâmicas das lutas cabanas, sobretudo dos sertões. Na segunda parte desta tese reservamos um capítulo específico para analisar a prática das deserções em tempos cabanos, que implicou diretamente nos rumos da guerra cabana no interior.

Posto isso, a preocupação de Visconde de Goiana adquire uma dimensão maior de um problema crônico vivenciado pelas elites paraenses que foi potencializada em tempos de guerra e de crise. Tempos esses de instabilidade e difícil governança para quem estivesse à frente do governo do Grão-Pará, província “que parece não pertencer ao império do Brasil”,

¹⁹¹ *Idem. Ibidem.*

como afirmou o próprio presidente, que seria deposto dezessete dias depois dessa fala., com o golpe orquestrado pelos partidários caramurus. Podemos dimensionar o clima político instável da província a partir da leitura a seguir da ata da sessão de deposição de Visconde de Goiana, transcrita em *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol. Vejamos.

Às onze horas e meia do dia 7 de agosto de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império, e nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, na sala das sessões do conselho presidencial, reunido extraordinariamente pelo Excelentíssimo Presidente Visconde de Goiana, e sendo ele presente e os Conselheiros Doutor Marcelino José Cardoso, Dom Romualdo de Souza Coelho, Bispo de Diocese, José Batista Camecram, Doutor Antônio Correa de Lacerda e o cônego Vigário Francisco de Pinho de Castilho, faltando sem causa participada o Arcipreste João Batista Gonçalves Campos, e estando para abrir-se a sessão a fim de se tratar dos meios de pacificar o povo, atentas as comoções que tinham tido lugar nas noites antecedentes, compareceram os Juizes de Paz João Ferreira Muniz e Luís Antônio Malato de Castro Peruvino declarando que por parte do povo vinham representar ao Excelentíssimo Senhor Presidente o que o mesmo povo exigia a prisão do Arcipreste João Batista Gonçalves Campos e dos outros sequazes constantes [...].

Depois disto compareceu uma deputação por parte da tropa, representada por um oficial de cada corpo, sendo órgão dela Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Comandante das Armas, o qual disse o que tinha ouvido aos Comandantes dos corpos em presença da comissão – que era o dar-se ele por deposto da Presidência: – que a tropa assim o queria, reclamando também a prisão do Arcipreste Batista Campos e de mais algumas outras pessoas, dando causa a isto o ter-se o mesmo Presidente manifestado a favor do partido liberal [...].

Separou-se a comissão, mas daí a pouco voltou dizendo: – que não apresentava fato algum; que a tropa o mandava depor de via voz; ao que respondeu o Excelentíssimo Presidente: – que tendo muito em vista evitar a efusão de sangue, fazia-lhes a vontade, porque lhe era mais glorioso não governar do que governar contra a Constituição do Império [...] ¹⁹² [grifo nosso].

Na ata registrada podemos extrair vários pontos que merecem destaque, como o fizemos grifando-os. Começamos a análise de modo geral, levantando a discussão sobre a importância da representatividade e legitimidade que permeia o texto da ata. Estas duas concepções eram fundamentais em tempos de criação do Estado Nacional brasileiro, sobretudo em uma província que não se via a “fundação do sistema brasílico” de forma

¹⁹² RAIOL, *op.cit.*, 1970, p. 215-216.

efetiva. Vimos que o processo de integração do Grão-Pará ao Império do Brasil foi se formando num cenário de instabilidades políticas, desconfianças e a falta de identificação no projeto gestado no Rio de Janeiro. Quando a elite que conduzia a política da província decidiu-se por se integrar, o processo de fundação do projeto nacional seguiu o mesmo curso de tensão, numa frágil sustentação das estruturas necessárias para a consolidação do Império do Brasil no vasto e diversificado território nacional. Por isso que a narrativa da ata é repleta de expressões afirmativas à ideia de legitimidade e representatividade, tais como *por parte do povo vinham representar, que a tropa assim o queria e povo exigia*, nos leva a perceber a necessidade de afirmação que o processo de deposição fosse legítimo e representava a vontade do povo.

A necessidade de afirmar a legitimidade e representatividade explícita no texto da ata é uma forma de convencimento de algo que ia à contramão de um processo legítimo, amparado pela Constituição e que representava os anseios populares. Foi um duro golpe a deposição do presidente da província, pois feria frontalmente a Constituição do Império de 1824. Entretanto, este evento não teve consequências contrárias aos golpistas Caramurus. Ao contrário do que esperavam os liberais partidários dos Filantrópicos, a corte no Rio de Janeiro se omitiu de retaliar os que feriam às recentes e frágeis leis do Império.

De acordo com Machado, a *Agostada* pode ser considerada como um marco importante na relação entre liberais paraenses e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro, no sentido em que, a postura do Parlamento de não punição aos envolvidos na deposição do Visconde de Goiana, com a concessão de anistia a todos, foi vista por Batista Campos e seus partidários, como falha em sua função de *guardião das leis* e da *legalidade*. Nas palavras de Machado, o golpe significou a inoperância e a incapacidade das “instituições de manterem os conflitos políticos no Pará dentro dos limites impostos pela legislação”, e que a partir de então, a semente de uma possível guerra civil foi semeada, na medida em que qualquer intervenção do poder central na vida da província passava a ser vista com olhar de desconfiança para uma avultada gama de pessoas, não só os liberais ¹⁹³.

¹⁹³ MACHADO, André de Arruda. *O papel do Parlamento nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza-CE, 2009, p.1-11, p. 2.

Em outro artigo seu, *O fiel da balança...*, Machado analisa a relação existente entre a política na Corte e as disputas na Província, levantando a teoria que era fundamental para a sobrevivência política dos grupos políticos paraenses garantirem influência no Parlamento. Nesse sentido, foi-se construindo a ideia de o Parlamento ser a instituição máxima para resolução de conflitos políticos, observando uma “crescente canalização das disputas políticas na Província para os canais institucionalizados”¹⁹⁴ nos anos imediatamente anteriores ao golpe. Quando ocorre a *Agostada*, a capacidade das instituições representativas de solucionar e controlar os conflitos provinciais sob os limites da legislação foi questionada. Por outro lado, este questionamento foi feito dentro das instâncias institucionais, inclusive no próprio Parlamento, concedendo-lhe o papel de *fiel da balança*.

Interessante perceber a importância dos canais institucionalizados para a solução de disputas políticas regionais quando, a elite e autoridades da Comarca do Alto Amazonas acionaram, para além dos embates armados, os dispositivos legais para conseguir a desvinculação política e administrativa do Grão-Pará. O sentimento separatista entre os habitantes do Rio Negro intensificou-se no processo independentista. A elite regional, insatisfeita com a vinculação político-administrativa da região a província do Pará, que, segundo suas queixas, atravancavam seu desenvolvimento econômico, tanto pela distância geográfica, mas também pelo abandono político, ansiavam por sua autonomia com a criação da Província do Rio Negro. Uma das justificativas de Dom Romualdo de Seixas que, em 1826 apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para a criação da província do Rio Negro, era de que a agricultura e as indústrias da região se encontravam em ruínas por dois motivos centrais: o primeiro pela dificuldade do governo paraense em administrar uma região tão remota, e o segundo, deste mesmo governo, propositalmente, dificultar medidas benéficas adotadas pelos administradores da comarca, por *ciúmes* ou *questões pessoais*¹⁹⁵.

O processo de ruptura do Antigo Regime português e o alinhamento do Grão-Pará ao projeto independentista carioca possibilitou a abertura de um espaço para discussão sobre uma *indefinição de ordem administrativa*: como ficaria a situação da Comarca do Alto Amazonas na nova ordem política instaurada, ou seja, “o território do Rio Negro seria, uma vez

¹⁹⁴ MACHADO, André de Arruda. *O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011, p.197.

¹⁹⁵ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*. Revista Almanack. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011, p.143.

declarada a independência, uma província autônoma, com administração e finanças próprias, ou uma comarca submetida à autoridade do governo recém instalado em Belém?”¹⁹⁶.

O Rio Negro já vinha experimentando o sabor da autonomia administrativa desde o período colonial. A região, elevada à capitania no governo de Mendonça Furtado, em 1755, possuía administração própria, ainda que estivesse subordinada à província do Grão-Pará. Anos mais tarde, em outubro de 1821, por decreto foi-lhe concedido maior autonomia, sendo elevada a categoria de província, em consonância às demais capitanias brasileiras, no auge dos debates constitucionalistas, quando as cortes lisboetas objetivavam um ordenamento no novo sistema político. Quando instaurados os conflitos emancipacionistas e, posteriormente, a integração do Pará ao Império brasileiro, não se estranhava a expectativa do alto Amazonas tornar-se uma província imperial, sobretudo quando, na Constituição de 1824, outorgou-se que o Império do Brasil seria organizado em províncias, tal qual já se configurava. Porém, para frustração da elite do Rio Negro isso não se confirmou. Por decreto de 26 de março de 1824, com o objetivo de definir a representatividade política das províncias no novo regime, delimitou-se o número de deputados de cada unidade administrativa para compor o Poder Legislativo central, ficando o Rio Negro de fora, compreendendo-o assim, subjugado a Junta Provisória de Governo do Pará ¹⁹⁷.

Os acontecimentos de 1831, com a deposição do Visconde de Goiana e o acirramento das rivalidades políticas entre liberais radicais e liberais moderados, proporcionaram à região condições favoráveis à retomada de seu objetivo de emancipação. Isso se deu, em grande medida, pela forte circulação de ideias liberais, agregando-se às demandas específicas, evidenciadas nestes anos de conflito, assim como a presença de muitos presos políticos que, remetidos às fortalezas-presídios como Marabitanas e Crato, fugiam e refugiavam-se na região. De acordo com Leandro Lima, as deportações desses presos políticos, os *patriotas*, para a região, assim como suas fugas pelo interior adentro, possibilitaram a “ampliação de uma rede de aliança para o combate, promovidas entre

¹⁹⁶ GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Op.cit.*, 2011, p.139.

¹⁹⁷ *Idem. Ibidem.*

cidadãos dissidentes e índios, tapuios e suas misturas”¹⁹⁸. Sob esta conjuntura, ocorreu o levante separatista na Barra do Rio Negro em abril de 1832.

Iniciado como uma revolta militar da tropa de 1ª linha com algumas praças de 2ª linha insatisfeitas com o atraso do pagamento de seus soldos em 12 de abril de 1832, o movimento logo assumiu proporções maiores. Os levantados apoderaram-se do Trem de Guerra e tomaram para si o armamento e as munições, e assim ganharam as ruas em toque de rebate. Visando conter os insurgentes, o comandante militar do Rio Negro, o coronel Joaquim Filipe dos Reis, correu ao quartel ordenando que a tropa depusesse as armas e findasse a revolta. Sua ordem não obteve o êxito desejado, e o comandante acabou assassinado pelos levantados. Com a morte de Joaquim dos Reis, assumiu o comando em seu lugar o coronel de origem italiana Francisco Zany. Este coronel tomou certas providências que não agradaram a tropa levantada, dentre elas, o recolhimento ao trem de Guerra das armas e munições, e a dispensa dos milicianos, considerados desnecessários ao serviço militar. Alvo de um frustrado atentado, Zany se viu obrigado a retirar-se para sua fazenda, assim como os moradores brancos que debandaram da vila. Os soldados vitoriosos, liderados pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, voltaram a apoderar-se das armas e das ruas, tomaram o cofre público e dividiram o dinheiro entre si como pagamento dos soldos atrasados. Também tomaram alguns armazéns, sem constar roubo a moradores¹⁹⁹. Ao que parece, o foco do levante era mais voltado a questões práticas do cotidiano das tropas, como o pagamento e revide aos maltratos. Por outro lado, a rápida ascensão social entre os cargos militares provocada pelos desdobramentos dos conflitos pós-integração, pode ser lida como um dos elementos presentes nos levantes militares das décadas de 1820 e 1830, no intuito das tropas de 1ª linha galgar patentes superiores.

De levante militar por insatisfação de pagamentos atrasados, o movimento ampliou-se e assumiu um caráter separatista. Os levantados reuniram-se no dia 22 de junho de 1832 em um Conselho Extraordinário para deliberarem providências necessárias, a fim de responder às

¹⁹⁸ LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008, p.249.

¹⁹⁹ Trecho do periódico *Correio do Amazonas* de 26 de maio de 1832, nº60, extraído da transcrição feita por RAIOL, *op.cit.*, 1970, p. 256.

queixas contra as autoridades da capital da província. A reunião de um conselho deliberativo nos fornece dois indicativos da importância na nova cultura política que se formava nos espaços políticos representativos e deliberativos. Construir um Estado constitucional era fortalecer estas instâncias. Nesse sentido, tanto liberais quanto conservadores buscavam construir um discurso que legitimasse suas ações sobre bases representativas, mesmo que não fossem constitucionais, como a exemplo do golpe da *Agostada*.

Dentre os pontos discutidos e deliberados pelo Conselho Extraordinário destacam-se o desligamento da comarca do Rio Negro da província do Grão-Pará; a eleição de um governo temporário para direcionar os assuntos civis e políticos da nova província; o estabelecimento de alfândegas para fiscalizar e organizar a arrecadação tributária e a nomeação temporária de um comandante militar. Deliberou que a decisão tomada pela elite política local fosse submetida à decisão da Assembleia Legislativa da Regência, assim como decidiu-se por enviar um procurador à Corte com plenos poderes para tratar da aprovação dos atos deliberados.²⁰⁰ Os pontos deliberados apresentados aqui de forma resumida confirmam a necessidade de legitimação política de acordo com as prerrogativas legais do Império.

Em relação a estas deliberações, fica evidente também o traço liberal em suas prerrogativas, especialmente quando lemos a providência de submeter à decisão da edilidade local às instâncias legislativas nacionais. A respeito dos cargos, para presidente da nova província foi nomeado Manuel Bernardino, professor de primeiras letras; para comandante das armas, o tenente Boaventura Ferreira Bentes; e para procurador do Conselho Provincial, o frei José dos Santos Inocentes. Os dois últimos nomeados atuaram ativamente nas lutas pró-independência, sendo Ferreira Bentes membro do partido filantrópico²⁰¹.

De acordo com Shirley Nogueira, provavelmente a presença de Bentes na região tenha se dado em ato punitivo por parte do partido *caramuru* “por [ele] ter deixado o cônego Batista Campos fugir, quando o levava para o exílio na prisão do Crato no rio Madeira”²⁰². A

²⁰⁰ RAIOL, *op.cit.*, 1970, p. 257. Em nota, página 258, Raiol transcreveu a ata do Conselho Extraordinário.

²⁰¹ BARRIGA, *op.cit.*, 2014.

²⁰² NOGUEIRA, Shirley. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 242.

autora complementa, levantando a possibilidade de Bentes, juntamente a Joaquim Pedro da Silva, serem os líderes do levante e colaboradores da morte do Coronel Joaquim Felipe dos Reis, descartando, porém, a alcunha de mentor do motim. Isso porque, mesmo o tenente exercendo papel significativo para as fileiras do movimento, não poderia ser considerado influência principal para a eclosão da revolta, pois as tropas já vinham descontentes de longa data. Corroborou para o assassinato de Joaquim dos Reis sua origem lusitana, sobretudo quando ele, sendo português, assume cargo tão importante como o de Comandante das Armas. A essa altura, o sentimento antilusitano²⁰³ já se configurava como um elemento *sine qua non* nos conflitos regionais.

Estabelecidas as providências que deveriam ser tomadas a fim de consolidar a emancipação do Rio Negro e transformá-lo em província, frei José dos Santos Inocentes rumou pelo rio Madeira em direção ao Rio de Janeiro com o intento de levar à Corte as deliberações do Conselho Extraordinário. Quando alcançou a província do Mato Grosso sua viagem foi interceptada. Por ordem do presidente, viu-se obrigado a retornar, sofrendo censura por parte do governo imperial por ter assumido tal responsabilidade, como podemos observar a seguir,

Aviso de 15 de junho de 1833:

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. – Tendo chegado ao conhecimento da Regência um officio, de 27 de fevereiro do corrente ano, em que *Frei José dos Santos Inocentes* participa achar-se constituído procurador das câmaras municipais da comarca do Rio Negro, da Província do Pará, a fim de solicitar a aprovação, de que elas precisam, sobre a deliberação de formarem uma província separada; sendo ele igualmente o portador dos respectivos officios, que por motivo de dificuldade entregara ao secretário desse governo, Antônio Luís Patrício da Silva Manso, a quem substabelecera os seus poderes para sua

²⁰³ O sentimento antilusitano presente em outras províncias do reino, acentuou-se ao norte da América lusitana em decorrência da estreita relação do Grão-Pará à Metrópole. Marcante mesmo, e inclusive, após a efetivação da independência, o antilusitanismo se radicalizará até a revolução cabana de 1835, transformando-se em ódio aos portugueses e de quem deles descendessem. Acreditamos que este sentimento também se foi construindo de maneira mais concreta ao longo desses conflitos, tanto pelo advento de boatarias e acusações infundadas, mas também pelo ódio ao domínio político e econômico português, a aversão ao absolutismo, associado à exploração e ao domínio agrário dos brancos de origem portuguesa. E, percebendo o crescimento da intensidade deste ódio ao português, podemos compreender a participação efetiva das camadas populares nos conflitos estudados, que também foi se radicalizando dos anos de 1820 para os de 1830. Ver: BARRIGA, *op.cit.*, 2014; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

pronta remessa e segura entrega: Cumpre que V. Ex.^a faça saber a esse religioso que o Governo Imperial, não podendo aprovar um ato de rebelião e um atentado tal, como foi o que cometeram algumas câmaras do rio Negro, desligando-se da capital e constituindo-se em província separada com escandalosa infração da constituição do império, ato que já se acha desfeito, como cumpria sê-lo governo da província: Manda estranhar-lhe severamente, por se haver encarregado de uma tal missão, da qual, como religioso e por conseguinte respeitador da constituição e das leis, só se deveria ter encarregado, se ela fosse feita antes de cometido o crime, e para pedir pelos meios competentes à assembleia geral a criação da comarca em província. E que, outrossim, V. Ex.^a lhe faça constar que este negócio se acha afeto à mesma assembleia, para deliberar o que julgar conveniente; devendo aqueles povos esperar pelas suas decisões, as quais são sempre tendentes ao bem geral. – Deus guarde a V. Ex.^a. – Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1833. – Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho. – Sr. Antônio Correia da Costa²⁰⁴. [grifo nosso].

O aviso por parte do poder regencial merece a análise de alguns destaques, sobretudo quando não reconhece como legítimo a decisão do Conselho Extraordinário da separação do Rio Negro do Grão-Pará, alegando ter sido um ato de rebelião e atentado à Constituição. Nos chama a atenção a explicação dada para o não consentimento à causa separatista, pois o argumento utilizado para esta ocasião foi silenciado no caso da deposição do presidente de província Visconde de Goiana, ocorrido um pouco mais de um ano antes. Parece que havia uma prática de dois pesos e duas medidas no que era considerado dentro ou às margens da Constituição. Pelo teor dos projetos envolvidos em ambos os eventos, nos leva a deduzir que anseios mais radicalizados, como a exemplo da independência do Rio Negro fugiam aos interesses do poder central do Rio de Janeiro, pois poderiam causar maiores instabilidades para além das que já existiam. Nesse caso, as instâncias representativas nacionais decidiram-se por não atender aos interesses separatistas, frustrando a expectativa dos amazonenses, mandando sufocar o movimento e prendendo suas lideranças, como o seu procurador, frei José dos Santos Inocentes.

Após intenso ataque da expedição militar enviada por Belém para derrotar os levantados do Rio Negro²⁰⁵, dos que não morreram em combate, muitos foram presos e outros

²⁰⁴ Documento extraído de *Motins Políticos*, de Domingos Antônio Raiol, 1º volume, 1970, p. 259.

²⁰⁵ De acordo com informações colhidas em *Motins Políticos*, uma expedição foi remetida pelo presidente da Província contando com 50 homens do batalhão de caçadores de primeira linha e do corpo de artilharia, com dois canhões. Levaram aproximadamente três meses para alcançarem a região do rio Negro. Ver: RAIOL, *op.cit.*, 1970, p.264.

fugiram e se dispersaram pelas vilas do médio Amazonas e pelos sertões. Há notícias que o soldado Joaquim Pedro da Silva, líder do levante, e mais um grupo de 30 pessoas, depois de empreenderem ações no alto Amazonas, desceram o rio e tentaram ocupar Óbidos, encontrando resistência dos moradores da vila, o que fez desviarem-se em direção à Santarém, onde foram interceptados pelas tropas do governo de Belém. Após estes episódios, há indícios que Joaquim Pedro continuou a andar pelo alto Amazonas, matando *brasileiros adotivos* até 1833 quando foi preso ²⁰⁶.

Assim como aquele soldado, muitos outros desertores e tapuios andavam pelo sertão propagandeando seus projetos e fundindo-se com as demandas específicas de cada vila. Nogueira nos mostra a figura de Jacob Borges, conhecido como Jacob Patacho que, com seu braço direito o tapuio Maurício Saraiva e sua tropa formada majoritariamente por índios, percorreram o interior do sertão, ocupando espaços, matando *brasileiros adotivos*, e galgando apoio de lideranças indígenas. Em ofícios presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira à Secretaria de Negócios de Justiça no Rio de Janeiro ao longo do ano de 1832, observamos a ratificação destas ações cometidas contra os *brasileiros adotivos*. Consoante a Nogueira, percebemos nos dizeres de Machado de Oliveira certo temor existente entre as autoridades locais de uma possível união entre Joaquim Pedro e Jacob Patacho, unidade esta que não se confirmou, mas que preocupou boa parte da elite local, além de denotar uma ideia de articulação política entre as ações *subversivas*. Esta possível unidade entre as lideranças dos “rebeldes” gerava o clima de intranquilidade e insegurança nas vilas do interior, tão evidenciado nos ofícios presidenciais²⁰⁷. Boa parte dessas ações foi vinculada ao projeto político dos *liberais exaltados*, o que explica a posição contrária das vilas do médio Amazonas à *Agostada* e o temor da elite local mais moderada a estes levantes mais radicais.

Diante dos desdobramentos do levante de 1832 com a dispersão e o alargamento de ações mais radicalizadas e, especialmente a consolidação do sentimento separatista dentre os habitantes da região, o governo provincial adota uma postura cada vez mais comum dentre as elites no Grão-Pará, recorrer às vias institucionais para solucionar e controlar conflitos sociais

²⁰⁶ NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 244.

²⁰⁷ Esta documentação está compilada no códice 901, no acervo do APEP. A documentação deste códice, no geral, refere-se aos ofícios remetidos pelo presidente do Grão-Pará José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, sobre a situação política e econômica da província em 1832-33.

e políticos. O então presidente Machado de Oliveira solicitou ao governo imperial no Rio de Janeiro posicionamento e solução para a crise enfrentada no Rio Negro.

Em ofícios presidenciais de final de 1832 observamos uma correlação entre a situação em que se encontrava a região e os discursos de separação do Rio Negro do Grão-Pará, com a criação da província do Alto Amazonas. Em 29 de dezembro, informava uma possível unidade entre os rebelados dos levantes com os índios Mura, com a intenção de retomarem a Vila da Barra do Rio Negro, e que, devido a intervenção do comandante da expedição que rebateu os levantados, enviando *pessoas de confiança* dos índios, conseguiu evitar tal pretensão. Observemos novamente a presença Mura nos conflitos civis da região, e a disputa pelo apoio desta etnia entre os grupos conflitantes. Com a despersuasão de soldados refugiados e índios Mura, houve a evasão do reduto indígena de cerca de trinta pessoas, que se dispersaram pelas vilas demarcando suas posições com *roubos e violência*, de acordo com o presidente. Eles pretendiam alcançar o *Ecuipiranga* para se juntarem a outros fugitivos que ali se encontravam, fortalecendo suas ações nas tomadas das vilas. Notadamente podemos perceber a preocupação do presidente em relação a uma possível rede de solidariedade e articulação entre os insurgentes, como apontado por Nogueira. A violência enfatizada no ofício, com o incêndio de casas, por exemplo, era atribuída ao *espírito de revolta e separação* da Comarca, que as forças do governo provincial não conseguiam extinguir, inclusive com o apoio de algumas autoridades civis que alegavam sua participação nos conflitos com a justificativa de terem sido coagidos pelos levantados²⁰⁸.

Para coibir tais conflitos e retomar o estado de tranquilidade e paz para as elites locais, Machado de Oliveira propõe, em 1833, como alternativa aos embates armados, os canais institucionais, repassando a tarefa de solucionar tais conflitos para as mãos do governo imperial no Rio de Janeiro. Propõe uma autonomia restrita da Comarca do Alto Amazonas ante a província do Grão-Pará, como uma província de 2ª Ordem. Isto quer dizer que a região do rio Negro teria uma administração pública independente do governo em Belém, mas continuando subalterno ao presidente do Grão-Pará, sendo este responsável por nomear a primeira autoridade do Alto Amazonas no Conselho Provincial. Sustentava sua proposta o

²⁰⁸ *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 29 de dezembro de 1832. Códice 901; documento 75; APEP.*

fato desta comarca apresentar uma extensa faixa territorial, constando em seu território áreas de fronteiras com *nações estrangeiras* e uma população fundamentalmente indígena, que possuía uma *lógica própria de viver*, além de uma distância de quatrocentas léguas da capital, levando em média três meses de viagem, o que dificultava a administração da região centralizada em Belém. Em sua perspectiva, estes elementos corroboravam para a situação de crise em que se encontrava a região, além da falta de investimentos que o Alto Amazonas vinha sentindo, o que o levou a propor que o “governo central tome em especial consideração o melhoramento que convém dar aquela Comarca”, considerando as “abundantes e preciosas produções do seu solo, e pela disposição de suas localidades”²⁰⁹. Em decorrência de tais prerrogativas, era fundamental para Machado de Oliveira que as instituições representativas do Império discutissem, se posicionassem e apontassem soluções ante a crise instalada. As medidas paliativas foram tomadas, permitindo uma relativa autonomia à comarca do Rio Negro que, só alcançou sua real autonomia apenas em 1851, quando de fato se torna província independente.

Para além de dimensionarmos a conjuntura explosiva que se configurava o Grão-Pará no início da década de 1830, a exposição dos fatos sobre as rebeliões e tentativas separatistas do alto Amazonas nos possibilita evidenciar um traço importante nas dinâmicas políticas desse período da elite paraense, a busca recorrente pelas vias institucionais. Mesmo diante de muitas frustrações quanto a expectativas não alcançadas com a integração da província ao Império do Brasil, podemos perceber que, independentemente da facção política que se alinhava, a elite local tentava alcançar seus interesses pelas vias legais, fortalecendo as estruturas políticas do Estado que se gestava. A opção deste caminho também tinha um viés pragmático para os homens de poder político e econômico, pois com ele tentava se evitar agudizar mais ainda os ânimos das classes populares que vinham em uma crescente de exaltação desde o começo da década de 1820.

Manter o controle dos grupos indígenas, de tapuios, negros aquilombados e/ou escravizados e soldados das tropas e desertores era preocupação constante para a elite que conduzia a política da província. Tentaram garantir isso, mas não conseguiram. Diante de um

²⁰⁹ *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 21 de fevereiro de 1833. Códice 901; documento 85; APEP.*

processo construído sob expectativas e frustrações, de várias ordens, o cenário que se apresentou para as pessoas que viveram as décadas de 1820 e 1830 se fez sob um forte clima de instabilidade, num caldeirão que estava sempre perto de explodir, o que de fato aconteceu no alvorecer do ano de 1835, quando as águas quentes entraram em ebulição, levando consigo, numa pororoca de anseios reprimidos por séculos de uma população que decidiu não mais pelas vias institucionais, mas pela luta armada que, no Grão-Pará, se fez nos leitos e margens dos rios, por mãos indígenas e de tapuios.

PARTE III

AS CABANAGENS QUE SE FAZEM NOS SERTÕES

5º CAPÍTULO

OS MURA, OS MUNDURUKU E OS MAWÉ – A GUERRA CABANA INDÍGENA DOS SERTÕES DA AMAZÔNIA

Os conflitos generalizados que convulsionaram a província do Grão-Pará entre os anos de 1835 e 1840, conhecidos historiograficamente por *Cabanagem*, transformaram a região, tanto nos aspectos demográficos²¹⁰, quanto em seus aspectos sociais, econômicos²¹¹ e políticos. Em pesquisas contemporâneas,²¹² esses conflitos coloriram-se de diversidade étnica/social e configuraram-se por um mosaico de demandas que nem sempre poderiam ser vistas dentro de um único projeto político para a Província, mas que, somados, podem ser vislumbrados nas duas bandeiras cabanas de morte aos brancos (em especial aos portugueses) e aos maçons.

Nas batalhas entre os rios, matas e nas tomadas de cidades e vilas, encontravam-se desde o negro escravizado, indo até o soldado desertor, passando pelo o branco expropriado e, sobretudo, havia a grande presença de indígenas e tapuios. Quanto mais distante do litoral e mais próximo do interior da floresta, as *Cabanagens* iam adquirindo feições cada vez mais

²¹⁰ Calcula-se que o número de mortos nos conflitos cabanos tenha alcançado a estimativa de 30 à 40 mil pessoas. No quantitativo demográfico do Grão-Pará isso perfazia um terço da população, que só voltaria a crescer por volta da década de 1860. Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, 2ª edição, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3, p. 1000 (1ª edição 1865-1891); RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

²¹¹ Siméia Lopes alega que as consequências da Cabanagem foram desastrosas para a região. Além da destruição de plantações, ocasionando problemas de abastecimento, o decréscimo populacional, decorrente dos sangrentos conflitos, prejudicou a economia com a falta de mão de obra, principalmente a do tapuio, assim como a escrava destinada às lavouras. Diante desse funesto quadro, em 1840, “uma das preocupações dos Presidentes da Província do Grão-Pará centrava-se na reestruturação do comércio e de toda a vida social”. Medidas urgentes precisavam ser tomadas para um “reflorescimento” econômico. Sobre os impactos na economia do Grão-Pará ver: LOPES, Siméia de Nazaré. O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

²¹² Acerca das pesquisas mais recentes sobre a Cabanagem destacam-se produções historiográficas a partir do final do século XX, com trabalhos de Magda Ricci, Mark Harris, Luis Balkar Pinheiro, Danielle Figueiredo, Ana Renata Lima Pantoja, Eliana Ramos, Letícia Barriga, e outros que demarcam a pluralidade da Cabanagem, compreendendo-a enquanto Cabanagens.

indígenas. Os grupos indígenas são percebidos tanto por identidades étnicas²¹³, como em categorias étnicas socialmente reconhecidas à época como a de *tapuio* e a de *caboclo*²¹⁴. Dentre os etnônimos que localizamos na documentação cabana da região oeste da província, Mura, Munduruku e Mawé se destacam, nos levando a compreender a efetiva participação desses povos na Cabanagem, como podemos observar na citação a seguir.

(...) foi inteiramente destruído [no dia 18 de maio de 1839] o pequeno ponto de Abacaxy pelos malvados em [número] de duzentos e tantos mataram dezesseis Legais tentando neste [número] dois [Tuxauas] Mundurucus usaram crueldade os mais bárbaros obrigaram algumas mulheres a botarem seus filhos de tenra idade n'água e elas o fizeram afim de salvarem suas vidas, os chefes dessa corporação de malvados são Manoel Gonçalves Lira e Pantaleão cujos saíram dos Autazes e para lá tornaram a entrar. Os Mundurucus escandalizados dos assassinos que fizeram a seus parentes se deliberaram a reunirem-se os do Rio Abacaxy cento e dez para irem bater nos Autazes os malvados e principalmente os da Nação Mura que dizem os Mundurucus que hão de dar fim aos cabano e muras [...]²¹⁵ (grifo nosso)

²¹³ Identidade étnica ou etnicidade são conceitos caros a Antropologia, com a qual precisamos estabelecer um diálogo interdisciplinar, para não incorrerem no uso arbitrário destes conceitos. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart localizam o conceito de etnicidade no campo de pesquisa que estuda “os processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações racionais” (1998, p.141). Assim, a identidade étnica, ou etnicidade, parte do identificar-se, onde este processo de identificação cultural é constitutivo de uma via de mão dupla, necessitando do auto reconhecimento identitário, mas também da identificação estabelecida pelo outro. Sobre etnicidade e identidade étnica, ver: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESPE, 1998. Sobre a ideia de identidades como um processo do indetificar-se, como “uma produção, algo que nunca está completo, que é sempre processual e sempre constituído no quadro, e não fora, da representação” ver: HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *A cor dos media. Revista Comunicação & Cultura*. Número 1. Primavera-verão, 06. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa. Editora: Quimera. Lisboa, 2006.

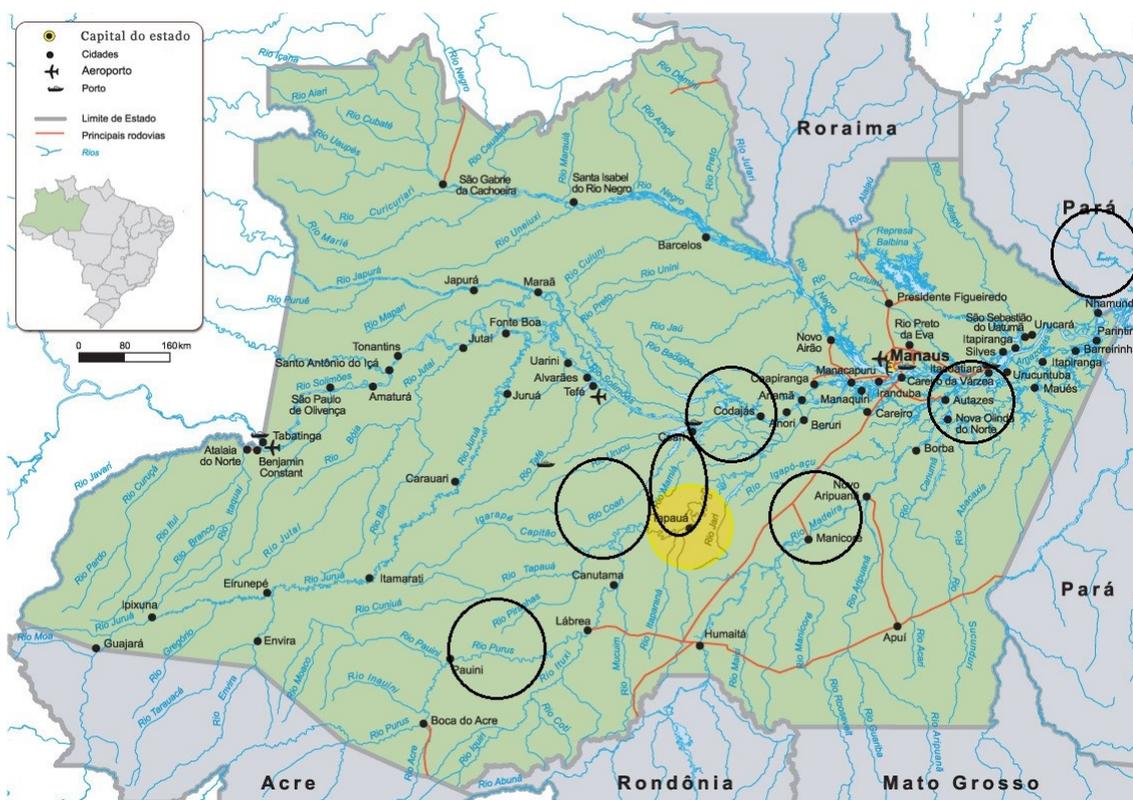
²¹⁴ SOBRAL, Raquel Dani. *A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013; MONTEIRO, John M. *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119. Campinas, agosto de 2001. MACHADO, André. *A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil: a atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40*. Revista Almanaque Braziliense. São Paulo, n.6, nov. 2007.

²¹⁵ A citação foi extraída de um ofício de 23 de junho de 1839 remetido pelo comandante militar Diogo de Barros Cardozo localizado na Vila de Borba ao tenente coronel Joaquim Jozé Luis de Souza, comandante da Expedição ao Amazonas, informando sobre ações cabanas no ponto do Abacaxy. Esta documentação está compilada na documentação da Cabanagem, do Arquivo Público do Estado do Pará. Códice 1093, documento 69.

O trecho documental acima nos coloca algumas importantes possibilidades de compreender os conflitos cabanos em sua pluralidade. Dentre tal pluralismo da Cabanagem, destacamos a participação indígena e a preponderância dos rios, os caminhos fluviais da Amazônia, na cartografia social, étnica e física dos conflitos.

Os líderes cabanos mencionados, Manoel Gonçalves Lira e Pantaleão, eram chefes indígenas e lideravam um numeroso contingente de suas tropas. Pantaleão era Principal Mura e comandava as ações cabanas no Lago dos Autazes. A região dos Autazes sempre foi reduto Mura, sendo ainda hoje habitada por uma população de aproximadamente 15.771 habitantes, localizada entre a região do rio Madeira e por todo o município de Autazes – AM²¹⁶, como podemos verificar no mapa a seguir.

IMAGEM 13: Mapa com localizações Mura



Fonte: <http://www.guiageo.com/amazonas.htm>

²¹⁶ Autazes é um município do estado do Amazonas, mas nos anos cabanos, era reduto de índios Mura. Localizado a oeste do rio Madeira, hoje compõe a região metropolitana de Manaus. É banhado por um lago com o mesmo nome. ROCHA, Betilsa Soares da. A desconstrução da imagem do povo Mura pela perspectiva da crítica pós-colonial. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2016.

Como anteriormente pontuado, na extensa documentação cabana não é raro perceber a participação indígena nos conflitos. Nos ofícios enviados pelos comandantes para o interior da província, a presença indígena aparece nas mais diversas situações e interesses, como por exemplo, os presentes e pequenos mimos concedidos às lideranças, entre Tuxauas e Principais, com o objetivo de atrair as nações dos respectivos líderes, como também de terem mediadores culturais para adentrar áreas de forte autonomia indígena.

Compreendemos a presença dos índios nos conflitos cabanos a partir da concepção de agência indígena ao deslocarmos o foco de análise para o índio enquanto agente. *Agente* no sentido de decisão de suas ações. *Agente*, no sentido de cosmovisões próprias. *Agente*, no sentido de construir suas próprias leituras acerca da conjuntura que se configurava e elaborar suas próprias estratégias de atuação. Sendo assim, a concepção de agência indígena leva a compreender sua participação nos conflitos cabanos não de forma coesa. Concernente à própria condição humana, a contradição é parte inerente do ser humano enquanto um ser social e histórico. Sendo assim, uma compreensão monolítica levaria a uma análise rasa da participação indígena²¹⁷.

Partindo desta concepção, localizamos as especificidades dos Mura, dos Mawé e dos Munduruku dentro do sentido mais amplo do que era ser cabano. Leandro Mahalem Lima, ao analisar os sentidos da noção de cabano, compreendendo-a cunhada a partir das forças repressivas, expõe duas tendências em meio à multiplicidade de demandas, dos projetos envolvidos e de quem seriam os cabanos no cenário político do Grão-Pará nos idos de 1830. A primeira tendência condizia ao processo de disputa pelo Estado. O que estava em jogo era a contenda em torno da legitimidade do Estado imperial brasileiro, sendo disputado entre *brasileiros natos e brasileiros adotivos*²¹⁸. Compreendia este anseio os

²¹⁷ Sobre o conceito de agência, ver: ORTNER, *Op.Cit.* Sobre agência indígena, ver: MONTEIRO, John M. *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119. Campinas, agosto de 2001; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

²¹⁸ No processo de Independência, foram cunhados os termos de brasileiros natos e brasileiros adotivos para se diferenciar, dentre os “defensores da causa nacional”, as pessoas nascidas no território brasileiro e os portugueses que “aderiram” à causa. Essas denominações estão inseridas numa conjuntura de graves conflitos étnicos, no qual foi desenvolvido e aprofundado, no decorrer dos acontecimentos, o sentimento antilusitano. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

[...] líderes e coletivos que, a partir do processo de independência e da emergência das cartas constitucionais, passaram a empreender mobilizações com vistas a expulsar os luso-brasileiros e demais defensores das leis do antigo regime, ocupantes dos principais postos administrativos da província²¹⁹.

A outra tendência, de acordo com Lima, correspondia a coletivos diversos entre si, que – longe das demandas políticas dos brancos – mobilizaram-se em meio delas para garantir a manutenção e/ou a (re)criação de outras suas formas de *organização sociopolíticas-cosmológicas*. Ainda, segundo o autor, estes coletivos distanciavam-se ainda mais dos centros urbanos, rumando ao interior do *Sertão*, para (re)construir assim, seus próprios núcleos habitacionais. Comumente, a disputa por vilas e freguesias se dava no sentido de enfraquecer as forças imperiais, na medida em que estes núcleos urbanos simbolicamente representavam o poder do Estado na região, pois comportavam a sede político-administrativa do mesmo. As estratégias cabanas e o fluxo das batalhas se processavam dos interiores de rios e matas onde viviam populações mais distantes com suas redes de sociabilidades étnicas e interétnicas, para as vilas e centros comumente mais colonizados e, administrados em sua maioria por brancos e, em grande medida, de origem portuguesa. O movimento estratégico *floresta-cidade* pode ser visto nas batalhas envolvendo o ponto cabano e interétnico do Ecuipiranga, considerado pelas autoridades provinciais como a maior fortaleza cabana no Amazonas, para com as vilas e povoações em seu entorno, destacando Santarém e Óbidos²²⁰.

Ainda segundo Lima, a segunda tendência de demandas cabanas não visava a unidade em torno de um projeto de organização social, mas sim “a singularidade de suas próprias formas de organização multilocais sem centro, nem controle externo”²²¹. Neste sentido, localizamos dentre o mosaico étnico-social e a diversidade de projetos políticos, a participação de nações indígenas na conturbada conjuntura que se delineou no Grão-Pará na primeira metade do século XIX. A população da província do Grão-Pará no alvorecer do

²¹⁹ LIMA, Leandro. *Op. Cit.*, p. 242.

²²⁰ BARRIGA, Leticia Pereira. *Entre Leis e Baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

²²¹ LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 242.

oitocentos era composta por indígenas, fossem eles com expressa identificação étnica para os brancos colonizadores, ou percebidos em misturas como os tapuios e/ou caboclos, sobretudo nas regiões do baixo e alto Amazonas.

Sabemos que as batalhas da Cabanagem, especialmente as que se deram no interior da província, ocorreram pelas calhas e margens dos rios, entremeados por mata densa. Senhores dos rios, os diversos grupos indígenas habitantes do estuário amazônico, eram conhecedores das potencialidades e dos obstáculos da floresta, conhecimentos essenciais para as batalhas cabanas. As batalhas fluviais delinearam os conflitos da Cabanagem. O domínio dos rios se constituiu como elemento essencial para avanços e reveses de cabanos e anticabanos. Assim, faz-se necessário compreender a agência dos recursos da floresta como elemento condicionante para a Cabanagem. Este condicionamento ocorreu de várias formas. No conhecimento das facilidades e das barreiras impostas às batalhas, levando em vários momentos à reelaboração e adaptações de estratégias, na necessidade inata de alimentação onde o conhecimento da floresta levava às áreas próprias de cultivo, ou rios e lagos abundante em peixes, e também na exigência iminente de embarcação que colocava a necessidade de se chegar a regiões de “boas madeiras”, por exemplo.

Estas necessidades induziram a elaboração de uma rede de ações organizadas por parte das forças cabanas e forças do Império. Quanto ao último, as ações organizadas setorizavam-se entre Pesqueiros Nacionais, as Fábricas de Madeira²²², o confisco ou a compra de gêneros alimentícios de produtores particulares, e diligências para se alcançar áreas próprias para o cultivo e madeiras para embarcações, ou também operações para se conseguir roçados de maniva e a farinha já pronta. O trabalho canalizado para operacionalizar estas ações vinha da mão de obra indígena por meio do recrutamento compulsório. Tal recrutamento não se limitava apenas à produção de alimentos. As pessoas também eram recrutadas para a composição das tropas nas operações contrárias aos cabanos.

²²² De acordo com Vicente Salles, desde as políticas pombalinas, passou-se a desenvolver no Grão-Pará empresas Régias destinadas a pesca e a salga do pescado. Em alguns casos, a salga de peixes foi importada à moda europeia, como o pirarucu, cortado em postas e salgado da mesma forma que o bacalhau. Houve também o incentivo ao tratamento de madeiras amazônicas destinadas à construção civil e naval, que caminhava a largos passos em Lisboa, sobretudo depois do terremoto de meados do século XVIII. Ainda de acordo com Salles, estas instituições reais mantiveram a população amazônica subjugada a um tipo de controle social direcionado pelo trabalho. Para uma percepção mais aprofundada das instituições reais como os pesqueiros e salinas régias, roças comuns e fábricas nacionais, ver: SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992, p. 62-64.

A política de arregimentação do trabalho indígena foi executada por meio do recrutamento compulsório. Política implementada na Colônia que o Império não conseguiu romper, em que pese suas diferenças em relação ao trato com os grupos indígenas²²³. Sem desconsiderar o uso da mão de obra indígena em outras regiões do Brasil, seja colônia ou império, na Amazônia a expressiva densidade demográfica indígena, somada ao pressuposto de baixo custo ao avanço das políticas coloniais, levou aos agentes lusitanos ou luso-brasileiros a recorrerem a esta mão de obra²²⁴.

Quando mencionamos a expressão mão de obra, não a reduzimos apenas aos serviços cotidianos ou às atividades econômicas. Num processo longo de ocupação colonial e depois, imperial, toda uma dinâmica de articulações políticas foi percebida. Articulações que visavam a expansão das fronteiras, e por isso necessitavam da defesa destes limites. Aos grupos indígenas foi-lhe destinada também esta importância, tornando-se as “muralhas dos sertões” amazônicos²²⁵. Nesse sentido, o recrutamento militar era outra frente de agenciamento indígena.

Estudos recentes apontam para a fundamental importância dos saberes militares indígenas tanto para a execução da expansão colonial, quanto para a garantia das fronteiras. A partir da *Nova História Militar* em diálogo epistemológico com a *História Indígena*, a tese de Wania Alexandrino Viana demarca um avanço importante para a atuação imperativa de grupos indígenas nos projetos coloniais na Amazônia. De acordo com Viana, “a atuação e a participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará, na primeira metade do século

²²³ Para uma análise mais acurada sobre recrutamento e mão de obra indígena, ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano*. <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/patricia%20melo%20sampaio.pdf>. MATOS, Fabiano Almeida. *O trabalho indígena na América Latina colonial: escravidão e servidão coletiva*. Ameríndia, volume 3, número 1. 2007. LEÃO, Ângela Sánchez. “Servindo a Deus e ao Rei”- escravidão velada, liberdade tutelada: a questão da liberdade dos índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão – Segunda metade do séc. XVIII. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE, 2009.

²²⁴ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial*. Revista *Fronteiras da História*. Vol. 16-2, 2011.

²²⁵ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP – Campinas, 1986.

XVIII”²²⁶. Assim, sustenta a autora, sem as alianças com chefes indígenas, a defesa das possessões lusitanas, em tempos de tratados de limites fronteiriços, não teria se efetivado.

Avançando a ideia de “contribuição” e alcançando a de efetiva participação indígena nos processos históricos, localizamos a presença indígena nos conturbados anos da primeira metade do século XIX. A política nacional brasileira de expansão e garantia territorial seguiu a lógica militarizada dos projetos coloniais. Não à toa que, findado nossa jurisdição enquanto colônia portuguesa configurou-se a formação de uma nova elite local, formada principalmente por militares²²⁷. Assim, estreitar relações com os grupos indígenas dos sertões era fundamental para o avanço das tropas de ocupação e defesa.

Por isso, concomitante às novas abordagens trazidas pela *Nova História Militar*, ao “perceber as instituições militares em conexão com a sociedade”²²⁸, e pela *História Indígena*, ao pontuar o protagonismo dos índios na história²²⁹, as contribuições da *Nova História Política* também são fundamentais para compreender a efetiva participação indígena na Cabanagem. Conceitos como *cultura política* e ideias como as de *pacto* e *negociação*, nos permitem uma abertura analítica fundamental para sustentar que as dinâmicas das *Cabanagens* do sertão se deram através de toda uma rede de articulação de cabanos e anticabanos com os grupos indígenas.

Nesse sentido, torna-se importante abriremos uma análise sobre as relações que já vinham há muito sendo tecidas entre os grupos sociais e étnicos habitantes do enorme território localizado entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, e que sofreram impactos significativos com a chegada dos europeus. Como vimos no primeiro capítulo da tese, esta região se configurava como uma grande *zona interétnica*, com relativa autonomia imposta ao avanço colonial pelos povos indígenas que a habitavam. Nas complexas relações interétnicas, estas nações imprimiram suas articulações políticas, seus arranjos comerciais, suas leituras

²²⁶ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Universidade Federal do Pará, Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA), Belém-PA, 2019.

²²⁷ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

²²⁸ VIANA, *Op.Cit.*

²²⁹ Ver: MONTEIRO, *Op.Cit.*, & ALMEIDA, *Op.Cit.*

conjunturais e sua força por meio da guerra. É nesse último aspecto que teciam estas relações que pretendemos nos debruçar neste momento, para entendermos como que a lógica e a arte de guerra indígena foram fundamentais para a guerra cabana dos sertões. Para tanto, fundamentaremos nossa análise na compreensão da guerra para os Mura, os Munduruku e os Mawé, e como este traço essencial para estas nações se comportou ao longo do processo colonial.

Não é inédito que as nações indígenas do vale amazônico apresentavam, ao longo do processo de colonização, uma forte característica belicosa. Tanto nas narrativas coloniais, deixadas por viajantes, cronistas, religiosos e as próprias autoridades coloniais, mas também, hoje, a historiografia reafirma aspectos ontológicos da guerra para estes povos nativos. Vimos no primeiro capítulo que estudos arqueológicos feitos na região das terras baixas da América do Sul mostram que, muitos anos antes dos primeiros registros escritos sobre os povos autóctones, já havia uma complexa rede de intercâmbios entre os povos habitantes desta região.

Em pesquisa realizada, a arqueóloga Anna Roosevelt localizou evidências arqueológicas datadas aproximadamente de 2000 anos antes da chegada dos europeus e que demonstram a presença de sociedades altamente complexas, com populações numerosas, organização política hierarquizada, sistema de tributação, comércio inter-regional de longa distância, e chefias articuladas, com uma diplomacia organizada. Também, Roosevelt pode constatar sociedades com um aparato bélico forte, desenvolvido e de grande escala. Eram sociedades que ocupavam, preferencialmente, áreas de várzea e que garantiram sua existência por meio de uma estabilidade adaptativa, conseguindo uma longevidade de aproximadamente mil anos²³⁰.

Os povos que tiveram contato com o europeu a partir de sua chegada descendiam destas antigas sociedades complexas e apresentavam fortes traços culturais evidenciados por Roosevelt. Dentre eles, chamamos a atenção neste capítulo, para a guerra. Este fenômeno social apresentava-se como um dos mais fortes nessa rede intrincada de relações estabelecidas pelas nações indígenas. Traço cultural de muitas delas, não passou despercebido pelo olhar ambicioso e eurocêntrico do colonizador, tanto como forma de conhecer estes povos para

²³⁰ ROOSEVELT, 1994, p.02 *apud* GUZMÁN, *op.cit.*, 2008, p. 105.

melhor dominá-los, como também para o uso desses conhecimentos e expertises a fim de garantir o êxito do projeto colonial. Como foi o caso da expansão e defesa das fronteiras portuguesas na Amazônia.

Retornando o diálogo com Wania Alexandrino Viana, sua tese demonstra a importância da arte de guerra nativa para a consolidação e o fortalecimento das fronteiras coloniais. Viana demonstra que o mundo colonial estava totalmente imbricado ao mundo indígena, ao ponto de possibilitar a formação de novos espaços e práticas partindo da junção destes dois universos, como é o caso da guerra. A pesquisadora defende a tese da guerra luso-indígena ao longo da efetivação da colonização na Amazônia. A guerra-luso indígena que predominou ao longo do processo colonial resultava da coexistência de lógicas de guerra diferentes que passaram por um processo dialético de junção, perdendo algumas características, incorporando outras, resultando num formato específico de combate.

Viana argui que as práticas de guerra trazidas pelos europeus tiveram de ser ajustadas à realidade local, tanto geográfica quanto social e culturalmente falando. A autora, em sua tese, discorre sobre a guerra para a cultura ocidental, composta por um universo que integrava de forma indissociável o preparo físico e a mente do guerreiro. Esta lógica sofreu transformações profundas a partir do século XV, até aproximadamente o século XVIII, com o surgimento das armas de fogo e artilharia e novas teorias que passaram a embasar o pensamento moderno europeu sob a concepção da tríade guerra, militarismo e Estado. Fundamentando-se nos escritos de Nicolau Maquiavel, a autora confirma a importância da guerra nas práticas de governo. O poder do Estado passa a ser medido pelo potencial bélico e de organização militar, associando guerra e destruição²³¹.

Com a expansão territorial por meio da colonização, esta correlação entre guerra e destruição como base da força do Estado assume proporções maiores. A necessidade colonial de ocupar (invadindo terras), defender suas possessões coloniais, e se estabelecer nesses territórios, levaram a desafios maiores e aos necessários ajustes para garantir sua potencialidade de guerra e o êxito de seus interesses. Diante desse novo cenário, a autora fundamenta sua tese da importância dos indígenas e seus conhecimentos nas guerras para a consolidação da colonização na Amazônia. As tecnologias dos canhões de bronze, as armas

²³¹ VIANA, *op.cit.*, 2019, p. 260.

portáteis, os refinados conhecimentos de geometria e matemática e suas fortalezas abaluartadas, não eram suficientes para garantir vitórias na guerra que se fazia nos sertões. E a guerra dos sertões era indígena.

Estudos contemporâneos sobre as guerras indígenas nos sertões da Amazônia apontam para alguns aspectos essenciais para a compreensão dos povos que habitavam a região há muito tempo antes da chegada dos europeus. Sabemos, a partir de estudos como a própria tese de Wania Viana, mas também estudos de Décio Guzmán e Max Deulen Nogueira, aqui já mencionados, que as etnias indígenas habitantes deste imenso território apresentavam uma cultura para a guerra. Ou, em outras palavras, a guerra era um constitutivo cultural para estas etnias.

Estudos recentes sobre as guerras indígenas na Amazônia colonial apontam que as nações indígenas se viam mutuamente como propensas agressoras, levando a uma posição sempre alerta para a guerra. Eram sociedades que se apoiavam numa lógica de guerra para justificar seu empreendimento belicoso. Os pesquisadores passam a indagar os possíveis motivos para que tais etnias elevassem a guerra como pressuposto fundamental das suas ações para com as etnias vizinhas. Tomando por base a análise da ilha de Tupinambarana, região adensada de etnias indígenas volumosas e belicosas, a exemplo dos Munduruku, Mawé e Mura, as pesquisas levam a reflexões sobre os combates mortais, que não se justificariam pela disputa territorial, numa região extensamente delimitada, nem tampouco pela disputa de alimentos para sua sobrevivência, já que dispensa comentários o excedente de produtos fornecidos pela floresta que sempre garantiram a estabilidade demográfica desta população²³².

Desse modo, análises como os de Max Nogueira fundamentando-se em outros estudos como os de Marvin Harris. Este autor compreende que as guerras dos povos indígenas antigos não partiam de caprichos, nem tampouco de necessidades instintivas, mas sim de mecanismos de regulação para manter suas populações num estágio de equilíbrio ecológico dentro de seu território²³³. Estes mecanismos de adaptação ecológica inseriam as sociedades indígenas numa lógica de guerra. O autor verifica que o combate era algo prazeroso para os

²³² NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. Parintins: palco de guerras tribais. *ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, v.5, n.1, p: 157-167, Janeiro/Junho 2018; LEOPOLDI, José Sávio. A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos. *Avá* Nº 11 / Diciembre 2007.

²³³ HARRIS, 1978, p. 58-59 *apud* NOGUEIRA, *op.cit.*, 2018, p. 160-161.

mais jovens, compreendendo que as possíveis motivações não partiam de uma necessidade utilitária específica. Além disso, para algumas etnias, dentre as quais as que estamos estudando nesta tese, a guerra era elemento ontológico, sendo permeada de toda uma ritualística que engendrava sentidos para a vida destes povos. É o que demonstram os estudos de José Sávio Leopoldi, quando localiza elementos culturais e genéticos nas guerras Munduruku, como iremos ver melhor mais adiante. E, é nesse sentido que iremos entender melhor a lógica de guerra para os Mura, os Munduruku e os Mawé, estabelecendo as relações necessárias destas práticas de guerrear com os combates das *Cabanagens* do sertão.

Nas narrativas coloniais, as impressões deixadas por cronistas, viajantes, religiosos e autoridades civis e militares, evidenciam o caráter belicoso das nações Mura, Munduruku e, em menor grau, os Mawé. De fato, ao estudarmos sobre os aspectos culturais destes indígenas, em tempos coloniais e imperiais, dimensionamos a importância da guerra para eles. Das relações interétnicas estabelecidas em tempos muito antigos, a guerra era um dos momentos mais esperados e arquitetados por estas nações, sobretudo os Mura e Munduruku. Não à toa que elas estiveram sempre permeando o imaginário social na Amazônia colonial, causando preocupação quanto aos recorrentes ataques sofridos pelos núcleos coloniais e formas de combatê-los ou convencê-los à colonização. Para uma melhor compreensão da guerra para estas nações indígenas, optamos por analisar este fenômeno para cada uma e depois inter cruzá-lo ao longo das relações interétnicas e da colonização.

5.1. A lógica de guerra Mura – os guerrilheiros dos sertões

Os Mura ficaram conhecidos pelos agentes coloniais como os corsários fluviais, como vimos no primeiro capítulo da tese. Nação volumosa por sua mobilidade os Mura receberam todo um conjunto de significados a partir do seu perfil fortemente belicoso. A guerra para esta nação sempre esteve presente. Partindo de uma prática da distensão, os Mura deixavam seus opositores meio confusos, pois dificilmente fixavam-se em algum lugar. Este traço cultural característico Mura, permitia uma vantagem enorme ante seus inimigos, em especial os portugueses depois de sua chegada. A mobilidade Mura permitiu a construção de todo um potencial bélico por meio da locomoção. Habitantes do rio Madeira e seus tributários os Mura, por suas habilidades de se locomoverem, alcançaram um raio de ação enorme, sendo

vistos na região da ilha de Tupinambarana ao longo do século XVIII, solidificando no imaginário colonial a ideia do Mura agigantado.

Além da fluidez de suas táticas de guerra pelos caminhos fluviais, os Mura tinham uma habilidade enorme no ataque aos inimigos. Conhecedores por suas táticas de guerrilha faziam ataques de emboscada, muito usados nas guerras coloniais. De acordo com o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, os Mura cobriam seus corpos com uma lama preta e rastejavam-se até entrar na aldeia alvo. Utilizavam também de camuflagem com folhas e troncos de árvores para se esconderem nos matos e poderem observar seus inimigos até a chegada do ataque.

O poder de observação e de comunicação chamou bastante a atenção dos agentes coloniais. E eram bastante utilizados por eles nas guerras que faziam, primeiramente contra etnias inimigas e depois contra os portugueses. “O processo de construção da guerra Mura potencializou suas manobras guerreiras” afirma Max Nogueira (2020, p. 67), sobretudo suas habilidades com o arco e flecha e seu sistema de defesa baseado na comunicação. Os Mura tinham a destreza de apoiar o arco nos pés, possibilitando-os ao manejo mais rápido e eficaz do lançamento da flecha. Suas armas, basicamente o arco e a flecha, eram superiores aos de outras etnias, medindo em média 2m74cm. Suas flechas eram produzidas com madeira Taquara, podendo ter suas pontas simples ou farpeadas para melhor segurar a presa. Desse modo, era quase impossível as pessoas conseguirem escapar da mira das flechas Mura. Elas eram lançadas de forma precisa quando as embarcações inimigas tinham de parar no leito dos rios em decorrência de emboscadas ou trincheiras, que eram feitas de forma estratégica em lugares onde a correnteza era mais forte. Acompanhadas por vigias Mura alocados na copa das árvores altas, as embarcações inimigas quando interceptadas, recebiam uma chuva de flechas altamente velozes. A habilidade Mura com o arco e a flecha era tão expressiva que, em 1826, eles ainda não haviam adotado o fuzil, utilizando-se de suas formas tradicionais tanto para guerrear, mas para realizar suas pescarias, como nos informa a fala do Anônimo transcrito por Moreira Neto²³⁴.

²³⁴ MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988, p.265.

A comunicação Mura foi muito utilizada nas práticas de guerra, tanto para a defesa quanto para o ataque. Segundo relato de Spix e Martius²³⁵ sua comunicação ocorria por uma língua gutural, que emitia um som desagradável e de difícil aprendizagem, acentuada com gesticulação acentuada das mãos. Esta informação foi corroborada pelo relato de um viajante anônimo em 1826, transcrito por Moreira Neto, ao afirmar que os Mura se articulavam por sua gíria nasal e por uma comunicação muito gutural, quase que imperceptível, comunicando-se praticamente em segredo. Esta forma de comunicação era utilizada em momentos em que eles não queriam que pessoas alheias soubessem o que estava sendo dito. Por isso, podemos considerar a comunicação Mura como sons de guerra. Contribuía também para a conversação destes indígenas, a utilização de instrumentos como a Toré, feita de madeira Taquara e que produzia um som rouquenho servindo para avisar a aproximação do inimigo. Também usavam uma gaita que possibilitava comunicação em grandes distâncias²³⁶.

Somava-se a habilidade comunicacional Mura, suas habilidades e velocidades na locomoção fluvial. Com suas velozes embarcações, as conhecidas ubás, feitas com um único tronco de árvore, estas canoas tinham capacidade de percorrer os caminhos e labirintos dos rios. Senhores dos caminhos fluviais, os Mura expandiam seu território e sua presença por meio dos rios e várzeas. Não à toa, foram muito ambicionados pela colonização para o serviço de práticos e guias. Esta característica imprimiu dificuldades na repressão colonial aos Mura, contribuindo para um fortalecimento na maleabilidade de sua política. Desse modo, ao congregar suas habilidades políticas e bélicas e seus tipos de correspondência, além dos conhecimentos das centenas de atalhos de comunicação existentes da floresta que, até o século XIX, muitos deles eram ainda desconhecidos pelos colonos, propiciaram a esta nação indígena uma superioridade capaz de lhes garantir um lugar relativamente confortável para a negociação diante do avanço colonial.

Quando pontuamos a ideia de um relativo conforto, é importante esclarecer que não se trata de modo algum de condições favoráveis depositadas aos indígenas no processo de colonização. Sabemos que tal processo levou à escravização, a todo o tipo de violência e ao extermínio de nações praticamente inteiras. Entretanto, os estudos contemporâneos que compõem a Nova História Indígena nos alertam sobre as armadilhas epistemológicas de reduzir

²³⁵ SPIX & MARTIUS, *op.cit.*, 1976, p.110 e 111.

²³⁶ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p. 71.

a participação indígena no processo histórico de forma aderente e de forma a sempre resistir a alguma coisa. Também nos chama a atenção de não incorrerem no equívoco de perceber a participação dos índios em campos polarizados e estanques de vítimas ou algozes do processo. Nesse sentido, partindo da concepção de ações que cambiavam entre negociações e resistências²³⁷, entendemos o protagonismo indígena em decidir essa escolha.

Para os Mura, alinhamos nosso entendimento com o estudo de Betilsa Soares da Rocha²³⁸ ao compreender as estratégias de sobrevivência Mura a partir do conceito *Limiar* de Walter Benjamin, estabelecendo dois caminhos tomados pelos indígenas, quais sejam o da *falsa aliança* e o *caminho da guerra*. A ideia do limiar apresentada pelo filósofo alemão desloca algo para um lugar de fronteira, algo que está no limite, que traz a necessidade de mudança de posturas antigas para novas ações. Nesse sentido, localizamos as estratégias de ação Mura diante do avanço das frentes coloniais. Agindo por sua própria compreensão do processo, esta nação soube se localizar, perceber sua importância e barganhar benefícios diante de tamanha violência imposta a eles pelos colonizadores.

Desse modo, optaram por um realinhamento político e romper, ao menos naquele momento, o “caminho da guerra”, aceitando uma “falsa aliança” diante dos portugueses. Esta nova ação corresponde à *Redução Voluntária Mura* ocorrida em 1786 por um grupo de indígena desta nação que habitavam o baixo rio Japurá. Esta iniciativa de um pequeno grupo Mura foi o início do processo de integração destes indígenas aos núcleos coloniais. Indicando uma pretensa pacificação, os Mura conseguiram vantagens fundamentais em uma região conflituosa, sob uma lógica de guerra, com uma tradição belicosa perante as outras nações indígenas. Dentre elas, um refúgio diante da fúria Munduruku, que alcançou o território Mura a partir de 1780, inclusive sua principal aldeia no lago dos Autazes, residência oficial do seu principal Tuxaua. Ao quebrarem a linha de defesa Mura, os Munduruku os forçaram a um realinhamento de sua política, levando a “pacificação” Mura para toda a capitania do Rio Negro a partir de 1786²³⁹.

²³⁷ Sobre negociações e conflitos no universo escravista no Brasil colonial, ver: SILVA, Eduardo & REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²³⁸ ROCHA, Betilsa Soares da. *A desconstrução da imagem do povo Mura pela perspectiva da crítica pós-colonial*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016, p.34.

²³⁹ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p.73.

Mas esta pretensa pacificação não alcançou os antigos desejos dos agentes coloniais em relação aos Mura. Ambicionavam os representantes do interesse português que tais indígenas pudessem converter suas habilidades em prol do desenvolvimento do projeto colonial, em especial como mão de obra, pois é descrito pelos cronistas que esta nação não tem tradição do plantio, mas é boa para a colheita. Também eram desejosos das habilidades Mura de navegação e de seus conhecimentos sobre a intrincada rede de rios, furos e lagos da bacia amazônica. Entretanto, o que se vivenciou nas décadas seguintes do acordo feito pelos Mura da missão Maripi foi a garantia da autonomia desta etnia perante os núcleos coloniais. De acordo com as informações deixadas pela testemunha anônima em 1826, estes indígenas nunca se fixavam nos aldeamentos e nem cumpriam os acordos estabelecidos referentes à mão de obra. Constantemente evadiam-se mato adentro para não retornarem mais. Queixa-se a testemunha ocular que não se identifica, que as expertises desta nação não estão sendo bem aproveitadas para o bom desenvolvimento da província.

As ações belicosas Mura ao longo do século XVIII levando a um constante clima de instabilidade e medo aos núcleos coloniais às margens do rio Madeira e região do rio Negro, delegaram às forças da Coroa portuguesa todo um investimento orçamentário, físico, militar e diplomático para garantir um acordo com esta nação. As estratégias portuguesas foram se ajustando no decorrer da experiência construída com os indígenas. Logo de começo, início do século XVIII, as autoridades coloniais locais tentaram convencer a Coroa portuguesa da necessidade de uma guerra justa diante das pretensas atrocidades cometidas pelos Mura. Os Auto de Devassa contra esta nação foram abertos nos anos de 1738 e 1739, e condiziam a um antigo método jurídico europeu de investigação possibilitando ou não a deflagração de uma guerra justa contra os investigados. Acusavam os Mura de uma série de assassinatos, ataques e roubos contra comerciantes no rio Madeira, e por isso, uma guerra contra estes indígenas era urgente. Ao fim e ao cabo, a Coroa não endossou as acusações, feitas por meio de testemunhos arrolados de pessoas que nunca tinham estado no rio Madeira, descredibilizando o processo. O real interesse dos agentes coloniais que ambicionavam uma guerra oficial à estes indígenas partia das potencialidades econômicas do rio Madeira, sobretudo por ser uma

grande reserva para a extração de cacau. A relação com os Mura tinham feições econômicas e políticas, na medida em que eles habitavam um lugar estratégico no eixo Madeira-Guaporé²⁴⁰.

A partir dos Autos de Devassa sem sucesso, as relações entre portugueses e Mura se agudizaram ao longo do século XVIII. O avanço colonial ao Madeira de forma violenta, com escravização indígena, invasão de seus territórios, levaram aos Mura a nutrir um sentimento de ódio ao português, redirecionando sua força de ataque para os agentes da colonização, gerando muitos problemas aos núcleos coloniais, como assaltos, ataques à canoas, emboscadas, assassinatos. Também, dificultavam a introdução no interior das matas, ameaçavam estabelecimentos comerciais, aterrorizavam escravizados e trabalhadores da extração de cacau²⁴¹. A presença desta etnia era tão forte que os colonos passaram a delegar-lhe qualquer responsabilidade de má colheita, e justificativa para o não desempenho das plantações.

Sabemos que muitas tentativas de missões às margens do Madeira não foram exitosas em decorrência dos ataques Mura, como foi o caso da missão da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, fundada pelo padre Sampaio em 1725, que teve de ser transferida três anos depois para a margem esquerda na foz do rio Jamarí, novamente realocada para a foz do Ji-paramá, no sítio Canuan e, por fim, mais uma vez trasladada para o rio Pirocam, ou Paraixão, na parte direita do rio Madeira. Em 1744, ela foi rebatizada de aldeia de Trocano e, por fim, Vila de Borba, em 1756, com a política pombalina de secularização das missões em vilas civis²⁴².

A lógica de guerra Mura sofreu impactos nos idos do *Setecentos*, sobretudo a partir da segunda metade do século. Aos tradicionais inimigos de guerra, seus vizinhos os Munduruku, os Mawé, os Manaó, os Juma, os Parintintim, os Torá e os Pama, se somou outro inimigo, fortemente odiado pelos Mura, os portugueses. Interessante perceber que as batalhas interétnicas travadas no século XVIII imprimiram uma movimentação de povos indígenas

²⁴⁰ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *REVISTA DE HISTÓRIA*, Nº 168, p. 69-99, São Paulo, 2013.

²⁴¹ MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1989.

²⁴² SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da; COSTA, Angislaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio madeira durante o século XVIII. *Amazônia, Revista Antropologia (Online)* 6 (1): 110-139, 2014.

neste imenso território entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, potencializadas pelas pressões coloniais²⁴³. Os Mura, a partir da segunda metade do XVIII realizaram incursões para além do rio Madeira, alcançando os rios Solimões e Negro.

O raio de ação territorial Mura foi ampliado também em decorrência de uma característica própria desta etnia, que era a mobilidade. Sendo assim, a partir de um movimento centrífugo, estes indígenas alcançaram uma superioridade numérica, de mobilidade e de guerra, neste imenso território do interflúvio Madeira-Tapajós até 1790. Esta superioridade levou às tropas portuguesas a estabelecerem alianças com nações indígenas inimigas dos Mura, e também se aproveitando das antigas rivalidades, para que pudesse fazer uma limpeza étnica dos Mura, em especial nas margens do rio Madeira. Nesse sentido, os Munduruku e sua guerra declarada contra os Mura beneficiaram bastante aos interesses portugueses até certo momento.

A guerra declarada entre estas duas poderosas nações indígenas reconfigurou as relações estabelecidas na região até então, levando inclusive à um realinhamento da política Mura e a mudanças estruturais nas concepções de guerra para os Munduruku. Max Nogueira estabelece uma breve cronologia das ações destes povos até a guerra entre eles. Vejamos: 1768 – surgimento dos Munduruku nas narrativas coloniais; 1774 – expansão bélica Munduruku no rio Tapajós; década de 1780 – os Munduruku alcançam o rio Madeira e entram em choque direto com os Mura; 1786 – Guerra Munduruku e Mura, e primeiro acordo de paz estabelecido por estes últimos com os portugueses²⁴⁴.

Com o avanço Munduruku em território Mura, houve acirramento de ânimos entre as duas nações. A tão temida nação Mura, fortemente belicosa, com suas estratégias de guerra que impediram e/ou atrasaram o avanço das frentes coloniais em diversos momentos, teve sua linha de defesa quebrada quando sua poderosa aldeia do lago dos Autazes foi atacada e destruída pelos Munduruku. Esta aldeia era a residência oficial do principal Tuxaua Mura, e era chamada pelos portugueses de Aldeia de São José do Amatari. Como os Mura se organizavam em grupos pequenos, nômades, com autonomia entre si, eles podem apresentar algumas características em comum que os faziam se identificar enquanto pertencentes a esta

²⁴³ COSTA & SILVA, *op.cit.*, 2014.

²⁴⁴ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020.

etnia. Entretanto, estes pequenos agrupamentos autônomos depositavam prestígio na aldeia mais centralizada e onde possuía o maior quantitativo populacional, que era a dos Autazes.

Desse modo, ao terem sua linha de defesa quebrada em sua maior aldeia, levou a uma desestruturação política Mura, conduzindo um pequeno grupo a reorientar sua política e negociar um acordo de paz com as autoridades coloniais. Sob a liderança de um murificado, Ambrósio, eles acertaram a “paz” com Mathias, diretor do Lugar de Santo Antônio de Maripi ou Imaripi, no rio Jupurá. A rendição Mura pegou de surpresa as autoridades coloniais, as quais se viram despreparadas para receber um quantitativo cada vez maior de indígenas que desciam da floresta, sobretudo para a Vila de Borba. Têm-se registros que, enquanto as principais autoridades e guerreiros Mura, cerca de 300 indígenas, sendo 60 guerreiros, desciam para ajustar os acordos de paz em terras como Manacapuru, Amaná, Pioriaí e Borba, ficando suas aldeias desguarnecidas, os Munduruku aproveitaram para atacá-las, deixando um lastro de mais de 300 mortes, maioria mulheres e crianças. Consequentemente, o ódio entre Mura e Munduruku aumentou consideravelmente após estes episódios.

A guerra entre eles estava em curso, sendo incrementada pela participação Juma nos combates. É conhecimento que esta nação também nutria ódio em relação aos Mura, mas também temos ciência, a partir dos estudos de Max Nogueira, que um acordo bélico entre Juma e Munduruku seria muito improvável devido suas rivalidades históricas. Muito provavelmente, a participação Juma ocorreu com a retirada das tropas Munduruku, levando consigo as mulheres, as crianças e as cabeças-troféus, para que pudessem também atacar os Mura. O fato é que esta última nação foi duramente atacada por nações inimigas tão fortes quanto ela, levando-a a uma reconfiguração de suas ações, inclusive uma aproximação com os portugueses, dos quais nutriam um *estranho ódio*. Os combates se estendiam pela região de Tupinambarana, no curso dos rios Canumã, Abacaxis, Maraú e Maués-assu, atravessando inclusive o território Mawé.

A aproximação com as autoridades coloniais foi conduzida pelos Mura, que negociaram onde iriam aldear-se e descer, escolheriam os lugares mais interessantes em pesca e caça para fixarem-se a seu modo. Optaram por Borba, onde cerca de 1000 indígenas desceram até esta vila. Pelo despreparo colonial ao receber em um breve espaço de tempo um quantitativo grande de Mura e, o próprio protagonismo desta etnia na condução da

negociação, fez com que estes acordos se arrastassem por anos, alcançando inclusive o Império do Brasil, como registrado pelo relato das testemunhas anônimas em 1826.

As trocas de correspondência entre autoridades coloniais no ano de 1786 demonstra a tensão existente na guerra entre Mura e Munduruku. Consta na documentação que os Mura localizaram rastros da presença Munduruku no entorno de Borba, o que corrobora para a compreensão que esta segunda nação estava no encalço da primeira. No dia 21 de abril de 1786, o principal Tuxaua Mura remete ao comandante militar de Borba um Acordo de Amizade, e logo depois, chegam à vila o Principal da nação Erury e o Principal da nação Jarauary, com mais 78 indígenas de arco, 9 mulheres e 8 crianças, relatando que os Munduruku causaram morte de muitas mulheres e alguns homens²⁴⁵.

Estes relatos que chegavam às autoridades coloniais começavam a evidenciar uma das maiores preocupações do governador João Pereira Caldas que era continuar a guerra interétnica ao longo do rio Madeira, garantindo a expulsão dos Mura, tão ambicionada pelos portugueses, mas sendo estes substituídos por outra etnia tão grandiosa e belicosa quanto eles, no caso os Munduruku. O que de fato se confirmou. A máquina de guerra Munduruku estava a todo o vapor, mirando tanto aos Mura quanto aos portugueses.

5.2. A máquina de guerra Munduruku – os espartanos da Amazônia

Considerados a grande nação guerreira da Amazônia, os Munduruku ultrapassaram o raio de ação belicoso de seu território tradicional, no alto Tapajós, e alcançaram a região do Xingu e as proximidades de Belém. A expansão Munduruku os levou a serem conhecidos pelos agentes coloniais e frequentemente mencionados nas narrativas a partir de 1768. Seu caráter guerreiro levou esta nação a receber um conjunto de significados, como espartanos da Amazônia, creditado aos naturalistas alemães Martius e Spix que estiveram em contato com eles na década de 1820. Correlacionando com os antigos gregos, os viajantes europeus evidenciaram o sentido da guerra para a cultura Munduruku.

²⁴⁵ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p. 79.

Os estudos de José Sávio Leopoldi trazem para a análise o sentido ontológico da guerra para este povo. A morte do outro-inimigo implicava a vida para os Munduruku. A guerra era uma questão de vida para esta cultura. O autor compreende a guerra para nações indígenas na Amazônia do século XVIII a partir de duas abordagens, por questões ecológicas e por questões genéticas. A primeira abordagem remete à necessidade de adaptação ao ambiente natural, além da preservação do território sob o controle de uma determinada nação indígena. Também se compreende na questão ecológica a necessidade de um controle demográfico pela guerra. Quanto à segunda abordagem, Leopoldi entende a violência como fenômeno geneticamente constituído, mas construído por padrões socioculturais²⁴⁶. Nesse sentido, ele aloca a guerra para a cultura Munduruku.

A poderosa nação Munduruku cunhou sua cultura a partir da guerra. A sua vida em sociedade era toda constituída a partir do prisma guerreiro. A questão ecológica não consegue alcançar o sentido dos conflitos belicosos para esta nação. O desejo nato de guerrear destes indígenas superavam quaisquer necessidades práticas, como também a evidência de sua superioridade militar. Os Munduruku não se satisfaziam ao verem seus inimigos impotentes diante de sua máquina de guerra, nem quando estes fugiam, podendo denotar motivações pela disputa territorial. Também pareciam não serem motivados pela vingança, como foi o caso dos Tupinambá, onde foi compreendido este aspecto a partir dos estudos de Florestan Fernandes²⁴⁷.

Sávio Leopoldi nos informa que a guerra para os Munduruku não cessava com a extinção do inimigo, pois, sob uma lógica da guerra para as culturas indígenas da Amazônia, sempre haveria outros inimigos a combater. O autor é categórico em afirmar que a morte de seus rivais era condição de sobrevivência para os Munduruku, sua existência dependia da morte do outro. Desse modo, a guerra era uma condição ontológica para esta nação. Com a guerra, eles estariam sempre em busca da garantia de sua própria vida, relegando aos combates uma tarefa sem fim. Os inimigos vivos eram fundamentais para a manutenção da vida Munduruku, na medida em que esta nação precisava sempre de pessoas para terem suas cabeças cortadas, garantindo assim, a sua existência. Por isso, esta etnia realizava uma

²⁴⁶ LEOPOLDI, *op.cit.*, 2007, p. 174.

²⁴⁷ FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

verdadeira cruzada em busca de inimigos, levando-a a ultrapassar fronteiras, expandindo sua atuação em expedições de caça ao inimigo que podiam durar um ano e meio, como a exemplo da perseguição aos Mura, que se estendeu pela região de Tupinambarana, em torno dos rios Canumá, Abacaxis, Marau e Maués-açu, atravessando o território Mawé com suas hordas.

A partir do momento em que os Munduruku extrapolam seus limites territoriais em busca de guerra, condição fundamental para sua sobrevivência, eles começam a aparecer nas narrativas coloniais, sendo lidos sob adjetivos negativos e que dimensionavam o temor que eles provocavam aos moradores dos núcleos coloniais. De “nação terrível para a guerra” a “guerreiro temível”, as impressões sobre este povo vão sendo cunhadas a partir de seu caráter belicoso²⁴⁸. A testemunha anônima de 1846 ainda afirma que esta nação indígena gostava do combate e só atacavam ao inimigo na certeza da vitória na guerra. Nesse sentido, os Munduruku tinham uma autoconfiança de suas habilidades para o combate, sentimento este, resultado de anos de preparação para as batalhas.

A vida em sociedade Munduruku era toda direcionada para a guerra, por isso associação feita por Martius e Spix aos espartanos. A guerra era exercida por eles com excelência, perfeição e qualidade, sendo seus inimigos-alvo pacientemente estudados. A preparação para a guerra ia desde a fabricação do corpo até o planejamento estratégico para as expedições belicosas. Toda esta preparação servia para atender com primazia aos objetivos que levavam os Munduruku à guerra, quais sejam eles, o contato interétnico que garantia prestígio e fama de suas façanhas perante as outras nações; a caça de cabeça-troféus, elemento simbólico fundamental na cosmologia Munduruku; e rapto de mulheres e crianças para serem integrados à etnia como esposas e filhos²⁴⁹.

Considerado a maior máquina de guerra das sociedades indígenas, o corpo Munduruku era fabricado para a guerra. Meninos a partir dos seus oito anos de idade destinavam-se aos processos ritualísticos da elaboração corporal do guerreiro. Este corpo era produzido e modelado a partir da cultura de guerra Munduruku, onde envolvia tanto resistência física, como simbologias corporais que exaltavam a imagem guerreira. Estas

²⁴⁸ Anônimo, 1846 *apud* MOREIRA NETO, 1988, p.260 & BARBOSA, *op.cit.*, 1882, p.28.

²⁴⁹ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p.81.

simbologias eram retratadas por meio de pinturas corporais. Seus guerreiros distinguem-se por seu rosto pintado de preto e uma pintura no peito parecida um colar. Esta tatuagem escura que cobria o corpo do guerreiro imprimia um temor diante de seus inimigos. As pinturas tinham por finalidade tornar mais terrível o aspecto do guerreiro. O trabalho da pintura corporal é lento e complicado, que só era finalizado quando o jovem Munduruku alcançava seus vinte anos de idade. Desse modo, dos 08 aos 20 anos de idade, o jovem Munduruku é formado a partir da elaboração de seu corpo, sustentando assim, a fabricação do guerreiro. “O guerreiro Munduruku percorre durante toda a sua vida a construção do seu ser”²⁵⁰.

A fabricação do guerreiro Munduruku sustentava sua própria existência, na medida em que a guerra para esta nação era uma questão ontológica. Todo o homem era preparado para ser um guerreiro. E todo o guerreiro visava um único objetivo, alcançado pelo ataque às etnias rivais, matar seus inimigos e conseguir suas cabeças-troféus a partir de longas campanhas de guerra. A guerra para os Munduruku era minuciosamente arquitetada. Iniciava-se com o cessar da terceira estação chuvosa, pois preferiam o período seco para iniciar sua jornada de guerra. A expedição militar contava com guerreiros de várias aldeias que eram convocados para a batalha. Por ser uma cultura fortemente belicosa, os Munduruku mantinham sempre um contingente masculino preparado para o combate. Cada expedição era chefiada por dois experientes guerreiros, que faziam parte da sociedade espiritual concebida como Muchachá Anyen, e eram responsáveis pelo toque de uma trombeta, denominada Pem, que soava o sinal de ataque.

A expedição de caça aos inimigos poderia durar até um ano e meio e, em seu retorno, era comum os guerreiros chegarem a suas aldeias magros e desnutridos. De acordo com Spix e Martius, os Munduruku faziam suas incursões de dia e realizavam ataques surpresas de madrugada. Ao analisarem a aldeia alvo, marchavam em absoluto silêncio e destreza pelas trilhas deixadas por seus inimigos. Conseguiram caminhar sobre as folhas secas sem emitir nenhum ruído. Passavam a noite em observação, com a aldeia já totalmente cercada. No alvorecer, faziam o assalto sob gritos aterradores, lançando flechas de fogo às malocas e forçando a saída do inimigo de sua morada, que desnorteado tornava-se presa fácil para o ataque Munduruku. As crianças se entregavam logo, e as mulheres ainda resistiam, até serem raptadas. No ataque direto à etnia rival, os guerreiros distribuíam-se em extensas linhas,

²⁵⁰ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p. 88.

esperavam a carga de flechas inimigas, para só depois desferirem suas flechas incendiárias preparadas por suas esposas²⁵¹.

Era comum as mulheres Munduruku participarem dos combates. Seu papel na guerra era fundamental. Elas preparavam os alimentos, faziam o fogo, transportavam redes e utensílios na longa jornada da guerra. As mulheres preparavam as armas que eram utilizadas no combate, em especial, flamejando as flechas que eram lançadas para incendiar a aldeia inimiga. Estas flechas não eram nunca envenenadas. Também se lançavam na linha de combate, interceptando com destreza as flechas inimigas, colhidas no salto. Desse modo, podemos constatar o protagonismo da mulher Munduruku no principal evento realizado por sua etnia, que era a guerra. Mais a frente iremos fazer correlações da arte de combate das nações indígenas estudadas e as batalhas da Cabanagem, localizando indícios das formas de guerra indígena nas lutas cabanas, dentre elas a participação das mulheres. Por ora, vamos esmiuçar mais sobre um dos principais objetivos da fome de guerra Munduruku, a busca da cabeça-troféu.

A tradição de cortar a cabeça do inimigo e mumificá-la concedeu aos Munduruku o nome de Paiquicé, corta cabeça em língua indígena do período colonial. Esse costume tinha um significado cosmológico na cultura Munduruku, associando elementos como prestígio social, conexão espiritual e sorte para as caçadas de animais. A cabeça-troféu representava o elemento central de um conjunto de festividades e cerimônias que se estendiam por três estações chuvosas, durando aproximadamente cinco anos. Denominada de festas de guerra, ou Pariau-á, à cabeça-troféu associava-se poderes mágicos relacionados a elementos indispensáveis para a própria sobrevivência da etnia que se relacionava com o bem-estar e a permanência da comunidade naquele território, possibilitando uma boa caçada ou uma farta colheita.

Os guerreiros utilizavam uma lâmina feita de bambu, muito afiada, para cortar o pescoço e a vértebra do tronco. Logo em seguida retiravam os músculos inteiros, miolos, os olhos e a língua, e iniciavam o processo de mumificação de forma vegetal, ou seja, a partir da exposição continuada da cabeça à fumaça de óleo de copaíba fervente. Após a defumação, a

²⁵¹ SANTOS, Sandra Ferreira dos; SALLES, Adilson Dias; SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; NASCIMENTO, Fátima Regina. Os Munduruku e as “cabeças-troféu”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 365-380, 2007.

cabeça é lavada em banho de azeite de urucu, sendo o crânio preenchido com algodão e no lugar dos olhos era colocada resina. Decoravam o resto da cabeça com dentes de animais implantados na boca e enfeite de penas na cabeça. Estava finalizado o processo de criação da cabeça-troféu Munduruku.

Esse primeiro momento do ritual determina a consagração do guerreiro. Aos guerreiros que conseguiam sua cabeça-troféu destinavam-se os títulos de “dono da cabeça” ou “mães do troféu”, devendo zelar pela cabeça mumificada até o final do ritual. Nos períodos de caça e pesca coletiva, recebiam o nome de “mãe da queixada”, devendo empunhar suas cabeça-troféus na lança de guerra (Pariuá-á-renapé, cabeça na lança). O guerreiro dono da cabeça deveria seguir na abstinência sexual, não podia caçar e sua esposa não podia cozinhar. O dono da cabeça assumia prestígio e glória e era o maior status social na comunidade, era o feito máximo de todo o guerreiro Munduruku.

Os guerreiros donos de cabeça recebiam novo status hierárquico dentro da sociedade Munduruku, ficando apenas um degrau abaixo da sociedade Muchachá Anyen, panteão dos nobres guerreiros. A movimentação hierárquica desta nação seguia a lógica do maior quantitativo de cabeça-troféu adquirida na vida do guerreiro, quanto mais cabeças cortadas, mais possibilidades de pleitear um cargo melhor na estrutura social e hierarquizada Munduruku.

O ritual de consagração do guerreiro era momento de pactuar alianças na diplomacia Munduruku, quando se reuniam com seus aliados e convidavam amigos de várias aldeias, fortalecendo assim, as alianças políticas e os laços de parentesco. O segundo momento da cerimônia Pariua-á era o ritual Pariuaté-ran, quando o Tuxaua Munduruku preparava uma cinta de algodão com os dentes do inimigo, que era entregue à viúva do guerreiro morto. Os guerreiros feridos recebiam os mesmos direitos e honrarias de herói.

Decorridos os cinco anos e terminado o ritual, o possuidor do Pariua-á perde seus privilégios, finalizando assim, a festa. A cabeça-troféu perde seu valor simbólico. O prestígio só continuaria para quem recebeu a faixa, cinta, com os dentes do inimigo. Para esta pessoa, o prestígio é vitalício. Observemos assim que, a guerra Munduruku, e todos os rituais trazidos com ela, resumia-se em ciclos, elevando à cabeça-troféu como um elemento conector entre guerra, religião e caça. Este elemento conector exercia influência espiritual, garantindo assim,

o êxito nas caçadas de animais e pescaria. Como fio condutor das práticas guerreiras Munduruku, o interesse por novas cabeças nunca cessava. Nesse sentido, a guerra adquiria uma linha de continuidade sempre existente, garantindo assim a sobrevivência da etnia. Terminado o ciclo de cinco anos, novas expedições guerreiras eram planejadas para a aquisição de mais cabeça-troféus.

A busca por novas guerras fez com que as expedições bélicas Munduruku extrapolassem fronteiras, tanto territoriais quanto políticas, alcançando os limites do projeto colonial. Até o momento deste encontro bélico entre Munduruku e portugueses, na década de 1770, os colonizadores, cientes da lógica de guerra que se baseavam as culturas indígenas locais, aproveitaram-se das guerras interétnicas, beneficiando-se da limpeza étnica de áreas cobiçadas pelos lusitanos, a exemplo do rio Madeira e sua produção de cacau, dominado pelos Mura, empecilhos aos interesses coloniais na região.

De fato, a guerra implacável entre Munduruku e Mura levou estes últimos a repensarem sua política externa e negociarem um acordo de paz com os portugueses, em 1786. Após a derrota Mura diante da grande guerra contra os Munduruku, estes passaram a girar sua máquina de guerra na caça de outras etnias como os Parintitim, Juma e Arara, ocupando a região de Tupinambarana, batalhas que se estenderam até início do século XIX, ao ponto do padre Manuel Aires de Casal intitular a região de Mundukurânea, em 1817. A necessidade vital pela morte do outro levou os Munduruku a exterminarem ou causarem uma forte depopulação em várias etnias indígenas de 1768 ao final do século XVIII²⁵².

Quando findam as acirradas batalhas entre Munduruku e Mura ao longo do rio Madeira, o receio externalizado pelo governador do Rio Negro João Pereira Caldas, de a guerra no curso do rio Madeira continuar saindo os Mura e entrando os Munduruku se confirmou. Quando a máquina de guerra Munduruku se espalhou pela capitania, dirigindo-se para Belém e Fortaleza da Barra do Rio Negro, o discurso colonial mudou. Os ataques dos Munduruku aos núcleos coloniais se estendem num enorme raio de ação, levando temor às vilas e povoados da região, e preocupação das autoridades da Capitania, pela ligeireza de expansão territorial do poder bélico dos *espartanos* da Amazônia. Para dimensionar este poder expansionista, em 1786 seus ataques alcançaram as proximidades de Belém e

²⁵² NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p. 96.

liquidaram o povoado de Portel, no Marajó. Ainda no último quartel do XVIII, tem-se notícia de ataques Munduruku aos povoados dos rios Tapajós, Madeira, até o rio Tocantins, demonstrando suas habilidades de navegação permitindo assim, uma rápida locomoção fluvial.

Na verdade, desde 1770, os Munduruku já haviam demonstrado seu poderio bélico aos colonizadores. Este ano data uma série de ataques aos povoados no rio Tapajós. Em 1773, os Munduruku atacaram a Fortaleza de Santarém, porém, sem êxito. Em 1793, lançam mão de arrojadas campanhas guerreiras, com ataques simultâneos e coordenados contra núcleos coloniais nos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Pacajás, Jacundá, Tocantins, alcançando as cabeceiras do rio Moju, quando atacaram além de Portel, Melgaço e Oeiras. Podemos observar as ações guerreiras Munduruku bastante dinamizadas nas décadas finais do século XVIII, inclusive atacando diversas vilas, cidades e colônias luso-brasileiras a partir de 1790.

Até então, os colonizadores estimulavam as ações bélicas Munduruku, pois lhes poupava investimento e esforços para eliminar os Mura de seus caminhos ao longo do rio Madeira, em especial nas redondezas da vila de Borba. Mas quando os Munduruku partiram para a agressão aos brancos, tanto por eles terem acolhido seus inimigos quanto pela própria fúria ontológica para com o outro, os luso-brasileiros passaram a sentir os impactos nefastos das ações de guerra dos espartanos da Amazônia. Tanto é que o teor das correspondências trocadas neste período entre autoridades locais girava em torno de sentimentos de pavor, medo, angústia, desespero e impotência. O raio de ação guerreira desta etnia gerou situações de mortes, desespero de possíveis invasões, pessoas sitiadas em suas casas e vilas isoladas²⁵³.

Esse cenário levou a um esforço da política colonial na tentativa de conter a expansão bélica Munduruku. A princípio, tentaram fazer frente pela guerra. Na década de 1790, o governador da capitania, Francisco de Souza Coutinho ordenou que enviasse um significativo contingente de tropas coloniais com aproximadamente 500 soldados. Entretanto, o que podemos perceber é que o êxito para frear o avanço bélico Munduruku não seria da mesma forma, e sim a partir de acordos diplomáticos, negociação e não guerra.

O dilema em escolher de qual forma iria conduzir o estreitamento com os Munduruku gerou desacordos entre as principais autoridades da região, o governador do

²⁵³ NOGUEIRA, *op.cit.*, 2020, p.98.

Grão-Pará, Souza Coutinho, e o governador do Rio Negro, Lobo d'Almada. As farpas percebidas nas correspondências trocadas entre as duas autoridades tratavam sobre providências que deveriam ser tomadas para conter o avanço Munduruku, sobretudo no entorno da vila de Borba, como foi categórica e ríspida a cobrança feita do Souza Coutinho à Lobo d'Almada por ordem remetida em 29 de agosto de 1793. De acordo com as pesquisas de Max Nogueira, o governador do Rio Negro inclinava para uma negociação a partir de acordos de paz, já para a autoridade do Grão-Pará, as tropas provinciais deveriam fazer guerra contra a nação indígena. Pelo que constatamos, a estratégia exitosa foi a conduzida por Lobo d'Almada e, em meados de 1795, foi selado o acordo de paz entre portugueses e Munduruku.

Quando acordados pela negociação entre Munduruku e os portugueses, os indígenas desta nação começaram a descer de suas aldeias, formando assim, vários aldeamentos como os de Tupinambarana, Canumã e Maués, ao norte da Mundurucânea, a partir de ajuntamentos com os índios Mawé. Também se estabeleceram em núcleos coloniais ao longo do rio Tapajós, em povoados como os de Curi, Santa Cruz e Uxituba. Mesmo intensificando os descimentos Munduruku, estes indígenas conseguiram, assim como os Mura, manter uma relativa autonomia diante do projeto colonial, garantindo a manutenção de algumas práticas culturais fundamentais de sua cosmologia, a exemplo da perseguição às cabeças-troféus, sob a autorização dos portugueses. Isso demonstra que a política de negociação e paz estabelecida com os Munduruku se deu pelo reconhecimento dos portugueses ao poderio militar e estratégico desta nação indígena e que, caso não conseguissem este tão necessário estreitamento, muitos obstáculos eles provocariam ao avanço do processo colonizador.

Após o acordo de paz, os Munduruku passaram a incorporar tropas luso-brasileiras na caçada às nações indígenas que ainda imprimiam barreiras às frentes coloniais, levando à redução e descimento de várias etnias. No século XIX, os Munduruku, numa política de barganha de privilégios e prestígio, adaptaram sua máquina de guerra, incorporando atitudes mercenárias a elas. Até meados do século XIX, era comum guerreiros Munduruku acompanharem tropas de soldados para atacar e destruir aldeias indígenas hostis, assim como quilombos e mocambos de negros fugidos.

Sob o conceito utilizado por Ferguson e Whitehead²⁵⁴ denominado *ethnic soldiering*, ou seja, soldado étnico podemos fundamentar teoricamente um fenômeno tão vivenciado no avanço das frentes de colonização da América Ibérica, e da Amazônia, especificamente, qual seja a participação de povos indígenas como aliados das tropas do Estado português no avanço contra outras nações para a garantia do êxito da colonização. Com os devidos cuidados metodológicos e epistemológicos para não incorrerem no equívoco de compreender esta participação apenas de forma mecanizada e submissa, gostaríamos de demarcar que a participação de grupos indígenas como soldados étnicos pode partir e, em muitas vezes, parte, de próprios interesses ou contingências diante de situações adversas, que levam à incorporação destes sujeitos como aliados nas tropas coloniais. E este fenômeno foi vivenciado pelos Munduruku quando da sua negociação com os portugueses para o estabelecimento de acordos de paz, inclusive lutando contra os cabanos na guerra da Cabanagem, como iremos ver em capítulos mais adiante.

Por ora, iremos dar continuidade nas artes de guerra indígenas de nações que habitavam a região de interflúvio Madeira-Tapajós, ao sul do rio Amazonas. Partindo de linhas de continuidades e conexões, nos chamou a atenção o cenário construído no pós-acordo de paz entre os portugueses e os Munduruku, com a criação de várias aldeias coloniais na região de Tupinambarana, conhecida como Mundurucânea, que agregou no mesmo ajuntamento, em vários destes aldeamentos, Munduruku e Mawé.

Destacamos este novo cenário, pois é de conhecimento que estas nações indígenas, de origem Tupi, protagonizaram-se nesta região como nações inimigas e rivais. Nos chama a atenção que, ao longo do avanço das frentes de colonização, expandindo as fronteiras para o oeste da capitania, que intensificaram no século XVIII, um dos impactos mais perceptíveis foi a desestruturação étnica de muitos indígenas. Tomando por fundamento o conceito de transfiguração étnica, conseguimos localizar ainda hoje estes povos com sua autoidentificação

²⁵⁴ A concepção de soldado étnico versa sobre a incorporação de indígenas nas forças armadas do Estado colonial ou atuando em tropas em benefício dos interesses da colonização. A extensão do controle colonial sobre os soldados indígenas varia a partir de algumas realidades próprias, como políticas indígenas fortes que levavam à necessidade de alianças negociadas, unidades indígenas regulares ou grupos étnicos incorporados às tropas estatais. Os soldados étnicos eram usados, de maneira geral, para atender os interesses geopolíticos coloniais, mas, em algumas situações poderia haver o cruzamento de interesses entre o Estado colonial e determinada nação indígena. FERGUSON, Brian & WHITEHEAD, Neil (orgs). *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fe/New Mexico, School of American Research Press. 1992, p. 21-23.

étnica. Mas, muito foi alterado com o avanço e a consolidação da colonização sobre os territórios destes povos originários.

Vimos que com o avanço da expedição bélica dos Munduruku na caça aos Mura, eles chegaram a atravessar o território Mawé nas proximidades da Ilha de Tupinambarana, às margens do antigo rio Luzéa. Como veremos nos capítulos sobre a guerra cabana dos sertões, este rio foi um forte reduto “rebelde”, congregando os últimos focos de resistência cabana na região e compondo um dos pontos do *Quadrilátero Cabano*. Desse modo, elevamos a nação Mawé a lugar de destaque nesta tese, conjuntamente aos Mura e aos Munduruku que, com suas formas de guerrear, cunharam as *Cabanagens* indígenas na Amazônia.

5.3. A guerra Mawé quando necessária – povos pacíficos e seus encontros sangrentos

Falar da guerra Mawé não é missão muito fácil se comparada às nações Mura e Munduruku, como vimos nos tópicos anteriores. Ao contrário destas duas grandes nações vizinhas, a guerra para os Mawé não adquiria um sentido vital, não exercia enquanto uma característica ontológica para este povo. De acordo com nossos estudos, a partir de pesquisas historiográficas e antropológicas, além de relatos de viajantes que percorreram a região de Tupinambarana nas décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX, podemos mensurar o espaço da guerra na cultura Mawé.

A localização deste povo em uma região estratégica, a de Tupinambarana, mais especificamente nas cabeceiras dos rios Mariacauã, Andirá, Araticum, Maué-assu, Mauémirim, Abacaxis, Canumá e dos paranás de Ramos e Urariá, foi de suma importância para fazer valer seu potencial bélico. Assim como as grandes nações que habitavam esta região, a guerra era um aspecto importante nas relações interétnicas. Os Mawé, mesmo não apresentando de forma explícita sua inclinação para a guerra, quando nela estava, não ficavam atrás de nenhum outro povo.

Como analisamos no primeiro capítulo, a vocação para o comércio, em especial do guaraná, somando com a sua localização em uma área política e economicamente estratégica, conduzia os Mawé a recorrentes choques com nações inimigas e com as frentes de colonização portuguesa. Desse modo, a cultura deste povo fundamentava-se também em todo

um preparo do guerreiro como uma identidade Mawé. A cerimônia da Tocandira, que testava força e resistência dos jovens Mawé é sintomática deste rito para a preparação do guerreiro. O jovem indígena, desde cedo era preparado para possíveis e quase certas situações de guerra, em especial contra os Munduruku e os Mura, nações vizinhas que historicamente conflitavam entre si.

Em estudos mais antigos sobre os Mawé, como por exemplo de Barbosa Rodrigues de 1882, eles são lidos como um povo guerreiro, ativo, de caráter brioso, independente e hábil para o trabalho²⁵⁵. Também foram vistos como um povo pacífico e calmo e, por outro lado, corajoso e vingativo, guerreiro quando fosse necessário²⁵⁶. Estas percepções sobre os Mawé se alinham aos relatos dos Sateré-Mawé de hoje ao rememorarem sobre seu passado. De acordo com seus relatos, os Mawé atuais se consideram um povo paciente e que gostam de uma vida tranquila, ao contrário dos “índios antigos [que] eram valentes e combatiam quando eram atacados e invadidos em seus territórios”²⁵⁷.

Ao compreendermos isso, conseguimos entender como que a questão do território Mawé perpassa de fato seus conflitos no decorrer do século XVIII e na primeira metade do XIX. Área rica em produtos da floresta, sobretudo o guaraná, que era de domínio desta nação indígena, o território Mawé também se colocava como uma região estratégica tanto geográfica, quanto politicamente. Localizada numa região central, nas proximidades dos caudalosos rios Madeira e Amazonas, as terras Mawé sofreram sobremaneira o avanço das frentes de colonização a partir de 1750, além, dos confrontos interétnicos que eram fortes e recorrentes naqueles tempos.

Na última década do XVIII e nos primeiros anos do XIX a política de expansão colonial realizou uma série de criação de missões religiosas e vilas civis no território Mawé, utilizando-se destes indígenas para habitar estes núcleos coloniais. A Missão de Tupinambarana, em 1796, a Cidade de Maués, em 1798, e a fundação de Itaituba, em 1823, são exemplos destes núcleos. Esta política de ocupação territorial adquire feições específicas de cada governo, mas sempre existiu desde o início da expansão colonial na Amazônia. E em

²⁵⁵ RODRIGUES, Barbosa João. *A emancipação dos Maués*. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Topografia de Pinheiro & C. Rio de Janeiro, 1882.

²⁵⁶ PEREIRA, Nunes. *Os índios Maués*. Edição das “Organizações Simões”. Rio de Janeiro, 1954.

²⁵⁷ UGGÉ, Henrique. *Mitologia Sateré-Maué*. Ediciones Abya – Yala - 1ª edição. Quito/Equador, 1991, p.09

suas terras, os Mawé sempre se colocaram contrários à presença lusitana, na defesa de seu território, como bem registraram os descendentes dos antigos filhos do guaraná. A rejeição Mawé se dava pela defesa territorial, mas também contra os métodos de dominação portuguesa que imprimia a este povo escravização e comércio exploratório. Dessa rejeição, um adjetivo foi acrescido pelo olhar externo e colonialista aos Mawé, o de insubordinado²⁵⁸.

Alguns episódios da história Mawé nos possibilitam dimensionar o tipo de relação estabelecida entre eles nos idos do avanço colonial. Em 1762, o então governador do Grão-Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive proibiu qualquer tipo de comércio com os Mawé como punição aos levantes e assassinatos realizados por estes indígenas, matando inclusive o diretor da aldeia²⁵⁹. Desse modo, a história do contato entre portugueses e Mawé sempre foi marcada por desconfianças por parte destes, ao ponto de percebermos como algo sintomático desta relação as mulheres desta etnia nunca terem aprendido a língua portuguesa, podendo ser visto como um ato de resistência cultural²⁶⁰.

Nesse sentido, podemos compreender práticas desta etnia que se direcionavam para a guerra. De povos habilidosos na negociação, no trato diplomático com o outro, características adquiridas por sua vocação comercial, os Mawé, em torno da defesa e segurança de seu território, direcionavam seu potencial bélico e toda a sua força e resistência construídas em seus processos de iniciação dos mais jovens, quando estes são adestrados desde crianças ao manuseio do arco e da flecha, utilizando-se de uma pequena flecha denominada hauéri²⁶¹. Os Mawé fabricavam seus arcos e flechas para a guerra, a caça e a pesca, assim como eram habilidosos na arte da navegação, construindo suas próprias canoas, as Iará, com excelentes madeiras para a construção naval coletadas nas matas do alto rio Andirá. A velocidade com que se locomovem destinou a eles a alcunha de grandes andarilhos, alcançando com incrível resistência expressivas distâncias. Esta característica levou os Mawé a serem conhecidos como indígenas fortemente inclinados às deserções. A fuga era uma forma muito utilizada de resistência indígena na Amazônia.

²⁵⁸ TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. Estudo sobre a tribo Mundurucú, memória escripta e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, tomo XL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

²⁵⁹ UGGÉ, *op.cit.*, 1991.

²⁶⁰ LORENZ, *op.cit.*, 1992.

²⁶¹ PEREIRA, NUNES, *op.cit.*, 1954, p. 44.

A partir dos motivos que levavam os Mawé saírem de sua postura diplomática e entrarem na guerra, a questão da defesa territorial nos parece bastante evidenciada. E é nesse ponto que creditamos a participação efetiva desta nação nos conflitos que se agudizaram no Grão-Pará na primeira metade do século XIX. O avanço das frentes de colonização ampliando a fronteira oeste impactou em diversas formas as dinâmicas étnicas e sociais estabelecidas nesta região, em especial no que tange a invasão territorial e a perda de autonomia dos povos indígenas originários. Estes dois impactos foram sentidos pelos Mawé, primeiro porque seu território apresentava *originalidade ecológica e potencialidade econômica*²⁶², como por exemplo em madeira boa para a produção naval e o guaraná, depois por sua expertise na mobilidade, servindo-se de excelentes guias e práticos.

Desse modo, as guerras para estes povos foram alteradas no sentido de serem reconduzidas para novos alvos e adaptadas suas táticas e estratégias militares. Daí conceitos criados pela historiografia como os utilizados nesta tese para entendermos melhor o protagonismo dos povos nativos nas *guerras luso-indígenas*, sob a insígnia dos *soldados étnicos*. É nesta perspectiva que iremos abordar a participação Mura, Munduruku e Mawé nas *Cabanagens* dos sertões.

Para tanto, finalizaremos este capítulo apresentando em formato de tabela, algumas armas das guerras indígenas que foram relatadas pelas narrativas coloniais dos contatos entre viajantes, missionários, estadistas com as etnias indígenas dos sertões da Amazônia. A partir do método indiciário, tentaremos localizar o uso efetivo destas armas, estratégias e táticas indígenas nas lutas da guerra cabana em capítulos posteriores.

Quadro 02 – Armas dos grupos indígenas das duas Comarcas do Amazonas

Arma	Descrição
Tacuáras	Setas com pontas de lança, ou de ferro, ou de canainâ (cana muito rígida), arremessadas com arcos
Curabi	Setas ervadas de uerará, com pontas meio cortadas para quebrar na carne

²⁶² *Idem.*

Murucú	Lança com ponta cortada e ervada de uerari. De qualquer jeito quebra na carne do inimigo (morre em cinco minutos)
Cuidarú	Porrete de pau muito levigado e achatado, medindo 07 palmos de comprimento, 03 polegadas de grossura e 05 polegadas de largura. São mais largos na ponta e cheio de penachos no meio (como os Murucús)
Tambarána	Pau, meio achatado, de 10 palmos de comprimento, com madeira dura e pesada
Myraçanga	Pau de 10 palmos de comprido (pau pesado que não quebra de myraúa)
Crauatána	02 paus unidos com furo no meio, bem atados e breados. Despendem com violento assopro talas ervadas com asas de samaúma, usada para caçar
Escudos de couro de anta	Usados para se protegerem das tacuáras, curabis e murucús
Uerâri	Pau flexível (cipó) que se forma artificialmente o veneno. É raspado e cozido, quando se retira o extrato. É levado ao fogo novamente até obter uma consistência unguenta. À ele se juntava sumos de outros cipós e ervas venenosas, e também a Tucandryra (vespas venenosas), para potencializar o veneno

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos estudos antropológicos e historiográficos usados nesta tese²⁶³.

Assim, nos *anos cabanos*, o recrutamento indígena seja para a produção alimentar, seja para compor os efetivos militares, foi fortemente acionado, sobretudo para atender as demandas de uma sociedade em profunda crise de abastecimento, sob uma economia de guerra que deveria suprir as demandas de uma guerra cada vez mais radicalizada. O recrutamento em tempos cabanos, seguindo uma lógica há muito colocada, levava à deserção. Este movimento, inversamente proporcional que se retroalimentava, conduziu as ações e posicionamentos indígenas nos conflitos cabanos.

Numa conjuntura de crise social e desestruturação econômica, típica de uma guerra, as relações entre grupos sociais hierarquicamente dispostos costumam se agudizar. Entre pactos e negociações, estas relações passaram a valorizar uma figura fundamental surgida a partir de meados do século XVIII, o Principal, protagonizando-se nas aproximações ou

²⁶³ SPIX & MARTIUS, *op.cit.*, 1981.

distanciamentos entre as autoridades provinciais e os grupos indígenas. Como vimos em passagens anteriores desta tese, a importância do prestígio em torno de uma liderança ou autoridade não era prerrogativa apenas da cultura política da Sociedade de Corte europeia. Entre as nações indígenas, suas lideranças, Tuxaua ou Principais, assim como os principais guerreiros, eram permeados por noção de prestígio entre seu grupo. Esta noção atravessou às relações com colonização, sendo usada como importante barganha política pelos povos indígenas da Amazônia. Nesse sentido, antes de entendermos este movimento nas *Cabanagens* dos sertões, localizando a agência indígena, faz-se necessário entender o *recrutamento e deserção* em tempos cabanos.

6º CAPÍTULO

RECRUTAMENTOS E DESERÇÕES EM TEMPOS CABANOS: ENTRE A ECONOMIA DE GUERRA E A APRENDIZAGEM DE LUTA

No alvorecer do século XIX, a política colonial destinada às etnias indígenas e aos indígenas aldeados fundamentava-se nas diretrizes apresentadas pela Carta Régia de 1798. A necessidade de mão de obra do Estado Colonial, em seus derradeiros anos, levava ao recrutamento compulsório indígena que, por sua vez, se contrapunha, demarcando sua negação e questionamento a esta política, conduzindo a uma série sistemática de deserções, não somente nas empresas régias, mas também nas tropas militares e nos serviços a particulares. Entre o final do século XVIII e meados do século XIX a política colonizadora de tradição portuguesa incidiu sobre os vários povos indígenas na Amazônia, sobretudo através de quatro regulamentações basilares: o Diretório Pombalino (1750-1798), a Carta Régia de 1798 (1798-1845), a Lei das Missões e Catequese de 1845 e a Lei de Terras de 1850.

Os estudos de Beatriz Perrone Moisés, Manoela Carneiro da Cunha e John Monteiro²⁶⁴, entendem que este conjunto regulatório foi definido com ênfase em uma mudança de enfoque legal. Para estes autores, no decorrer destes regulamentos, os povos indígenas não seriam mais vistos prioritariamente como mão de obra, para (mais e mais) serem percebidos como ocupantes de terras, potencialmente colonizáveis, em sucessivos processos de expansão da produção de gado, assim como lavouras de cana de açúcar e do café. Todavia, estudos mais recentes como os de Mauro Coelho, Patrícia Sampaio e José Alves de Sousa Júnior²⁶⁵, compreendem a Amazônia como uma região onde a população indígena nunca deixou de ser tratada (prioritariamente) como mão de obra, em que pese as diferentes temporalidades dos regulamentos. Sampaio e Alves Júnior (cada qual ao seu modo) ainda avaliam que a política vinda da Carta Régia de 1798 secularizou ainda mais o uso do

²⁶⁴ MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena; PARREONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

²⁶⁵ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. – Belém: Ed.Ufpa, 2012.; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (175-1798)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005.

trabalho indígena e o militarizou, sobretudo com a criação das tropas indígenas como as Tropas de Ligeiros.

Neste contexto houve uma grande transformação tanto nos usos da mão de obra indígena, como nos enormes deslocamentos de povoações e aldeamentos que ficavam a mercê, ora de conflitos de fronteiras (com o mundo espanhol e francês), ora destinados a trabalharem em tropas e em produções nacionais, como as dos Pesqueiros Régios, Salinas, e nas Fábricas Nacionais, com a produção de óleos e madeiras²⁶⁶.

Já após o processo de independência, Manuela Carneiro da Cunha apontava a existência de um vazio legal até 1845-50. Este suposto vazio teria feito a questão indígena ficar à mercê de interesses individuais²⁶⁷. Recentemente estudos como os de André Machado e Fernanda Sposito dão conta de que, no Grão-Pará e em São Paulo, houve apenas uma ausência de leis “nacionais” ou centrais, mas existiram debates e a promulgação de uma série de regulamentações provinciais sobre a questão indígena. No âmbito da província do Pará, a questão indígena, sempre debatida nas instâncias políticas locais, girava em torno da mão de obra, sendo os índios “mãos e pés dos senhores”²⁶⁸, tanto no Grão-Pará enquanto capitania colonial, como enquanto província do Brasil Imperial.

O fato é: a extinção das Fábricas Nacionais e Pesqueiros Régios, bem como o fim das tropas regulares de milícias com a criação das Guardas Nacionais e corpos policiais municipais, redirecionaram o uso do trabalho indígena e alteraram relações sociais de modo denso e muito rápido²⁶⁹, sob a continuidade de uma política de agenciamento de mão de obra indígena a partir do recrutamento compulsório e, por conseguinte, de deserção. Assim, o binômio, inversamente proporcional, do recrutamento e da deserção, acompanhou as dinâmicas coloniais em torno da mão de obra indígena, alcançando as dinâmicas imperiais

²⁶⁶ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

²⁶⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p.133-154.

²⁶⁸ SOUZA JÚNIOR, *Op.cit.*, 2011.

²⁶⁹ MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi (Rio de Janeiro)* [online]. 2017, vol.18, n.34, pp.166-195. SPOSITO, *op.cit.*, 2012.

com as políticas indigenistas em âmbito provincial. Este binômio foi percebido por Luiz Agassiz, que juntamente à sua esposa, Elizabeth, percorreu a província do Amazonas entre os anos de 1865 e 1866. De acordo com Agassiz,

Recrutas e desertores! A associação dessas duas classes de indivíduos, como se tivessem cometido o mesmo crime!... Os agentes de recrutamento, tão maus como os antigos “press-gang” da Inglaterra, entram pelas florestas e agarram os índios onde quer que os encontrem. Todos aqueles que resistam a esses processos sumários ou que demonstrem a menor intenção de escapar-lhes são presos até a partida do vapor que os conduz a cidade do Pará, donde são mandados para o exército. A única prisão abarrotada que vi foi aquela em que estavam recolhidos os recrutas²⁷⁰. (grifos nossos)

Pelas palavras do geólogo suíço, de forma violenta e em pleno meados do XIX os “agarramentos” dos índios eram constantes, imprimindo um agravante neste contexto, a desterritorialização como prática de punição aos desertores e retirada deles de seu habitat, considerados “maus e perigosos exemplos” à região, conduzindo-os ao exército, muitas vezes para lutar em diferentes e distantes províncias. Esta prática foi muito usada pela força repressiva aos cabanos. Pela impressão do casal Agassiz, parece que ela não findou com o desfecho da Cabanagem.

O descimento de índios de dentro da floresta, muito comum em tempos coloniais para a política de povoamento dos aldeamentos e a engrenagem da economia provincial, adentrou e percorreu o século XIX. A Carta Régia de 1798, visando um incremento para superar a carestia de mão de obra, delegou à ação de particulares às práticas dos descimentos, isentando a Coroa portuguesa. Isto quer dizer que, a política de integração dos considerados índios bravios, do final do século XVIII, e seguida por quase toda a primeira metade do XIX, continuava a ser via descimentos, reservando o recrutamento compulsório aos grupos indígenas que optassem por não se reduzir ao projeto integracionista. A recomendação era que se evitasse o uso da violência, característica inata desta prática desde o início do processo colonial, algo que não foi seguido, ao dimensionarmos a quantidade de queixas relatando fugas de trabalhadores indígenas.

²⁷⁰ AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary, 1975. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 179.

A preocupação com as iminentes fugas de trabalhadores indígenas justificava-se para os particulares que custeavam estas empresas, pois o acesso à mão de obra nativa se dava por investimento de alto custo e de risco constante. Os descimentos eram empresas custosas e demoradas. Em contrapartida, o recrutamento de índios era acompanhado de um depósito por ressarcimento em caso de fugas. Neste caso, tornava-se restrito o acesso aos índios povoados por parte da maioria dos colonos²⁷¹.

Diante do exposto sobre recrutamentos na virada dos séculos XVIII para o XIX, observamos na fala de Agassiz que o destino imediato do índio recrutado se variava entre o trabalho para as empresas régias e/ou particulares e, àqueles que fugiam, ou seja, desertavam, eram direcionados à composição das tropas. A única coisa que não se variava era o caráter compulsório do recrutamento, e o desejo quase que espontâneo da fuga e, na maioria das vezes fugas-rompimentos²⁷².

A relação simbiótica entre recrutamento e deserção acompanhou praticamente os conflitos políticos e os movimentos insurrecionais²⁷³ envolvendo os diversos grupos sociais do Grão-Pará da primeira metade do século XIX, e a Cabanagem não fugiu à regra. Neste período, as rebeliões militares, ou de trabalhadores, levavam quase inevitavelmente à fuga, ou seja, ao abandono do sistema de trabalho compulsório, e a contraposição explícita ao próprio Estado Imperial e seus dispositivos legais. Em que pese suas demandas específicas, a fuga foi

²⁷¹ SAMPAIO, Patrícia. *Op.cit.*, 2012.

²⁷² Utilizamos a concepção cunhada por Eduardo Silva e João José Reis de fugas-rompimentos e fugas-reivindicatórias para compreender as relações estabelecidas no universo escravista da Bahia colonial. Apropriando-nos destas categorias de resistências construídas pelos escravizados, nos alinhamos aos autores no refutamento da ideia tradicional traçada das ações escravas entre Pai João e Zumbi, ou seja, entre a resignação e o rompimento violento com a escravidão. Silva e Reis defendem que entre estas ações extremas de se contrapor à condição de escravizado, existia alargada margem para as negociações. É nesta perspectiva que se utiliza a categoria conceitual da fuga-reivindicatória, quando o escravizado ao pretender barganhar algum benefício e/ou fazer cumprir algum acordo desfeito pelo senhor, eles empreendiam fugas temporárias, como prazo estabelecido. Mas havia situações que a ruptura definitiva com a sociedade escravista era a única alternativa, nesse caso eles fugiam com a pretensão de não retornar, eram as fugas-rompimentos. Ver: Sobre negociações e conflitos no universo escravista no Brasil colonial, ver: SILVA, Eduardo & REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁷³ Ver: NOGUEIRA, Shirley. *“A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)*. 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

também uma estratégia utilizada por negros escravizados no Grão-Pará, desdobrando-se em diversos quilombos e mocambos espalhados pelos sertões amazônicos²⁷⁴.

Nos cinco anos cabanos, de 1835 a 1840, as denúncias de fugas e deserções disputaram a atenção e a preocupação das autoridades anticabanas, com a necessidade de garantir mão de obra para prover suprimentos às tropas assim como, garantir a própria tropa com contingentes de soldados suficientes. Desse modo, as fugas eram empreendidas tanto em relação às atividades econômicas, como os Pesqueiros Nacionais, como também às tropas onde, além de desertar, era comum o soldado levar consigo armamentos, munições e embarcações, como veremos oportunamente mais à frente.

Por ora, nos interessa aqui analisar a importância da dinâmica de recrutamentos e deserções no decorrer dos conflitos cabanos, assim como a efetiva participação indígena na construção das batalhas cabanas, dinâmica essa construída sob uma lógica própria do conflito, qual seja a garantia de mãos para a produção de alimentos e a construção de embarcações, e pés para adentrar os sertões amazônicos, debelando os últimos focos de reduto cabano. Estes redutos localizavam-se na extensa área circundada pelos rios Amazonas, Tapajós e Madeira e entremeadas por centenas de tributários, furos e igarapés, e, território de dezenas de etnias indígenas, como os Mura, Mawé e Munduruku.

Sabemos que a mão de obra indígena era a base do trabalho compulsório no Grão-Pará e, por isso, os que empreendiam fugas eram estes próprios trabalhadores indígenas. A priori pode parecer óbvia esta constatação, porém é importante pontuar que as fugas dinamizaram o movimento, o que levava as forças “rebeldes” e “legalistas” a reverem estratégias e criarem mecanismos mais arranjados de manter não só os soldados em suas tropas, mas também os trabalhadores na produção de alimento. Alinhando-se aos estudos de André de Arruda Machado²⁷⁵, pautamos a grande dificuldade em que as forças anticabanas tinham em fidelizar suas tropas, num movimento de alta mobilidade de posicionamento e de lados com fronteiras muito frágeis. Uma preocupação que acompanhava os comandos

²⁷⁴ SALLES, Vicente. *O negro no Pará – sob o regime da escravidão*. – 3.ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

²⁷⁵ MACHADO, André Roberto A. *Bajo La sombra de La independência: Gran Pará, La compleja red política em La crisis Del Antiguo Régimen português*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online], Debates, posto online no dia 08 de fevereiro de 2013. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

anticabanos era justamente como armar tropas para debelar o movimento cabano sem ter a segurança que estas pessoas não iriam desertar e mudar de lado na guerra? Assim, o recrutamento era sempre acionado para a composição das tropas, sobretudo em momentos de deserção. Eis a necessidade de entender este binômio nos meandros da Cabanagem.

Outro ponto que merece destaque ao analisarmos os recrutamentos e as deserções em tempos cabanos parte da defesa sustentada por esta tese, qual seja a forte presença indígena nas batalhas cabanas nesta região, levando a se tornar o último reduto cabano e o mais difícil de ser derrotado. O recrutamento na Cabanagem não fugia a regra do histórico de recrutamentos na Amazônia desde tempos coloniais. Ao contrário do que aponta os estudos de Manuela Carneiro da Cunha²⁷⁶, o interesse do Estado Imperial brasileiro, representado pelas autoridades provinciais, mantivera-se em torno da mão de obra indígena, além da ocupação territorial. Nesse sentido, observamos um recrudescimento dos recrutamentos em tempos de comoção social, o que, conseqüentemente, levava à radicalização das ações indígenas, dentre elas o aumento das fugas.

Os recrutamentos indígenas nos anos dos conflitos cabanos visavam atender duas frentes de trabalho, a garantia da produção alimentar para suprir as tropas, especialmente com farinha e peixe seco, e a composição das tropas. No documento a seguir, observamos o interesse e a necessidade pela mão de obra indígena para o suprimento de pescadores no Pesqueiro Nacional de Faro, uma das principais fontes de pescado que supria as regiões do baixo e alto Amazonas.

Continuando-se a fazer engajamento de Trabalhadores decerto não haverá gente para o serviço do Pesqueiro Nacional, ou outros serviços públicos que se ofereceram, em vista do que me parece que se deve obstar com tais engajamentos e a continuar-se ser com condição de os Patrões os prestarem ao serviço da Nação quando sejam precisos, findo o qual voltarão a cumprir seus ajustes. Alguns indivíduos só querem engajar gente para os ter mão para

²⁷⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma História Indígena*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992; e *Política indigenista do século XIX*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p.133-154.

a salga, sem que até esse tempo os apliquem em serviço algum (...) ²⁷⁷ (grifos nossos)

As partes em destaque aludem sobre um problema crônico vivenciado pelo Grão-Pará desde tempos remotos, a sobreposição de interesses particulares aos interesses públicos. Se recuarmos tantos nos anos como nas páginas desta tese, iremos lembrar que essa questão foi tema pertinente nas preocupações e desavenças de D. Francisco de Souza Coutinho para com os Diretores das vilas. No acervo do Arquivo Ultramarino que salvaguarda as correspondências trocadas pelo governador com as autoridades do interior a ele subjugadas, é muito recorrente as queixas e cobranças sobre a penúria que muitas povoações passavam em decorrência de desvios cometidos pelos Diretores para atender seus próprios interesses, inclusive monopolizando mão de obra indígenas nas suas roças particulares.

A solicitação de mão de obra para o Pesqueiro Nacional, enfatizada acima por seu administrador Antônio Maciel Branches, urgia ao avanço da radicalização das batalhas cabanas, que levava ao endurecimento das ações anticabanas com o recrutamento de mais soldados e a necessidade de suprimento das tropas. Também urgia diante do crescente movimento de deserção de trabalhadores, como podemos observar a seguir, na fala do comandante Antônio Simões da Silva Algis, sobre fuga de pescadores no Pesqueiro Nacional.

Não me tem possível apanhar os Trabalhadores desertores do serviço do Pesqueiro Nacional (...) // Depois que Jesuíno da Costa partiu desta, tive notícia que leva em seu Batelão os Índios fugidos do serviço do Pesqueiro Nacional, Boaventura, e Elizeu, dos quais tem bastante conhecimento o Administrador do Pesqueiro (...) ²⁷⁸

Analisando os dois documentos citados, podemos perceber que além da necessidade de mão de obra para as produções alimentícias locais, havia também críticas em relação a particulares, no caso os “patrões” que, em plena comoção dos conflitos cabanos, reduziam sua

²⁷⁷ *Ofício de Antônio Maciel Branches, administrador do Pesqueiro Nacional de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 11 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 129. Expedição ao Amazonas. APEP.*

²⁷⁸ *Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 137. Expedição ao Amazonas. APEP.*

participação apenas para garantir interesses próprios, como a salga do pescado. Também percebemos a crise por mantimentos, atrelada à carência de mão de obra, o que comprometia sobremaneira as ações ditas “oficiais”. E, por fim, as evidências reforçam nosso entendimento da primazia indígena no recrutamento para o trabalho compulsório, que por sua vez levava a deserção. Deserção essa que não vinha apenas dos trabalhadores, mas também dos soldados militares encarregados das tropas, como o caso de Jesuíno da Costa, citado no documento, que era capitão e comandante interino do Corpo de Policiais de Faro e, desertando, acabou levando consigo os trabalhadores indígenas do Pesqueiro Nacional.

Por meio da análise documental, deduzimos que a agência indígena na Cabanagem levou à extensão temporal do movimento, assim como deu o ritmo, especialmente fluvial, de muitas batalhas nessa região. Tal dedução se fundamenta em meus estudos anteriores sobre a Cabanagem no médio Amazonas. As pesquisas para a elaboração da minha dissertação de mestrado me levaram a compreender que na percepção das autoridades imperiais a força dos cabanos ao longo do Amazonas concentrava-se no seu maior reduto, a Fortaleza do Ecuipiranga. Mais à frente iremos analisar de forma mais pormenorizada sobre o Quartel General dos cabanos no Amazonas, por ora nos interessa perceber que ao contrário do que pensavam e verbalizavam as autoridades anticabanos, derrotar o Ecuipiranga não significava derrotar a Cabanagem nos sertões. Vimos que com a ocupação das forças imperiais neste forte refúgio cabano em 1837, muitos cabanos debelaram-se para justamente a região de interesse desta tese, a imensa área entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas. Defendemos que, ao espalharem-se por esta região, fundiram-se seus interesses com os de várias nações indígenas e estenderam os conflitos cabanos até o ano de 1841.

Voltando ao recrutamento, ao compreendermos que a mão de obra compulsoriamente recrutada no Grão-Pará era a indígena, faz-se necessário entender a dinâmica que os recrutamentos compulsórios implicaram para a radicalização dos conflitos nos sertões, em especial, em relação aos próprios povos indígenas originários dessa região, como os Mura, os Mawé e os Munduruku.

6.1. Recrutar para comer. Recrutar para lutar.

A leitura da documentação nos permitiu entender as principais atividades que eram destinadas aos trabalhadores recrutados no período da Cabanagem. Todas elas circundavam o interesse maior das forças militares da Província no auge da radicalização dos conflitos, qual seja alimentar as tropas desfalecidas e famintas, recrutando mão de obra para os Pesqueiros e Roçados Nacionais, além do recrutamento para a composição das tropas que, em muitas situações, era realizado de forma emergencial no fervor das batalhas em andamento.

É recorrente nas trocas de correspondência entre comandantes anticabanos a solicitação de ajuda com farinha e peixe-seco. A documentação lida até o momento²⁷⁹ remonta a dezenas de ofícios, que registram de pedido de socorro em enviar este alimento para suprir as tropas ao pagamento de alqueires a particulares, passando por determinações de remessas aos pontos de operações anticabanas, e de elaborar estratégias de incursões a redutos cabanos para, ou conseguir tal gênero, ou destruir plantações de inimigos, como vemos a seguir.

Esta Villa não tem mantimentos alguns, e por isso não pode dispor da força para um lugar como o proposto acrescentando que ali ficaria exposta a toda a força dos “rebeldes”, e não seria socorrida por Pauxis, o que se prova por não ter até hoje ido a prometida força atacar o Lago Grande e mesmo porque convém mais empregá-la na Comissão do Rio Tapajós para se conseguirem mantimentos.²⁸⁰

Mantimentos lê-se farinha e peixe-seco, base alimentar do Grão-Pará na primeira metade do XIX. Também era consumido o peixe fresco e, em menor escala, a carne bovina, seca ou fresca. Podemos destacar alguns pontos que nos levam a compreender a grande carestia em que se encontravam as tropas anticabanas, o que abriu um novo conjunto de ações, também utilizadas pelos cabanos, que foi a alimentação como tática de guerra.

²⁷⁹ Códices 888, 1048, 1049, 1069, 1070, 1075, 1076, 1093, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1112, 1113, 1114, 1125, salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Pará. Com exceção do código 888, todos compõem o acervo da Expedição ao Amazonas, documentação condizente a contraofensiva aos cabanos nos sertões da Amazônia.

²⁸⁰ *Ofício de Agnello Petra de Bittencourt, Comandante das Forças Expedicionárias do Amazonas ao presidente da província Francisco José Soares d'Andrea, remetido de Santarém em 31 de janeiro de 1837. Código 1052. Documento 30. APEP.*

Primeiro, a impossibilidade de dar andamento em operações por falta de mantimentos, vulnerabilizando as tropas por iminentes ataques cabanos. Segundo a conveniência trazida pela necessidade em redirecionar as operações para a região do Lago Grande, localizado no curso do rio Tapajós, para conseguirem mantimentos.

Nem sempre o deslocamento das tropas “oficiais” para conseguir comida ocorria por redirecionamento. Muitas investidas a redutos cabanos eram planejadas visando a apropriação de roças de mandioca, ou da farinha já beneficiada, e, também de peixe já salgado, como nos relata o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de Paz de Óbidos, em correspondência à Agnello Petra de Bittencourt, em 23 de dezembro de 1836. Vejamos.

(...) tenho feito uma expedição para as proximidades de Juruti contra os “rebeldes” do Aicurapá e Andezá, distrito de Tupinambarana, donde conto sacar farinhas e armamento, entretanto estou em ativo serviço por consertar muitas armas velhas aqui tem Vossa Senhoria a minha atitude e o que tenho em vista.²⁸¹ (grifo nosso)

Em outro documento, Felipe José Pereira Leal, 2º tenente da Armada Nacional Imperial, oficia à Agnello Petra de Bittencourt que “o resultado da exploração no rio Urucurituba foi de duzentos e cinquenta e oito alqueires de farinha, sendo duzentos e dezesseis do capitão Ignacio José Pereira, e quarenta e dois de diversas casas dos “rebeldes”²⁸².

Além da apropriação do roçado e do produto, havia diligência mais radicalizada visando a destruição dos instrumentos de fabrico da farinha. A destruição de fazendas era ação cabana recorrentemente relatada e repudiada pelas autoridades anticabanas. Esta tática era utilizada visando o enfraquecimento das forças inimigas, mas também pode ser lida de forma mais simbólica, como uma negação do poder de uma elite fortemente agrária, espoliativa e excludente. Quanto a este tipo de tática usada por forças anticabanas, podemos

²⁸¹ *Ofício do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de Paz de Óbidos, a Agnello Petra de Bittencourt, Capitão de Fragata e Comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 22 de dezembro de 1836. Códice 1052. Documento 32. APEP.*

²⁸² *Ofício de Felipe José Pereira Leal, 2º tenente da Armada Nacional Imperial, a Agnello Petra de Bittencourt, Capitão de Fragata e Comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, remetido de Tapajós (Santarém) em 24 de outubro de 1836. Códice 1013. Documento 110. APEP.*

destacar a fala do comandante Antônio Maciel Branches, quando em operação na região de Vila Franca relata que “o pouco tempo que a Tropa da Escuna [Rio da Prata] esteve em terra fizeram o estrago que puderam quebrando fornos de fazer farinha [que] por eles passavam (...)”²⁸³

As investidas às *roças inimigas* eram estratégias usadas por ambos os lados, ou todos os lados, se pensarmos a Cabanagem muito além de um movimento bipolarizado. Esta estratégia alcançava duas necessidades fulcrais e inversamente proporcionais das disputas em jogo na Cabanagem, que eram o fortalecimento de suas tropas com a garantia da alimentação, e o enfraquecimento das tropas inimigas com a falta dessa alimentação. Em algumas investidas anticabanas bem-sucedidas, mulheres cabanas presas eram recrutadas para o cultivo de roças de mandioca sob o olhar vigilante das tropas, como podemos ver a

Depois que desse Porto saí, só tem feito a Nação a despesa de cinco arrobas de peixe e 22 alqueires de farinha em Juruti, entrando seis de uma porção que dali ia para essa Vila, estando presentemente as Forças sustentando-se a custa dos malvados pretendendo de suas roças destinar um ponto para uma fábrica de farinha para cujo fabrico vou fazer recolher as mulheres dos mesmos.²⁸⁴ (grifo nosso)

Deste trecho citado nos permite aprofundar um pouco sobre a participação das mulheres na guerra cabana, sobretudo dos sertões. Antes de chegarmos no momento da prisão das mulheres cabanas, sendo conduzidas pelos soldados anticabanos para o fabrico da farinha, precisamos localizá-las nesta guerra. Pela leitura da documentação pude perceber que a questão de classe atravessou as posições assumidas por mulheres nos conflitos. Ao passo que verificamos situações como a mencionada na fala de Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, mulheres cabanas, indígenas como as Munduruku que sempre participaram da guerra que sua nação empreendia, em posições fundamentais para a manutenção da máquina bélica Munduruku, vimos também mulheres, viúvas de comandantes anticabanos mortos nas

²⁸³ *Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Expedição da Força Paisana do Rio Preto, a João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Santarém em 21 de junho de 1837. Códice 888. Documento 178. APEP.*

²⁸⁴ *Ofício de Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, Tenente e Comandante da Força, à Antônio Manoel Sanches de Brito, Juiz de Paz, remetido da Vila de Faro, 30 de outubro de 1836. Códice 1013. Documento 161. APEP.*

batalhas assumindo o negócio da família, participando inclusive da economia de guerra que sustentava a Cabanagem. No acervo pesquisado localizamos documentos que versam sobre pagamentos de gêneros vendidos por estas mulheres ao comando da Expedição ao Amazonas. Na historiografia, o estudo de Eliana Ramos Ferreira descortina o protagonismo feminino nesta duradoura guerra que por muito tempo foi lida somente pela perspectiva masculina²⁸⁵.

Os exemplos analisados acima demonstram uma realidade de crise de abastecimento sobre as bases de uma economia de guerra conduzida a sustentar uma guerra que só se avolumava. A economia em tempos cabanos não é assunto novo na historiografia sobre o Grão-Pará da primeira metade do século XIX. Estudos como os de Simeia Lopes²⁸⁶ e a própria documentação, tanto os ofícios trocados no furor das batalhas, como os relatórios dos presidentes de província, nos possibilitam entender o nível de desestruturação na economia local e insegurança alimentar dos paraenses no decorrer dos anos de 1835 a 1840. Reduzindo a escala de análise para o cenário de Santarém, podemos mensurar o quão nefasto foram as batalhas para a economia da província na fala de João Henrique de Matos.

Cumpre-me igualmente levar ao conhecimento de Vossa Excelência o estado de finanças em que se acham os Cofres Nacionais desta Vila, pela falta de direitos provenientes dos atrasos que obstaram o ingresso dos “rebeldes” nesta Vila, paralisando por isso os direitos dos mesmos cofres, e segundo o estado presente de oscilação é incompatível o pronto [remédio?] de tão grande mal, porque não é possível tão cedo repara o prejuízo que tem causado os “rebeldes” na Agricultura, e por consequência no Comércio; porquanto a população dos habitantes que se empregam em qualquer dos dois ramos não é possível ocuparem-se neles quando a Pátria mais deles necessita para o serviço das armas, eis aqui o mais ponderoso motivo do estado de finanças, faltando por isso os precisos meios para os provimentos de uma pronta administração.²⁸⁷

²⁸⁵ FERREIRA, Eliana Ramos. Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860). Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em História/Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

²⁸⁶ LOPES, Siméia. *Op.Cit.*

²⁸⁷ *Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d’Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. Códice 888. Documento 143. APEP.*

Para além das queixas explícitas nas palavras de João Henrique de Matos sobre os prejuízos causados pelos cabanos à agricultura e ao comércio, não apresentando meios para reerguer tais áreas já que todos os homens aptos ao trabalho estavam sendo recrutados pois que “a Pátria mais deles necessita”, queremos chamar a atenção para um aspecto bem comum em uma conjuntura de economia de guerra onde a crise e a desestruturação não atingem à todos, mesmo que a maioria não escape dela. De acordo com as palavras do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, em publicação feita no jornal Aurora Fluminense em 20 de junho de 1839, ele sugere que a guerra cabana representava ganhos a alguns setores da sociedade, capitaneados pela principal autoridade política, o General Francisco José de Souza Soares d’Andrea. Segundo o padre a morosidade do envio de suprimentos alimentícios e bélicos ocorria de forma proposital pois estava convencido que para algumas pessoas

O restabelecimento da ordem não convinha: lentamente me foram negando a munição, e alguma até falsificada, cujo termo de vistoria remetido ao presidente nada produziu, antes aumentou a indisposição a meo respeito; continuando sem pejo o roubo, e a indiferença ao bem público: o meo assassinio se pertendeo, dizendo-se, que a minha existência não convinha, porque a guerra no Amazonas devia dilatar-se por 9 anos: qual não foi o meo espanto, e desgosto á vista de um tal modo de proceder, e de intenções tão estranhas.²⁸⁸

Seguramente que precisamos problematizar e localizar a fala do padre Sanches de Brito, figura importante da derrota cabana no Ecuipiranga em julho de 1837. O trecho citado insere-se num artigo reservado ao padre para uma autodefesa. Por ter sido acusado de tramar o assassinato do presidente da província, o general Andrea, o padre Antônio arrola em 17 pontos sua atuação na repressão à Cabanagem no Amazonas. Considerando-se como o pacificador do Amazonas, a argumentação do padre em sua autodefesa é carregada de juízos de valor contra a figura de Andrea. Em que pese a intencionalidade nas palavras do padre Antônio, nos chama a atenção a acusação feita de que setores da sociedade paraense estariam lucrando com a guerra que para ele deveria durar por nove anos, algo que não é improvável de

²⁸⁸ Exposição documentada, que fez o Padre Antonio Manoel Sanches de Brito, dos seus trabalhos no Amazonas durante a Anarquia da Província do Pará. Aurora Fluminense, 20 de junho de 1839. Série Memórias, Acervo da Biblioteca Nacional. http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1839_00153.pdf

ter acontecido diante da movimentação de toda uma economia de guerra que fez algumas pessoas lucrarem, sobretudo quem abastecia as tropas da Expedição ao Amazonas.

Voltando às informações contidas na fala de João Henrique de Matos, é importante pontuar que, garantir e dinamizar os Pesqueiros, as Roças Nacionais e as Fábricas de Madeiras Nacionais eram fundamentais, além de roçados particulares de mandioca e fazendas de criação de gado, *cavalari* e *vacum*. Antigas empresas régias, estes estabelecimentos tinham sido extintos no começo da década de 1830. Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Corográfico*, mensura a importância dos pesqueiros tanto para a economia local como para o suprimento de peixes para a alimentação.

A extrema fartura de peixe, que a natureza beneficia liberaliza nos lagos, que circundam a vila, provocou o estabelecimento de um pesqueiro, que foi aprovado em Provisão do Erário datado aos 28 de julho de 1783. O lucro deste pesqueiro tendo sido dado por certa renda no princípio de janeiro do dito ano até o fim de dezembro de 1800 a Junta da Fazenda o administrou imediatamente por um homem de sua escolha do 1º de janeiro de 1801 em diante, e hoje acha-se extinto por deliberação do Supremo Congresso Nacional.²⁸⁹

O pesqueiro a que Baena se refere é o Pesqueiro Nacional de Vila Franca. Mas havia pesqueiros em outras vilas da província ricas em pescados, como o caso da Ilha Grande de Joanes e Soure, ambas no Marajó. Em sua pesquisa, Baena nos coloca a importância dos pesqueiros para a economia e a cultura alimentar local, ao descrever na década de 1820, a extinção do pesqueiro da vila de Soure e suas implicações.

Finalmente foi extinto o pesqueiro. Seja qual for o motivo que necessitou a praticar isto é indubitavelmente certo que as pescarias colantes, que hoje fazem alguns moradores das Vilas de Collares, Vigia, e Cintra não apresentam na cidade a mesma cópia de peixe seco e salmourado; e além disso elas estragam sobremaneira o peixe, porque sendo os lanços abundosos como sempre acontece, não chegam às mãos de tão poucos pescadores para preparar o peixe apanhado; salgam o que podem, e o resto dana-se nas praias e nutre as aves aquáticas que afeitas a esta desperdiçada pitação revoam continuamente em torno dos lugares em que avistam pescadores²⁹⁰.

²⁸⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.231.

²⁹⁰ BAENA, *op.cit.*, 2004, p.281.

Observamos, nas palavras de Baena, que, sem a atividade da salga realizada nos pesqueiros, era praticamente impossível a realização deste processo pelas mãos de particulares diante da significativa demanda pelo pescado, acabando por acarretar a perda deste alimento que acabava por se estragar pela falta de quem o salgasse, o que nos leva a reafirmar o peixe como base da cultura alimentar da província. O estadista português também reforça a importância da mão de obra indígena para a realização exitosa dos pesqueiros, ao pontuar que,

Só o extinto pesqueiro é que pelo seu método de empregar os indígenas podia estar sempre provido suficientemente de aruás, mestres na arte piscatória, e nela não menos capacitados de que exercendo na boca de seus uatapus atoadores os peixes atraídos pelo som destes búzios vinham logo emalhar-se nas redes por eles lançadas; qualquer outro indivíduo não pode coligir e conservar indígenas em número bastante para uma pescaria sedentária, porque nem os aruás se sujeitam a ajuste nenhum, nem os que empreendem pescarias têm meios de sustentar o número de braços precisos.²⁹¹

Os conhecimentos indígenas dos saberes dos rios, tanto na habilidade de locomoção pelos caminhos fluviais, como na sabedoria de áreas abundantes em peixes e na prática da pescaria, elevavam os indígenas a categoria fundamental para as atividades piscatórias. E assim sua mão de obra foi necessária nos delineamentos dos conflitos cabanos, sendo recorrentemente direcionada aos Pesqueiros Nacionais que canalizavam as atividades da pesca e também a salga do peixe, mecanismo fundamental para a durabilidade de um produto altamente perecível e, garantir assim, o sustento das tropas por um período mais longo de tempo. No documento a seguir podemos perceber que a lógica de recrutamento de mão de obra indígena continuou em tempos cabanos.

Com seu officio de 14 do corrente recebi os Índios para o serviço ficando lá Mathias da Silva por doente seguindo a parte que me deu o Cabo. Os 4 que faltam para completar o número de 12 deve Vossa Mercê mandar o mais breve que puder que estou agora vexado de serviço. Vá mandando com

²⁹¹ *Idem*, p.281-282.

urgência a gente para o Pesqueiro porque já ali estão parte dos Pilotos e faltam pescadores ficando Vossa Mercê certo de que não consentirei que particular algum engaje pescadores de Vila Franca sem que o Pesqueiro Nacional esteja montado: Vossa Mercê tem se esquecido de mandar para o Pesqueiro a manual que lhe recomendei para plantar-se o roçado do Pesqueiro, e essa falta vai sendo prejudicial e talvez resulte a perda do roçado. Pelo Administrador acabo de saber que ali ainda não chegou um só Pescador e é isto outra falta bastante notável porque se ali estivessem os pescadores já o Estado teria lucrado o peixe que costumam matar os pescadores chamados da porta. Espero brevemente ter parte de que ali estão os Pescadores determinados.²⁹² (grifo nosso)

Observamos que na fala do comandante da Expedição ao Amazonas era comum as vilas do interior da Comarca remeterem trabalhadores, em sua maioria indígenas, para a sua sede, no caso Santarém, e também para as empresas nacionais, como no caso, o Pesqueiro. O comandante da Expedição, dias antes a este ofício, já havia oficiado ao mesmo comandante da Vila Franca sobre a substituição de indígenas para a mão de obra no Pesqueiro. Vejamos.

Ainda não chegaram os Índios para mudar os outros que aqui estão em serviço, e esta mudança se faz necessário por que eles têm excedido o tempo de seu serviço se não puder mandar para o serviço do Pesqueiro de Vila Franca todos os Pescadores de uma vez vá mandando os que for ajuntando.²⁹³

Acreditamos que estas empresas nacionais que tinham sido extintas alguns anos anteriores à eclosão da Cabanagem, foram restabelecidos justamente em decorrência da crise de abastecimento e a necessidade de se manter a guerra vivenciada pela província em tempos de economia de guerra cabana, como nos mostra o ofício remetido pelo tenente comandante da Expedição ao Amazonas, Joaquim José Luiz de Souza à José Nunes Ribeiro, comissário pagador da Pagadoria da Expedição ao Amazonas, informando sobre o restabelecimento do

²⁹² *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas à Anselmo da Costa, Comandante de Vila Franca, remetido de Santarém em 17 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 111. Expedição ao Amazonas. APEP.*

²⁹³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas à Anselmo da Costa, Comandante de Vila Franca, remetido de Santarém em 12 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 95. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Pesqueiro Nacional de Faro²⁹⁴. O mesmo deve ter acontecido com o Pesqueiro Nacional de Vila Franca. Havia casos também de se abrirem pesqueiros em vilas que não os tinham, como a exemplo da solicitação feita por Sebastião Roque da Cunha, comandante militar interino de Alenquer ao comandante da Expedição ao Amazonas, o tenente coronel Joaquim José Luiz de Souza. Na ocasião, foi solicitado mais sal pela necessidade da instalação de um pesqueiro na vila de Serpa.²⁹⁵

A necessidade de se abrir o pesqueiro na Vila de Faro tem relação ao fato desta vila ter sido por muito tempo um reduto cabano, necessitando de constantes diligências de tropas ditas “oficiais” para debelar este reduto, e mantimentos para manter as tropas, o que levou a trocas de ofícios entre os comandantes locais e o comando geral em Santarém, como podemos conferir a seguir.

É do meu dever ponderar a Vossa Senhoria que o povo de Faro foi tudo cabano, com mui poucas [inteligível], a Vila é central e para o bom desempenho do [S.P.?] e haver algum respeito daqueles “rebeldes” apresentados as Autoridades é indispensável alguma força de fora (...).²⁹⁶

Três dias depois, Joaquim José Luiz de Souza recebe outro ofício sobre a situação da vila de Faro, agora remetido pelo juiz municipal Antônio Simões da Silva Algis, que mais tarde viria a se tornar comandante militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro. Vejamos.

Existindo neste Município indivíduos apresentados daqueles mais influentes na Cabanagem, criminosos de morte, e de outros crimes públicos, que voluntariamente cometeram nesta vila e Distrito, rogo por isso a Vossa Senhoria se digne esclarecer-me se é de minha atribuição proceder contra

²⁹⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, à José Nunes Ribeiro, Comissário Pagador da Pagadoria da Expedição ao Amazonas, remetido de Santarém em 04 de outubro de 1838. Códice 1076. Documento 174. Expedição ao Amazonas. APEP.*

²⁹⁵ *Ofício de Sebastião Roque da Cunha, Comandante Militar Interino de Alenquer à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Alenquer em 12 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 25. Expedição ao Amazonas. APEP.*

²⁹⁶ *Ofício de Silvestre José Rodrigues de Souza, Comandante Militar de Faro à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos em 18 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.*

tais delinquentes, ou se só compete ao Juiz de Paz o fazê-lo: eles, Ilustríssimo Senhor, se tornam bem perigosos neste Termo.²⁹⁷

Os documentos acima analisados trazem também a necessidade latente do cultivo de alimentos, sobretudo a mandioca. Os roçados de maniva (como também podemos denominar a mandioca) também exerciam uma importância na economia local, pois dela derivava a farinha, outra base alimentar da região. Vejamos novamente com Baena, a relevância da mandioca para a cultura alimentar dos paraenses.

Da mandioca branca ralada e socada no pilão fazem uma massa que metem em uma forma de figura circular, de coração, de meia-lua ou de estrela, e põem no forno: a isto chamam beiju-xica, e foi inventado pelas mulheres Portuguesas à semelhança das filhós de massa de trigo. Também da mesma mandioca e da chamada Tucumã fazem argolas a que dão o nome de biscoito. Da mandiocaba fazem mingau. Ao suco da mandioca apertada no tipiti temperado com água e fervido ao lume depois de tirada a tapioca dão o nome de Tucupi: o qual empregam em várias comidas. O tucupi cru é o que chama Manipueira em outras partes do Brasil, e de mortífero nesse estado. A mistura de farinha de mandioca e água fria é uma bebida, que chamam Ticuára, e que serve quando não há que comer. Da mandioca Tucumã extraem aguardente chamada de beiju.²⁹⁸

Neste trecho, o estadista português pontua a variedade de alimentos produzidos pela mandioca e que enriqueciam a cultura alimentar, conjuntamente a farinha d'água. Assim, torna-se compreensível, em tempos de conflitos, que as áreas mais atingidas da economia de guerra provincial, foram justamente os roçados de mandioca e a produção de pescado. Por isso mesmo, ambos os setores assumiram a frente no circuito de recrutamento em tempos cabanos.

A crise de abastecimento por qual passou a província em decorrência de uma economia voltada para a guerra nos conflituosos anos da Cabanagem é reforçada pelas falas

²⁹⁷ *Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Juiz Municipal de Faro à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Faro em 21 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 52. Expedição ao Amazonas. APEP.*

²⁹⁸ BAENA, *Op. Cit.*, p.63-64.

Imperais do presidente Francisco José Soares d'Andréa, quando, inflamadamente, expunha as dificuldades do interior diante dos ataques cabanos à fazendas, roçados e engenhos.

A expansão da Vila de Cameté, freguesia de Abaeté, Praça de Macapá e das Vilas e pequenos povoações do Rio Xingu, não me costa outra parte vasta Província escapasse ao furor dos malvados; assim foi destruída a maioria dos Engenhos e fazendas, dispersos ou mortos, os seus escravos consumidos os gados de criação e extinta até as sementeiras dos gêneros mais preciosos ao sustento ordinário: e a distrito aonde não deixarão vivo nem um só homem branco: e por toda a parte sente a falta da população de todas as Classes²⁹⁹.

Em que pese o discurso inflamado da principal autoridade provincial, o que o ajudou a convencer o parlamento nacional da parcial suspensão constitucional implementada no Grão-Pará, ao cruzarmos as informações obtidas na leitura da documentação, de fato as batalhas ocasionaram fortes reveses para alguns setores da economia local, pois outros setores como o da madeira, se dinamizaram na guerra cabana, como veremos em capítulo posterior. Pelo que percebemos na fala das autoridades é que o ramo da produção de farinha e da salga de peixe foram um dos mais atingidos nas incursões de cabanos e anticabanos, por ser o que supria as tropas e que, por isso mesmo, perceberam bastante atenção por parte do poder político provincial. Vejamos a fala do comandante anticabano Lourenço Justiniano da Serra Freire, ao remeter um ofício de socorro ao próprio presidente, nos idos de 1837.

[Vossa Excelência] no artigo 12 das minhas instruções, e afim de fazer expulsar os “rebeldes” das proximidades da Vila, como o tenho já conseguido por várias partes, bem como sejam das ruas Aritapera, e cabeça=donça, resultando a vantagem de terem sido mortas algumas, apripionados nove, com trinta mulheres, e crianças vinte [armas de] fogo, e uma grande porção de farinha, de cuja havia grande falta, [de criança] estarem os “rebeldes” em uma proximidade da Vila, que aos pescadores não lhes era permitido (sem grande risco) saírem mais longe[...].³⁰⁰ (grifo nosso)

²⁹⁹ Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Francisco José de Souza Soares d'Andréa aos deputados da Assembleia Provincial, em 02 de março de 1838, p. 4.

³⁰⁰ *Ofício de Lourenço Justiniano da Serra Freire, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas da Província do Pará, remetido de Santarém, em 23 de abril de 1837. CÓDICE 888, Doc. 130. APEP.*

Como podemos ver, a carestia de alimentos foi algo recorrente na Cabanagem. A urgência por comida pode ser percebida na documentação por variados tipos de solicitação e queixas encontrados nos ofícios, como a remetida por Serra Freire onde, além de deixar explícita a *grande falta* de farinha, alegava que os pescadores da vila eram impedidos pelos cabanos de exercerem suas atividades pesqueiras. Assim, falta excessiva de gêneros era expressão comum entre as queixas recebidas ou pelo comando central em Santarém ou entre os comandos das vilas e acampamentos de tropas, redirecionando operações militares para áreas ricas nesses gêneros.

(...) no entanto vou fazer desembaraçar o Rio Tapajós porque não faltam mantimentos, visto que este rio abunda de farinha e carne (...) tem sido excessiva a falta de mantimentos, tenho mandado buscar alguns em Alenquer e Monte Alegre, mas enquanto este não chega sou forçado a comprar o que por aqui aparecer para suprir a tropa de Marinha.³⁰¹ (grifo nosso)

Falta de alimentos. Compra de particulares. Suprimento das tropas. Estas três situações evidenciadas no documento remetem ao cotidiano da Cabanagem. A escassez alcançou níveis tão problemáticos que medidas como a proibição do comércio de carne e peixe chegou a ser decretada. Também a falta e a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios faziam crescer mercados clandestinos, especialmente em regiões de fronteiras como a do Pará com o Mato Grosso, o que levava a uma maior atenção por parte das autoridades provinciais. A carestia se agravava na medida do acirramento das batalhas, pois o grosso da produção passou a ser destinado ao suprimento das tropas.

Os reveses percebidos na fala do comandante anticabano Lourenço Justiniano da Serra Freire eram ocasionados tanto pelos ataques às plantações de maniva, que levava à carência de farinha, como vimos, uma das mais utilizadas estratégias de guerra por cabanos e anticabanos, mas também o intenso deslocamento de pessoas responsáveis pela produção alimentar para a composição das tropas, por meio dos recrutamentos, provocou a falta de mão de obra para estas plantações.

³⁰¹ *Ofício de Antônio Firmo Coelho, Capitão Tenente Comandante, à Frederico Mariaht, Capitão de Mar e Guerra e omandante da Fragata Naval do Pará, remetido a bordo do Patacho Januária ancorado em Santarém, em 15 de junho de 1837. Códice 1052. Documento 249. APEP.*

Em estudo pioneiro sobre o caráter campesino dos cabanos, Ana Renata Lima analisa a participação deste camponês nos conflitos compreendendo entre as diversas demandas cabanas, a luta pela terra. Além de pontuar mais uma dimensão social à Cabanagem, Lima traz para sua análise o elemento racial, ao localizar a formação do trabalho mais sistemático de indígenas na agricultura na Amazônia, fundamentando a base da produção agrícola da província do Grão-Pará.

Ana Renata Lima localizou em sua análise a participação na Cabanagem de uma espécie de “campesinato indígena” (se assim podemos compreender) na região do Acará, próxima à Belém, e que também tinha expressivo contingente escravo em seus engenhos. Em que pese as diversas diferenças entre o Acará e a região do baixo e alto Amazonas, encontramos muitas similaridades nas dinâmicas sociais construídas nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo quanto ao recrutamento de mão de obra indígena.

Interessante no estudo de Lima é a sua compreensão de elementos de continuidades e rupturas para a política de ocupação de terra e arregimentação de mão de obra entre a legislação colonial e as políticas nacionais na Amazônia. Dentre os pontos em comum, um processo de ocupação territorial bastante excludente e estratificado, o que levou a uma forte relação de dependência dos povos indígenas ao usufruto da terra. As políticas de ocupação de terras desde meados do século XVIII, de acordo com Lima, implicaram em profundas transformações aos grupos indígenas que estabeleciam outras relações com a terra que ultrapassava uma concepção utilitária, ao estabelecerem a noção de territorialidade, com relações que giravam em torno de concepções como “autonomia, solidariedade ou relações comunitárias”³⁰².

Para além da cosmovisão desses povos com a terra, a ausência de uma legislação específica sobre concessão de terras a partir de 1822, ano que marca o fim das Cartas de Sesmarias, pode ter propulsionado a participação destes indígenas nas convulsões políticas deste período. A falta de um dispositivo legal específico que contemplasse esses povos, que historicamente manuseavam essas terras, somado à constante apropriação por eles de

³⁰² LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

dispositivos legais que lhes garantiam a “liberdade” enquanto súditos e depois “cidadãos”, pode ter acarretado um elemento a mais na conturbada primeira metade do século XIX.

Assim como no Acará, o direcionamento de um contingente significativo de indígenas para se trabalhar nas fazendas sejam elas nacionais ou de particulares, e, a permanência desses indígenas nos trabalhos compulsórios era tarefa difícil para o governo provincial. Em tempos cabanos, a necessidade dessa mão de obra levava a precisão de leis e normas específicas para este tipo de trabalho. Foi o que se queixou o comandante militar de Luzia, José Coelho de Miranda Lião, ao comandante da Expedição ao Amazonas, Manoel Muniz Tavares, em 19 de janeiro de 1840, quando solicita as leis provinciais sobre o Corpo de Trabalhadores sobre o engajamento indígena para organizar a mão de obra para os serviços locais³⁰³. Obviamente que a comoção da guerra levava a um cenário cada vez mais difícil em se garantir a regulamentação da lei o que levava a uma maior probabilidade de deserção.

Deserções e levantes eram corriqueiras, o que levava a uma avalanche de queixas e pedidos de socorros por parte dos proprietários de terras. Às vésperas da eclosão do movimento cabano em Belém, uma série de levantes ocorreu nas regiões do baixo e alto Amazonas. No meio da crise política preconizada pela deposição do presidente da província, Visconde de Goiana, em agosto de 1831, muitos deportados políticos, entre eles o cônego Batista Campos, foram encaminhados às fortalezas-prisões de São José de Crato, às margens do rio Madeira, e Marabitanas, no rio Negro. No trajeto para o cumprimento de suas penas, muitos deles, inclusive Batista Campos, fugiram e refugiaram-se nas vilas destas comarcas, onde foram acolhidos e legitimados³⁰⁴. A partir deste evento, vamos observar uma atmosfera política nesta região cada vez mais conturbada, com a realização de levantes militares e de indígenas, como os ocorridos em abril de 1832 na vila da Barra, em Borba com os Mura, e Maués, com os Mawé e Munduruku.³⁰⁵

³⁰³ *Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Major Comandante Militar de Luzia, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas*, remetido de Luzia, em 19 de janeiro de 1840. Códice 1048. Documento 75. Expedição ao Amazonas. APEP.

³⁰⁴ BARRIGA, Leticia Pereira. *Ecuipiranga: O berço revolucionário no baixo amazonas (1835 – 1837)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

³⁰⁵ LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 248-249.

Várias formas foram pensadas para garantir a permanência da mão de obra indígena, dentre eles um pagamento, a jornada intervalar de trabalho, geralmente seis meses, e o estabelecimento de alianças com as lideranças indígenas. Todo este trato com os grupos indígenas foi utilizado nos anos conflituosos da Cabanagem, onde a ação de recrutamento e as deserções foram fundamentais para os avanços e os reveses das forças anticabanas e cabanas. É nesse sentido que procuraremos demonstrar e entender a participação dos grupos indígenas da zona de interstício Amazonas/Tapajós/Madeira, neste enorme *Quadrilátero Cabano*.

Ao pontuarmos anteriormente a carência e a necessidade de alimentos base da cultura alimentar paraense, observamos pela leitura atenta à documentação toda uma estratégia montada para se garantir a farinha e o peixe (ou carne) seco às tropas. Um conjunto de táticas foi colocado em prática para se alcançar roças de maniva, ou visando sua destruição, caso fosse roça inimiga, ou apropriando-se para o suprimento de sua tropa. Deslocamento de mulheres cabanas presas também é encontrado nos ofícios trocados entre autoridades anticabanas, nos possibilitando indícios tanto da participação feminina na Cabanagem, quanto da importância dessa mão de obra em tempos cabanos.³⁰⁶ No trecho documental a seguir podemos mensurar um pouco dessa necessidade. Vejamos.

Participo a Vossa Excelência que tendo-se recebido um Ofício do Encarregado dos Pescadores do lugar Maracanã dando-se parte do acontecido, de que já tinha fugido um pescador com o seu Piloto e juntamente com a montaria e seus apetrechos (...).³⁰⁷

A fala acima é do administrador do Pesqueiro Nacional de Faro, Antônio Maciel Branches, em ofício ao comandante da Expedição ao Amazonas, o tenente coronel Manoel Muniz Tavares. Ao informar sobre a fuga de pescador, Branches também nos dá outras importantes informações ao ressaltar a fuga também de um piloto e o roubo de montaria (embarcação) conjuntamente a equipamentos próprios que podem ser ou da embarcação, ou das atividades de pescaria, ambas fundamentais para as ações nos conflitos. A deserção de

³⁰⁶ Esses indícios são localizados na documentação da Cabanagem compilada em dois Anais e no acervo da Expedição ao Amazonas, ambas do Arquivo Público do Pará.

³⁰⁷ *Ofício de Antônio Maciel Branches, Administrador do Pesqueiro Nacional, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas*, remetido de Vila Franca, em 12 de dezembro de 1839. Códice 1048. Documento 27. Expedição ao Amazonas. APEP.

pilotos, assim como o roubo de embarcações, era denúncia recorrente que chegavam às autoridades anticabanas. Isso ocorria, pois, as batalhas da Cabanagem se deram nos leitos dos rios, como iremos analisar de forma pormenorizada mais à frente.

Por ora, nos interessa entender como os recrutamentos e as deserções de pescadores e agricultores, indígenas em sua maioria, conduziram as batalhas na região, direcionando as ações cabanas e anticabanas para o agenciamento de mão de obra e diligências em áreas ricas em peixe e em roçados de maniva, como podemos observar continuando a leitura do documento. Antônio Maciel Branches prossegue dizendo que

(...) a feitoria [o Pesqueiro Nacional] está para hir o fundo, e faz se preciso de huma Igarithe para conduzir o Peixe que se acha na dita feitoria, e também faz me ver que já aparece pouco peixe e agora não há lugar por de ter havido muita chuva (...) // Partecipo a Vossa Senhoria que tendo noticia que no Lago do Sale aparecia muito Peixe mandei imediatamente seis montarias para ver se assim se adiantava a Pescaria (...)³⁰⁸.

Pouco peixe. Muito peixe. Relação inversamente proporcional que retroalimentava as ações em tempos de carestia cabana. Condicionantes físicas que inviabilizavam não somente a produção de pescado, mas que delineavam táticas de ação entre cabanos e tropas provinciais. Lugar de abundância de pescado, terras próprias para a plantação, áreas de madeira boa para as montarias.³⁰⁹ Necessidades que buscavam virar afirmativas para conseguirem driblar as adversidades impostas pelas, cada vez mais, radicalizadas batalhas. Para isso, fundamental seria o conhecimento da floresta, espaço por excelência dominado pelos grupos indígenas. Nesse sentido, defendemos a agência indígena na Cabanagem, ao pautarmos nossa compreensão dos conflitos cabanos nos interstícios dos rios Amazonas/Tapajós/Madeira, grande extensão de territórios indígenas, entre eles os Mura, os Munduruku e os Mawé, e último e mais radicalizado reduto cabano. O mais difícil a ser debelado pelas forças provinciais.

³⁰⁸ *Ofício de Antônio Maciel Branches, Administrador do Pesqueiro Nacional, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Vila Franca, em 12 de dezembro de 1839. Códice 1048. Documento 27. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁰⁹ Códice 1049. Documento S/N. Expedição ao Amazonas. APEP.

Alguns dias após ter oficiado a queixa sobre a deserção do pescador, que analisamos acima, o mesmo administrador do Pesqueiro volta a denunciar novas fugas de pescadores. No dia 25 de janeiro de 1840, Antônio Maciel Branches relata a fuga de 03 pescadores e 01 piloto, utilizando-se da mesma tática de se roubar a montaria e levar consigo os apetrechos³¹⁰. Interessante perceber que parece que essas fugas não são aleatórias, ao localizarmos as mesmas ações empreendidas nelas. Parecia haver certa organização, especialmente ao se garantir a apropriação da embarcação e suas ferramentas.

Em outras frentes de deserção, como por exemplo, de soldados que fugiam de suas tropas, ou já presos por alguma acusação, escapavam das prisões, a tática de levar consigo embarcação e armamento também era percebida. O recrutamento para as tropas também seguia um caráter bem pragmático na medida em que as batalhas se agudizavam. Compor e reforçar tropas estavam na ordem do dia para cabanos e anticabanos. Quanto mais acirradas as batalhas, mais recrudescidos eram os recrutamentos. Assim como nas empresas nacionais, a documentação é farta e proporcional quanto às queixas por falta de contingentes para as tropas e a solicitação de reforços, como nos diz o comandante do ponto do Cory, Antônio Rodrigues, ao afirmar que “por oras não posso *desfunçar* praça alguma pelas razões das novidades aterradoras que por aqui correm e faltar-me homens armas para bem guarnecer as posições deste Ponto”.³¹¹

Os recrutados podiam vir de áreas mais distantes dos centros urbanos, dominadas por etnias indígenas, ou vinham de pessoas diversas que moravam nas vilas, como oficiado pelo comandante militar da vila de Faro, ao cumprir o

Ofício de Vossa Senhoria de 31 do mês passado relativamente a remessa de todos os rapazes vadios, que ou verem no meu Distrito, para servirem, como praças no Exército, e Marinha Nacional, e bem assim todos aqueles que por circunstâncias estiverem no dito caso; eu pretendo usar de toda a prudência afim de não afugentar os ditos indivíduos, e logo que efetue a remessa será esta a título de praças pedidas para o serviço dessa vila, e os que forem para

³¹⁰ *Ofício de Antônio Maciel Branches, Administrador do Pesqueiro Nacional, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Vila Franca, em 26 de janeiro de 1840. Códice 1048. Documento 87. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³¹¹ *Ofício de Antônio Rodrigues, Comandante Militar do Ponto do Cory, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido do Ponto do Cory em 08 de maio de 1838. Códice 1049. Documento S/N. Expedição ao Amazonas. APEP.*

ficar aplicados ao serviço do Exército, e Marinha irão com nota, e os que não tiverem voltarão, parece-se esta medida conveniente para se não malograr tão importante serviço ao Estado.³¹²

A necessidade por tropas levava a redobrar a atenção por parte das autoridades locais em não fazer os possíveis soldados dispersarem por outras paragens. Para esta composição, indígenas também eram constantemente solicitados, exigindo em algumas solicitações determinadas idades para ingressar no serviço da Armada Nacional, como ordenou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante militar de Gurupá, a remessa de índios com idade entre 12 e 35 anos.³¹³

O aliciamento de indígenas também foi um dispositivo utilizado para canalizar este contingente às forças anticabanas. Estreitamento nas relações com os Tuxauas e Principais era uma das estratégias mais utilizadas. Havia toda uma preocupação para atrair este público de forma mais branda, se assim podemos dizer, com atrativos como presentes e algumas regalias. Aos indígenas que caberia o recrutamento compulsório, certas características eram consideradas, como podemos mensurar no ofício de Joaquim José Luiz de Souza ao comandante militar do Alto Amazonas, Manoel Antônio Freire Taquirinha. Vejamos.

Outro sim recomendo ao referido comandante que procure entender-se com os Tuxáos da Nação Macuxi, e suas vizinhanças, e faça por adoçar a irritação em que devem estar esses Gentios pelo impolítico recrutamento que ali se fez, tanto mais agravante quanto foi mal dirigido, e mal executado essa operação. Só os Índios incômodos, e pegados em momentos oportunos, e com jeito poderão ser enviados para recrutar, e a contrário é convidar aos Gentios a se “desaverem” com os brancos, e reconhecerem seus cruéis inimigos.³¹⁴ (grifo nosso)

³¹² *Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 143. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³¹³ *Ofício de L. João Ferreira da Silva, Comandante Militar de Gurupá, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, acusando recebimento de ofício, remetido de Gurupá, em 08 de junho de 1838. Códice 1049. Documento S/N. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³¹⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Freire Taquirinha, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 15 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 188. Expedição ao Amazonas. APEP.*

As partes destacadas nos possibilitam entender a dinâmica de recrutamentos reservados aos grupos indígenas. O termo “impolítico” é uma leitura eufêmica por parte do comandante da *Expedição*. As reações dos Macuxi ante os recrutamentos e a preocupação do próprio estadista, ao ponto de enviar ofícios orientando como devem ser o agenciamento indígena, indica que estas ações se realizaram de forma bem violenta atentando contra a autonomia e a integridade física destes indígenas. O comandante reforçava ainda quais índios poderiam ser recrutados, e em momentos oportunos, àqueles que causavam *incômodos*, ou seja, aqueles que de alguma forma contrariava os interesses colonialistas do governo provincial. Estes incômodos poderiam variar em levantes indígenas, participação na própria Cabanagem com sua incorporação nas tropas cabanas. Esta incorporação se deve, em grande medida, a partir da deserção, onde estes indígenas fugiam tanto para escapar, como para lutar.

6.2. Desertar para escapar. Desertar para lutar.

Vimos que o processo histórico de arregimentação do trabalho indígena foi construído a partir do recrutamento compulsório. Deste mecanismo surgia, inevitavelmente, o ato de desertar. A fuga era uma ação inata do agente recrutado, sem a sua própria vontade, de distanciar-se da situação vexatória em que se encontrava. Estudos de Vicente Salles, na Amazônia, e de João José Reis e Eduardo Silva, na Bahia, como analisamos acima, sobre o processo de luta do negro escravizado, nos dizem que as fugas se iniciaram como ações desarticuladas, movidas por uma necessidade espontânea do cativo e que, com o tempo, a partir de um aprendizado de luta, elas passaram a refinarem-se cada vez mais, estabelecendo um conjunto de ações organizadas e altamente articuladas. Para o caso baiano, os autores apontam tipos diferentes de fugas, podendo ser provisórias ou permanentes³¹⁵.

Como a mesma lógica colonial de trabalho compulsório continuou no Grão-Pará como província de um país independente, efetivamente que as deserções se mantiveram como uma das contraposições estabelecidas pelos trabalhadores recrutados. Ao analisar o impacto das diretrizes da Carta Régia de 1798 na província do Espírito Santo, Vânia Maria Losada Moreira observou que diante de recorrentes desrespeitos e arbitrariedades por parte das

³¹⁵ Ver: SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. – 3.ed. ver. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

autoridades coloniais e depois nacionais, os índios recrutados acionavam várias ações de contraposição à situação em que estavam expostos. De acordo com a autora, “a par de sua importância no quadro social e econômico da região, esses índios souberam negociar seus interesses”³¹⁶ em petições às autoridades, movimentando-se nas brechas da lei para alcançar seus próprios interesses. Mas, quando as negociações não os levavam ao êxito de suas reivindicações, as fugas eram sempre utilizadas, o que acarretava no esvaziamento das vilas e povoados e na necessidade do Estado de ir buscar novos indígenas para o recrutamento. Ou seja, um processo que se retroalimentava.

No Grão-Pará iremos observar processo similar. Desde o início da ocupação lusitana na Amazônia, a necessidade e o interesse pelas mãos e pés indígenas se fez presente. Como o processo para a aquisição dessa mão de obra ocorria de forma compulsória, as fugas e deserções dos trabalhadores indígenas eram inevitáveis. Ao romper com Portugal, o Brasil independente construiu sua política econômica e de agenciamento para o trabalho sustentada em várias continuidades ao sistema colonial. Assim, a convocação ao trabalho compulsório permaneceu sendo as formas mais usuais de conseguir mão de obra. No Grão-Pará, o interesse pelo trabalho indígena, sobretudo em regiões mais afastadas de Belém, como o baixo e alto Amazonas, mantinha sua primazia.

Nos anos de comoção cabana, a lógica do recrutamento compulsório atingiu um maior pragmatismo. A necessidade emergente de conseguir mão de obra para as lavouras e as pescarias e, assim, garantir o precário abastecimento, especialmente para as tropas, e para a composição destas próprias tropas, fez com que esta lógica assumisse um dinamismo próprio de uma guerra. Nesse sentido, observamos na documentação um recrudescimento em arregimentar esta mão de obra. Tal recrudescimento levou a uma maior recorrência de deserções, as quais iremos analisar neste tópico e entender as dinâmicas e impactos das fugas em tempos cabanos.

Se houve um direcionamento dos recrutamentos para as atividades de produção alimentar e composição das tropas, as ações de fugas também se deram nestes espaços. Entre as empresas do Estado Imperial, os Pesqueiros Nacionais e os roçados se destacaram nas quantidades de queixas proferidas por seus comandantes. Vejamos.

³¹⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE, 2009, p.13.

Faça Vossa Senhoria diligência para que sejam presos os Índios que fugiram dos trabalhos do Estado empregados nos roçados que por conta da Nação mandei abrir no Maicá, a ver se tenho por Administração farinha para a Expedição sem apenas maior quantidade. (...)³¹⁷

A necessidade premente por farinha levou ao governo provincial a restabelecer ou criar novos roçados para o cultivo da mandioca para a sua produção. O roçado do Maicá foi um dos mais ativos em tempos da guerra. Utilizava-se fundamentalmente de mão de obra de índios. Observamos a preocupação do comandante da *Expedição* em ordenar a busca por trabalhadores indígenas fugidos o que causava grandes prejuízos na produção de farinha, base de suprimento para as tropas em operações contra os cabanos. Tanto é que, as diligências feitas contra os pontos cabanos eram concorridas com as diligências feitas para buscar e capturar trabalhadores desertores, e quando alcançados, mantê-los presos e castigados, como afirma Antônio Simões da Silva Algis, comandante militar e dos trabalhadores de Faro.

Acham-se presos no Quartel Policial desta Vila, a ordem de Vossa Senhoria os Trabalhadores constantes na parte inclusa sobre o que rogo a Vossa Senhoria me esclareça se os devo remeter a esse comando, ou puni-los a que, depois soltá-los, e a ser assim qual deve ser a qualidade do castigo e tempo. Os mais que faltam e andam desertados, tenho diligências sobre eles.³¹⁸

Na fala do comandante Algis, interessa-nos destacar a dúvida, que necessita de esclarecimentos por parte do comandante da *Expedição*, quanto ao destino dos trabalhadores desertores aprisionados. O tipo de penalidade a atos de infração na Cabanagem nos diz muito em relação ao grupo social do infrator. Por exemplo, cabanos presos e embarcados para Belém, eram considerados os mais perigosos e, em sua maioria, lideravam alguma tropa insurgente. Os que eram aprisionados e, depois de muitas chibatadas, eram reintegrados às

³¹⁷ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Ricardo Ambrósio Marques, Comandante Militar do Xingu, remetido de Santarém em 22 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 423. APEP.*

³¹⁸ *Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 29 de janeiro de 1840. Códice 1048. Documento 92. Expedição ao Amazonas. APEP.*

tropas anticabanas, não tinham tanta periculosidade às forças ditas “oficiais”. Assim, o comandante de Faro aguardava a sentença vinda de Santarém para selar o destino dos trabalhadores capturados. Sendo eles perigosos, iriam ser embarcados diretamente à sede da comarca e, caso contrário, iriam ser reintegrados aos serviços locais, sem antes sofrer uma punição.

A punição também pode nos dizer bastante quanto os traços raciais e étnicos dos cabanos e dos desertores aprisionados. Diante de indícios apontados pela documentação, podemos deduzir que a retaliação em tempos cabanos acompanhava um pensamento fortemente colonialista e escravista. Aos cabanos tapuios, indígenas, negros e caboclos, antes do encarceramento ou da reintegração ao trabalho compulsório, as chibatadas era destino certo, assim como serem enviados a Santarém presos a troncos, como nos indica o documento a seguir.

Acuso recebido o officio de Vossa Senhoria de 3 do corrente, em que me ordena faça com segurança remeter a presença de Vossa Senhoria os Índios da Companhia de Trabalhadores, Alexandre da Rocha, José Duarte – e José Inocêncio, que se acham presos a ordem de Vossa Senhoria por terem evadido do serviço do Pesqueiro Nacional, os quais envio em tronco, porque d’outra maneira não chegarão decerto, e as informações constam da nota inclusa.³¹⁹ (grifo nosso)

O rigor dos castigos parece que aumentava quando a deserção provinha das tropas militares. Assim como a penalidade em casos de fugas das atividades de produção alimentar, as chibatadas também eram utilizadas para punir os soldados desertores, porém com uma quantidade expressivamente maior como podemos ver na ordem emitida pelo comandante da *Expedição*.

Ilustríssimo Senhor. Ontem depois de meia noite foi preso nesta Vila pelo Sargento Manoel Joaquim d’Oliveira o Grumete Manoel do Rosário da Conceição desertor do Patacho Januária e fazendo dele entrega a Vossa Senhoria lhe ordeno que por essa deserção o faça castigar a bordo de seu

³¹⁹ *Officio de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 142. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Navio com trezentas chibatadas, mandando-o curar no Hospital Militar se a bordo o não poder fazer a Cirurgia.³²⁰

O rigor na punição à deserção das tropas pode ser entendido pelo furor em que se encontrava a Cabanagem. Fugir de sua obrigação enquanto soldado num momento de acirramento das batalhas e tomadas cabanas das vilas da região, era uma infração gravíssima aos olhos das forças “oficiais”. A solicitação recorrente de praças sustenta este entendimento.

Outra questão que merece destaque ao recrudescimento das punições aos soldados fugidos era porque, em boa parte das deserções, além da fuga, o soldado levava consigo armamento, munições, e até uniformes, como fez Luiz Antônio Augusto ao desertar do Ponto Militar de Luzea, em 16 de fevereiro de 1840 levando “(...) arma completa, patrona com correias, cinturão com bainha, e 20 cartuxos de mosquetaria embalados”³²¹. Se levarmos em conta a carestia de armamento e munição por qual passavam as tropas, podemos entender o endurecimento das penalidades para quem fugia e roubava artefatos bélicos.

Também destacamos na acusação de deserção feita ao soldado Luiz Antônio Augusto o ponto militar em que ele atuava, na vila de Luzea. Esta vila, como consta no relatório oficial dos presidentes de província da época, foi o último reduto cabano a ser debelado. Juntamente à Ichituba, ou Uxituba, às margens do rio Tapajós, e o rio Curuá, foram áreas de forte ação cabana, o que levava a uma “pororoca” de queixas de deserção, solicitação de suprimentos alimentares e artefatos bélicos, assim como embarcações. Talvez por isso, a expressiva quantidade de chibatadas destinadas aos desertores destes pontos, como ordenou o comandante da Expedição para

(...) castigar com duzentas chibatadas cada um aos policiais de Óbidos Antônio Bernardes e Joaquim Antônio Bernardes pela deserção que cometeram do Acampamento de Ichituba onde se achavam com sua

³²⁰ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 10 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 371. APEP.*

³²¹ *Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Major Comandante Militar de Luzea, destinatário não mencionado, remetido da Vila de Luzêa em 24 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 291. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Companhia em operações ativas contra os “rebeldes” do Rio Preto, depois do que lhe assentará praça recrutados no Batalhão de seu comando.³²²

Podemos observar que os soldados, depois de punidos, foram reintegrados às tropas, ação que se alinhava no caso da deserção de trabalhadores. Porém, havia outras formas de punição que também nos indicam o critério étnico e racial na decisão dos comandantes militares. Além dos castigos e retorno às tropas, havia os que eram encaminhados à Belém, ou enviados aos *Exércitos do Sul*, para conter a Revolução Farroupilha, como solicita o comandante da Expedição na ordem a seguir.

Para ser arquivado devolvo a Vossa Senhoria o Conselho de Disciplina do Tambor Manoel Bibiano da 2ª Companhia do Corpo Policial desta Vila que Vossa Senhoria comanda, resolvendo que por ser solteiro e ter 23 anos de idade seja transmitido digo transferido para o Patacho Januária recrutado para o Exército do Sul, visto ter desertado de seu Corpo, de cuja deserção se recolheu ontem como Vossa Senhoria comunicou em seu Ofício de hoje datado.³²³

Os critérios usados para determinar quem ficaria e seria reintegrado e quem seria enviado à província do Rio Grande Sul, num processo que podemos chamar de *desterritorialização*, ainda precisa de análise mais acurada. Por ora, podemos deduzir especificações que já apontamos aqui, como o elemento étnico-racial e o grau de periculosidade às ações das tropas militares. O que podemos afirmar categoricamente é que, os cabanos tiravam proveito das deserções para conseguirem avançar com suas investidas, como afirma Joaquim José Luiz de Souza, comandante da Expedição ao Amazonas, que “os

³²² *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força no Rio Preto, remetido de Santarém em 26 de dezembro de 1838. Códice 1075. Documento 574. APEP.*

³²³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 04 de janeiro de 1839. Códice 1075. Documento 574. APEP.*

“rebeldes” apesar de ignorantes sabem aproveitar-se das nossas deserções, e que não desprezaram as de Manaus para tirarem dela o partido que puderem”³²⁴.

Este tirar proveito pode ser entendido também quanto à incorporação de desertores nas tropas cabanas. Havia uma preocupação recorrente por parte do governo provincial quanto à necessidade de recrutar e armar uma população formada majoritariamente por tapuios e indígenas, e que elas próprias estavam submetidas a todo o tipo de vexação social e econômica. “Como organizar uma força militar destinada a reprimir os que se levantavam, se estes eram formados em sua maioria por tapuios”³²⁵ e indígenas? André de Arruda Machado sustenta que “em várias ocasiões, a chegada de “rebeldes” às vilas levava a uma deserção de muitos tapuios e o aumento do contingente de “rebeldes” armados”³²⁶. Não é à toa que a maioria dos que fugiam carregavam o máximo de armamento, munição, embarcações e tudo o que pudessem levar.

A frenética mobilidade de lados, seja por imposição via recrutamento compulsório, seja pelo advento da concessão da Anistia, ou outros possíveis motivos, levavam a diversas reincidências nos atos de desertar, o que conduzia a uma maior atenção por parte dos comandos militares, sobretudo nas regiões mais nevrálgicas das batalhas cabanas. Esta situação nos é colocada pelo próprio comandante da *Expedição*:

Ilustríssimo Senhor do Acampamento de Ichituba no Rio Preto aonde se achavam em operações ativas contra os “rebeldes” desertaram no dia 8 do corrente os policiais do Corpo do Comando de Vossa Senhoria Manoel José Costa e Alexandre Ferreira da Silva, levando cada um vinte cartuchos embalados de Adarme 17, uma pederneira com que se achavam municados e roubando mais quarenta cartuchos do mesmo Adarme Ao sargento do 2º Batalhão da Brigada. Estas praças achavam-se incorporadas ao 2º Batalhão da Brigada de Pernambuco servindo de castigo por três meses; e em seus assentos deve Vossa Senhoria fazer as competentes verbas.³²⁷

³²⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a José Antônio de Oliveira Horta, Juiz de Paz de Manaus, remetido de Santarém em 12 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 378. APEP.*

³²⁵ BARRIGA, *Op.Cit.*2014.

³²⁶ MACHADO, André. *Op.cit.*, 2013, p. 10.

³²⁷ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 28 de dezembro de 1838. Códice 1075. Documento 586. APEP.*

As deserções indígenas foram frequentemente relatadas pelos comandantes militares do interior para o comando central da Expedição em Santarém, mas também ocorria o inverso. Em ofício do dia 14 de novembro de 1838, Joaquim José Luiz de Souza informa ao comandante do Alto Amazonas a chegada de 19 indígenas fugidos. Várias diligências eram organizadas para capturarem desertores fugidos das forças armadas. Consta na documentação que foram encontrados por estas diligências um grupo de índios envolvidos com o ponto do Ecuipiranga, considerado pelas autoridades anticabanas o maior reduto cabano no Amazonas. Em embarcação conduzida pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos e uma das principais autoridades anticabanas, vários índios foram identificados como prisioneiros alcançados pelas investidas ao Ecuipiranga.³²⁸

Desse modo, conseguimos sedimentar o entendimento da efetiva participação indígena nas batalhas da Cabanagem, com diversos relatos oficiando investidas para recrutar, compulsoriamente, a mão de obra indígena para serviços do Estado e o ingresso nas tropas e diligências para capturar índios fugidos. Isso nos aponta para a agência indígena na Cabanagem, atuando em ambos os lados, de acordo com seus próprios interesses e leitura da guerra.

O cenário da guerra cabana propiciava a importância indígena nas batalhas. Regiões de fortes condicionantes naturais, a floresta impunha obstáculos e exigia estratégias para superá-los. Conhecedores natos dos recursos dos sertões, grupos indígenas como os Mura, os Munduruku e os Mawé, foram disputados por cabanos e anticabanos, e disputaram com suas demandas específicas nos meandros das lutas, construindo assim, seu protagonismo na Cabanagem.

³²⁸ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, remetido de Santarém em 05 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.*

7º CAPÍTULO

ENTRE RIOS, MATAS, MOTINS E MORTES: AS BATALHAS CABANAS DO SERTÃO AMAZÔNICO

Com grande prazer lanço a mão na pena para dar a Vossa Excelência a satisfatória notícia da completa derrota de Ecuipiranga, o maior, e mais fortalecido ponto dos facciosos, onde estavam reunidas todos os seus recursos e forças comandadas pelos principais chefes, onde tinham as últimas esperanças de salvação e onde enfim os amigos da ordem e pública tranquilidade viam um colosso ameaçador de sua existência.³²⁹

Em correspondência enviada ao presidente Andrea, João Henrique de Matos relata a derrota do maior reduto cabano do Amazonas, segundo o que consideravam as autoridades legalistas. O entusiasmo nas palavras de Matos se deu pelas dificuldades em que as tropas anticabanos tiveram em debelar o Ecuipiranga. Somadas ao efetivo reforço imprimido pelos cabanos em salvaguardar sua importante fortaleza, outros elementos merecem destaques, entre eles as condicionantes naturais da região em que o ponto se localizava.

Os cabanos do Ecuipiranga utilizavam-se dos obstáculos naturais em benefício próprio. Localizado no antigo distrito de Vila Franca, entre os rios Arapiuns (que banhava a vila), Tapajós (também conhecido na época como rio Preto) e Amazonas, o *Quartel do Ecuipiranga* encontrava-se estrategicamente centralizado, próximo das maiores cidades da região, como Santarém e Óbidos, e mantinha acesso às demais vilas da Comarca. Todo o comando das ofensivas cabanas da região era planejado neste ponto. Contribuía para seu difícil acesso a mata fechada e a sua altitude. Segundo o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, a única maneira de alcançá-lo seria pelo rio Preto (rio Tapajós), apesar de que por esse lado os cabanos montaram forte entrincheiramento, com fossos e estrepes, pois pelo Rio Amazonas era impossível devido à altitude³³⁰. A dificuldade geográfica contribuiu para sua resistência. No mapa a seguir podemos ter uma noção de sua localização.

³²⁹ *Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. Códice 888. Documento 202. APEP.*

³³⁰ *Ofício do padre Antônio Manoel Sanches de Brito a João Henriques de Matos, Tenente Coronel e Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Pauxis em 13 de Junho de 1837; Códice 888; Documento 142; APEP.*

IMAGEM 14: Localização do Ecuipiranga



Fonte: Carta topográfica e administrativa do Grão-Pará e Alto Amazonas, 1850. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.³³¹

Além dos obstáculos da mata fechada, de sua altitude e dos rios que o circundavam, os cabanos montaram vários pontos inferiores ao redor do Ecuipiranga, formando um cordão defensivo. Esses pontos, tais como, Santana, Luzea, São Vicente, São Lourenço, Lago Grande, Lago do Viado, Curuá, Maicuru, Paricatuba, Arapiri, e muitos outros, serviam para sua proteção e para a extensão de seu poderio, mantendo a comunicação com as cidades. Localizavam-se geralmente a margem de rios ou furos. Através deles, como por exemplo, o Rio Luzia, o Ecuipiranga mantinha comunicação com o Mato Grosso ³³². Serviam também como auxílio à mobilidade dos cabanos, e sua comunicação com outros grupos.

³³¹ http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=ti&rn=2&disp=card&sort=off&ss=22728641&arg=carta%20topographica%20e%20administrativa%20das%20provincias%20de%20gram%20p. Optamos por utilizar este mapa por ele nos proporcionar uma excelente visualização do Ecuipiranga, além de vilas e freguesias próximas que foram bastante disputadas entre cabanos e anticabanos como as mencionadas no corpo do texto. Mas, é importante pontuar que este mapa foi elaborado anos depois da guerra cabana, em 1850, às vésperas da comarca do Alto Amazonas se tornar província, em 1851, quando passa a ser reconhecida como Província do Amazonas, configuração administrativa inexistente nos anos cabanos, sendo o Alto Amazonas vinculado à província do Grão-Pará.

³³² *Ofício de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente Comandante, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas do Grão-Pará, remetido a Bordo do Patacho Januária em Santarém, em 06 de Julho de 1837. Códice 1052; Documento 238; APEP.*

Esta faceta dos pontos menores logo foi percebida pelas forças da repressão. Com isso, o uso de bloqueios foi expandido, considerado uma das táticas mais importantes da contraofensiva cabana, na medida em que dificultava o acesso de alimentos, armamentos e munição, assim como minava a rede de comunicação cabana, fundamental para a organização de suas tomadas, como para cooptar apoio. Esses pontos tiveram papel decisivo na contraofensiva ao Ecuipiranga, pois, assim como ajudaram a retardá-las, foi através de suas derrotas que as forças anticabanas conseguiram adentrar a fortaleza. O uso de bloqueios não era inédito nas passagens pelos caminhos fluviais amazônicos. Grupos indígenas da região há muito realizavam esta tática nos conflitos interétnicos com outros grupos indígenas, a exemplo dos Mura, reconhecidos senhores dos rios, que recorriam à esta tática para garantir seus domínios fluviais.³³³ Iremos explorar melhor o uso dos bloqueios no tópico seguinte.

A exemplo do Ecuipiranga observamos que as batalhas cabanas que se processaram no interior da província foram construídas alinhadas à agência dos recursos da floresta que condicionavam, em certa medida, os avanços e reveses das lutas. O domínio das matas era fundamental para a arquitetura das ações cabanas e as contra investidas a eles depositadas, como bem pontuou Andrea em 1839, ao advertir o Ministro de Guerra sobre uma possível vitória da rebelião pelo fato de que “os “rebeldes” conheciam bem demais o seu país”³³⁴. Esta especificidade das *Cabanagens* dos sertões deve ser destacada e analisada para se compreender esta fundamental faceta da guerra cabana.

A Cabanagem eclodiu oficialmente em Belém, capital da província. Mas foram nos sertões que as lutas, de fato, se delinearão. E os sertões amazônicos, na altura dos anos de 1830, ainda era forte reduto de diversos grupos indígenas. Nesse sentido, faz-se necessário abrir um tópico neste capítulo para compreender como as condicionantes naturais de uma região de floresta foram fundamentais para as batalhas, além de evidenciar o conhecimento dos grupos indígenas da região para as estratégias de cabanos e anticabanos.

A partir da leitura da documentação, observamos algumas condicionantes mais recorrentes na fala das autoridades anticabanas, quais sejam a *importância dos ventos* para a

³³³ PEREIRA, Márcia Leila De Castro. “*Rios De História*”: *Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

³³⁴ HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2017, p.31.

navegação; as *regiões de cachoeiras*, as quais implicavam em grandes dificuldades de acesso para chegar até os cabanos; a *mata fechada*, a qual se abria para diversos esconderijos cabanos e ponto de apoio para fugas; algumas *regiões acidentadas* geograficamente, que possibilitava obstáculos naturais para se alcançar pontos cabanos, como à exemplo o Ecuipiranga; a necessidade de *áreas próprias para o cultivo, a pescaria* (como analisamos anteriormente), e a *extração de madeira*; o *ritmo das marés* e, por fim, a soberania dos rios, lagos, furos e igarapés, *caminhos fluviais* imprescindíveis para o delineamento das lutas nos sertões.

A região amazônica apresenta características geográficas típicas de uma região estuarina. Fortemente influenciada pelas marés, os povos amazônicos tradicionalmente se acostumaram com os períodos de secas e cheias e com os ritmos das águas em suas práticas cotidianas. *Água grande, água baixa*, são expressões que até hoje condicionam a mobilidade das pessoas que moram nas grandes cidades e, sobretudo, no interior. Se essas condicionantes das águas são percebidas ainda hoje, imaginemos como elas eram fundamentais para os paraenses da primeira metade do século XIX, e foram incorporadas no andamento das batalhas cabanas.

Como vimos em análises anteriores, a província passava por uma economia de guerra elevando alimentos como farinha e peixe-seco a concepções de estratégias de guerra. Nesse sentido, garantir o deslocamento destes gêneros para as operações em curso fazia-se muito necessário. Porém, a garantia de tais remessas não se vinculava apenas pela aquisição de embarcações, mas também pelas condições climáticas e, sobretudo, das águas. Foi o que argumentou o comandante da *Expedição* ao justificar que, tendo chegado a Santarém o Patacho Abaité com alguns gêneros, ele “não pode ir a Aveiros por falta de água no rio”, garantindo a ida de alguns mantimentos nas “embarcações pequenas que puderem levar”³³⁵.

Interessante também na fala de Joaquim José Luiz de Souza é a necessidade de embarcações próprias para a hidrografia da região, entrecortada de furos, igarapés e tributários de rios. Constam na documentação da Cabanagem indícios de que as tropas Imperiais tiveram que se adequar à geografia amazônica para conseguir dar andamento às

³³⁵ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força no Rio Preto, remetido de Santarém em 22 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 156. APEP.*

suas estratégias contra os cabanos. Uma dessas adequações foi justamente o uso de embarcações apropriadas, especialmente, as montarias, ou pequenas canoas, que conseguiam facilmente adentrar os sertões pelos caminhos fluviais, o que as grandes embarcações vindas da Corte não conseguiam fazer.

O obstáculo imposto pelo ritmo das marés também inviabilizava a remessa de tropas para operações importantes das forças legalistas, como as do rio Curuá, forte reduto cabano. Novamente é importante pontuarmos as dificuldades em se arregimentar pessoas para a composição das tropas, como já analisamos, e em se garantir armamentos e munições. Assim, tornava-se fundamental o envio e a troca de soldados, para render batalhões fragilizados por doenças ou precariedades em decorrência do acirramento das batalhas, como o ocorrido em uma situação no próprio rio Curuá.

Do meio do mês passado até agora tem vindo do Curuá 95 praças doentes, algumas das quais tem falecido de sezões: isto obrigou-me a retirar a força que ali tinha para esperar que o rio vaze mais, a tropa volta a aqueles lugares. A Escuna Camarão cruzará na boca do rio e no fim do mês mandarei nova tropa.³³⁶ (grifo nosso)

Sabendo que o tempo de viagem era muito para uma embarcação à vela, somados aos reveses impostos por investidas cabanas ao longo dos rios, a promessa feita por Joaquim José Luiz de Souza que mandaria tropa em aproximadamente vinte dias, não era uma notícia tranquilizadora para as operações feitas em um forte reduto cabano como o rio Curuá. Porém, ao comandante de Monte Alegre nada poderia ser feito a não ser esperar a vazante da maré para conseguir restabelecer sua tropa.

Às embarcações a vela também eram colocados os limites do vento e das correntezas dos rios. As diligências ou envio de socorros às operações dependiam destas “permissões” da floresta. Foi o que se passou com a tentativa de enviar tropas para uma operação no Ponto de Maracanã, também bastante mencionado pelas autoridades anticabanas. De acordo com Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, tenente e comandante da Força,

³³⁶ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 12 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 283. APEP.*

(...) às 7 horas da noite suspendeu a Escuna / por então terem parado os ventos / com destino ao Ponto de Maracanã, tendo já disposta as Forças para aquela ação, fiz despedir 50 praças pelo rio Coroari a vararem pelo Chixiá para desembarcarem em casa de Bento, e fazerem o cerco do Ponto de Maracanã (...)³³⁷

A tentativa frustrada de operacionalizar a investida ao ponto de Maracanã pela falta de ventos permitiu aos cabanos deste ponto evadirem-se. No dia anterior eles tiveram notícia das tentativas de diligências anticabanas e fugiram para os matos deixando para trás seus pontos entrincheirados, restando às tropas “somente o trabalho de derrubar aquelas trincheiras” nos pontos da boca do Abaucú e Maracanã³³⁸. Por isso, o comandante militar da Expedição ao Amazonas orientava à Pedro Ivo da Silveira, ajudante de campo em Ichituba, que aproveitasse o verão para, conjuntamente à outras tropas, operassem contra os cabanos do Curuá³³⁹.

Para os matos eram os lugares que os cabanos se refugiavam. Interessante perceber que as batalhas ocorriam nas calhas dos grandes e pequenos rios. No tópico subsequente iremos pormenorizar a importância dos caminhos fluviais para a Cabanagem dos sertões. Por ora, nos interessa estabelecer uma diferença importante entre mata e margens de rios para as ações de cabanos e anticabanos. Deduzimos, por meio da documentação, que aos rios cabia a importância de um *tatame* para as lutas. Às matas, reservava-lhe o sentido de refúgio, o *correr* para se refazer, se planejar estratégias e retornar ao *ringue de batalha*. Nesse sentido, conhecer os *labirintos da floresta* fazia-se extremamente necessário em tempos de guerra cabana. Assim explica a quantidade de relatos por parte das autoridades militares de evasão para os matos dos cabanos. É o que nos diz o padre Raimundo Sanches de Brito, vigário geral de Santarém, ao prevenir à Agnelo Petra de Bitencourt, comandante das Forças Legais que

³³⁷ *Ofício de Ignácio Egidio Gonçalves dos Santos, Tenente e Comandante das Forças, a Antônio Manoel Sanches de Brito, Juiz de Paz, remetido da Vila de Faro em 30 de outubro de 1836. Códice 1013. Documento 161. APEP.*

³³⁸ *Idem.*

³³⁹ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Pedro Ivo da Silveira, Ajudante de Campo em Ichituba, remetido de Santarém em 03 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 38. APEP.*

(...) os “rebeldes” prófugos de Santarém, era o seu plano, retirarem-se para as matas até que vissem a vila em descuido, e então darem de súbito, matar o que encontrassem, e roubar, recolhendo-se outra vez para as matas, e por isso é muito necessário o entrincheiramento, e muita vigilância, enviando uma embarcação o quanto antes até Santa Cruz (...)³⁴⁰

A arquitetura das estratégias de luta movia-se do interior das matas às vilas, por parte dos cabanos e, das vilas às matas por parte das diligências anticabanas. O planejamento das ações cabanas ocorria em seus redutos localizados sertão adentro, na beirada de rios, lagos, furos e igarapés. Arquitetavam suas estratégias e colocavam em prática suas táticas de guerra visando a tomada das principais vilas. Em contraposição, as ações das tropas anticabanas eram organizadas das vilas para o interior do sertão amazônico. Isso até julho de 1837, com a derrota do Ecuipiranga.

De modo geral, a contraofensiva cabana se efetivou de fato no ano de 1837, sobretudo quando a atenção das forças anticabanas se volta para dentro da floresta, num movimento da cidade para o interior. Até então, as batalhas se davam, majoritariamente, nas vilas, com o objetivo de recuperar e/ou manter estes núcleos urbanos sob o controle, tanto de cabanos quanto de anticabanos. Com o advento do Ecuipiranga, sua força e fama levaram as estratégias de ataque das forças “oficiais” a se dirigirem para os refúgios cabanos, para os lugares onde eles se reuniam e planejavam suas ações.

Este deslocamento de ação é interessante quando pensado numa mudança de lógica da guerra. Como foi dito, as batalhas se davam geralmente em torno das vilas. Quando dominadas pelos cabanos, o conflito se dava pelo objetivo das forças do governo a reavê-las. Ou, quando objetivada pelos “rebeldes”, as forças provinciais davam o suporte aos habitantes contrários à rebelião. Desse modo, a mudança de direcionamento das batalhas, denota uma mudança na própria lógica da guerra. Esta lógica não era desconhecida da elite provincial, pois em muito se assemelhava às investidas aos mocambos que pulverizavam a região³⁴¹.

³⁴⁰ *Ofício de Raimundo Sanches de Brito, Vigário Geral de Santarém, à Agnelo Petra de Bitencourt, Comandante das Forças Legais, remetido de Pauxis (Óbidos), em 22 de outubro de 1836. Códice 1013. Documento 97. APEP.*

³⁴¹ Em *O negro no Pará*, Vicente Salles analisa a resistência do negro à escravidão, como as fugas e a constituição de quilombos, e a preocupação por parte dos senhores de escravos. Em uma citação analisada por Salles, mas não referenciada, observemos a exigência de um senhor às autoridades competentes de promoverem expedições às florestas para desmantelar os quilombos. No meio da citação, o senhor exige que a polícia “mande

Demarcando a necessidade da inversão das ações, e ponderando os desentendimentos entre si, e que em muito dificultavam suas estratégias, as autoridades anticabanas dão início a contraofensiva aos cabanos, focando suas investidas no famoso ponto do Ecuipiranga e nos núcleos menores que complementavam o poderio “rebelde” na região. E é por meio destes núcleos menores que a contraofensiva alcançou o maior reduto dos cabanos.

Com a derrota do Ecuipiranga, a guerra vivenciou uma mudança fundamental no eixo dos conflitos. O desmantelamento da *maior fortaleza cabana no Amazonas* levou a uma dispersão cabana por várias áreas da extensa região compreendida entre os rios Amazonas, Tapajós e Madeira. De uma centralização das operações cabanas em torno de seu maior reduto a uma descentralização em vários pontos espalhados por esta região, predominantemente indígena. Acreditamos que esta nova fase das lutas imprimiu um traço bem específico das batalhas ocorridas no baixo e no alto Amazonas, qual seja a participação efetiva de vários grupos indígenas e/ou de tapuios, protagonizando suas ações nos conflitos cabanos.

Transcorrendo os anos subsequentes a 1837, e acompanhando as lutas por meio da documentação, acreditamos que o entusiasmo de João Henrique de Matos ao reportar à Andrea a derrota dos cabanos na região com o desmantelamento do Ecuipiranga viria a ser frustrado pelas ações que passaram a se desenvolver cada vez mais interior adentro. De fato, o desbaratamento da fortaleza cabana levou a dispersão das ações de seus componentes e um redirecionamento das táticas realizadas pelos lados em disputa. Assim, destacamos a importância em se analisar a agência da floresta nas *Cabanagens* dos sertões.

Desse modo, conhecer bem as possibilidades e os obstáculos que a floresta podia fornecer alcançava um status necessário às batalhas mata adentro. Um desses obstáculos colocados para os lados em disputa eram as cachoeiras. Se por um lado ela implicava dificuldade de acesso às tropas inimigas, alcançá-las também não era nada fácil. Pelo que vimos nas falas das autoridades militares há certa insistência em se fazer diligências às

sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma [...]” (p.244). Para uma leitura mais aprofundada, cf. SALLES, Vicente. *O negro no Pará – sob o regime da escravidão*. – 3.ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

cachoeiras da região, sobretudo às do Curuá, para se perseguir cabanos³⁴². Esta insistência pode apontar para as dificuldades em que as tropas “oficiais” tinham em bater os cabanos nestas cachoeiras.

Tornava-se mais importante ainda a efetivação das diligências nas cachoeiras do Curuá, pois, esta região além de ser reduto dos cabanos, para ali foram direcionadas a atividade de extração de madeiras e a construção de uma Fábrica Nacional de madeira. Assim, mesmo que pesassem os limites geográficos impostos pelas corredeiras, para as forças “oficiais” a região do rio Curuá deveria ser retomada de qualquer jeito. E um dos jeitos encontrados pelos comandantes militares anticabanos foi o estreitamento das relações com indígenas e suas lideranças.

Quando nos referimos ao apoio de grupos indígenas lê-se participação efetiva desses agentes nas batalhas, lê-se ação consciente, lê-se agência indígena na Cabanagem. É evidente que se faz necessário pontuarmos as especificidades culturais de cada etnia indígena e também dos indígenas mais integrados aos núcleos urbanos provinciais, ou seja, ou tapuios. Um exemplo da necessidade de demarcar estas especificidades é a própria habilidade em áreas de cachoeiras.

Estudos de Márcia Leila de Castro Pereira³⁴³ apontam que o recurso de se adentrar áreas de cabeceiras sempre foi utilizado pelos Mura, muito antes da guerra. Longe de ser um mecanismo de fuga, os Mura acionavam estas áreas por meio de uma característica própria de sua cultura, o deslocamento. Acontece que, a partir da maior inserção colonial ao interior da Amazônia, este dispositivo cultural foi sendo canalizado aos interesses do Estado português e depois do Estado Nacional brasileiro. Em tempos cabanos, este dispositivo foi utilizado como forma de distanciamento das ações de repressão, imprimindo um sentido próprio da guerra. Assim, ousamos identificar um forte indício do protagonismo Mura nos meandros das lutas cabanas.

³⁴² Documentos 25, 38 do códice 1075. Códices 1048, 1049. Expedição ao Amazonas. APEP.

³⁴³ PEREIRA, Márcia Leila De Castro. *“Rios De História”: Guerra, Tempo E Espaço Entre Os Mura Do Baixo Madeira (AM)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

Avançando com os estudos de Pereira, alinhamos nosso entendimento acerca dos delineamentos denotados pelas disputas por território na Cabanagem. De acordo com a autora, ao demarcar três fases distintas da atuação Mura no movimento, a última foi decisiva para implicar no enfraquecimento de suas ações nos conflitos. Adentrando as regiões de cachoeiras, e o interior dos sertões, áreas de terra firme, tais indígenas passaram a perder sua hegemonia na medida em que se distanciavam dos rios e das áreas de várzeas das quais tinham primazia.

O que nos interessa a partir dos estudos de Pereira é pontuar a efetividade da participação destes sujeitos no decorrer da Cabanagem na região, ao ponto de ingressarem nas batalhas atuando tanto como cabanos como quanto nas tropas repressivas. A cultura de guerra Mura, assim como as dos Mawé e as dos Munduruku foram sentidas no desenrolar das batalhas. Não à toa, era orientação expressa aos comandantes dos acampamentos anticabanos o estreitamento com estas nações, pois que estes comandantes têm

(...) que lutar não só com cabanos, mas também com os gentios Muras, Maués e Mundurucus, ainda que estes últimos pareçam querer abraçar a causa da legalidade, e oitocentos deles com alguns dos nossos foram bater a Nação Maués situada no Rio Luzia aonde também existe um grande número de cabanos (...).³⁴⁴

Desse modo, estreitar as relações com os senhores dos rios e das matas era condição fundamental para o êxito das ações de cabanos e anticabanos. Ao fazermos uso dos termos específicos de *etnias indígenas* e *cabanos*, como se não fossem integrados à mesma condição, estamos alinhando nosso entendimento a partir da concepção Mura de não se ver como cabanos. A etnografia feita por Márcia Leila Pereira com indígenas Mura de hoje, que vivem no município de Autazes, no Amazonas, identificou por meio de relatos orais e do seu sentimento identitário, que eles não se veem em seu processo histórico enquanto cabanos. Cabanos, a partir de suas narrativas, são os outros.³⁴⁵ Por mais que as falas dos comandantes

³⁴⁴ *Ofício de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente e Comandante, a Francisco José de Souza Soares d'Andréa, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido a Bordo do Patacho Januária em Santarém, em 06 de Julho de 1837. Códice 1052; Documento 238; APEP*

³⁴⁵ PEREIRA, Márcia Leila De Castro. *Op.Cit.*

anticabanos demarquem de forma evidente os *Mura “rebeldes”* ou os *Munduruku legais*, vamos seguir de acordo com a perspectiva indígena.

O apoio indígena, de fato, era fundamental para os avanços das ações. Essa afirmativa se sustenta na orientação dada por Raimundo Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bitencourt ao enfatizar que o Vigário Geral deve ir

(...) falar ao gentio, que está disposto a seguir o verdadeiro caminho, e cuja a força só é que pode dar cabo aos malvados, pois eu falei aos Principais aí quando estive, e observei os seus sentimentos, procurando o Tuxaua Joaquim e outros, e levando-lhe algum pequeno mimo, terá Vossa Senhoria uma grande força para coadjuvar, e o socorro de farinhas para o que deve igualmente dirigir-se a Francisco Demétrio que lá se acha entre o gentio (...)³⁴⁶

Conseguir o apoio dos Tuxauas ou dos Principais para as lutas era algo tão necessário que, em uma mesma força autoridades disputavam sua presença nas embarcações. Ao demarcarmos a importância dos conhecimentos indígenas aos ditames da floresta, ter um *Guia* indígena implicava avanços aos extremos das matas. Os Munduruku, por exemplo, quando passaram a atuar ao lado das forças “oficiais”, eram muito requisitados como guias nas expedições do rio Tapajós, já que eram habitantes dessa região. Talvez por isso, havia situações de disputas entre as autoridades anticabanas pela presença de lideranças indígenas em suas embarcações, como podemos ver a seguir.

As 8 para as nove horas do dia foi me apresentar ao Comandante da Força que marchava para o dito rio, e este logo imediatamente perguntou-me em que embarcação ia o Principal, e eu respondi-lhe que ia em minha companhia segundo a ordem do Ilustríssimo Senhor Comandante Militar desta vila vindo depois a meu bordo o Comandante das Forças Navais buscar o dito Principal, e o mesmo disse que não ia para a Companhia dele porque o Ilustríssimo Senhor Comandante Militar tinha-lhe determinado que a sua subsistência era neste barco, e o dito Comandante disse-lhe que visto ele não

³⁴⁶ *Ofício de Raimundo Sanches de Brito a Agnelo Petra de Bitencourt, Comandante das Forças Legais, remetido de Pauxis em 22 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 97. APEP.*

querer ir na sua Companhia que não lhe dava adjutório nenhum o qual disto mesmo passo a dar parte ao Ilustríssimo Senhor Comandante Militar (...).³⁴⁷

Este documento é bem elucidativo quanto à necessidade em se ter um guia indígena nas expedições, especialmente um Principal, pois além do status em se ter uma liderança, ele garantiria os conhecimentos necessários para se adentrar ao labirinto de furos, igarapés e rios. Por isso a disputa acirrada pelo Principal ao ponto do comandante que não obteve esta presença se negar a conceder qualquer ajuda ao indígena.

Ao acionarmos o conceito de agência indígena nos comprometemos epistemologicamente em entender a participação desses agentes a partir de sua ação consciente. Nesse sentido, numa guerra de lados opostos, mesmo que se fuja ao reducionismo bipolarizante, o apoio de um grupo indígena a uma batalha não necessariamente implicava a uma unidade em todas as lutas. Os posicionamentos cambiantes característicos no decorrer das batalhas cabanas faziam com que a estratégia de apoio indígena fosse algo sempre urgente.

À exemplo dos Mura, ter seu apoio numa frente de batalha, não era garantia em tê-los em outras operações. Mesmo porque, o processo histórico construído pelos Mura nunca implicou numa uniformização desta etnia, que foi se *murificando* em boa parte de sua trajetória. Mas, podemos deduzir que a maioria dos grupos Mura ingressaram no movimento se posicionando contrário às forças provinciais. Por isso a necessidade expressa de se conseguir apoio de lideranças Mura para arregimentar seu grupo a entrar na *Legalidade*, como diziam os comandantes anticabanos. Este apoio era fundamental pelo fato das batalhas terem se processado nos leitos dos rios. Nesse sentido, consideramos as *Cabanagens dos sertões* como verdadeiras *batalhas fluviais* e também, *indígenas*.

7.1. Entre águas bravas e mansas: as batalhas que se faziam pelos rios

³⁴⁷ Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Expedição ao Ecuipiranga, a João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Santarém, em 25 de junho de 1837. Códice 888. Documento 184. APEP.

Em correspondência do dia 09 de outubro de 1838, o comandante da Expedição ao Amazonas, Joaquim José Luiz de Souza informa ao comandante da Escuna “19 de Outubro”, Francisco Paraibuna dos Reis, provavelmente ancorado em Manaus, sobre o deslocamento de cabanos do *Lago dos Autazes*, liderados pelo Tuxaua Mura Pantaleão, para se estabelecerem no *Alto Madeira*, na região de São João de Crato. Diante disso, ordena que a Força de Manaus deva seguir para esta região, a fim de perseguir os cabanos.³⁴⁸ Neste mesmo documento, Joaquim José Luiz de Souza informa ao comandante da Escuna “19 de Outubro” que não poderá remeter à suas tropas carne ou peixe, pois enviou estes gêneros às tropas que foram redirecionadas de Aveiros para Acampamento de *Ixituba*, situado às margens do Rio Preto, ou Tapajós.

Sabemos pela documentação da *Expedição ao Amazonas* que as regiões ao longo dos rios Tapajós, Madeira e Amazonas foram palco de acirradas investidas cabanas, o que levou a um direcionamento das operações militares repressivas. Estes três grandes rios são entrecortados de inúmeros tributários, furos, igarapés e lagos. Tanto os redutos cabanos quanto os acampamentos anticabanos se localizavam às margens destes caminhos fluviais. No documento acima mencionado destacamos três dos principais espaços de deslocamento cabano, o *Lago dos Autazes*, o *Alto Rio Madeira* e *Ixituba*. O termo *deslocamento* é muito apropriado para compreendermos a lógica da Cabanagem nessa região, muita condicionada à própria dinâmica fluvial dos rios.

Consta também na documentação uma recorrência de ofícios trocados entre Santarém e o Ponto de Ixituba. Essas correspondências versam as mais variadas solicitações, desde pedido de alimentos, como verificados no exemplo citado, passando por armamentos, munições, fardamentos, tropas e, sobretudo, a necessidade de apoio dos indígenas da região e de embarcações. Indígenas da região versam sobre os Mura, os Mawé e os Munduruku, etnias bastante mencionadas nas falas dos comandantes, pois que, essa extensa área em que estamos falando eram territórios destas três nações indígenas. Nesse sentido, passemos a analisar o movimento cabano no baixo e alto Amazonas, recortando o cenário das batalhas em um imenso território indígena, circunscrito entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, e em uma região de fronteira, por ser limítrofe com a província do Mato Grosso.

³⁴⁸ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Francisco Paraibuna dos Reis, 1º Tenente Comandante da “Escuna 19 de Outubro”, remetido de Santarém em 09 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 265. APEP.*

A pesquisa minuciosa na documentação referente à Cabanagem nos possibilitou alcançar um quantitativo de aproximadamente 100 redutos cabanos e acampamentos anticabanos localizados em rios, furos, igarapés e lagos. Para esta tese, escolhemos os pontos de *Ixituba*, localizado às margens do rio Tapajós, *Borba*, às margens do rio Madeira, e os rios *Curuá* e *Luzia*, traçando um *quadrilátero cabano* nos sertões da Amazônia. O critério utilizado para tal escolha foi a sua relevância observada na documentação. Obviamente que, destacar estes espaços de lutas não inviabiliza a inserção dos outros *caminhos fluviais* para a compreensão das batalhas cabanas na região, mesmo porque, entendemos a ação de cabanos e de anticabanos a partir dos *deslocamentos*. *Caminhos fluviais* estes como o rio *Abacaxis* e o lago dos *Autazes*, além do ponto do *Ecuipiranga*, entrecruzado pelos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, e tantos outros furos e igarapés, águas bravas e águas mansas que conduziam as *Cabanagens* que se faziam nos sertões.

7.1.1. Sobre águas bravas e mansas: as batalhas que se faziam por canoas

As montarias, tradicionais embarcações indígenas, eram o meio de transporte mais solicitado para conduzir as lutas na Cabanagem. Na documentação destacam-se algumas embarcações que variavam de acordo com o serviço a elas designado. De acordo com estudos de Mark Harris, até o início do século XIX, era comum navegarem pelo sistema fluvial amazônico embarcações como as *ubás* e as *montarias*, as mais adequadas a penetrarem o labirinto de rios, furos e igarapés, constitutivos a hidrografia regional. Também, de acordo com o autor, eram utilizadas as *jangadas* e os *brigues*, este último muito requerido para a navegação da Marinha. Por fim, tinham as *igarités* e os *batelões*. As *igarités* eram muito solicitadas para as viagens de naturalistas estrangeiros, mas poderiam ser adaptadas para embarcação de guerra. Os *batelões* eram designados para o transporte de gado³⁴⁹.

Na guerra cabana, localizamos quase todos os tipos de embarcações mencionadas por Harris, com o acréscimo das Escunas de Guerra, que foram enviadas pela corte no Rio de Janeiro para a contraofensiva aos cabanos. Mas, um tipo de embarcação ganha destaque pela quantidade de solicitações e menções, as *montarias*. Com as *montarias* era muito mais fácil adentrar os furos e rios, como destaca Joaquim José Luiz de Souza ao presidente Bernardo de

³⁴⁹ HARRIS, *Op.Cit.*, 2017, p. 72-73.

Souza Franco. Ao informar à presidência da província sobre a avaliação de algumas embarcações que mandou construir, o comandante da Expedição afirma que “estas montarias assim arranjadas são as embarcações mais próprias para melhor perseguir os cabanos nos lagos e igarapés aonde não podem chegar canoas maiores, e há posições em que sem elas fica inutilizada qualquer Tropa por mais aguerrida que seja”³⁵⁰.

Na descrição de Harris, montarias e ubás são colocadas como tipologias de embarcações distintas. Entretanto, se analisarmos a sua arquitetura, percebemos similaridades significativas que nos levam a vê-las como um mesmo tipo de barco. Embarcações indígenas, que foram incorporadas tanto pelos projetos coloniais quanto pela expansão do Estado Nacional. Feitas de um único tronco de árvore, poderiam alcançar de 15 a 60 pés de comprimento. De acordo com Elias Ferreira,

As ubás [ou montarias], ou canoas de tronco, eram feitas com troncos de árvores “escavados por dentro com fogo lento”, e por isso eram mais fortes que as canoas de casca e serviam para transporte de cargas. Eram muito usadas pelos mineiros e para as coletas das drogas do sertão. O modo como os índios fabricavam estas embarcações causava grande admiração nos europeus.³⁵¹

Estas embarcações utilizadas em tempos cabanos vinham de uma tradição marítima indígena, tanto em seu fabrico quanto em suas habilidades de navegação. Não à toa, a necessidade de pilotos indígenas, os *jacumaúbas*, eram recorrentemente solicitados pelas expedições³⁵². Nas batalhas, seu uso foi redirecionado para o transporte de artefatos bélicos, alimentos e tropas. A primazia destes barcos para as *Cabanagens* dos sertões aponta outro forte indício da efetividade indígena nestas batalhas, sobretudo os Mura, conhecidos como povos fluviais tamanha sua destreza pelos rios. Soma-se a tradição da montaria, a importância dos pilotos e dos práticos para conduzi-la floresta adentro.

³⁵⁰ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Bernardo de Souza Franco, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 03 de outubro de 1839. Códice 1093. Documento 86. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁵¹ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígenas na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016, p.81.

³⁵² FERREIRA, *op.cit.*, 2016.

Voltando à documentação, organizamos nossa análise em três momentos da recorrência das embarcações nas ações de cabanos e das forças “oficiais”. O primeiro é seu uso em atividades cotidianas, como por exemplo, o transporte de produtos e tropas, que levava a necessidade do suporte de outras embarcações para se fazer o comboio, ou seja, a segurança para sua navegabilidade. O segundo é a expressiva quantidade de solicitações de embarcações, configurando um cenário de carestia de meios de transporte fluvial, o que levava a paralisações de operações de caça aos cabanos. E, por fim, uma política emergencial realizada pelo governo provincial, de retomada das Fábricas Nacionais de Madeira para a construção naval, levando a um redirecionamento das ações provinciais para a procura de áreas com *boa madeira* e de trabalhadores para as atividades da extração desta matéria-prima e para a fabricação de montarias.

Ao longo dos cinco anos de lutas cabanas, a província passou por um período de crise em sua economia, justamente por estar em uma economia de guerra. Como anteriormente analisado, os cinco anos cabanos implicaram em fortes reveses para as atividades econômicas levando a uma crise de abastecimento que comprometia, inclusive, as tropas. Entretanto, as atividades comerciais não inexistiram entre os anos de 1835 e 1840. Os paraenses continuavam a ter suas necessidades e procuravam formas de supri-las.

As rotas fluviais de comércio conduziam gêneros alimentícios e de outras naturezas para as vilas, freguesias e lugares província adentro. É certo que, no auge das batalhas cabanas dos sertões, entre os anos de 1838 e 1840, a maior parte da produção de peixe-seco e farinha era destinada às tropas, sendo acondicionadas nos Armazéns Nacionais. Além do alimento, munições, armamentos, correspondências, ferramentas, materiais para a construção naval, tecidos e, todo o tipo de produtos circulava pelo sistema fluvial amazônico.

O transporte de gado e da produção pesqueira eram atividades constantes realizadas pelos rios. A carência de embarcações fazia com que batelões e montarias, ao chegarem a seu destino para desembarcar as mercadorias, retornassem imediatamente ao seu local de origem para realizar outras remessas. Foi o que solicitou Joaquim José Luiz de Souza de Santarém ao comandante das forças do Rio Preto, Manoel Muniz Tavares, em relação ao batelão que teria ido levar carnes para as forças dessa região. “Faça voltar logo os batelões que levam gado

para seguirem com mais dois”³⁵³. Foram as ordens dadas pelo comandante da Expedição ao Amazonas. Nesse caso, o batelão deveria retornar à Santarém para embarcar mais dois gados a serem, novamente, remetidos ao Rio Preto.

Quanto às atividades pesqueiras, fundamentais para a alimentação dos habitantes e das tropas, recorrentemente eram solicitadas embarcações para o transporte e a coleta de peixes. Os dois Pesqueiros Nacionais, de Vila Franca e de Faro, eram os que mais canalizavam este tipo de pedido. Foi o que ressaltou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante militar de Faro de que

Melhor informado das necessidades do Pesqueiro que pretendo estabelecer este ano na Vila de Faro, devo dizer a Vossa Senhoria que todas as 14 montarias aí prontificadas devem ficar para o serviço do mesmo Pesqueiro, podendo apenas qualquer canoa para condução dos trabalhadores que mandei vir.³⁵⁴

No caso, o comandante da Expedição ao Amazonas estava ordenando que se garantissem montarias para a pretensão de se abrir o Pesqueiro Nacional em Faro. Sem a certeza destas embarcações, tal empreendimento não teria chance alguma de se efetivar, pois, para além de ser essencial para as pescarias, também dependiam delas para o transporte de trabalhadores.

Outra atividade, fundamental em tempos de guerra, era a dos correios. Por eles se conduziam as informações necessárias para o planejamento das ações e para o conhecimento dos avanços das tropas e dos cabanos. Ocorria muitas vezes de embarcações de correios serem aproveitadas para transportar também mercadorias. Os correios levavam ainda informações administrativas e militares do cotidiano das vilas, como por exemplo, o pagamento de soldados, os mapas de contingentes e guarnições, dados demográficos, entre outras.

³⁵³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, 1º Tenente Coronel Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Santarém em 08 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 368. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁵⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Silvestre José Rodrigues, Comandante Militar de Faro, remetido de Santarém em 03 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 40. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Entretanto, um elemento requeria uma atenção especial sobre os transportes de mercadorias, a província estava em estado de guerra e, uma das estratégias mais utilizadas pelos cabanos, era a pilhagem de embarcações. Assim, um mecanismo foi bastante acionado no auge dos conflitos, os comboios. Este mecanismo consistia no acompanhamento dos barcos de mercadorias ou de correspondências, por outras embarcações de segurança, como informou o comandante do Patacho Januária ao comandante da Expedição ao Amazonas. Vejamos.

Em consequência das suas ordens aparelhar-se a Escuna Guajará e passei ordem ao comandante do Patacho Abaité para levar em se conserva a Cidade do Pará. Incluso remeto a Vossa Senhoria as seguintes guias que segundo a praxe deverá ser remetida por Vossa Senhoria ao Excelentíssimo Senhor Presidente (...).³⁵⁵

Percebemos na citação que documentos importantes deveriam chegar até as mãos do presidente da província, por isso a necessidade em se redobrar a segurança das embarcações de correios. Podemos deduzir que as escoltas também eram usadas por cabanos, quando nos deparamos com a expressiva quantidade de pontos insurgentes, que se comunicavam entre si e montavam estratégias em conjunto, como vimos com o reduto cabano comandado pelo escravo Gonçalo e sua relação com os redutos vizinhos.

Também era uma constância a interceptação de embarcações e seu propenso roubo, nos bloqueios, operações muito utilizadas por ambos os lados. Os bloqueios eram táticas de guerra Mura. Consta nas narrativas coloniais o advento de se bloquear os caminhos fluviais, seja com as montarias, ou as ubás, seja com troncos de árvores no leito dos rios, mas o mais utilizado eram estacas fincadas sob o rio em tempos de seca, e que, com as águas grandes, elas eram encobertas, impedindo assim, sua visualização. Mais um indício do “selo Mura” de táticas de guerra, pode ser percebido na citação a seguir, em correspondência trocada entre o comandante militar de Luzia e o comandante da Expedição ao Amazonas. Na ocasião, o remetente informa à Santarém sobre a publicação do decreto de Anistia assinado por D. Pedro

³⁵⁵ *Ofício de Sabino Antônio da Silva Pacheco, Capitão Comandante do Patacho Januária, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Santarém, em 22 de janeiro de 1840. Códice 1048. Documento 79. Expedição ao Amazonas. APEP.*

II, que ela já havia mandando para quase todas as localidades, faltando apenas mandar para os distritos de

(...) Canuman e Abacaxis, o que eu não tenho feito por falta de gente, pois tendo mandado há mais de vinte dias uma canoa a Borba, segundo as ordens de Sua Excelência o senhor presidente, até ao presente, não chegou, que não deixo de estar com cuidado, que não fosse atacado, na passagem de Lira para as partes de Serpa, aonde dizem que fora morto, e [inteligível], isto não é com certeza.³⁵⁶

Abacaxis e Borba eram localidades em áreas de forte atuação Mura na Cabanagem. O fato de a embarcação não manifestar nenhum sinal há mais de vinte dias, tornava o receio de uma possível intercepção cabana cada vez mais evidente, por meio de um ataque fatal, inclusive.

Sabemos que nem todas as embarcações pertenciam ao Estado Nacional brasileiro. O grau de radicalização que se configurou as *Cabanagens* dos sertões, levou ao governo provincial a exigir embarcações de particulares, afinal o bem comum aos defensores da “legalidade” era a derrota dos cabanos. Isso contribuiu por comprometer ainda mais o comércio local, pois tais embarcações passaram, ou a servir exclusivamente para as batalhas, ou revezar atividades comerciais e apoio logístico à guerra. Foi o que o negociante Alexandrino Pau Brasil fez com seu barco São João, ao se dirigir à vila de Manaus pelo rio Solimões, levando consigo, além de suas mercadorias, armamento, sob a autorização do comandante da Expedição. O comerciante ia com a garantia que o comandante militar de Manaus tinha recebido ordens para dispor de qualquer apoio às suas transações comerciais, “cujo resultado feliz interesse as Rendas Nacionais”, palavras do comandante da Expedição ao Amazonas³⁵⁷.

As embarcações punccionavam as batalhas pelas artérias da revolução, os rios. Por isso sua importância era fundamental. Assim, garantir montarias, igités, escunas e batelões,

³⁵⁶Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Comandante Militar da Vila de Luzea, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia, em 14 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 135. Expedição ao Amazonas. APEP.

³⁵⁷Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Taquirinha, Comandante Militar de Manaus, remetido de Santarém em 08 de dezembro de 1838. Códice 1075. Documento 490. Expedição ao Amazonas. APEP.

permitia maior mobilidade de deslocamento. Por isso o roubo dessas embarcações, sobretudo as primeiras, no ato de desertar era muito comum. O roubo constituía dois lados da mesma moeda. De um lado, garantia um reforço a mais de embarcação para as tropas de quem a roubou, e por outro lado, desfalcava a tropa que foi roubada. Este tipo de deserção, além de reduzir as tropas, também aumentava a carestia de suprimentos bélicos e montaria, como relatou o comandante de Luzia ao comando central em Santarém, em início de 1840, ao informar várias deserções deste comando, que conjuntamente à fuga, roubaram munições, armamentos e canoas, e que, além disso,

Infelizmente nesta mesma noite, se afogaram o 1º Grumete Manuel Francisco Maciel, e o 2º Luiz Ferreira, em uma montaria falta de embarcações próprias para o serviço da Escuna, pois a montaria que lhe remeti e enquanto se ocupava; acha-se a Escuna sem guarnição por deserção 2 em viagem, 1 depois de aqui estar mas, e outro da Nação [Inteligível] que se perdeu no mato, o qual apareceu a dias enforcado em um sítio (...) declaro que os soldados últimos que desertaram levaram montaria do pescador da Tropa.³⁵⁸

Este tipo de infração para as tropas “oficiais” fazia com que as diligências contra os cabanos fossem constantemente desviadas para a busca e captura de soldados desertores e os materiais por eles levados. Este tipo de operação, quando exitosa, merecia destaque nas correspondências remetidas para Santarém, afinal, para os comandantes militares, era algo a se registrar e comemorar a captura de desertores e a retomada de montarias. E assim fez o comandante militar de Óbidos, ao comunicar a Manoel Muniz Tavares que

O correio que por Vossa Senhoria foi daí enviado em seguimento do desertor Pedro José Fragoso, acima da boca do lago Grande captura cinco praças de 1ª Linha desertados de Luzêa no dia 15 do corrente trazendo duas montarias, cinco garnadeiras, e quarente cartuchos já arruinados, de cujas praças faço entrega ao cabo da Esquadra Francisco Rodrigues para entregar a Vossa Senhoria assim como da munição e armamento.³⁵⁹

³⁵⁸ *Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Comandante Militar da Vila de Luzea, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia, em 16 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 146. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁵⁹ *Ofício de João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos, em 23 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 175. Expedição ao Amazonas. APEP.*

O correio seguiu para outras paragens que tinham informações sobre mais soldados desertores. A informação exitosa de se reaver montarias demonstra o quão elas eram importantes, por isso mesmo, o quão elas faziam faltam, comprometendo as diligências contra os cabanos. Foi o que alegou o comandante da Expedição ao Amazonas ao comandante militar de Vila Franca que, não poderia ir até lá por falta de embarcação, pois, de acordo com sua justificativa, o único barco presente, o Patacho Januária, estaria cheio de presos.

A impossibilidade da maior autoridade militar das forças imperiais na região de ir aos focos cabanos dos sertões comprometia sobremaneira a coesão das operações. É possível deduzir, pela quantidade de documentos enviados à capital do Baixo Amazonas pelos comandos interioranos, que a situação se agravava cada vez mais, por todos os motivos já aqui expostos, e a presença de seu comandante central era fundamental. O que não aconteceu por falta de embarcação. Joaquim José Luiz de Souza também alegou sua não ida à Vila Franca, pois teria de organizar expedição ao rio Curuá.³⁶⁰

O rio Curuá, nas proximidades de Monte Alegre, foi um reconhecido reduto insurgente. Os dois últimos anos de investidas aos cabanos se concentraram em torno deste rio, assim como do rio Luzea, em que ambos tinham comunicação, como veremos mais adiante. Além de forte reduto cabano que deveria ser duramente rebatido, a região também era área de madeira boa para a construção naval. Vimos que a carestia de embarcações comprometia as investidas por todos os lados, na medida em que as batalhas se construía no leito dos rios. Assim, entre reparos e construções de embarcações, ia-se garantindo os vetores da guerra.

Informações sobre o estado de conservação dos barcos faziam parte das preocupações dos comandantes militares. Embarcações danificadas não renderiam em operações cada vez mais difíceis. Por isso a preocupação de Joaquim José Luiz de Souza ao comandante da Força Naval da Expedição ao se informar se “a barca Perseverança está em estado de ir a Ichituba com urgência e voltar”. Ichituba, um dos pontos do quadrilátero cabano. Os reparos eram feitos em oficinas nos próprios acampamentos, necessitando assim de

³⁶⁰ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Anselmo da Costa, Comandante Militar de Vila Franca, remetido de Santarém em 29 de agosto de 1838. Códice 1075. Documento 15. Expedição ao Amazonas. APEP.*

carpinteiros e materiais adequados. Concertos mais complicados, e até mesmo, a produção de montarias novas, ficava à cargo das Fábricas de Madeira, como a que se estabeleceu no rio Trombetas. Vistorias nas embarcações eram requeridas assim que se fizesse necessário, como solicitou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante da Força Naval, acerca de uma embarcação que

Tendo de ser de novo fabricado por conta do Estado o Iate 05 de Outubro de propriedade de Joaquim Rodrigues Collares necessário é mandar Vossa Senhoria proceder uma vistoria do estado em que ele se acha, e remeter-me o resultado em Termo escrito com todas as circunstâncias, e formalidades que em tais casos se praticam pela repartição da Marinha.³⁶¹

A demanda por embarcações levava a uma frenética produção na Fábrica de Madeiras localizada no rio Trombetas. Para o serviço, duas frentes de trabalho eram necessárias, organização de mão de obra e material para o andamento da fabricação e o corte de madeiras adequadas para a produção naval. Esta necessidade fazia com que, novamente, se desviassem das operações aos cabanos, investimentos orçamentários e de contingente humano.

A potencialidade da Amazônia para atividades madeireiras foi percebida pelos agentes coloniais desde o início do processo de colonização na região e, os “recursos lenhosos para a construção naval e para as construções em geral, [desde cedo] exigiu uma estratégia para a sua exploração”³⁶². De acordo com Regina Célia Corrêa Batista, o Grão-Pará vivenciou uma efetivação na produção madeireira a partir da segunda metade do século XVIII, com um maior interesse por parte da coroa portuguesa para a madeira da província, o que levou a fundar o Estaleiro Real do Pará, canalizando toda uma rede de atividade madeireira realizada pelas Fábricas Nacionais de Madeira. Desse modo, a necessidade por embarcações para as batalhas fluviais, fez retomar a efetivação da produção de madeira visando à construção naval.

³⁶¹ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 16 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 394. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁶² BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a Vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2013, p.19.

As muitas necessidades, de alimentos, de embarcações, de efetivos contra os cabanos, faziam com que os comandantes militares tentassem encontrar um equilíbrio entre todas estas demandas. Era comum, que se repartissem suprimentos e embarcações entre as empresas nacionais, por exemplo. Foi o que aconteceu com a ordem dada pelo comandante da Expedição ao Amazonas de que se retirassem cinco montarias que tinham sido fabricadas para o Pesqueiro Nacional, e as redirecionassem ao transporte de trabalhadores para o corte de madeira no rio Curuá.³⁶³ A crise de abastecimento era sentida por todas as frentes na Cabanagem, inclusive de instrumentos para efetivar as produções de embarcações, como podemos ver na solicitação abaixo, por parte do comandante militar de Óbidos, ao informar que

Por ocasião em que se estabeleceu a Fábrica Nacional, foi fornecido pelo comissariado com 24 machados, e 4 ferros de canoa, não sendo esta ferramenta suficiente para um serviço de corte de madeira, acrescido que sendo os machados de péssima qualidade, se acham hoje incapazes de servir, em vista do que requisito a Vossa Senhoria haja de me fornecer com mais 24 machados, 8 ferros de canoa, pois que cada um trabalhador deve ter um ferro e dois machados para os que se quebrarem, e espero que Vossa Senhoria me mande esta ferramenta com alguma brevidade.³⁶⁴

Obviamente que, a falta de ferramenta apropriada e com qualidade, retardava a fabricação de montarias, o que levava ao desespero dos comandantes a frente das batalhas pela falta deste meio de transporte fulcral para o avanço contra os cabanos.

O serviço de toda a cadeia de produção das embarcações também vinha da mão de obra indígena. Do conhecimento das áreas de madeira boa, passando pelo corte apropriado desta madeira, até o fabrico, localizamos indícios de trabalho indígena. Estes indícios, por vezes se fundamentam como a comunicação feita pelo comandante da Expedição ao comando militar de Vila Franca, onde informa que enviou “12 índios e um calafate, cujos nomes vão na

³⁶³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Silvestre José Rodrigues, Comandante Militar de Faro, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 33. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁶⁴ *Ofício de João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos, em 23 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 173. Expedição ao Amazonas. APEP.*

relação junta”³⁶⁵. No mesmo documento, segue uma relação de ferramentas para a produção de montarias. Ou, mais explicitamente, com o ofício remetido por Joaquim José Luiz de Souza ao comandante militar de Alenquer informando que pretendia

Estabelecer agora no Rio Curuá um corte de madeiras por conta do Estado como o Excelentíssimo Governo da Província me há ordenado em consequência das Ordens Imperiais que ele tem recebido pelo Ministério da Marinha; e para este serviço Vossa Senhoria me enviará 6, 8, ou os Índios que puder, ou mesmo Guardas Policiais que entendam deste serviço, e que possam trabalhar de maneira que a Fazenda Pública interesse nesse estabelecimento.³⁶⁶

Podemos perceber que, caso o comandante de Alenquer não tivesse trabalhadores indígenas, prioridades para o serviço do corte de madeiras, que podia remeter soldados da Guarda Policial, mas que estes soubessem fazer este tipo de atividade, e que, ao continuar o documento, exigia também que fossem “robustos de boa conduta e escolhidos d’entre os melhores trabalhadores e devem vir breve para aproveitar-se o verão, a salubridade do tempo e a estada das Tropas no Curuá”³⁶⁷.

Assim, um reforço de efetivo foi direcionado ao Curuá para se conseguir madeira. Na documentação, a solicitação de mão de obra, geralmente girava em torno de dez trabalhadores por investida. Além da quantidade, os pedidos ressaltavam a qualidade dessa mão de obra, que deveria ter conhecimento do serviço, afinal a madeira e o corte deveriam ser precisos. Do recrutamento para as frentes de trabalho na Cabanagem, restavam às tropas os homens “menos amigos do trabalho, e menos obedientes”, já que estes tinham como destino os serviços para a Fábrica de Madeira, o Pesqueiro Nacional e as Roças Nacionais. Esta distinção foi feita para a composição de tropas das operações do Curuá, pois, estes tipos eram

³⁶⁵ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Anselmo da Costa, Comandante Militar de Vila Franca, remetido de Santarém em 29 de abril de 1838. Códice 1075. Documento 71. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁶⁶ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Tiago Peres Duarte, Comandante Militar de Alenquer, remetido de Santarém em 31 de agosto de 1838. Códice 1075. Documento 29. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁶⁷ *Idem.*

os mais apropriados para a perseguição de “quantos criminosos houverem nesse distrito até que dessa canalha fique expurgado e nele não achem a pois seus protetores.”³⁶⁸

Nesse sentido, a área escolhida para o corte da madeira foi a região do rio Curuá. Dois motivos levaram a esta escolha feita pelo comandante militar da Expedição ao Amazonas. O primeiro pela qualidade da madeira, própria para a construção naval. E, o segundo, por uma escolha estratégica, pois o Curuá foi um forte reduto cabano e muito difícil de ser derrotado, como iremos ver mais a frente. A estratégia de Joaquim José Luiz de Souza era a de

Para bem perseguir os “rebeldes” do Curuá tenho resolvido estacionar Tropas naquele rio e nele estabelecer um corte de madeiras por conta do Estado e para este trabalho espero que me mande dois, quatro, seis, dez, ou doze, ou finalmente os homens que puder mandar e que saibam deste gênero de serviço, possuindo sempre o menor [número?] e mais escolhidos por suas condutas, robustos e inteligência.³⁶⁹

Instituindo o necessário serviço do corte de madeiras no Curuá, o comandante da Expedição ao Amazonas cobria duas áreas com um só *golpe*, a carência de madeira e a ocupação do entorno do ponto cabano. Este binômio, carência de madeira e necessidade de embarcação para as diligências contra os cabanos, acompanhou as estratégias das forças imperiais na grande área intersticial entre os rios Madeira, Tapajós e Amazonas, demarcada a partir da localização de quatro redutos cabanos que, por isso, se constituíram também em quatro acampamentos militares das “forças oficiais”. São eles, Borba, Ixituba, Curuá e Luzia, conformando, assim, o quadrilátero cabano. Vamos à Borba.

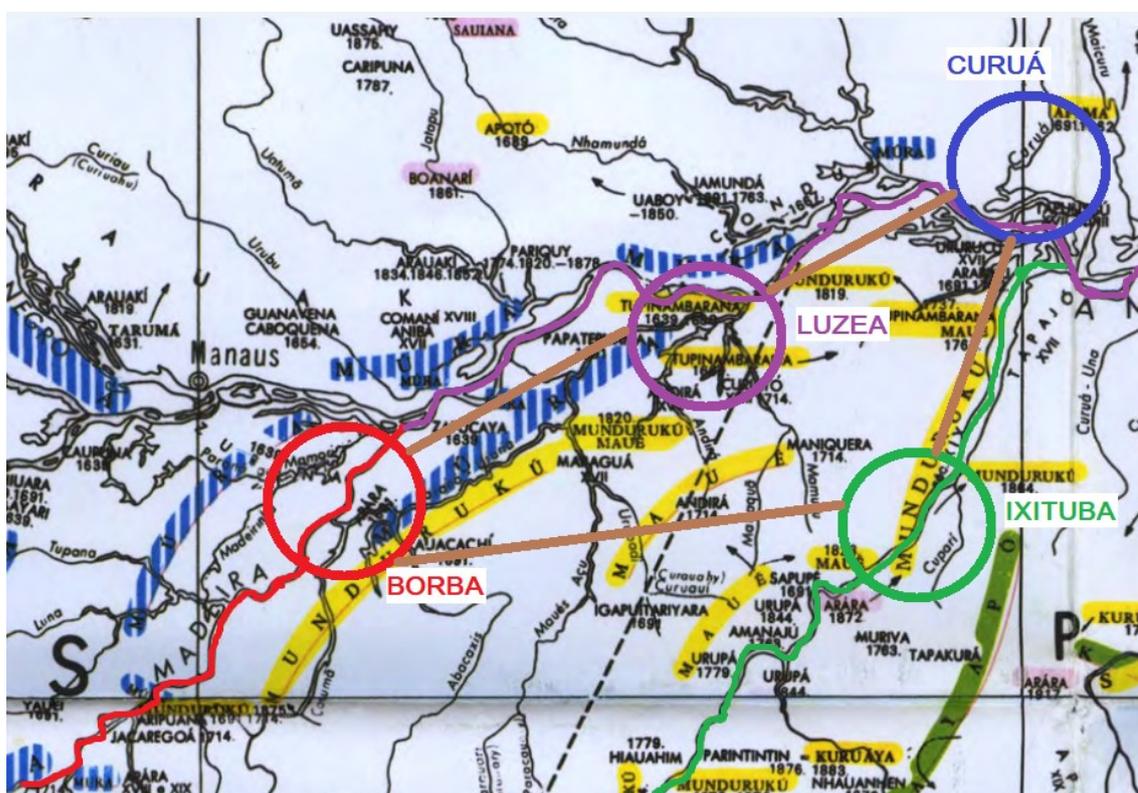
³⁶⁸ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 32. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁶⁹ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 34. Expedição ao Amazonas. APEP.*

8º CAPÍTULO

NO CURSO DOS RIOS, NO LABIRINTO DA FLORESTA: A FORMAÇÃO DO QUADRILÁTERO CABANO

IMAGEM 15: Formação do Quadrilátero Cabano



Fonte: Detalhe adaptado pela autora do: MAPA etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944 / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.

1.4. *Freguesia de Borba*

A Vila de Borba, antiga aldeia dos Trocano, foi um importante ponto militar anticabano, que canalizava preocupações prementes nas autoridades de Santarém e Belém. A importância estratégica de Borba, percebida e enfatizada nas narrativas da Cabanagem, remonta desde o período de sua criação. Localização central no rio Madeira, servia de importante ponto de apoio para as rotas comerciais realizadas por este rio entre as capitânicas do Grão-Pará e Mato Grosso, mas também como uma região propícia para atividades agrícolas, se não fosse a falta de gente para trabalhar, segundo as queixas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a seu irmão, o Marquês de Pombal, em 1755.

Nas ações legais para se constituir uma vila pombalina, conjuntamente ao levantamento do pelourinho, a nomeação de autoridades para reger o novo núcleo era fundamental. Assim, Mendonça Furtado, nomeia Diogo Antônio de Castro, que já era comandante militar da vila, como juiz, e para vereador, empossa o principal do antigo aldeamento³⁷⁰. Podemos compreender, pelo histórico da forte presença indígena nesta região, a importância em se nomear um Principal do aldeamento local para a composição da vereança da vila. Se, as diretrizes impostas pela Carta Régia de 1798, colocaram limites na atuação dos antigos Principais dos núcleos pombalinos, o que levou a sua pouca menção na documentação oficial e nas narrativas de viajantes entre os anos de 1820 e 1830³⁷¹, iremos perceber uma retomada da figura dos Principais nas *Cabanagens* dos sertões.

Bem, a posição estratégica levou a uma atenção especial conferida pelos comandantes que atuavam em Borba aos indígenas da região, especialmente, os Mura, e ao comércio fluvial pelo Madeira com a capitania do Mato Grosso. Comércio *legal*, mas, sobretudo, o clandestino realizado entre cuiabanos e cabanos. Esta preocupação foi o motivo de o presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, ter ordenado ao comandante da *Expedição ao Amazonas*, Joaquim José Luiz de Souza, a nomear para comandante militar de Borba, o capitão Diogo de Barros Cardozo, da Cavalaria de Segunda Linha de Mato Grosso. O presidente Andrea emitia tal ordem, pois que, o militar mato-grossense

(...) goza de bom crédito como homem de negócio, e igualmente agora como Militar acostumado aos ataques dos Índios, e mesmo dos “rebeldes”, a quem se tem feito representar por estas razões é minha intenção que Vossa Senhoria o nomeie Comandante Militar de Borba e seus distritos pelo Rio Madeira acima até a extrema desta Província, com a comissão de participar

³⁷⁰ ROCHA, Rafael Ale. *Os índios oficiais na Amazônia pombalina (1750-1798)*. Temas Setecentistas. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-%C3%ADndios-oficiais-na-Amaz%C3%B4nia-pombalina-Rafael-Ale-Rocha.pdf>

³⁷¹ MACHADO, André Roberto de Arruda. *O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830)*. *Topoi (Rio de Janeiro)* [online]. 2017, vol.18, n.34, pp.166-195.

todo aquele Rio, e reduzir e forçar a trabalhos úteis as diversas Malocas de Índios, que por ali existem.³⁷²

A escolha do militar mato-grossense partiu de três necessidades urgentes para o rio Madeira em tempos da guerra quais sejam garantir a rota comercial, já que Diogo de Barros Cardozo era *homem de negócio*, manter o controle sobre os cabanos da região estreitando as relações com os indígenas e, agenciar mão de obra dos índios *que por ali existem* para os *trabalhos úteis*, pois que ele também estava *acostumado aos ataques de índios e mesmo dos “rebeldes”*.

As credenciais de Cardozo eram tão importantes para o avanço das forças contrárias aos cabanos e a garantia dos interesses econômicos da província que a ele foi assegurado total liberdade para desenvolver suas ações contra os insurgentes. Estes poderes não foram bem aceitos por outras autoridades de Borba, como o caso do Juiz de Paz, Antônio da Cunha Loureiro, que se queixou para o comandante da *Expedição ao Amazonas* sobre alguns atos do militar mato-grossense. Em resposta às queixas, Joaquim José Luiz de Souza saiu em defesa do comandante de Borba, auferindo a ele mais autonomia, ao reafirmar que

O Comandante Militar Diogo de Barros Cardozo está autorizado para obrar livremente e fazer a Guerra aos “rebeldes” do Rio Madeira, e nesta Comissão não deve ser estorvado. Vossa Senhoria como Juiz de Paz não é o Procurador do Povo desse Distrito para representar por ele suas necessidades. O Cafuz que ele levou em sua Companhia foi lhe entregue pelo Excelentíssimo Senhor Presidente na Capital que assim o julgou conveniente, e se Vossa Senhoria por mor da Justiça queria saber se ele estava inteiramente solto bastava que a ele se dirigisse por um ofício civil; sendo assas criminoso culpo esperando que viva em melhor harmonia com o Comandante Diogo de Barros Cardozo.³⁷³

Na fala acima, é perceptível um traço bastante comum nas batalhas da Cabanagem na região, os desentendimentos entre autoridades anticabanas, principalmente, entre civis e

³⁷² *Ofício de Francisco José de Souza Soares d’Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, à Joaquim José Luiz de Souza, Comandante Militar da Expedição ao Amazonas, remetido do Palácio do Governo do Pará, em Belém, no dia 05 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 07. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁷³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio da Cunha Loureiro, Juiz de Paz de Borba, remetido de Santarém em 19 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 163. APEP.*

militares. Militares *versus* civis. Civis *versus* religiosos. Judiciários *versus* civis. Os desentendimentos eram comuns entre autoridades cabanas, geralmente, entre esferas diferentes, sobretudo entre os comandantes militares e os juizes de paz. Localizamos também, queixas recíprocas entre comandantes militares e autoridades e vereadores, sendo que

(...) as trocas de acusações e as denúncias de participação nas ações levantadas eram recorrentes aos ouvidos do governo provincial em Belém. Constantemente chegavam até o presidente de província ofícios com estes conteúdos, levando à autoridade maior a agir, ao mesmo tempo, com bastante cautela e pronta agilidade. (...) vários documentos tratam de querelas deste tipo e, ao passo da consolidação do movimento cabano na região, as denúncias vão adquirindo um caráter mais explícito e direto. Também é pertinente no teor destas acusações mútuas a defesa da causa nacional e a preocupação da demarcação entre quem era brasileiro e quem era português, e, em seqüência, quem se posicionava pelos brasileiros ou pelos lusitanos. Também, observamos uma preocupação recorrente das autoridades locais de uma saída legal aos constantes distúrbios na região. Posição oposta adotada pela maioria da população, formada de índios, negros, tapuios e desertores, que recorreram ao conflito armado para dar vazão às suas demandas específicas.³⁷⁴

Existiam também desconfianças ante as autoridades religiosas, os conhecidos *padres políticos*³⁷⁵, que levava a um clima de insegurança por parte das autoridades centrais, tanto em Santarém quanto em Belém. Um pouco mais de um mês depois, em correspondência trocada entre os comandantes da *Expedição* e o de Borba, Joaquim José Luiz de Souza recomendava

(...) toda vigilância sobre o padre José Vicente Pena, Vigário desta Freguesia, que segundo consta é um declarador contra o Excelentíssimo Governo Provincial, e tramador de revoltas contra as Autoridades

³⁷⁴ BARRIGA, *Op.Cit.*, 2014, p.114.

³⁷⁵ Françoise Jean de Oliveira Souza conceitua padres políticos um setor do clero que participou ativamente nos embates políticos ocorridos após a independência e a experiência regencial para a formação do Estado Nacional brasileiro. Para o Grão-Pará, nós localizamos neste conceito vários padres seculares que participaram dos conflitos políticos vivenciados pela província nas quatro primeiras décadas do século XIX. Ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e Política no primeiro reinado e regências: os padres políticos no contexto de formação do estado imperial brasileiro*. Associação Nacional de História ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História 2007. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 119-142 – 2012. RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT-IFCH, 2001.

constituídas, devendo Vossa Senhoria mandá-lo processar pelo Juiz de Paz desse Distrito e remetê-lo a esta Vila.³⁷⁶

A ordem de Luiz de Souza era que o comandante de Borba remetesse ao Juiz de Paz o processo contra o *padre tramador*, o mesmo juiz que um pouco antes havia remetido denúncia contra Cardozo. Os *conflitos de autoridades*, como tratavam as queixas que chegavam à Santarém ou à Belém, foi algo tão pertinente no decorrer da guerra, que podemos perceber um certo nível de impaciência na fala do comandante geral da *Expedição*, além de uma categórica defesa das ações de Cardozo, como se querendo reafirmar a sua permanência como comandante militar da região do rio Madeira para a garantia dos interesses do governo provincial. A indefinição de comando no auge das batalhas fez com que o comandante da *Expedição* remetesse às vilas, freguesias e acampamentos militares ordem de que somente os comandantes militares estavam responsáveis pela direção das operações nestes lugares.

Outro ponto que chamou nossa atenção na queixa do Juiz de Paz foi a presença de um cafuzo no meio da querela entre as autoridades. A participação de negros na Cabanagem é tema já estudado pela historiografia cabana³⁷⁷. A própria documentação demonstra a apresentação destes agentes sociais atuando como cabanos. Interessante no trecho analisado é a participação do cafuz na companhia do comandante militar de Borba, o que gerou descontentamento por parte do Juiz de Paz. Neste caso cabe perfeitamente a atenção feita por Luís Balkar Pinheiro em não perceber a participação negra na Cabanagem por derivação, e sim a partir da agência destes sujeitos que faziam suas próprias leituras dos conflitos e atuavam de acordo com seus interesses. Não conseguimos alcançar os propósitos do Cafuz em estar alinhado a um comandante anticabano, mas, seguramente, ele tinha seus próprios motivos.

Os caminhos da fronteira também eram passagens de negros escravizados vindo da província do Mato Grosso para o Grão-Pará, onde muito provavelmente, eles teriam se instalado na região do *quadrilátero cabano*. Com eles, também se contrabandeava pólvora.

³⁷⁶ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 29 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 449. APEP.*

³⁷⁷ Ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 276 e 277.

As autoridades provinciais tinham ciência do comércio paralelo entre cabanos e cuiabanos. Tentavam combatê-lo tanto por vias repressivas, vigiando as áreas de fronteira e os rios Madeira e Tapajós, mas também acionavam as vias jurídicas, como o processo levantado contra Manoel Ferreira Leite por comercializar pólvora com os cabanos. Por falta de testemunhas, o processo teve de ser concluído.³⁷⁸

A rota do comércio paralelo entre os cabanos e a província vizinha, adentrava a fronteira e percorria os caminhos fluviais de rios como o Luzea que, por sua vez, se comunicava com o Ecuipiranga, como denunciou o comandante do Patacho Januária, ancorado em Santarém, ao presidente da província em 1837³⁷⁹.

Outras evidências que afirmam a participação efetiva de negros na Cabanagem dos sertões fazem referência à *magotes de pretos* ou *cabanos amocambados*. Estas referências nos colocam problematizações pertinentes quanto às formas de organizações cabanas e o processo de *aprendizagem de luta* entre diferentes grupos sociais e étnicos que coabitavam a região. Escravizados que fugiam de sua condição de cativo para alcançar sua liberdade nas batalhas cabanas. Aos que eram capturados, sua sentença era a redução à sua condição de escravizado sendo-lhes devolvidos aos seus senhores. Somente recebiam seus escravos de volta, os que advogavam pela “legalidade”. Os cabanos que tivessem seus escravos recapturados, não os recebiam de volta.

Interessante pontuarmos a arquitetura das batalhas cabanas enquanto uma aprendizagem cotidiana de luta. Essa aprendizagem canalizava nas estratégias e nas táticas um conjunto de elementos diversos, constitutivo das variadas culturas e formas de lutas dos povos que participaram dos conflitos. Ao analisar o desenvolver das batalhas cabanas, Magda Ricci evidencia esta concepção, ao perceber que este aprendizado se deu por meio da experiência de luta em que os agentes da Cabanagem iam adquirindo no decorrer do processo revolucionário. Para Ricci,

³⁷⁸ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Pereira do Lago, Juiz de Paz do 1º Distrito, remetido de Santarém, em 30 de agosto de 1838. Códice 1075. Documento 26. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁷⁹ *Ofício de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente Comandante, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas do Grão-Pará, remetido a Bordo do Patacho Januária em Santarém, em 06 de Julho de 1837. Códice 1052; Documento 238; APEP.*

Estes revolucionários fugitivos abriram outras frentes de luta, ampliaram suas bandeiras e alteraram as formas de guerrear. Aprenderam a usar a natureza a seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho.³⁸⁰

Este processo de aprendizagem não se desenvolveu apenas entre as ações cabanas. Também podemos afirmar que, para o avanço das tropas imperiais, foi urgente agregar conhecimentos dos povos originários do lugar e, dialeticamente, redirecionar suas estratégias de contra-ataque. É o caso da incorporação de montarias e canoas, de uso próprio das comunidades locais, para conseguir adentrar o labirinto fluvial da hidrografia amazônica. Outro exemplo bastante perceptível é a necessidade de guias para as incursões às matas a fim de realizar as diligências contra os cabanos. Os guias geralmente eram indígenas que conheciam bem as aberturas da floresta.

Desse modo, localizamos vários indícios de culturas indígenas, sobretudo Mura, Munduruku e Mawé, nos percursos das batalhas neste aprendizado de luta. Uma explícita evidência do protagonismo Mura nos relata o ofício-resposta de Joaquim José Luiz de Souza ao comandante de Borba, Diogo de Barros Cardozo concordando em nomear, por Portaria, o Tuxaua da Nação Mura, Dionízio dos Santos

(...) Capitão Principal da Nação Mura com Autoridade sobre todos os Tuxauas da mesma Nação com ordem de reunir a todos os Mura Legais e com ele fazer a Guerra aos “rebeldes” do Rio Madeira com inteira submissão ao Comando Militar de Borba e para melhor o convidar a esse senhor lhe mandei dar alguns presentes que constam da nota junta. Estimarei que esta medida seja profícua e que dela se ter o feliz resultado.³⁸¹

³⁸⁰ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006, p. 11, 27 e 28. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

³⁸¹ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838*. Códice 1075. Documento 170. Expedição ao Amazonas. APEP.

Na Portaria do mesmo dia, como ressalta Luiz de Souza, ele alega que a nomeação do tuxaua Mura Dionízio dos Santos, se dá por ele ter “se distinguido a prol do Governo Legal (...) e por este serviço e por conveniência do Governo Nacional Imperial e da tranquilidade da Província”³⁸². Esta medida parecia não garantir plenas seguranças para as diligências no rio Madeira, como indicia a fala de Souza ao *estimar que tal medida seja profícua* e que garanta êxito nas operações.

O receio apresentado por Luiz de Souza não era infundado. Historicamente, sabemos que a trajetória de contato Mura com a colonização portuguesa e, depois, brasileira, em seu território, implicou em muitos conflitos, mas também certa autonomia desta Nação, justamente por sua fama de índios guerreiros e insubordinados. Esta autonomia ocorria em um cenário fortemente marcado pela redução de etnias indígenas aos projetos coloniais integracionistas. A agência Mura pode ser percebida também na Cabanagem, ao percebermos sua atuação ora alinhada às tropas anticabanas, ora alinhada às forças cabanas. Ao lermos *reunir a todos os Mura Legais* isso nos levar a compreender que havia também Mura insurgente. Esta compreensão se firma quando mais à frente o mesmo comandante coloca de forma evidente a necessidade das tropas e do comando de Borba se aproximarem e efetivarem o apoio dos *Mura legais* para derrotar os *Mura “rebeldes”*.

Dessa condição de autonomia e de importância para as estratégias das contraofensivas ao longo do rio Madeira, o Tuxaua Dionízio seguramente tinha ciência. Tanto é que exige uma relação de gêneros que prontamente é atendida por Joaquim José Luiz de Souza. O aval favorável do comandante da *Expedição* ocorreu em um momento de crise de abastecimento alimentar e bélica a qual passava toda a província, sobretudo a região em questão. Conceder de imediato tal pedido demonstra a necessidade das forças de Borba pelo conhecimento e poder de uma liderança, e de toda a Nação Mura. À critério de curiosidade, os gêneros disponibilizados para Dionízio dos Santos foram:

(...) um machado, dois alqueires de sal do Império, seis arpões, uma peça de algodão americano, um chapéu de seda, uma jaqueta de chita, um espelho,

³⁸² Idem. Documento 169. Expedição ao Amazonas. APEP.

um corte de saia de chita, um lenço, um maço de contas lavradas, dois dedais, seis novelos de linha, papel de agulha, duas facas e uma foice.³⁸³

O apoio Mura para as operações contra os cabanos do rio Madeira era fundamental. Este rio, como vimos, era rota comercial importante, tinha acesso direto à Manaus, capital da comarca do Alto Amazonas, e era território de grupos indígenas com certa autonomia ante o projeto imperial de expansão de fronteiras. O conluio de toda esta relevância levou a região a se tornar um reduto cabano. Não à toa que a freguesia de Borba mereceu destaque na troca de correspondência entre autoridades. Ao passo que tinha posição estratégica para os projetos expansionistas e comerciais da província, era acampamento anticabano frágil diante do avanço cabano pelas águas do Madeira.

Em 23 de outubro de 1838, Manoel Antônio Freire, comandante militar interino do Alto Amazonas, recebeu um preocupante ofício do comandante da *Expedição*, Joaquim José Luiz de Souza. De acordo com Luiz de Souza,

O “rebelde” Pantaleão anda reunido os cabanos dos Autazes para se estabelecer abaixo de Borba, e o “rebelde” Lira está estabelecido no Crato do Alto Madeira: se eles não forem batidos podem tentar contra Borba, ponto isolado e de pouca força. Em outros meus ofícios tenho ordenado que uma força de Manaus se conservem rendida e prontamente em operações contra esses “rebeldes” e para execução desta medida fica Vossa Senhoria autorizado de alcançar mão de todos os recursos ao seu alcance com as formalidades da Lei nos casos possíveis, ou sem elas quando as circunstâncias permitirem que não tenham lugar, pois que a execução dos “rebeldes” no Amazonas deve ser para todos a primeira necessidade e a Lei Suprema.³⁸⁴ (grifo nosso)

Esta ordem veio a partir de informações a ele remetidas pelo comandante militar de Borba. Diogo de Barros Cardozo estava bastante preocupado com as notícias de avanço dos cabanos dos Autazes para o Alto Rio Madeira. Recordemos que Pantaleão e Lira

³⁸³ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 175. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁸⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Freire, Comandante Militar Interino do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 23 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 323. Expedição ao Amazonas. APEP.*

eram tuxauas da Nação Mura. Mencionamos, no início do capítulo, uma batalha sangrenta às margens dos lagos dos Autazes e do Abacaxis envolvendo cabanos Mura e soldados anticabanos Munduruku. Recordemos ainda que, estes dois lagos eram territórios Mura, onde hoje existem grupos desta etnia vivendo no município dos Autazes, no estado do Amazonas.

O lago dos Autazes se localizava bem no meio do trajeto entre Borba e Manaus. Talvez por isso, o reforço mais próximo para socorrer o rio Madeira, tivesse de vir da capital da comarca do Alto Amazonas. Mais à frente, Joaquim José Luiz de Souza afirmaria que sem o apoio das tropas de Manaus, o comandante de Borba, mesmo com toda a liberdade de agir contra os cabanos, não iria conseguir *estabelecer a tranquilidade do Rio Madeira*, por carência de efetivos. Alertaria também que

A tropa saída de Manaus deve tocar ali para a vista das informações do Comando do Lugar operar contra os “rebeldes” como melhor parecer; e esta operação deve ser feita enquanto o Rio está vazio. Ninguém deve recear ser atacado em sua posição sempre que tiver Tropas em operações contra os “rebeldes”; porque em regra defende-se e não ataca quem é atacado: quero dizer com isto que Vossa Senhoria pode despender força contra os “rebeldes” do Alto Madeira e dos Autazes sem receio de que eles venham atacar Manaus pois que neste último pouco verão suas forças para defenderem-se.³⁸⁵

Interessante na ordem expressa pelo comando da *Expedição* é que, a princípio, o comandante interino do Alto Amazonas agisse de acordo com as formalidades da lei, mas, caso não seja possível, suas ações poderiam ser executadas às margens de qualquer garantia legal. Afinal, a *primeira necessidade* de todo o Amazonas era a *execução dos “rebeldes”*, o que se tornaria *Lei Suprema*. Uma ordem alinhada à política imperial que vinha sendo defendida e executada pelo presidente Soares d’Andrea, com a suspensão de importante parte da Constituição do Império no Grão-Pará.

Ao passo que o comandante da Expedição concedia total liberdade aos comandos dos acampamentos anticabanos, também recrudescia as ordens de manter as investidas contra os cabanos. O temor das vilas e freguesias ante os ataques cabanos era muito comum e forte no auge dos avanços “rebeldes” na região. O tom grave na fala de Luiz de Souza ao comandante

³⁸⁵ Idem.

interino do Alto Amazonas, para que deixasse de receios e enviasse as tropas para socorrer o Alto Rio Madeira, procedeu pouco mais de um mês o assassinato de Ambrósio Pedro Ayres, o Bararuá, comandante militar de muito prestígio entre os habitantes do Alto Amazonas contrários aos cabanos. Esta vila, uma das poucas sob o controle das “tropas oficiais”, ainda estava bastante temerosa aos ataques. Em ofício emitido no dia 05 de setembro de 1838, Joaquim José Luiz de Souza reconhece que “um terror pânico se tem apoderado” dos habitantes de Manaus, tornando-se

Necessário que Vossa Senhoria, e as Outras Autoridades do lugar, a quem não considera possuídas do mesmo terror, animem a massa do povo, a façam-no recobrar sua energia, e lançar mão das Armas não tanto para a defesa como para perseguir essa infame canalha onde quer que ela esteja, contando sempre com todos os auxílios ao meu alcance.³⁸⁶

O medo que pairava entre os habitantes era justificado por um conjunto de fatores, entre eles a carestia de alimentos e mantimentos, como analisados nos tópicos anteriores. As poucas vilas e freguesias que resistiam às investidas cabanas ficavam sempre em alerta. Mas, para os avanços da contraofensiva, como reforça incisivamente Luiz de Souza, era preciso partir para o ataque, pois como diz *em regra defende-se e não ataca quem é atacado*, ou seja, para as tropas anticabanas em desvantagem no curso do ano de 1838, a melhor defesa era o ataque.

Nesse sentido, podemos observar que as coordenadas dadas pelo comando militar de Santarém eram no encalço dos cabanos. A expressão “perseguir os cabanos” era a ordem do dia para as ações das “tropas oficiais” na tentativa urgente de retomar posições. Por isso, as estratégias das forças repressivas acompanhavam os deslocamentos cabanos. O trânsito pelos rios da região era intenso na construção das batalhas fluviais da Cabanagem.

Assim, as ações anticabanas tiveram de ser descentralizadas, não podendo ficar apenas nos combates do Rio Madeira. Isso porque, focos de avanço cabano passaram a chamar cada vez mais a atenção no curso do rio Tapajós. Este rio, além de estratégico por sua

³⁸⁶ Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Ignácio Rodrigues do Carmo, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 05 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 48. Expedição ao Amazonas. APEP.

localização, era abundante em gêneros alimentícios e extração de madeira, por isso, garantir seu controle era ambição dos envolvidos no conflito. Pois que, em 09 de outubro de 1838, no auge das diligências sobre o rio Madeira, Joaquim José Luiz de Souza avisa a Francisco Paraibuna dos Reis, comandante da Escuna “19 de Outubro” que, “não o posso agora socorrer com carne ou peixe porque está chegando o tempo da abundância deste gênero no Alto Amazonas, e porque tive de enviar a maior quantidade de mantimentos para o Rio Preto a fim de levantar-se o Acampamento de Aveiros para Ixituba”³⁸⁷. Acompanhando a mobilidade cabana pelos caminhos fluviais, seguimos nossa análise para o ponto de *Ixituba*, às margens do rio Tapajós, também conhecido como Rio Preto em tempos cabanos.

8.2. *Ponto de Ixituba*

Localizado às margens do rio Tapajós, próximo a freguesia de Aveiro, Ixituba era considerada local estratégico para a concentração das forças anticabanas do rio Tapajós. Esta importância se dava pela quantidade de pontos cabanos que se formaram ao seu redor. Calculando a distância em dias, conseguia-se alcançar estes redutos em um período relativamente curto respeitando as dimensões continentais que se constituía o território do Grão-Pará, e os limites impostos às embarcações utilizadas, à vela e a remo. No documento a seguir, podemos mensurar um pouco a expressiva quantidade de pontos cabanos próximos à Ixituba a partir de um ofício enviado à Santarém pelo comandante do ponto de Luzea, outro importante reduto cabano, e Mawé, que iremos analisar mais à frente. Vejamos.

O Ponto de Gonçalo chefe dos “rebeldes” é no Ambetuy, distante do Ixituba ao desembarque de 10 dias, e dali por terra até chegar no mesmo ponto outros 10; dizem que existe no Rio Preto o Ponto comandado por Raymundo Barboza um dos mais encarniçado comandante, aonde existe a maior parte das escravaturas de Sallezinho, e outros dessa Vila, e que este Comandante é que não quer anuir a saída dos embrenhados que diz que quer morrer com as armas na mão (...) No Rio Aicurapá existem dois pontos, um comandado por Severino de Gentios, e Mundurucus, e outro de gente ladina comandado por Constantino Lopes, destes pontos ao de Gonçalo pode se gastar 20 dias. No Anderá existe outro ponto de gente misturada comandado

³⁸⁷ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Francisco Paraibuna dos Reis, 1º Tenente e Comandante da Escuna “19 de Outubro”, remetido de Santarém em 09 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 265. Expedição ao Amazonas. APEP.*

por Brasil, morador de Vila Nova dista a mesma distância a Gonçalves. Nos Maniassu e Paranamiry de Luzea existe um ponto comandado por Ventura morador de Saracá deste a Gonçalves pode se gastar iguais dias pouco mais ou menos, no Rio Arupadi existe outro ponto de baixo das vistas do comandante geral Gonçalves.³⁸⁸

A citação acima é um pequeno trecho de um documento extenso e muito elucidativo quanto às operações anticabanas em torno dos dois principais acampamentos das “forças oficiais” no quadrilátero cabano, Ixituba e Luzea. A quantidade de pontos cabanos nas margens de rios, furos e lagos, nos impressiona. A distância, em dias de viagem, de cada ponto nos possibilita algumas problematizações necessárias.

A primeira refere-se à dificuldade em se empreender a contraofensiva diante dos deslocamentos cabanos e sua facilidade de locomoção decorrente de suas habilidades de navegação. O acesso aos pontos, que se dava pelos rios, levava de 10 a 20 dias de viagem, isso em localidades próximas umas das outras. Executar as táticas na guerra cabana requeria um planejamento minucioso e uma organização bem-feita, na medida em que riscos deveriam ser ao máximo antevistos, como a questão do suprimento das tropas. Foi o que alertou Joaquim José Luiz de Souza ao comandante interino do Alto Amazonas quando da ordem de fazer descer suas tropas para socorrer o Alto Rio Madeira, devendo

(...) ir em canoas com mantimentos para que a Tropa possa dilatar suas operações e não tenha pela falta deles de voltar ao Lugar de partida, perdendo assim muitas vezes o momento de maior vantagem [pois] uma operação momentânea contra os “rebeldes” não só é inútil como muitas vezes prejudicial do que o intruso para seu governo nas operações militares que tiver de fazer.³⁸⁹

Outra questão pertinente a ser analisada faz referência à mobilidade em que os cabanos tinham excelência. Trafegar por entre os tortuosos caminhos da floresta sejam eles terrestres ou fluviais requeria uma destreza própria dos povos que ali habitavam há muito

³⁸⁸ *Ofício de José Coelho de Miranda, Major Comandante Militar de Luzea, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido do Ponto de Luzea em 11 de janeiro de 1840. Códice 1048. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁸⁹ *Op.Cit. Códice 1075. Documento 323. Expedição ao Amazonas. APEP.*

tempo. Isso levava às constantes investidas por parte dos comandantes dos acampamentos anticabanos aos grupos indígenas para servirem de guias, práticos e remadores. Não à toa, o que já evidenciamos, a prática de presentear e nomear como Principais de suas nações, os Tuxauas

E, por fim, gostaríamos de destacar o ofício do comandante de Luzea, a ênfase dada ao comandante cabano Gonçalo. Observemos que todas as localizações dos pontos elencados se baseavam a partir da distância em que eles tinham do reduto comandado por Gonçalo. E este comandante era um escravo, que liderou um fortalecido ponto cabano às margens do rio Ambetuy, próximo de Ixituba, numa distância de dez dias. Novamente aqui, percebemos a agência de negros na Cabanagem, assumindo posição de lideranças e imprimindo, juntamente com outros grupos étnicos, o aprendizado de luta cabana.

O recebimento de ofícios contendo informações acerca das operações no palco das lutas cabanas, assim como solicitação de suprimentos e embarcações, era crônico pelo comando central em Santarém. Se pautarmos nossa tese sobre a Cabanagem dos sertões como batalhas fluviais, obviamente que a necessidade de transporte era imperativa. Assim, parte significativa das correspondências emitidas pelos comandantes que atuavam no “redemoinho”, ou seja, em pontos como os de Ixituba, era solicitando embarcações, sobretudo, montarias possantes e canoas, próprias para adentrar os estreitos furos e igarapés.

A solicitação constante de alimentos, farinha e peixe e/ou carne seca, assim como de artefatos bélicos e embarcações, é um indicativo contundente que Ixituba e cercanias se tornaram o epicentro das ações cabanas, depois de debelado o famoso ponto do Ecuipiranga. Como dito anteriormente, a dispersão cabana de seu Quartel General, a partir de julho de 1837, ao contrário do que acreditavam as autoridades anticabanas, fez com que as batalhas entrinhassem cada vez mais para dentro dos sertões, reconfigurando as ações de cabanos e de anticabanos. Localidades como Ixituba, Luzea, Borba, Curuá, e tantas outras, protagonizaram as batalhas fluviais no baixo e alto Amazonas.

A falta de mantimentos levou o comandante do ponto de Ixituba, Antônio Pereira de Lacerda, a realizar diligências para encontrar roças de mandioca sem donos para poder

produzir farinha, pois “que a guarnição só tinha mantimento até o dia 15 do corrente”³⁹⁰, e ele remetia a solicitação no dia 16, ou seja, um dia após o prazo de garantia de alimentos para as tropas.

Além das tropas, muitos ex-cabanos, apresentados às “forças oficiais” sob o indulto da Anistia, passaram a procurar Ixituba para se estabelecer, como o ocorrido em 07 de março de 1840, com a chegada de duas famílias, uma indígena e outra de uma viúva. As famílias iriam ficar em Ixituba até conseguir seguir para Santarém para obter sua anistia. Por isso que, o comandante do Ponto de Ixituba, Justino Francisco da Silveira, solicitava a Manoel Muniz Tavares, comandante da Expedição do Amazonas, *viveres para socorrer os anistiados*³⁹¹. Assim, aumentava ainda mais a crise alimentar por qual passava o lugar, que levava às “misérias e pobreza em que hoje está se vendo este furo”³⁹².

O avanço das ações cabanas no entorno de Ixituba, fazia com que as tropas fossem constantemente substituídas devido ao desgaste dos soldados. Pedido de reforço de contingente também era muito comum, sobretudo quando deparado com as forças cabanas, e com a prática da deserção de soldados levando consigo os armamentos dos comandos militares. Foi o que relatou Antônio Pereira de Lacerda, comandante de Ixituba, ao ter ciência de que

Os “rebeldes” preparavam para atacar este ponto e que estavam fazendo cartuxame com Pólvora tomada no Camarão e que a de atacar por terra e mar, e eles tem força bastante e munições e tal alguma inda da monção. A força deste ponto não é suficiente no caso que seja prejuízo reitera-me não há canoas; tem apresentando-se 50 mundurucus vindo do Copará e o capitão Clemente breve se apresentou-se o que tenho a dizer a Vossa Senhoria e tendo monção comunicavam-se com os “rebeldes”; na saída foi que vim entrar no conhecimento na tarde do dia em que saiu a monção, faltando os soldados do 5º Batalhão Francisco Simões e Lizandro Francisco este levou

³⁹⁰ *Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 16 de maio de 1838. Códice 1049. Documento 107. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁹¹ *Ofício de Justino Francisco da Silveira, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Ixituba em 07 de março de 1840. Códice 1049. Documento 107. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁹² *Ofício de Justino Francisco da Silveira, Comandante de Ixituba, à Raimundo Gonçalves de Azeredo Parintins (cargo não identificado), remetido de Ixituba em 03 de março de 1840. Códice 1048. Documento 243. Expedição ao Amazonas. APEP.*

todo o armamento tanto de ferro como de [inteligível], no dia seguinte mandei uma patrulha não foi possível eu [intervir?] (...).³⁹³

Pela fala do comandante, percebemos que as tropas de Ixituba tinham comunicação com os cabanos. Isso poderia acontecer ou por meio de soldados em diligências aos pontos insurgentes, ou de algum ex-cabano que passasse informações aos comandos militares. Não é novidade na compreensão da Cabanagem, a constante mobilidade de posicionamentos, sobretudo após o decreto da Anistia, em finais de 1839. Mas, além deste, outros elementos nos chamam a atenção, como a falta de tropas para as diligências repressivas, estando o comandante ciente dos planos cabanos de atacar Ixituba, o que provavelmente fazia aumentar seu desespero, e o auxílio de uma força de 50 índios Munduruku, apoio fundamental para o avanço das “forças oficiais” ao longo do rio Tapajós. Por isso, toda a atenção para com estes indígenas era necessária, como fez o mesmo comandante de Ixituba em finais de abril de 1838, ao deportar do Acampamento “o tapuio Cleto por andar ensandecendo os mundurucus que os brancos estavam enganando”³⁹⁴.

O território dos Munduruku margeava as águas do Tapajós. Habitantes originários dessa extensa área, a *Mundukuranea*, como ficou denominada, conheciam muito bem as possibilidades e os obstáculos que a floresta poderia proporcionar. Assim, desde o acirramento das *Cabanagens* dos sertões, estes indígenas souberam se localizar em uma guerra bastante radicalizada. Um importante interesse das forças anticabanas em relação aos Munduruku, era o serviço de guia. Como consta a ordem dada por Antônio Maciel Branches, comandante das forças de Santarém, ao militar Francisco Vieira Leitão, que atuava no rio Tapajós, de que ele deixasse “ficar as praças do seu comando constantes da relação junta /que venham como comitiva do Maioral dos Mundurucus/ para me servirem de guia no progresso das explorações do Rio Preto”³⁹⁵.

³⁹³ *Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 02 de maio de 1838. Códice 1049. Documento 81. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁹⁴ *Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 20 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 49. Expedição ao Amazonas. APEP.*

³⁹⁵ *Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Força da Vila de Tapajós, à Francisco Vieira Leitão, 1º Tenente Comandante, remetido da Escuna Rio da Prata, ancorada em Alter-do-Chão, em 22 de junho de 1837. Códice 888. Documento 185. APEP.*

O *progresso das explorações do Rio Preto* vinha do conhecimento dos Munduruku, não só dos limites naturais da região, mas, das estratégias de guerra que eles estabeleciam com etnias rivais e que foram sendo tecidas em conluio com os ditames da floresta. Por isso que, João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, fez questão de reforçar em ofício remetido ao presidente Soares d'Andrea, que para *melhor êxito* das operações contra os cabanos do Ecuipiranga no curso do rio Tapajós, fez

(...) marchar um barco maneiro artilhado, com a sua competente guarnição pelo Rio Preto até o Ponto de Santa Cruz e Aveiros, distante desta vila quatro a cinco dias de viagem, contra a corrente levando a seu Bordo o Alferes Joaquim José Barboza, e o Tuxaua da Nação Mundurucu para se reunirem e explorarem o Rio Preto pelas suas margens até a Vila Franca, ainda hoje ocupada pelos “rebeldes”, afirmando-me que o dito Alferes Barboza, como influente bastante entre a Nação Mundurucu por ter habitado muitos anos entre eles, e ali ter seu estabelecimento no lugar denominado Ixituba = muito acima de Santa Cruz e Aveiros, promete apresentar três a quatro mil arcos nessas explorações, e de resultado espero ter a honra de breve levar a conhecimento de Vossa Excelência o bom êxito destas explorações.³⁹⁶

A escolha do alferes Joaquim José Barboza para comandar as diligências sobre o Tapajós, seguramente teve como critério sua experiência entre os Munduruku e o conhecimento que o mesmo tinha da região, na medida em que foi morador do lugar de Ixituba. Sua boa relação com os indígenas garantia maior segurança aos interesses imperiais para debelar os cabanos do rio Tapajós e angariar apoio de grupos indígenas para a contraofensiva.

Outro elemento importante no ofício do comandante de Ixituba, Antônio Pereira de Lacerda, era a falta de embarcações. *A força deste ponto não é suficiente no caso que seja prejuízo reitera-me não há canoas*, estas foram suas palavras. Tropas e canoas caminhavam, ou navegavam, alinhadas para o êxito das operações e, de forma inversamente proporcional, sua falta levava à prejuízos e reverses nos avanços anticabanos, que acabava contribuindo para o fortalecimento das ações cabanas. A carência de embarcação era uma constante em todos os pontos militares do baixo e alto Amazonas, o que nos possibilita compreender a Cabanagem

³⁹⁶ *Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas do Grão-Pará, remetido de Santarém, em 15 de junho de 1837. Códice 888. Documento 140. APEP.*

nestas paragens como batalhas fluviais. Assim, faz-se necessário entender como se deu as dinâmicas destas batalhas a partir da importância e necessidade que se tinha uma embarcação em tempos cabanos, o que iremos conferir ao final do percurso do quadrilátero cabano. Por ora, seguimos este percurso, alcançando o reduto cabano do Curuá, importante área de madeiras próprias para a construção naval.

8.3. *Batalhas do Curuá*

Em correspondência do dia 29 de maio de 1837, o comandante militar do Baixo Amazonas, João Henrique de Matos, oficiou ao comandante das Forças Navais do Amazonas, sobre uma prisioneira cabana que havia relatado que

(...) estão os “rebeldes” de Ecuipiranga, e Cariatá passando-se para o referido rio Curuá, e Barreiras, em cujos pontos pretendem formar novas reuniões para que reunidos com os “rebeldes” do Rio Parú agredirem a Freguesia de Prainha, Monte Alegre, e Alenquer, e destas dirigirem todas as Forças a agredir esta vila com o armamento e munições que encontrarem por esses lugares (...)³⁹⁷

Os planos dos cabanos do Ecuipiranga em estender seus redutos para as cabeceiras do rio Curuá se dava pela posição estratégica em que se encontrava este rio. Além de ser tributário do rio Amazonas (o mais importante caminho fluvial da província), ele concentrava em seu entorno importantes freguesias da comarca, como mencionadas pelo próprio comandante militar, o que levantou a preocupação de Matos ao reforçar que “a reunião dos malvados em Barreiras, e Curuá é assas de muita consideração, pelo natural prejuízo que causa as canoas que transitam pelo Amazonas, e por consequência sujeitas as insurreições dos “rebeldes””³⁹⁸.

³⁹⁷ *Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Antônio Firmo Coelho, Capitão, Tenente e Comandante das Forças Navais do Amazonas, remetido de Santarém, em 29 de maio de 1837. Códice 888. Documento 159. APEP.*

³⁹⁸ *Idem.*

Por isso, localizamos nesta tese, a posição do rio Curuá como o terceiro ponto do *Quadrilátero Cabano*, pois foi reduto importante das ações cabanas e, para lá, houve todo um investimento em operações militares para *perseguir* e combater os cabanos, explicando assim, a significativa quantidade de documentos referentes à região.

Compreendemos a efetividade da região do Curuá na guerra cabana a partir do enfraquecimento do Ecuipiranga, como pontuamos anteriormente. Esta compreensão se fundamenta em relatos como o agora analisado. Vejamos que, de acordo com a prisioneira cabana, em maio de 1837 lideranças daquele ponto começaram a, estrategicamente, expandir seus domínios para além de sua maior fortaleza. Talvez, já calculassem uma possível derrota deste reduto, na medida em que nos meses do primeiro semestre de 1837 a contraofensiva ao Ecuipiranga se intensificou liderada pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito. Tanto é que, dois meses após o relato da prisioneira, em julho de 1837, é oficialmente anunciada a derrota deste reduto cabano.

Como também já analisamos neste capítulo, a leitura feita pelos comandantes anticabanos sobre a eficácia da derrota do Ecuipiranga, condicionando a derrota da Cabanagem no Amazonas com desbarato deste ponto, se mostrou frustrada, na medida em que as batalhas iriam se intensificar no leito dos rios e em áreas de várzeas, constituindo as Cabanagens do Sertão. Obviamente, como a própria citação indica, houve uma dispersão dos cabanos do Ecuipiranga, mas não de forma aleatória a partir de fugas sem destino. O interesse em se ampliar o domínio para outras paragens sugere que os cabanos tinham em mente uma possível rota de fuga e lugares certos para se estabelecerem. E o Curuá se colocou como uma dessas rotas, acolhendo às suas margens, importantes lideranças cabanas como a exemplo de Brás Antônio Carmo Miranda e Félix Mendes.

As tropas Imperiais frequentemente eram direcionadas ao Curuá para a realização de emboscadas a fim de capturar cabanos, sobretudo as lideranças, mas nem sempre tinham êxito, como verificamos no relato a seguir de Domingos José da Costa Pereira, comandante militar de Monte Alegre, ao informar que

O Furriel da Companhia de meu comando Manoel Antônio de Moraes segue nesta data, e leva para entregar a Vossa Senhoria seis presos os quais pela Relação junta Vossa Senhoria verá seus nomes, e observações, e entre este

vai [Ignácio?] José cabano de profissão (...) estes indivíduos foram presos pela emboscada que mandei colocar a espera do tal Felix Mendes, e continuam, e tenho tratado com as filhas do dito, que se ele atravessar para esta parte pretendo que não escape.³⁹⁹

Como vimos, nem sempre as estratégias de emboscadas conseguiam capturar os líderes cabanos que objetivavam, no caso citado, Felix Mendes. Mas, para o avanço das forças expedicionárias vindas de Belém e diante da primazia cabana em seus redutos, voltar trazendo em seu convés seis cabanos presos (informação mencionada no começo do documento) não era algo a se desconsiderar, ainda mais que, entre eles, ia um “cabano de profissão”, ou seja, alguém experiente na guerra e que, muito provavelmente, era uma liderança. Continuando com este mesmo ofício, nos deparamos com outra informação relevante sobre os “rebeldes” do Curuá. Diz o comandante militar Domingos José da Costa Pereira que,

Junto com os primeiros presos foram também agarradas duas mulheres, as quais também vieram fugidas do Curuá, cujas aqui ficam por mim entregues ao Juiz de Paz para as empregar na capinação da Vila, visto estar informado que também são influentes no partido da malvadeza (...)⁴⁰⁰

A menção de mulheres cabanas no Curuá não era algo raro. Em momentos anteriores desta tese, já analisamos um trecho documental sobre uma prisioneira cabana que entregou os planos de ocuparem o entorno do rio. O que nos chama a atenção na citação acima é a qualificação dada pelo militar às mulheres presas. Elas eram *influentes no partido da malvadeza*, por isso deveriam ser logo entregues ao Juiz de Paz para serem direcionadas ao trabalho compulsório, ficando *debaixo de vistas* destes. Não custa relembrar o protagonismo feminino na Cabanagem atuando em muitas vezes em lados opostos, como cabanas e anticabanas.

Este novo reduto cabano é um bom exemplo para compreendermos o processo de aprendizagem de luta diante de um cenário de coalizão de grupos sociais, étnicos e, por que

³⁹⁹ *Ofício de Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Monte Alegre, em 21 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 53. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴⁰⁰ *Idem.*

não, de gênero, bastante heterogêneo. Há relatos da presença de negros cabanos nas reuniões do Curuá. No caso, uma “preta com um moleque” fora presa com mais cinco soldados desertores, capturados no Curuá, e remetidos para Santarém⁴⁰¹. Neste mesmo ofício, o militar garantia que os cabanos deste rio seriam todos batidos.

A evidência da participação de indígenas e negros nos conflitos do Curuá é interessante para a efetividade da presença destes grupos étnicos na construção das batalhas cabanas. E a preocupação das autoridades militares ante estes grupos é perceptível na leitura da documentação, como nos mostra Joaquim José Luiz de Souza ao afirmar em correspondência ao comandante militar de Monte Alegre que ele ficasse

Certo da marcha de partida contra o Quilombo de cabanos novamente descoberto como me comunica em seu ofício de 26 do mês passado, e convém persegui-lo sucessivamente até aonde for possível depois do que deve voltar as Armas para o Curcary, contando que os “rebeldes” desse lado são perseguidos por Tropas do Curuá, do Xingú pelo centro e de Alter do Chão também pelo centro, faltando somente pelo Curcary, lugar de asilo, e ali não foram tropas de Monte Alegre.⁴⁰² (grifo nosso)

Perseguição a quilombos de cabanos. Diligências para capturar desertores e cabanos influentes. Estratégia de cercamento de focos cabanos. Percebemos que as diligências ao Curuá passaram a se intensificar na medida em que este lugar se tornou não apenas foco de reuniões de cabanos, mas também refúgio de lideranças importantes, além da forte presença de mocambos. Nesse momento faz necessário abrir uma análise para um cenário de alianças entre indígenas desertores e negros aquilombados na guerra cabana. A documentação e a historiografia confirmam a forte presença de quilombos e/ou mocambos na região dos rios Trombetas – nas proximidades de Óbidos, e Curuá. Segundo mapeamento organizado por

⁴⁰¹ *Ofício de Joaquim Sabino da Silva, Comandante da Escuna 19 de Outubro, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Curuá, em 25 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 58. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴⁰² *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 34. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Vicente Salles, podemos dimensionar a expressiva quantidade desses ajuntamentos de negros fugidos em várias partes da Amazônia colonial⁴⁰³.

1. Amapá: Oiapoque-Calçoene
2. Amapá: Mazagão
3. Pará: Alenquer (rio Curuá)
4. Pará: Óbidos (rio Trombetas/Cuminá)
5. Pará: Alcobaça (hoje Tucuruí) / Cametá (rio Tocantins)
6. Pará: Caxiú (rio Moju/Capim)
7. Pará: Mocajuba (litoral Atlântico do Pará)
8. Pará: Gurupi (atual divisa entre Pará e Maranhão)
9. Maranhão: Turiaçú (rio Maracassumé)
10. Maranhão: Turiaçú (rio Turiaçú)
11. Pará: Anajás (Lago Mocambo, ilha do Marajó)

Nos chama a atenção os sublinhados por perfazerem a região de interesse deste estudo, mas também o raio alargado de ação das fugas e conformações de quilombos no Grão-Pará. Especificamente a região do Curuá já se destacava como um reduto insurgente bem antes da eclosão da guerra cabana. De acordo com Rosa Acevedo Marín e Edna Castro, “o rio Curuá abrigou as tentativas iniciais de fuga da primeira geração de escravos [...] [suas cachoeiras] foram a alternativa original para orientar a fuga”⁴⁰⁴. A introdução do negro na região destinou-se a atender a demanda de mão de obra para a lavoura cacaeira na segunda metade do século XVIII, no período pombalino. De acordo com as autoras, em 1788 cerca de 20 colonos possuíam 233 escravos, “o desenvolvimento das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava”⁴⁰⁵.

Em *O Negro no Pará*, Salles trabalha com citações de vários autores, e relatos de viajantes sobre a situação dos quilombos amazônicos, dentre os quais, Salles recupera uma

⁴⁰³ SALLES, Vicente. *Negro no Pará sob o regime da escravidão*; 3ª edição revisada e ampliada; Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

⁴⁰⁴ MARIN, Rosa Acevedo & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA / NAEA, 1993, p.13.

⁴⁰⁵ *Idem. Ibidem*, p.14.

citação de José Alípio Goulart, de sua obra *O Regatão, mascate fluvial da Amazônia*, publicada em um momento simbólico e de repressão, o ano de 1968:

Os quilombos, porém, reproduziam, no que representavam de materialização de desespero dos escravos, a lenda da Fênix, renascendo das próprias cinzas. Assim foi que, em 1821, um carafuz de nome Atanásio, escravo das pertencências do major Martinho da Fonseca Seixas, na vanguarda de mais de quarenta companheiros, organiza novo quilombo. [...] Com o correr do tempo, o quilombo do Trombetas, localizando nas proximidades de Óbidos, contava mais de duas mil almas entre negros e mestiços.⁴⁰⁶ (grifo nosso)

Salles também relata em sua obra a participação dos aquilombados do Trombetas na Cabanagem. Assim como em toda a província, os negros aproveitavam a instabilidade política do processo revolucionário para evadirem-se rio acima e fundar seus agrupamentos. Tem-se notícia de uma povoação fundada “acima da décima quinta cachoeira” (Caspapura) nessa região, denominada *Cidade da Maravilha*, de forma que, “guardadas as proporções, esta foi a réplica amazônica dos mocambos dos Palmares”⁴⁰⁷.

É com o relato de Tavares Bastos, apresentado por Salles, que se tem um panorama mais completo da situação dos quilombos do Trombetas e Curuá. Em sua viagem pelo vale amazônico e em plena campanha que resultou na abertura do Amazonas à navegação a vapor, Bastos publicou seu livro *O Valle do Amazonas*, editado primeiramente em 1866 e que uso por aqui na edição de 1937. Nesta obra, Bastos percebe a formação organizacional dos quilombos em seus aspectos social, político e econômico. Transcrevendo a citação usada por Salles, nota-se a importância histórica dos dizeres de Bastos publicados depois de apenas trinta e tantos anos do fim da Cabanagem:

Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravos fugidos. Os *mocambos* do Trombetas são diversos; dizem que todos contém, com os criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas. Os negros, industriados talvez pelos outros

⁴⁰⁶ SALLES, *op.cit.*, 2005, p.266.

⁴⁰⁷ *Idem. Ibidem*, p.267.

companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo despótico eletivo; com efeito, eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conheceram nas nossas povoações. [...] Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões⁴⁰⁸ que sobem o Trombetas, eles o fazem habitualmente. Dizem também que permutam com os holandeses da Guiana os seus produtos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas.⁴⁰⁹

Podemos tecer relações entre a luta dos negros aquilombados do rio Trombetas, ou da continuidade delas em 1866, com a luta de indígenas, muitos deles desertores dos trabalhos compulsórios, que por aqui vimos tratando. Os trechos em destaque permitem compreender as dinâmicas empreendidas na região no cenário da guerra cabana. A partir de todo um aprendizado de luta, esses grupos étnicos e sociais foram adquirindo uma consciência de classe. Muitos enxergavam seu local social como “subalternos” no olhar daqueles com quem comercializavam “as escondidas”, na medida em que as ações a eles destinadas apresentavam muitos aspectos em comum, sobretudo em torno da exploração de sua mão de obra e da violência em que elas se baseavam⁴¹⁰. No entanto, no rio Trombetas Bastos soube que existiam mais de duas mil almas e que elas se autogovernavam. Soube que “nomeavam governador, delegado e subdelegado”, “imitavam” as designações das autoridades e dos povoados dos brancos e que produziam “mandioca e tabaco” de ótima qualidade, pois “o que vendem passa pelo melhor”. Eram estes supostos “criminosos e desertores, foragidos” que

⁴⁰⁸ Segundo o geógrafo David McGrath, doutor em ecologia e professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, “regatão é um comerciante ambulante que viaja entre os centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de ‘produtos regionais’, agrícolas e extrativistas” (1999, p.57).

⁴⁰⁹ SALLES, *op.cit.*, 2005, p.270.

⁴¹⁰ Partimos da ideia de consciência de classe cunhada por Edward Palmer Thompson. Ao fugir de uma concepção fechada e rígida de classe social, o autor a vê como um fenômeno histórico, construído num processo de experiências, que “evidencia-se pela identidade de interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa em comum, que se contrapõem a interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa”. Evidencia-se assim, a consciência de classe em torno do fenômeno da experiência. Desse modo, “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Ver: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9.

viviam nos mocambos com suas autoridades, eleições e normas, que agregavam diferentes gentes e que construíram seu modo de ser livres. Eles fizeram isso apesar de terem sido derrotados durante a cabanagem faziam cerca de trinta anos...

Em que pese suas diferenças étnicas e jurídicas, sabemos que aos indígenas foram executadas muitas políticas de associação dentro do processo de colonização portuguesa na Amazônia. Políticas que desde o século XVII e sobretudo depois de meados do XVIII, colocavam estes povos para fora do estatuto legal da escravidão. Todavia também hoje se sabe por inúmeros estudos, que na prática esta propensa igualdade jurídica nunca existiu, fazendo com que houvesse uma estreita aproximação da realidade social de indígenas e de negros. Desse modo, compreendemos a existência de muitos núcleos de resistência ocupados por negros, indígenas, soldados desertores, caboclos, e assim por diante. Na Cabanagem, estas alianças fortaleceram-se, a partir de um processo de aprendizagem de luta como arguiu Magda Ricci

Estes revolucionários fugitivos abriram outras frentes de luta, ampliaram suas bandeiras e alteraram as formas de guerrear. Aprenderam a usar a natureza a seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho.⁴¹¹

As operações anticabanas no rio Curuá acompanham toda uma estratégia de deslocamento, marca característica dos cabanos da região. Ao passo que os cabanos se movimentavam, a contraofensiva a eles seguia esta movimentação. Ousamos deduzir que havia uma correlação entre o aumento dos deslocamentos com o acirramento das batalhas nestes locais. Quanto mais os “rebeldes” se moviam, mais posições avançavam e, mais “cabanos de profissão” se tornavam. Assim, compreendemos as Cabanagens dos sertões como uma guerra em movimento.

⁴¹¹ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006, p. 11, 27 e 28. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

Em certa ocasião, um cabano negocia a rendição de seu grupo argumentando que uma das exigências para cessão dos conflitos e perdão das duras penas de rebelião, era “para nos sosseguemos e nos procurarmos os nossos domicílios”, ou seja, retornassem às suas residências, fixando-se em um lugar, já que viviam em constante deslocamento. É o que podemos perceber nas falas das autoridades à frente das operações do Curuá e rios adjacentes, quando ordena o retorno das tropas de Curcary, pois há informações que “alguns cabanos do Curuá tem passado para o Curcary”⁴¹².

Assim, o avanço as tropas expedicionárias ditas “legalistas” no Curuá acompanhou o acirramento das ações cabanas nesta região. O quantitativo de armamentos, munições, embarcações, gêneros alimentícios e tropas condiziam com a quantidade de demanda por estes suprimentos⁴¹³. O nível elevado de preocupação com as reuniões do Curuá pode ser mensurado quando da disposição de enviar tais suprimentos em tempos de crises, como nós já pontuamos. Isso demonstra o grau de investimento que foi feito pelas forças “legalistas” a este ponto, onde pesava bastante sua localização estratégica.

Além da força imposta pelos cabanos no Curuá, as doenças das tropas era um problema constante enfrentado pelas forças imperiais. Tropas desvalidas, malnutridas, se tornavam vulneráveis a sezões, que supomos corresponderem à malária. Estas doenças,

Se tem constituído um inimigo mais poderoso que os mesmos “rebeldes”, e convindo fugir dela, e poupar melhor as vidas dos nossos soldados, determino-lhe que se recolha com toda a força que aí tem, deixando cruzando, e ora fundeado na boca do mesmo rio o Iate Camarão, que sendo necessário pode vir aqui d’onde voltará para esse cruzeiro.⁴¹⁴

Há documentos importantes que nos permitem entender a dinâmica rotativa das trocas de soldados e que, dentre os motivos levantados para as substituições, a questão das doenças não pode ser desconsiderada, mesmo porque, a região Amazônica tem comumente

⁴¹² *Idem. Remetido de Santarém em 23 de setembro de 1838. Códice 1075. Documento 160. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴¹³ Ver: Códice 1076. Documentos: 07; 08; 25; 67; 72; 75; 80; 82; 112; 157; 202.

⁴¹⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Pedro Ivo Veloso da Silveira, Ajudante Comandante das Forças de Curuá, remetido de Santarém em 10 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 272. Expedição ao Amazonas. APEP.*

um clima quente e úmido, sendo que o aumento das chuvas de inverso propiciam o aparecimentos de variadas epidemias. Na citação acima, de um ofício remetido pelo comandante da Expedição ao Amazonas, ele justificou a demora ao pedido de tropas feito pelo Ajudante Comandante da Força de Curuá, pois as tropas vindas de Óbidos não poderiam seguir para lá, pois iriam ser direcionadas ao Rio Preto, *aonde os “rebeldes” estão fortes em número e munição*. Para termos uma dimensão da crise de doenças das tropas enfrentada pelas operações do Curuá, o mesmo comandante da expedição ao Amazonas, dois dias depois de sua correspondência com o Ajudante Comandante das Forças do Curuá, informou ao comandante de Monte Alegre, que daquele ponto, em menos de um mês, retornaram para Santarém 95 soldados doentes, sendo que alguns deles não chegavam mais com vida a seu destino.⁴¹⁵

A estratégia pensada por Santarém para segurar as investidas cabanas no Curuá diante de tamanho desfalque em suas tropas, foi estacionar o Iate Camarão na boca do rio, até que tropas novas fossem para lá enviadas. E, isso aconteceu alguns dias depois, em 15 de outubro, com a ordem de Santarém se aprontar nove guardas policiais para que se embarcasse às quatro horas da tarde em direção ao Curuá⁴¹⁶. Para a efetividade da contraofensiva neste ponto, montarias também eram necessárias, na medida em que o raio de ação cabana se expandia até as proximidades do rio Parú. Por isso que, em novembro de 1838, foi ordenada a construção de montarias possantes, com capacidade para transportar de 12 a 14 soldados, cada uma, para serem enviadas às operações do Curuá.⁴¹⁷

A perseguição aos cabanos estava em franca execução no rio Curuá. Os comandantes militares das vilas próximas deste rio, como Alenquer e Monte Alegre recebiam ordens do comando da Expedição situado em Santarém de caça incessante aos cabanos dos vários rios que compunham a hidrografia desta parte do baixo Amazonas. Estas ordens eram prontamente respondidas, mas nem sempre executadas, em decorrência das várias dificuldades, sobretudo

⁴¹⁵ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 12 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 283. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴¹⁶ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 15 de outubro de 1838. Códice 1075. Documento 302. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴¹⁷ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a José Ignácio de Miranda, Juiz Municipal de Santarém, remetido de Santarém em 29 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 448. Expedição ao Amazonas. APEP.*

falta de embarcação e tropas. Mas quando eram realizadas, visavam a captura de cabanos e desertores, já que o Curuá passou a ser visto como esconderijo destes dois tipos de rebelados.

Foi o que oficiou o comandante de Alenquer, Marcos de Noronha Brito de Abreu, a Joaquim José Luiz de Souza, em abril de 1838. Ao lhe ser ordenado diligências para a prisão de cabanos, ele respondeu que

Os indivíduos que Vossa Senhoria me ordena que mande prender e processar, já há quatro [inteligível] fiz seguir uma Escolta para o rio Curuá a prender Brás Antônio Correia Miranda e a outros desertores que por lá morem, quanto o tal José de Santa Anna não existe cá pessoa de tal nome pois um que cá havia foi preso para essa Vila segundo me consta no tempo em que comandava o Capitão de Fragata Agnelo Petra de Bitencourt cujo rebelde foi morto com uma rodeira de chibata que levou.⁴¹⁸

O comandante de Alenquer afirmava ainda que seguia o que havia prometido, de enviar pessoas recrutadas para o Exército ou Armada e que, de acordo com suas possibilidades, iria continuar recrutando. Parece que a região de Alenquer era um celeiro de recrutamento em tempos cabanos. Ao passo em que informava que as ordens vindas de Santarém estavam sendo rigorosamente cumpridas, o comandante também expunha a situação bélica e de soldados em que se encontrava, por meio de mapas e relações nominais. Este detalhamento era sempre requerido pelo comando central como forma de controle dos comandos existentes no interior da comarca.

Seguindo seu ofício, Marcos de Noronha Brito de Abreu avisa que recebeu notícias pelo Juiz de Paz de uma reunião de cabanos no rio Arapirá, e que para lá enviou diligência a fim de conferir se esta informação era correta. Lá chegando, confirmou a presença dos cabanos, remetendo 20 praças para a caça aos mesmos e explorar todo o distrito. Porém, parece que suas tropas chegaram um pouco tarde, ou o poder de comunicação dos cabanos era mais eficiente. O fato foi que quando a diligência alcançou o Arapari, eles já haviam

⁴¹⁸ *Ofício de Marcos de Noronha Brito de Abreu, Capitão Comandante Militar de Alenquer, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Alenquer em 21 de abril de 1838. Códice 1049. Documento 61. Expedição ao Amazonas. APEP.*

(...) se retirado para cima com destino, dizem que para Luzia, e ontem a tarde consta-me que no rio Atumã tinham entrado 9 canoas de rebeldes de maneira que hoje por toda noite faço seguir até lá outra escolta a explorar ver se e certo, e quando seja terão de serem presos e remetidos a Vossa Senhoria.⁴¹⁹

A quantidade de cabanos que se organizava em dispersão para Luzia, chamou a atenção do comandante de Alenquer, quando ele destaca, muito contrariado, que não podia saber “o que ainda pretendem estes homens ou feras quanto melhor se trata cada vez se tornam piores só querem andar em magotes, e de [muruxi?], é este o seu maior prazer”⁴²⁰. Como o documento aponta, havia um forte sistema de comunicação cabana pelas águas. Do Curuá, os cabanos passaram para Luzia e, logo depois, para o Atumã. Era um grupo grande, organizado em nove canoas, e que por vezes, se desviavam habilmente da contraofensiva a eles imposta. E, estes desvios se faziam pelos rios.

A intenção de se chegar à Luzia, parece não ser aleatória. Este rio localizado em território Mawé, também foi reconhecido reduto cabano, inclusive o último foco a ser debelado pelas forças imperiais. Nesse sentido, compõe o quarto reduto “rebelde” que nos propomos a analisar, fechando o *quadrilátero cabano*. Sigamos à Luzia.

8.4. Ponto de Luzia – último reduto cabano dos sertões

No alvorecer da década de 1840, o então presidente João Antônio de Miranda, relatava a importância da anistia e os efeitos que passavam a colher com ela, como o exemplo vindo do baixo e alto Amazonas, quando um grupo contendo 980 cabanos com suas *armas reunidas, arcos e flechas*, se apresentaram às autoridades de Luzia, e em outras vilas da região, como Santarém e Óbidos onde mais de 200 soldados desertores também haviam se rendido.⁴²¹

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, João Antônio de Miranda aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1840, p.7.

A satisfação presente nas palavras do presidente é compreensível, pois, um ano antes, esta região continuava a ser palco de conflitos, como relatou o presidente Bernardo de Souza Franco em discurso proferido no ano de 1839, onde afirmou que “em Luzia há receios de ataques de malvados, que dizem ter atravessado o rio Preto, e reunido dos distritos vizinhos”⁴²². O evento, “ufanicamente” apresentado por Miranda, foi saudado no relatório de Souza Franco em 1841, na ocasião, como vice-presidente. Ele inicia seu discurso congratulando o estado de *paz e tranquilidade* que reinava na província, atestando ter “cessado a guerra destruidora” com a rendição de muitos grupos de cabanos, os quais ainda estavam embrenhados nas matas de regiões como o baixo e alto Amazonas, em seus distritos de Monte Alegre e em Luzia, e no rio Tapajós, nas proximidades com a província de Mato Grosso.

A região de Luzea, ou o rio Luzea, não se encontra nos mapas atuais da fronteira dos estados do Pará e do Amazonas. Sua presença possui uma localização temporal bem específica, os anos da Cabanagem. Se hoje não ouvimos falar, ou não conseguimos encontrar Luzea, mesmo no mais eficiente instrumento de localização, o *google maps* (localizador via satélite), seguramente que nos últimos anos da década de 1830 este lugar era bastante reconhecido e procurado por cabanos e forças “legalistas”. De acordo com Antônio Ladislau Monteiro Baena, Luzea possuía jurisdição de Vila e compreendia as “Freguesias de Araretama (Vila de Borba pela antiga qualificação extinta), de Tupinambarana (Missão de Vila Nova da Rainha pela antiga qualificação extinta), e de Canumá (Missão do mesmo nome pela antiga qualificação)”⁴²³. Ainda, segundo Baena, na Vila de Luzea se erigiu uma Missão de Mawé, e tinha por limites os rios Parintins e o rio Madeira. Colocava-se assim, próxima de diversas vilas e redutos cabanos, a exemplo do Ecuipiranga, no centro da área compreendida pelo *Quadrilátero Cabano*. Eis sua importância estratégica para a revolução cabana dos sertões.

A atenção com o ponto de Luzea por parte dos comandos de Belém e Santarém pode ser entendida pelos ofícios remetidos aos comandantes militares dos sertões. Em ofício remetido a Antônio Freire Taquirinha, comandante militar de Manaus, Joaquim José Luiz de Souza destacava que ficara

⁴²² Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1839, p.1., p.2.

⁴²³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.425.

Ciente do aparecimento dos “rebeldes” no Alto Rio Negro, e bom será providenciar para que eles não prosperem. Se destruir os “rebeldes” dos Autazes, e do Alto Madeira é uma necessidade, render o destacamento de Luzea é outra semelhante, e convém acudir a ambas com presteza.⁴²⁴

A divisão de atenção aos mais de 100 focos cabanos era tarefa difícil para os comandos militares responsáveis pela perseguição aos “rebeldes”. Um equilíbrio das forças entre os mais prósperos redutos cabanos fazia-se necessário, como destaca o comandante da *Expedição*, ainda mais quando se tratava de Luzea.

A Vila de Luzea se tornou importante foco de ações cabanas e, por isso, foi nela estabelecido um acampamento das operações anticabanas. Pela fala dos comandantes que ocuparam este destacamento, conseguimos perceber esta região como um lugar da deserção. Já analisamos anteriormente que as ações de fugas eram recorrentes em tempos cabanos. Fugas dos serviços obrigatórios, fugas dos recrutamentos para tropas militares. Este ato levava a todo um investimento por parte dos comandos centrais em Belém e em Santarém. E Luzea parece ter sido um lugar tanto de deserções de soldados de suas tropas, como também um refúgio de cabanos fugidos. Um desses soldados fugidos foi Antônio Barbosa Pereira, da 6ª Companhia do Contingente, que acabou sendo preso e acusado, além de deserção, de ter auxiliado a fuga do grumete da Escuna Porto Alegre, que ao fugir acabou ferindo o comandante da embarcação⁴²⁵.

Havia vários motivos para desertar, especialmente numa guerra de posições políticas e demandas sociais muito distintas e antagônicas. Mas, havia razões mais concretas, podemos dizer problemas do cotidiano, como falta de soldos, ou mesmo a precária situação das tropas, como a exemplo da alegação respondida por Joaquim José Luiz de Souza a partir de uma queixa por ele recebida. Garantia ele que

⁴²⁴ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Freire Taquirinha, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 14 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 283. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴²⁵ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 20 de novembro de 1838. Códice 1075. Documento 417. Expedição ao Amazonas. APEP.*

A Tropa do 2º Batalhão que se acha em Luzia está inteiramente *trapulha*, e se eu tiver aqui alguma roupa de seu fardamento aproveitava a ocasião do Correio em que veio o Escrivão da Escuna Porto Alegre para se lhe mandar como por ele agora mando todo o soldo que Vossa Senhoria me remeteu com seu officio de 20 de junho passado. Convém portanto que Vossa Senhoria me envie alguma roupa para essa gente.⁴²⁶

Estas fugas levavam inevitavelmente ao aumento da falta de soldados nas tropas. Por isso as solicitações feitas à Santarém pelos comandantes de Luzia (ou Luzea) pedindo soldados inferiores para prosseguir com as diligências, nos levando a perceber outra dificuldade premente sentida pelas forças expedicionárias⁴²⁷.

Lugar também muito procurado por cabanos fugidos, Luzea se tornou um ponto de formulações das suas estratégias na região. Acreditamos que sua localização, no coração do *Quadrilátero Cabano*, possibilitou sua construção como um dos centros estratégicos dos cabanos no pós-derrota do Ecuipiranga. Inclusive, na existência deste, ela mantinha estreitas relações, garantindo o comércio de pólvora vinda de Mato Grosso.

Outro fator fundamental para se entender a elevação de Luzea como forte e resistente reduto cabano foi a participação efetiva dos índios Mawé nos conflitos. Assim como os Mura, sua agência na Cabanagem se deu por seus predicados de povo aguerrido, senhores de um extenso território, que foi palco das últimas batalhas cabanas e atuando na maioria das lutas como “rebeldes”, o que levava a preocupações por parte do governo provincial, como destacou o presidente Bernardo de Souza Franco, ao alertar que

No Amazonas continuam ainda as operações, e difícil será concluir a guerra sem o emprego concorrente dos meios brandos e conciliatórios, atenta a vastidão dos terrenos, que é mister de explorar e proteger. No rio Tapajós, ou perto existem ainda malvados, e o Gentio Maués por eles seduzido foge, e

⁴²⁶ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força do Rio Preto, remetido de Santarém em 22 de setembro 1838. Códice 1075. Documento 156. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴²⁷ *Ofício de Sebastião Roque da Cunha, Comandante Interino da Escuna Porto Alegre, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia em 06 de abril 1838. Códice 1049. Documento 12. Expedição ao Amazonas. APEP.*

incendeia suas habitações a aproximação de nossas forças, ou lhe faz emboscadas, e resistência.⁴²⁸

Obviamente que o pensamento do presidente Souza Franco se calcava por uma perspectiva colonialista que retiravam dos grupos indígenas qualquer possibilidade de ação consciente. Estes grupos sempre seriam levados para atender interesses de outros. Assim, eles teriam entrado nos conflitos *seduzidos* pelos cabanos, participando da Cabanagem por derivação. Se contrapondo a esta perspectiva, compreendemos que esta sedução era de fato a efetiva participação dos Mawé nas batalhas, ao ponto de radicalizarem suas ações incendiando habitações nas vilas, realizando emboscadas para as tropas expedicionárias.

A fala do comandante da Escuna 19 de Outubro sobre a incapacidade das vilas próximas à Luzea de se defenderem das investidas cabanas remete a uma preocupação latente entre as autoridades das vilas. Esta preocupação aumentava quando deparada aos efetivos cabanos nesta região, como destacou Joaquim José Luiz de Souza ao transferir o comando da Expedição ao Amazonas ao comandante Manoel Muniz Tavares, afirmando que

Os rebeldes ao Amazonas são os que existem nas Montanhas do Rio Preto, em terra dos Maués, dos quais Vossa Senhoria está melhor informado por lhe ter feito a Guerra por esse lado. Além destes existem, nas Cachoeiras do Rio Aropadi Distrito de Luzea o rebelde Gonçalo Jorge de Magalhães Chefe de uma numerosa quadrilha; e outro rebelde Pantaleão de tal que capitaneia a uma porção de Muras no Lago dos Autazes. Em o Distrito de Tupinambarana do Lago do Predirá acha-se o rebelde Crispim de Leão com uma porção de sua comitiva que ameaça todos os dias atacar Tupinambarana, e contra o qual não tenho mandado Força capaz de os destruir por não ter sido possível.⁴²⁹

Observemos na citação acima a organização cabana e suas reuniões, às margens de rios e igarapés, e o comando destes pontos, inclusive liderados por indígenas, como o caso de Pataleão, tuxaua Mura. *Numerosa quadrilha, ameaça de atacar todos os dias*, são expressões que remetem ao poder de ação cabana nesta região, com um forte quantitativo de combatentes

⁴²⁸ Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1839, p.1.

⁴²⁹ *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força do Rio Preto, remetido de Santarém 08 de outubro de 1839. Códice 1093. Documento 69. Expedição ao Amazonas. APEP.*

“rebeldes”. o que levava a um temor generalizado nos habitantes das vilas não tomadas pelos cabanos.

Defendemos neste estudo, que o caráter radicalizado que as batalhas cabanas nos sertões apresentaram, tem forte interferência das formas de lutas de Mura e Mawé. Temos conhecimentos pelos relatos coloniais que as ações Mura de contraposição ao projeto integracionista, que visava reduzi-los às aldeias missionárias, era efetivada por meio de ações violentas e planejadas, como por exemplo, a emboscada no meio da noite. Atacavam em pequenos grupos, com táticas de guerrilha, o que encontramos muitas similaridades às investidas cabanas. Pelo que vimos, as ações dos Mawé não ficavam muito atrás quanto ao seu caráter radical. E a radicalização das ações cabanas em torno de Luzea pode ser compreendida pela efetividade da contraofensiva a elas empreendida, como podemos ver a seguir na fala do comandante Joaquim Sabino da Silva.

(...) para pôr acoberto a esta Villa, julgo necessário conservar trezentos homens em operações de divididos em três partidas, uma para bater o Arubu, Amatary, e Arumam; outra pra os Autazes, e a 3^a para as Cuiciras, as quais devem ser Comandadas por pessoas de reconhecida capacidade para estas expedições serem levadas a efeito julgo indispensável mais 100 armas, 4 morteiros para armas das Igaritês, e dez ou doze mil Cartuxos de fuzilara (...)⁴³⁰

Este ofício foi remetido em meados de julho de 1839, no auge da contraofensiva na região de Luzea e coloca, categoricamente, a necessidade de se ter pessoas capazes para comandar as investidas. Esta qualidade seguramente tinha a ver com o conhecimento da região para que as expedições pudessem ter êxitos, e que levava novamente ao imperativo dos grupos indígenas que nela habitavam, como os Mawé. Não à toa que a estratégia de estreitamento em relação a estes indígenas também foi utilizada pelos comandantes militares “legalistas”, com a concessão de gêneros solicitados pelos indígenas, como pontuou o próprio Joaquim Sabino da Silva, dando continuidade em seu ofício, ao alertar que

⁴³⁰ *Ofício de Joaquim Sabino da Silva, 1º Tenente Comandante da Escuna 19 de Outubro, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Manaus em 15 de julho de 1839. Códice 1093. Documento 37. Expedição ao Amazonas. APEP.*

(...) à gente o comandante me afiança que apresentará logo que for necessário para fornecer esta gente de Nações basta que os conhecimentos dos gêneros que se tomarem sejam aceitos pelo Comissariado, vindo ordem de Vossa Excelência para a maneira de os passar, e da maneira que o comandante militar deve prestar contas para ele ter os documentos necessários.⁴³¹

A preocupação em relação ao apoio Mawé também era expressa quanto ao trato com estes indígenas. Em determinada diligência, foi preso um indígena cabano desta Nação e, de acordo com o comandante desta operação, Lourenço da Silva Araújo, ao prenderem o

Indígena Maués, e sendo-me apresentado fiz-lhe dar o mais humano tratamento pô-lo em liberdade entreguei-lhe suas armas /arco e flechas/ o qual as sentiu dormir no Acampamento para pela manhã seguir para sua Maloca a prevenir o seu Tuxaua das intenções pacíficas com que nos dirigíamos. Ao amanhecer o dia 2 partiu o Indígena, e logo a Força, próximo a Maloca fiz tomar as precisas precauções para nela entrar, e entrando com pasmo a achei abandonada, e em cinzas.⁴³²

O abandono das Malocas foi ação orquestrada pelos próprios Mawé que, ao serem informados no dia anterior por um grupo de cinco a sete cabanos, decidiram por evadirem de suas malocas, queimando-as para evitar possíveis vestígios. Esta informação foi dada ao comandante por uma senhora Mawé encontrada pela diligência.

A estratégia de aproximação com os Mawé era fundamental para o avanço das tropas imperiais no território destes indígenas. Alguns grupos, liderados por seus tuxauas, aceitaram pela integração e participação com seu apoio, como o caso do tuxaua Matheus que, ao se entender com os comandantes militares locais, fez seguir seu grupo como guia para uma expedição composta por quarenta soldados. Ao alcançarem nova maloca, foram surpreendidos por uma emboscada cabana onde, sob muita luta e incêndios de casas, conseguiram fazer rebater os cabanos. Esta diligência teve como resultado a morte do guia Mawé Luís José

⁴³¹ *Idem.*

⁴³² *Ofício de Lourenço da Silva Araújo, Comandante da Escuna Rio Grandense, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia em 05 de junho de 1839. Códice 1093. Documento 18. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Antônio. Antes de partir para outros pontos, o comandante fez questão de reforçar ordem a toda a tropa que não tocassem em nada pertencente aos indígenas.⁴³³

A percepção da participação Mawé na Cabanagem a partir da agência por eles empreendida nas ações nos leva a entender o porquê de sua atuação ora nas forças cabanas ora nas forças opostas aos cabanos. Mas, pelo teor da documentação, por meio de exaustivos ofícios que reforçavam a necessidade do apoio destes indígenas, deduzimos que os Mawé lutaram, em sua maioria, como cabanos.

Continuando a análise do documento acima citado, nos foi possível alcançar as dinâmicas das lutas empreendidas em torno de Luzea, e dinamismo esse, protagonizado pelos Mawé. Alguns elementos nos chamam a atenção e reforçam o que defendemos nesta tese, quais sejam as batalhas que se constituem pelos rios, e o imperativo indígena no conhecimento destes caminhos fluviais, o que levava a intercepção das tropas “legalistas” e a garantia do domínio dos rios e das batalhas. Vejamos.

Antes do anoitecer retirou-se a partida tendo bem observado quanto a toda Força havia ordenado de em nada tocar pertencentes aos Selvagens. No dia por vendo intercortada a comunicação que pretendia pela influência e impostura dos rebeldes, sendo que com hostilidades menos conseguiria por que fugia-se-me sempre abandonar-se-me Malocas em ruínas menos entendendo dever empregá-las para convicção do que [anteclava] tendo já um ferido impossibilitado de andar, destituído de recursos se o número deles aumentasse, repetindo as partidas tendo de praticar uma retirada árdua de 3 dias de marcha em um terreno apto para fáceis e inevitáveis emboscadas, determinei a sem mais novidade se acha a Força recolhida ao Ponto, devo fazer ciente a Vossa Excelência que esta Expedição as terras já era aguardado pelos Maués, e mais ainda pelos rebeldes, os últimos desertores deste Ponto creio que todos os de Pauxis inclusive um Tambor passarão pelas terras, e para mais determinar os Selvagens a dar-lhes mantimentos, e os rebeldes a não persegui-los dela terão lhes a pretensão de uma expedição as terras. Os rebeldes aproveitaram-se deste aviso para se porém em observação nas estradas e indispossem os Maués a nosso respeito, por isso fomos apercebidos desde o 2º dia de Marcha. Cumpre saber-se que embora em qualquer parte que esteja tem espias espalhados por todas as Malocas por meio dos quais sabe tudo quanto lhe convém e influem nos animo dos selvagens a seu favor.⁴³⁴

⁴³³ *Idem.*

⁴³⁴ *Ofício de Lourenço da Silva Araújo, Comandante da Escuna Rio Grandense, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia em 05 de junho de 1839. Códice 1093. Documento 18. Expedição ao Amazonas. APEP.*

Problematizando o documento do comandante anticabano, percebemos o nível de organização das ações e da comunicação cabanas, ao ponto de se anteverem às tropas expedicionárias, interceptando suas ações. A presença de espões em lugares próximos aos acampamentos “legalistas” também é algo bastante perceptível nas batalhas dos sertões. A antecipação às ações inimigas permitia avançar com suas próprias ações, se colocando nas estradas à espera das tropas expedicionárias. Esta antecipação era construída em conjunto aos Mawé que, de acordo com o comandante, tinham sido persuadidos pelos cabanos a se indisporerem às tropas oficiais.

O apoio Mawé chegou a ser visto como fator condicionante ao êxito das ações das forças imperiais na região de Luzea. Chegou um momento no ofício que o comandante passou a priorizar estratégias não de ataques ou avanços de suas tropas, mas de ações que visavam chegar mais próximos dos indígenas e conseguir seu apoio e unidade, e que assim, ainda se tinha

(...) alguma confiança em que os Maués convencidos de nossas boas intenções pelo meu [comportamento] em suas Malocas pelo tratamento e liberdade que dei aos apreendidos pelas instruções que lhes dei do que de minha parte deveriam dizer a seus [Tuxauas] se desenganem a respeito dos rebeldes e nos busquem.⁴³⁵

Para isso, era preciso reforçar o efetivo das tropas, expandindo o raio de ocupação com *um número de gente considerável*, assim como garantir um aumento nas munições destinadas à vila. Cada ponto de ação de combate aos cabanos deveria ser guarnecido com um quantitativo sempre igual ou superior a 50 soldados, que fariam diligências para diferentes pontos ao mesmo tempo. Parece que para o comandante, a contraofensiva na região precisava acompanhar o mesmo ritmo das ações cabanas em terras Mawé. Tarefa difícil de ser cumprida, quando temos o conhecimento da habilidade de deslocamento das forças cabanas dos sertões. Vejamos isso na citação a seguir.

⁴³⁵ *Idem.*

Ao amanhecer o dia 28 praticou-se o desembarque sem a menor resistência, e explorando-se achou-se ser aquele ponto, por onde de Luzea, e das terras dos Maués, se comunicam com este Rio. Dos papéis oficiais apreendidos colheu-se ser o famigerado Barboza dito Parintim o Chefe de todas horda de rebeldes compreendidos entre Luzea, e Rio Preto, assim como por isso a achar-se neste Rio Thomaz d'Albuquerque, dever ser arredado do dito Barboza e em grande distância. As 8h fiz sair uma partida a explorar mais o interior, e ao passar as nossas vedetas foi atacada pelos rebeldes enguerrilhados em toda a mata (caminho das terras dos Maués) cujo número tanto mais crescia quanto a partido se entranhava pelo interior. Às 9h da manhã do dia 29 se recolheu a partida participando ter chegado as 2 horas da tarde do dia antecedente até onde ouvira Caixas de um ponto que tinha os rebeldes no interior; e obrigada pela desproporção com que acresciam em retirada com a simples perda de quatro feridos levemente. Impossibilitados os rebeldes pelo bloqueio de salvarem suas embarcações foram-lhes tomadas 25, cuja maior parte foi distribuída por falta de gente para as conduzir.⁴³⁶

Lendo os registros deixados pelas autoridades provinciais, percebemos o quão foram invasivas as batalhas nestas paragens. A quantidade de rios, tributários, igarapés e furos é dimensionada pela quantidade de embarcações envolvidas nestas batalhas, como destacamos na citação acima, ao serem apreendidas 25 canoas dos cabanos, quantidade significativa ao ponto de não ter gente suficiente para conduzi-las. Também a dificuldade imposta pelas condicionantes naturais, mas, sobretudo pelo imperativo das forças indígenas, elevou a região entre Luzea e Rio Preto, passando pelas terras dos Mawé, como um reduto das principais lideranças cabanas, como o “famigerado” Parintim, e Thomaz de Albuquerque.

Percebendo o quão difícil era conseguir o tão investido apoio Mawé, as tropas da região entre Luzea e Rio Preto contaram com as forças Munduruku. A habilidade desta nação em seu território, a Munducurânea, limite com as terras Mawé, foi fundamental para antecipações e avanços da contraofensiva aos cabanos, como a realizada pelo Tuxaua Joaquim e seus Munduruku que “se havia adiantado navegando rio acima, chegou participando-me haver-se a pouco batido com quatro montarias dos rebeldes, em virtude do que mandei largar toda a força em seu seguimento”⁴³⁷. Estas são palavras do Ajudante de Campo, o militar Pedro Ivo Silveira, onde pretendia fazer incursões por igarapés da região, para que se chegasse até as campinas, o que foi surpreendido pela antecipação Munduruku.

⁴³⁶ *Ofício de Pedro Ivo Villa Silveira, Ajudante de Campo, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Ixituba em 04 de setembro de 1839. Códice 1093. Documento 86. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴³⁷ *Idem.*

Assim como a efetividade das ações cabanas nos sertões dependia, em grande medida, da participação de indígenas, a paulatina retirada destes dos conflitos, sobretudo os Mawé e os Mura, levou a uma inevitável derrota cabana. E os comandos centrais em Belém, em comunicação com Santarém, passaram a ter ciência disso. Os comandantes começaram a perceber que somente os regalos não lhes era garantia ter este apoio. Era preciso uma medida mais efetiva, e ela veio pela Anistia assinada pelo recém-empossado ao trono, o imperador D. Pedro II, no início de 1840.

Assim, em 06 de fevereiro de 1840, todas as autoridades da vila de Luzia, militares, civis e religiosas, se reuniram na Câmara Municipal para oficializar o recebimento do Decreto da Anistia e fazê-lo público em todas as freguesias e redutos de cabanos da vila⁴³⁸. A necessidade em se fazer publicar o mais rápido possível o decreto, levou a uma cobrança exaustiva aos comandantes dos acampamentos anticabanos, principalmente nos redutos “rebeldes” mais fortes, como o Lago do Ambutahy, comandado pelo cabano Gonçalo Jorge de Magalhães. Em ofício a este comandante cabano, o comando oficial de Luzia explica o teor do decreto, sua legitimidade por ter sido assinado pelo próprio imperador D. Pedro II e, positivamente, diz que espera contar “com as suas boas intenções, e confio que conduzirá esses povos a ordem e subordinação ao nosso Jovem Monarca, basta de andarem concentrados fora do grêmio da Igreja, e das Leis em que Imperialmente nos regem”⁴³⁹. Continuando o apelo feito ao comandante cabano, lhe garantia que ele não seria considerado um *cabeça* da revolução, pois o Decreto considerava este tipo de cabano apenas os que assumiram os primeiros cargos da província, ou seja, militares de alta patente ou religiosos, que pelo visto não seriam contemplados pela anistia, não sendo o caso de Gonçalo Jorge de Magalhães, pois

Nem Vossa Mercê, se pode reputar a cabeça, nem assassino que nunca o foi segundo o que aqui todos me informam, e do que lá estão nenhum se acha pronunciado, espero quanto antes que Vossa Mercê apresente aqui os povos a sua disposição, para aqui ficarem nesta vila os respectivos moradores, e se

⁴³⁸ *Ata da Câmara Municipal de Luzia, em Sessão Extraordinária, reunida em 02 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 145. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴³⁹ *Ofício de José Coelho de Miranda Leão, Comandante Militar de Luzia, à Gonçalo Jorge de Magalhães, Comando do Ponto do Ambetuhy, remetido de Luzia em 15 de fevereiro de 1840. Códice 1048. Documento 147. Expedição ao Amazonas. APEP.*

acolherem os mesmos as suas respectivas povoações, estas são as ordens do Governo Legal.⁴⁴⁰

O ofício do comandante de Luzea é explicitamente apelativo. Constava nos conhecimentos das autoridades oficiais as ações violentas que o comandante Gonçalo realizava nas cercanias do rio Ambutahy. Ao garantir que Gonçalo entraria no rol dos anistiados, mesmo ele sendo um *cabeça da revolução*, as forças imperiais ou optaram por perdoar algumas lideranças que organizavam redutos cabanos fulcrais para o avanço das forças oficiais, ou estariam concedendo falsas promessas para atrair Gonçalo e, tendo-o em suas mãos, destinar-lhe as penas para um condenado por rebelião. Mas, de uma forma ou de outra, o que importava naquele momento para as forças oficiais era garantir o maior número de anistiados para poder pôr fim às batalhas dos sertões. E, estender a notícia do decreto, passava fundamentalmente pela nação Mawé, como destaca o comandante do ponto de Ixituba em ofício à Santarém, ao destacar que “o comandante dos Anistiados fizera ciente aos Índios da Nação Maué, e que estes contentes abraçaram o perdão”. E reforçou a política de anistia ao afirmar que “todo o caminho irei com os anistiados que vieram no Correio e eu estar bem persuadido que por esta parte esta guerra acabada segundo o que bem tenho alcançado nos sentimentos dos anistiados”⁴⁴¹. Finalizava solicitando permissão de os Mawé terem acesso livre para irem ao Acampamento.

A opção pela anistia foi de fato a que alcançou melhores resultados para que as tropas do Império conseguissem derrotar os últimos focos da resistência cabana na região de Tupinambarana, Vila de Luzea, território Mawé. Com o estender da guerra cabana, entrando no sexto ano de conflito, chegou a um momento decisivo de redirecionamento das ações contrárias aos rebelados. Apenas o estreitamento com as principais nações indígenas por meio do aliciamento com presentes e/ou benefícios não estava conseguindo conter as ações cabanas na última base do Quadrilátero Cabano. Desta forma, a anistia surtiu o efeito desejado pelas forças anticabanas, porém à médio e longo prazo.

Os ofícios trocados pelos comandantes das quatro bases do Quadrilátero Cabano dão conta de percebermos que, ainda em 1841, o clima era de alerta sobre a retomada cabana de

⁴⁴⁰ *Idem.*

⁴⁴¹ *Ofício de Justino Francisco da Silveira, Alferes Comandante do Ponto de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido do Ponto de Ixituba, em 07 de março de 1840. Códice 1048. Documento 243. Expedição ao Amazonas. APEP.*

novos focos, solicitações de soldados para renderem as desfalecidas tropas, além de pedidos recorrentes de mão de obra indígena para as Fábricas Nacionais de Madeira e os Pesqueiros Nacionais. Também observamos na documentação o receio das autoridades “legais” de cabanos ainda foragidos terem influência nos que decidiram pela Anistia fazendo-os recuarem em sua decisão. É o que nos evidencia o ofício de Antônio Lopes Mesquita, comandante militar da Vila de Tupinambarana para Manoel Muniz Tavares, comandante da Expedição ao Amazonas. Segundo Mesquita, solicita para sentar praça de seu comando os soldados Antônio Francisco e Manoel da Silva Pereira que, segundo ele, são muito prejudiciais para os anistiados do rio Mamuru. Na sequência, informa sobre o Recrutamento de Anistiados para se evitar conflitos e *perturbação ao sossego público*⁴⁴².

Interessante a fala deste comandante quanto ao uso do recrutamento compulsório para garantir a tranquilidade nesta região, demarcada como último reduto cabano no *Quadrilátero*. A preocupação de Mesquita inseria-se numa realidade ainda vivida na região e que implicava num clima ainda tenso, mesmo depois da Anistia e da expectativa em se tranquilizar a região aos interesses de setores da elite local. E esta tensão ocorria porque o movimento que se retroalimentava entre recrutamento compulsório e deserção continuava de forma frenética. As denúncias de fugas indígenas dos postos de trabalhos eram inúmeras. João da Gama Lobo Bentes, comandante militar de Óbidos queixava-se à Manoel Muniz Tavares, em 25 de março de 1841, que “não tem sido possível conservar um só índio na Fábrica Nacional de Madeiras, no Rio Trombetas” e que, os que fogem se encontram com outros desertores da região e, mesmo quando conseguiam capturá-los, novamente voltavam a fugir⁴⁴³. Mesmo findando a guerra cabana, com várias (falsas) promessas sendo colocadas, este movimento de recrutamento e deserção permaneceu agitado ao longo do século XIX, como evidenciou o casal Agassiz em 1865.

Estes são apenas amostras de um universo muito maior de evidências de que a situação nos sertões da província, em muitas dimensões, em nada tinha mudado. As ações imperiais executadas pelas principais autoridades da província reverberam a lógica que se

⁴⁴² *Ofício de Antônio Lopes Mesquita, Comandante do Quartel do Comando Militar da Vila de Tupinambarana, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido a bordo da Barca Independência, em 07 de julho de 1841. Códice 1141. Documento 21. Expedição ao Amazonas. APEP.*

⁴⁴³ *Ofício de João da Gama Lobo Bentes, Comandante do Quartel do Comando Militar da Vila de Óbidos, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos, em 25 de março de 1841. Códice 1141. Documento 01. Expedição ao Amazonas. APEP.*

manteve inalterada no trato para com a população paraense. Muitos cabanos foram desterritorializados, sobretudo tapuios e indígenas, num movimento de retirada destas pessoas de seu local de origem. O movimento de deslocamento forçado de pessoas sempre foi comum no processo de colonização. A diferença para este deslocamento punitivo é que os locais de destino extrapolavam os limites do Grão-Pará, muitos foram trocados com presos de outras rebeliões vivenciadas neste período pelo Império brasileiro, a exemplo do Rio Grande do Sul. Para a desterritorialização, as fugas se esvaziavam em certa medida, pois estas pessoas dificilmente conseguiriam retornar aos seus.

Quanto aos indígenas Mura, Mawé e Munduruku, eles tiveram destinos diferentes no pós-guerra cabana. Aos últimos, a documentação nos informa que as autoridades da província optaram pela já conhecida política de estreitamento com suas lideranças para continuar a garantir apoio, permanecendo os Munduruku a agir também de acordo com velhas práticas da barganha para manterem a relativa soberania em seu território. Em relação aos Mawé, observamos uma política bipolar entre o estreitamento a partir de falsas promessas e/ou regalos, e a repressão de lideranças destacadamente cabanas. Aos Mura, o destino foi a repressão violenta. De acordo com informações acessadas na obra de Moreira Neto e no estudo de Márcia Leila Pereira⁴⁴⁴, esta nação passou por um processo de depopulação após a Cabanagem e, os que sobreviveram tiveram de alterar seus costumes tradicionais, embrenhando-se na terra firme para tentar garantir o máximo de distanciamento das vilas e freguesias.

Entre continuidades e mudanças nas relações estabelecidas entre os povos indígenas dos sertões e os agentes colonialistas do Estado brasileiro, a agência destes povos foi traço que se manteve nos anos seguintes à Cabanagem. Mesmo diante de muitas continuidades na política indigenista a eles depositadas, os Mura, os Mawé e os Munduruku, a partir de leituras próprias e de ações conscientes, continuaram a imprimir suas marcas, suas identidades e suas culturas em movimentos de contraposição e garantia de sua existência reelaboradas constantemente, mas nem por isso eliminadas, mantendo vivo o legado indígena cabano nas lutas que se travam nos dias de hoje.

⁴⁴⁴ MOREIRA NETO, *op.cit.*, 1988; PEREIRA, *op.cit.*, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os temas que atravessaram esta tese não finalizam aqui. O Quadrilátero Cabano aqui identificado delimitou uma imensa área de luta cabana a partir de identidades indígenas e suas artes de guerra, em um território de domínio Mura, Mawé e Munduruku. Sua identificação abre um alargado leque de possibilidades não só para se compreender a Cabanagem, mas para demarcar a importância do protagonismo indígena no processo histórico da Amazônia.

A partir de obras diversificadas no campo historiográfico e mesmo antropológicas, nos propusemos a acompanhar as trajetórias cabanas e de seus líderes e tropas, saindo da capital da província e de seus mais conhecidos núcleos urbanos para nos embrenharmos pelos sertões. Mantivemos sempre a companhia de variados sujeitos sociais neste grande labirinto de matas e caminhos fluviais, re-construindo, concomitantemente, as *Cabanagens* plurais que se fizeram presentes e atuantes nestes sertões. “Como um rio em região muito plana, expande-se amplamente e muda facilmente de curso”⁴⁴⁵, a história da Cabanagem narrada neste estudo lançou-se aos rios, furos, igarapés acompanhando os rastros deixados por indígenas e tapuios que se lançaram às águas para fazerem as batalhas fluviais dos sertões.

A metáfora utilizada por Paul Verne alude à ampliação que o gênero historiográfico vem adquirindo desde o último quartel do século XX, a partir de demandas de grupos sociais e étnicos que passaram a exigir cada vez mais sua presença no processo histórico. Observamos este movimento revisionista das Ciências Humanas se fortalecendo e sempre com novos autores e perspectivas. Com Veyne e com muitos outros historiadores marxistas renovados cresce o alinhamento de uma escrita que valoriza os movimentos sociais de populações vulneráveis, muitas vezes pobres e quase sempre estigmatizadas social e etnicamente. A luta destas gentes por liberdade e autonomia recria cotidianamente uma epistemologia e novos mecanismos de leitura documental e de pesquisa histórica e historiográfica. Esta renovação se faz mais fundamental ainda, diante de um cenário de ditaduras na América Latina, independências de países africanos, lutas por direitos civis nos

⁴⁴⁵ VEYNE, Paul Marie, 1930. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a História. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998, p.12.

EUA e movimentos estudantis e civis na Europa. Este embalo revisionista é sentido no Brasil, e a História enquanto ciência não passará alheia a este processo.

A historiografia brasileira vem se fazendo presente e deve se fazer mais atuante do que nunca dentro desta “expansão” ampla “do rio” da escrita da história das liberdades e lutas sociais ao incorporar muitos grupos e povos que viram suas vozes sendo silenciadas historicamente. Os movimentos indígenas, da população negra, das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, quilombolas, entre tantos outros que, mais do que caberem nessa diversidade enorme e linda que conforma o povo brasileiro, tem meios de se construir dentro de seu local de fala. Tem como se colocarem como protagonistas de seus processos históricos, trazendo para este campo os estudos históricos. Nesse sentido, vemos surgir o campo historiográfico da Nova História Indígena onde passou a demandar novas narrativas deslocando a população indígena para um lugar de protagonismo, evidenciando sua agência na História.

Julgamos pertinente trazer estas informações para a parte final da tese como pontos de reflexão que nos levem a ações cada vez mais sistemáticas e periódicas de necessárias mudanças de paradigmas sobre os conhecimentos produzidos. A ciência deve caminhar conjuntamente às mudanças sociais impostas pela sociedade. Por muito tempo os conhecimentos científicos legitimaram projetos excludentes, segregacionistas, genocidas e racistas. Por muito tempo a Ciência foi cúmplice de projetos colonialistas⁴⁴⁶. O que vem se colocando à ciência nestas últimas décadas é justamente dar vários passos além do pensamento abissal⁴⁴⁷, que estabeleceu em lados opostos e de formas desiguais epistemologias distintas, assim como a representatividade de culturas em sua historicidade. É neste sentido que nos propomos localizar este tese. Para além da linha divisória que separa e segrega conhecimentos e culturas. Vamos em busca destes conhecimentos, em suas devidas representatividades, para entender os rumos tomados pela guerra cabana dos sertões.

Esclarecemos que nossa intenção não foi partir das cosmologias das etnias indígenas aqui priorizadas, os Mura, os Munduruku e os Mawé. Construimos nosso conhecimento sobre as *Cabanagens* dos sertões protagonizando estes povos a partir dos rastros deixados por eles

⁴⁴⁶ SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

⁴⁴⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. NOVOS ESTUDOS 79, 2007.

na documentação escrita por autoridades contrárias aos cabanos. Dessa forma, ao protagonizar estes sujeitos que são vistos por um prisma desfocado, tendo suas ações narradas de forma muito deturpada, um rigor metodológico a partir de muitas inferências na documentação foi necessário. Deste modo, fizemos dos documentos negativados, uma história positivada destes sujeitos. Abrimos as imagens cristalizadas e envolvidas em estigmas e palavras depreciativas, para percebê-las de outra forma.

Nestas quase trezentas páginas de tese, partimos da ideia de que as lutas da guerra cabana que se estenderam por quase seis anos não foram um momento final e sem lideranças significativas, por terem ocorrido após a retomada anticabana da capital do Pará em maio de 1836. Estas lutas se prolongaram nos sertões da Amazônia e foram pensadas a partir do protagonismo das ações indígenas, sobretudo Mura, Mawé e Munduruku, nações de domínio nas regiões dos últimos redutos cabanos. Para comprovar esta tese, partimos de algumas hipóteses, que foram se evidenciando sustentadas no lastro da documentação. Buscávamos entender com as hipóteses como se delineou um cenário propício para a entrada efetiva da população indígena nas batalhas, construindo as *Cabanagens* dos sertões.

A partir de um arranjo cronológico, organizamos a nossa narrativa histórica apresentando, em cada capítulo, repostas às hipóteses colocadas. Partindo da compreensão processual dos acontecimentos, estabelecemos conexões entre períodos diferentes e, dentro deles, como se estabeleceram relações de força e de poder. Eram tempos e poderes distintos, mas que se interligavam em continuidades e rupturas históricas. Em outras palavras, buscamos localizar e descrever historiograficamente as principais políticas sobre os indígenas e seus “empregos” e “usos” empreendidas pelos administradores coloniais lusitanos e depois pelos presidentes de províncias. Mais do que isso buscamos entender como elas foram pensadas e executadas para/no Grão-Pará e consonância e relações intrínsecas com as ações conscientes dos povos indígenas da região ao longo dos anos do final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX. Diante do avanço colonizador lusitano para as regiões mais a oeste da capitania do Pará, Amapá e Amazonas, redirecionado de forma mais efetiva a partir de 1750 e intensificado na última década do século XVIII, muitas transformações foram sentidas nas dinâmicas estabelecidas por indígenas em seus territórios, levando estes povos a reorientarem suas ações, adaptando-as à inserção cada vez mais invasiva do projeto colonial.

Por demarcarmos nossa compreensão da participação indígena nas *Cabanagens* a partir de seu protagonismo, julgamos importante iniciarmos a tese apresentando e analisando o território que se formou o Quadrilátero Cabano a partir das dinâmicas indígenas. Por isso, na primeira parte da compreendemos as Amazônia indígenas dos sertões apresentando as três nações indígenas foco deste estudo. Ao conhecermos de forma mais pormenorizada quem eram estes indígenas na década de 1830, buscamos entender aspectos mais comentados e analisados sobre suas culturas, sobretudo aqueles que evidenciavam suas relações com o território e as estabelecidas entre si no sentido de dominá-lo ou vivenciá-lo social, econômica e culturalmente. Embora sem a pretensão de ter feito um estudo exaustivo e conclusivo, a partir das narrativas deixadas por alguns importantes viajantes que percorreram a Amazônia ao longo do século XVIII e XIX, além de estudos antropológicos que nos permitiram um olhar mais altruísta para com estes indígenas, buscamos chegar às ações e lutas dos indígenas aqui analisados, procurando entender conscientemente seus significados na luta cabana. Acreditamos que nesta abertura de tese, alcançamos a compreensão de como eram algumas das principais dinâmicas estabelecidas por estas etnias, o peso que elas tinham nas diretrizes das relações estabelecidas entre diversos sujeitos culturais. Não à toa que o corógrafo Régio, Ayres de Casal, em 1817, denominou a região de Mundurucânea, imprimindo uma forte representatividade dos Munduruku neste território.

Pontuando a imensa área correspondente ao *Quadrilátero Cabano* como um território indígena, vivenciando relativa autonomia ainda nos finais do XVIII, buscamos compreender como essa “maré virou” ao ponto das ações indígenas se radicalizarem. Relações foram tencionadas entre estes povos e os agentes coloniais e imperiais nas duas primeiras décadas do século XIX. Para isso organizamos nossa análise na segunda parte da tese em três capítulos para alcançarmos respostas à hipótese de como as políticas coloniais e imperiais para os povos indígenas locais desestruturaram as antigas dinâmicas indígenas estabelecidas na região. Percebendo uma intensificação desta política com o momento de governo de D. Francisco de Souza Coutinho (1790-1803). Com um planejamento de reestruturação da política portuguesa para sua parte norte da América, as autoridades coloniais colocaram em prática as ações a partir de uma racionalização que levou a desestruturarem sociais, sobretudo a partir da figura dos Principais. Ao longo do governo de Souza Coutinho, o papel destas lideranças indígenas modificando-se, saindo de uma peça central aos planos do novo governador para um esvaziamento desta figura indígena em si a partir das diretrizes da

Carta Régia de 1798. Desse modo, sucessivas guerras e instabilidades políticas e sociais aumentaram a política de recrutamento forçado na organização das famigeradas companhias de ligeiros que desidentificaram e nem sempre priorizaram em suas lideranças as figuras dos Principais. As relações pautadas em torno do prestígio destas lideranças tiveram alterações significativas, levando o Grão-Pará a adentrar nas primeiras duas décadas do século XIX apresentando-se num ambiente cada vez mais marcado por instabilidades políticas e desestruturas de relações que já vinham se consolidando. Perdeu-se a saída e o porto de Caiena na Guiana Francesa em 1817, desapareceu a relevância de se criar uma capitania ou comarca que ligava o Marajó ao Caribe. A roda da geopolítica entre a Europa e a América se voltava agora para o liberalismo da Revolução constitucionalista do Porto como meio de se salvar a crise e guerras independentistas que rodeavam o território do Grão-Pará.

Dando sequência a segunda parte da tese, alcançamos a resposta de outra hipótese que nos permitiu compreender como que as ações dos grupos sociais que perfaziam a sociedade paraense vivenciaram um clima de tensão que se agudizava nas primeiras décadas do XIX. Ao perceberem que não seriam contemplados com o estatuto de cidadania da inédita Constituição que se prenunciava em Lisboa de 1820-1822, os indígenas que já vinham de muito tempo apropriando-se dos códigos culturais e jurídicos portugueses, optando pelas vias institucionais para a resolução de várias querelas remetidas a eles, passaram a agir de forma cada vez mais ousada e atuando dentro de movimentos sociais com uso de força e até de violência social. Depois de reivindicarem oralmente, fazerem abaixo assinados e ouvirem lideranças militares no em torno da independência e adesão, muito pouco mudou na vida da maioria dos povos que viviam nos interiores mais distantes de Belém. Estes povos e suas lideranças foram assim rompendo paulatinamente com as autoridades instituídas em Belém. Muitos passaram a pensar que elas rompiam alianças antigas, ou não estariam fazendo valer códigos e leis que lhes favoreciam. Destas constatações optaram muitas vezes pela luta armada ao invés das vias institucionais. Desse modo, ao fazerem suas leituras da conjuntura revolucionária das décadas de 1810 e 1820, a população indígena passou a denotar sentidos próprios à concepção de liberdade, assim como ocorreu com os negros escravizados. Assim, visando a garantia da autonomia de seus territórios e rompendo com as vias legais (ou ao menos com aquelas que eles entendiam a sua maneira), parte importante da população indígena a mestiça do Grão-Pará decide-se pela guerra civil, que ficou conhecida por Cabanagem.

É nesse ponto de inflexão que localizamos o protagonismo indígena na conturbada conjuntura vivenciada pelo Grão-Pará na virada do XVIII para o XIX, atuando ativamente nos acontecimentos transcorridos nas primeiras décadas do *oitocentos*. Na Cabanagem, localizamos diversos indícios de ações conscientes indígenas e sua importância para os rumos que a guerra cabana tomava. Por isso existe uma recorrência de ofícios onde tornava-se relevante e até fundamental a aproximação das tropas imperiais para com as lideranças indígenas, Tuxauas e Principais. Estas lideranças, que com seu prestígio perante sua comunidade, eram as que poderiam decidir os rumos das batalhas. Os indícios que localizamos vão desde a arte de guerra indígena na guerra cabana, com suas estratégias de guerrilha, o conhecimento dos caminhos fluviais, das regiões de madeiras próprias para a construção naval, a mão de obra indígena para garantir uma economia de guerra, assim como sua importância para chegar e/ou fugir de esconderijos todos localizados na beira de rios, lagos, igarapés, furos, e assim por diante.

Todos estes indícios nos levam a evidências do protagonismo indígena nas *Cabanagens* dos sertões, construindo as batalhas fluviais e formando o *Quadrilátero Cabano*. Se tais evidências comprovam um passado de luta e explicitam mais do que a existência destes povos da floresta e dos rios. Estes povos estiveram presentes em arranjos políticos/governamentais e em lutas abertas contra os brancos durante as primeiras quatro décadas do século XIX na Amazônia. Eles atuaram com força diante de várias tentativas sucessivas que podiam ter aniquilado cada um deles. Lutaram pela manutenção de seus territórios e culturas. Se tudo isso procuramos ver entre 1790 e 1840, os problemas do tempo presente reforçam nossos argumentos. Hoje a luta em prol da diversidade e pluralidade dos protagonistas indígenas fazem de fundamental relevância os argumentos levantados por esta tese. Estamos vivendo uma realidade de fortalecimento do movimento indígena, que demarcando sua historicidade, vem transformando e adaptando suas estratégias de luta para os desafios a eles impostos hoje. Mesmo distante tanto tempo da guerra cabana, percebemos que muitas continuidades históricas transcorrem as realidades vivenciadas ao longo do tempo. Entre as continuidades, localizamos a questão do território. A história de luta dos povos indígenas da Amazônia perpassa a luta pela soberania de seus territórios e suas culturas. Para tanto, torna-se fundamental compreendermos a noção de território para estes povos. Partindo de uma concepção há muito debatida pela Antropologia, mas que vem abrindo-se a outras

áreas de conhecimento, território tem sentidos próprios para os povos indígenas. De acordo com Maria Lúcia Cereda Gomide,

(...) o território se define enquanto espaço identitário do grupo ou como pertencimento ao mesmo, através de uma apropriação simbólica.”... “Esta dimensão simbólica, que contem um princípio espiritual, é parte fundamental da visão indígena sobre seu território e seu mundo”. Neste sentido concorda-se com os autores pois “perder seu território é desaparecer” enquanto povo, daí a importância destas considerações para a compreensão da territorialidade indígena⁴⁴⁸. (grifo nosso)

A autora dialoga com estudos das diversas áreas das ciências humanas para chegar a esta conceituação. Os trechos destacados trazem para a análise a relação estabelecida pelos povos indígenas com seus territórios enquanto um espaço identitário, a partir de um princípio espiritual. Não se trata de uma visão patrimonialista de território, nem tampouco do tempo em que eles habitam seu território. O que devemos demarcar é o sentido ontológico do território para as culturas indígenas. Sem seu território eles não existem. Sem seu território, eles desaparecem enquanto povo. Este ponto é fundamental para entendermos as identidades visíveis na guerra cabana dos sertões. A luta indígena nas Cabanagens se dava pela defesa de seu território que significava o mesmo que a defesa da sua existência. Essa lógica atravessou o tempo e é colocada em ação nas lutas atuais.

A realidade atual de povos indígenas como os Mura, os Munduruku e os Mawé confronta-os hoje com outros perigos, mas muitos deles, ainda assim seguem lógicas colonialistas similares. O avanço dos madeireiros e garimpeiros dentro de seus territórios tradicionais, as batalhas jurídicas em torno do marco legal das terras são parte de um projeto de ocupação territorial que ainda hoje sobrevive e busca garantir domínios e posses de terras (em grande maioria invadidas). São projetos que vem de justificativas com raízes colonialistas, vinculadas a estigmas étnicos e sociais contra estes povos indígenas. Os perigos que rodam os territórios indígenas na atualidade vêm do interesse do mercado internacional às potencialidades econômicas que a região amazônica ainda apresenta. Diante do avanço dos interesses das grandes corporações capitalistas, traduzidas na construção de hidrelétricas, exploração mineral, o corte da madeira e extensas áreas para plantação de soja e pecuária,

⁴⁴⁸ GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Território no mundo A’uwe Xavante, *Confins* [Online], 11 | 2011. URL : <http://confins.revues.org/6888>

atendendo ao agronegócio, os povos indígenas vêm se contrapondo as estes avanços reelaborando suas estratégias de guerra.

Se os Munduruku ficaram conhecidos pelas narrativas coloniais como um povo belicoso, hábeis na arte da guerra, os espartanos das Amazônia, hoje suas formas de guerrear incorporaram ainda articulações políticas, nacionais e internacionais, para fazer barrar os diversos projetos hidrelétricos e de exploração mineral ao longo do rio Tapajós.

O traço característico dos Mawé em tempos cabanos, a saber, sua expertise enquanto comerciantes do guaraná e sua ferocidade em defender seu território, são evidenciados nas frentes de batalha enfrentadas por este povo na atualidade. A partir de uma forte organização política e identitária, os Sateré-Mawé estão organizados em torno do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) e do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, organismos que realizam um conjunto de ações que visam à autodeterminação e a independência econômica desta etnia. Assim, estabelecem uma luta pela garantia de sua existência demarcando espaços importantes para sua representatividade cultural, sobretudo em torno do fabrico do guaraná, e também da defesa de seu território. Os Sateré-Mawé vêm enfrentando, assim como todas as etnias amazônicas, o avanço de seu território (TI Andirá-Marau, localizada no médio Amazonas) de projetos de construção de hidrelétricas, expansão de frentes agropastoris e a extração de madeira, com a existência de serrarias ilegais⁴⁴⁹. Desta forma, em uma continuidade histórica, os Mawé (ou Sateré-Mawé) mantém sua tradição de povo pacífico, mas que fazia a guerra quando necessário.

Hoje é importante que todos percebam a relevância dos povos indígenas se apropriarem dos códigos jurídicos do Estado brasileiro para fazer frear o processo de invasão e domínio dos territórios indígenas da Amazônia e se legalizarem terras ainda em litígio. É o que vem fazendo os Munduruku, os Mawé e os Mura, assim como tantas outras etnias, ao utilizarem-se de prerrogativas legais para garantir o mínimo de autonomia em seus territórios e autodeterminação de seus povos. Pressionando o parlamento, as altas cúpulas do judiciário brasileiro, assim como articulando-se com organismos internacionais, os povos originários da Amazônia inserem suas lutas em movimentos cada vez mais articulados, exigindo serem ouvidos ao afirmarem categoricamente que sua luta não se limita ao direito de permanecerem em seus territórios e/ou terem o domínio deles. E assim vem se posicionando os Mura em

⁴⁴⁹ https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9

ações de contraposições aos grandes projetos que incidem em suas terras, afirmando a defesa inegociável de seu território, se colocando

“(…) contra toda essa destruição, essa morte do nosso Rio. Nós somos filhos desse Rio, afetar esse rio afeta diretamente as nossas vidas a vida dos nossos filhos e do futuro da geração do nosso povo de todos os povos indígenas e de todas as comunidades tradicionais ribeirinhas extrativistas quilombolas que estão sendo atropelados e são estão sendo passados por cima nossas vidas são colocadas em risco todos os dias nossa vida ameaçada todos os dias (...)”⁴⁵⁰.

A luta empreendida pelos Mura, assim como pelos outros povos indígenas da Amazônia é uma luta de todos que querem e pretendem estabelecer relações outras com o meio em que coabitam. Não se trata de serem considerados os únicos responsáveis pela guarda da floresta. Nem tampouco de serem reconhecidos de forma unilateral como os guardiões da Amazônia. A questão colocada pelos povos indígenas, não só hoje, mas ao longo de sua historicidade é a necessária convivência harmoniosa entre culturas e a floresta, como bem demarca a fala de Márcia Mura, citada acima. Não se trata de preservar os elementos da floresta de forma isolada das ações humanas. Pelo contrário, a Amazônia ainda está de pé pelas ações de seus povos, que a partir da luta por sua existência, garantem a vida de seus territórios. A única maneira de preservar é manter uma cultura viva. É esta mensagem que povos como os Mawé, os Munduruku e os Mura vem sinalizando há muito tempo a partir de suas ações conscientes ao longo da história, reconstruindo e repovoando o território amazônico a partir de suas próprias concepções, garantindo assim, a Amazônia viva, não mais às margens, e sim nos leitos dos rios da história, expandindo-se amplamente e mudando seu curso.

⁴⁵⁰ MURA, Márcia. Povo Indígena Mura Irá Resistir Aos Impactos De Santo Antônio. *Revista Enquete*. Instituto Rondoniense de Pesquisa e Estatística. 10/04/2018.

REFERÊNCIAS

FONTES

Relatos de viajantes

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary, 1975. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 179.

AIRES DE CASAL, Manuel. Corografia Brasileira. Tomo I. Fac-símile da edição de 1817. Imprensa Nacional. – Rio de Janeiro, 1945, p. 305.

BATES, Henry Walter (1825-1892). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas (1722-1776). – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974.

FLORENCE, Hércules (1804-1879). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

SPIX, Johann B. Von; & MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

Discursos e Relatórios

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1839.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, João Antônio de Miranda aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1840.

Discurso proferido pelo vice-presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 14 de abril de 1841.

Periódicos

Exposição documentada, que fez o Padre Antonio Manoel Sanches de Brito, dos seus trabalhos no Amazonas durante a Anarquia da Província do Pará. **Aurora Fluminense, 20 de junho de 1839. Série Memórias, Acervo da Biblioteca Nacional.** http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1839_00153.pdf

Mapas

MAPA Etno-histórico de Curt Nimuendaju / IBGE: Edição fac-similar – Rio de Janeiro: IBGE [Brasília, DF]: Ministério da Educação: 2002.

http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=ti&n=2&disp=card&sort=off&ss=22728641&arg=carta%20topographica%20e%20administrativa%20das%20provincias%20de%20gram%20p

Dicionários, Compêndios, Corografias

ARAUJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas. Topografia Comercial de Meira Henriques. Recife, 1852.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. 2ª edição Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

_____. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, 1969.

Documentação de Arquivo

1. Boletim de Pesquisa CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, AM, 1982.

2. Arquivo Histórico Ultramarino

Ofício de Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Grão-Pará, a Antônio Carlos Fonseca Coutinho, Ajudante, remetido de Belém em 18 de setembro de 1790. Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. **BN digital. Coleção conde de Linhares, Documento 325. Folhas 1-147, fl. 43-45.**

Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, à Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Grão-Pará, remetido do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 27 de abril de 1790. **Cartas Régias Capitânicas do Pará e Rio Negro, 1790-1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 588.**

Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro português, à Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador da Capitania do Rio Negro, remetido do Palácio de Queluz em 01 de abril de 1797. **Cartas Régias Capitânicas do Pará e Rio Negro, 1790-1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 588.**

Conselho Ultramarino. Livro de registro de Cartas Régias e Ordens Expedidas para as Capitanias do Pará e Rio Negro. **Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Livro 02. Códice 589 (1799-1807).**

Livro de Registro das cartas e ordens expedidas para os governadores, comandantes e diretores das diferentes Praças, Villa e lugares do estado do Gram Pará, 1790-1791. **Cóp. Ms. Cat. Linhares nº 325. Coleção Linhares. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.**

Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, a Manoel da Gama Lobo D'Almada, governador do Rio Negro, expedida de Belém, em 23 de Fevereiro de 1791. **Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bndigital. Coleção conde de Linhares, Doc.75, fs. 229-137.**

Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao Diretor Interino de Portel, expedida de Belém, em 25 de janeiro de 1791. **Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bndigital. Coleção conde de Linhares, Doc. 40, fs. 207 208 209.**

Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao governador da Praça de Macapá, João Vasco Manuel de Braun, expedida de Belém, em 03 de janeiro de 1791. **Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bndigital. Coleção conde de Linhares, Doc. 01, fs. 179.**

Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, a Manoel da Gama Lobo 'Almada, governador do Rio Negro, expedida de Belém, em 23 de Fevereiro de 1791. **Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bndigital. Coleção conde de Linhares, Doc.75, fs. 229-137.**

Ofício remetido por D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Comandante das Armas da capitania do Grão-Pará, ao Diretor de Vila Franca, expedida de Belém, em 06 de Fevereiro de 1791. **Livro registro das Cartas e Ordens expedidas para os Governadores, Comandantes e Diretores das diferentes Praças, Vilas, e lugares do Estado do Grão-Pará Ano de 1790. Bndigital. Coleção conde de Linhares, Doc.51, fs. 215-216.**

Conselho Ultramarino Livro de registro de Cartas Régias e Ordens expedidas para as Capitanias do Pará e Rio Negro. Livro 02. Códice 589 (1799 1807), fl. 41 e 42.

3. Arquivo Público do Estado do Pará

Códice 789

Termo de Paz feito entre os povos de Monte Alegre e Vila de Santarém, escrito e assinado por suas principais autoridades em 09 de junho de 1824. **Código 789; documento 05; APEP.**

Código 888

Ofício de Lourenço Justinianno da Serra Freire, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas da Província do Pará, remetido de Santarém, em 23 de abril de 1837. **CÓDICE 888, Doc. 130. APEP.**

Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas do Grão-Pará, remetido de Santarém, em 15 de junho de 1837. **Código 888. Documento 140. APEP.**

Ofício do padre Antônio Manoel Sanches de Brito a João Henriques de Matos, Tenente Coronel e Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Pauxis em 13 de Junho de 1837; **Código 888; Documento 142; APEP.**

Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. **Código 888. Documento 143. APEP.**

Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Antônio Firmo Coelho, Capitão, Tenente e Comandante das Forças Navais do Amazonas, remetido de Santarém, em 29 de maio de 1837. **Código 888. Documento 159. APEP.**

Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Expedição da Força Paisana do Rio Preto, a João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Santarém em 21 de junho de 1837. **Código 888. Documento 178. APEP.**

Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Expedição ao Ecuipiranga, a João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Santarém, em 25 de junho de 1837. **Código 888. Documento 184. APEP.**

Ofício de Antônio Maciel Branches, Comandante da Força da Vila de Tapajós, à Francisco Vieira Leitão, 1º Tenente Comandante, remetido da Escuna Rio da Prata, ancorada em Alterdo-Chão, em 22 de junho de 1837. **Código 888. Documento 185. APEP.**

Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. **Código 888. Documento 202. APEP.**

Código 901

Ofícios remetidos pelo presidente do Grão-Pará José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, sobre a situação política e econômica da província em 1832-33. **Código 901; APEP.**

Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 29 de dezembro de 1832. **Código 901; documento 75; APEP.**

Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 21 de fevereiro de 1833. **Código 901; documento 85; APEP.**

Código 1013

Ofício de Raimundo Sanches de Brito, Vigário Geral de Santarém, à Agnelo Petra de Bitencourt, Comandante das Forças Legais, remetido de Pauxis (Óbidos), em 22 de outubro de 1836. **Código 1013. Documento 97. APEP.**

Ofício de Felipe José Pereira Leal, 2º tenente da Armada Nacional Imperial, a Agnelo Petra de Bittencourt, Capitão de Fragata e Comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, remetido de Tapajós (Santarém) em 24 de outubro de 1836. **Código 1013. Documento 110. APEP.**

Ofício de Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, Tenente e Comandante da Força, à Antônio Manoel Sanches de Brito, Juiz de Paz, remetido da Vila de Faro, 30 de outubro de 1836. **Código 1013. Documento 161. APEP.**

Código 1048

Ofício de Antônio Maciel Branches, Administrador do Pesqueiro Nacional, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Vila Franca, em 12 de dezembro de 1839. **Código 1048. Documento 27. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda, Major Comandante Militar de Luzea, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido do Ponto de Luzea em 11 de janeiro de 1840. **Código 1048. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Major Comandante Militar de Luzia, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia, em 19 de janeiro de 1840. **Código 1048. Documento 75. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Sabino Antônio da Silva Pacheco, Capitão Comandante do Patacho Januária, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Santarém, em 22 de janeiro de 1840. **Código 1048. Documento 79. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Maciel Branches, Administrador do Pesqueiro Nacional, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Vila Franca, em 26 de janeiro de 1840. **Código 1048. Documento 87. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 29 de janeiro de 1840. **Código 1048. Documento 92. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Comandante Militar da Vila de Luzea, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia, em 14 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 135. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 137. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Maciel Branches, administrador do Pesqueiro Nacional de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 11 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 129. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 142. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Comandante Militar e do Corpo de Trabalhadores de Faro, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido da Vila de Faro em 15 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 143. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ata da Câmara Municipal de Luzia, em Sessão Extraordinária, reunida em 02 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 145. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Comandante Militar da Vila de Luzea, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzea, em 16 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 146. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda Leão, Comandante Militar de Luzia, à Gonçalo Jorge de Magalhães, Comando do Ponto do Ambetuhy, remetido de Luzia em 15 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 147. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos, em 23 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 173. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos, em 23 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 175. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Justino Francisco da Silveira, Comandante de Ixituba, à Raimundo Gonçalves de Azeredo Parintins (cargo não identificado), remetido de Ixituba em 03 de março de 1840. **Código 1048. Documento 243. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de José Coelho de Miranda Lião, Major Comandante Militar de Luzea, destinatário não mencionado, remetido da Vila de Luzêa em 24 de fevereiro de 1840. **Código 1048. Documento 291. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1049

Ofício de Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, à Joaquim José Luiz de Souza, Comandante Militar da Expedição ao Amazonas, remetido do Palácio do Governo do Pará, em Belém, no dia 05 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 07. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Sebastião Roque da Cunha, Comandante Interino da Escuna Porto Alegre, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzea em 06 de abril 1838. **Código 1049. Documento 12. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Sebastião Roque da Cunha, Comandante Militar Interino de Alenquer à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Alenquer em 12 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 25. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Silvestre José Rodrigues de Souza, Comandante Militar de Faro à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Óbidos em 18 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 20 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 49. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Monte Alegre, em 21 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 53. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim Sabino da Silva, Comandante da Escuna 19 de Outubro, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Curuá, em 25 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 58. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Marcos de Noronha Brito de Abreu, Capitão Comandante Militar de Alenquer, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Alenquer em 21 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 61. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Simões da Silva Algis, Juiz Municipal de Faro à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Faro em 21 de abril de 1838. **Código 1049. Documento 52. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 02 de maio de 1838. **Código 1049. Documento 81. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Pereira de Lacerda, Comandante de Ixituba, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel e Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Ixituba em 16 de maio de 1838. **Código 1049. Documento 107. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Rodrigues, Comandante Militar do Ponto do Cory, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido do Ponto do Cory em 08 de maio de 1838. **Código 1049. Documento S/N. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de L. João Ferreira da Silva, Comandante Militar de Gurupá, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, acusando recebimento de ofício, remetido de Gurupá, em 08 de junho de 1838. **Código 1049. Documento S/N. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1052

Ofício de Agnello Petra de Bittencourt, Comandante das Forças Expedicionárias do Amazonas ao presidente da província Francisco José Soares d'Andrea, remetido de Santarém em 31 de janeiro de 1837. **Código 1052. Documento 30. Expedição ao Amazonas. APEP.**

¹ Ofício do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de Paz de Óbidos, a Agnello Petra de Bittencourt, Capitão de Fragata e Comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 22 de dezembro de 1836. **Código 1052. Documento 32. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Firmo Coelho, Capitão Tenente Comandante, à Frederico Mariaht, Capitão de Mar e Guerra e omandante da Fragata Naval do Pará, remetido a bordo do Patacho Januária ancorado em Santarém, em 15 de junho de 1837. **Código 1052. Documento 249. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente Comandante, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas do Grão-Pará, remetido a Bordo do Patacho Januária em Santarém, em 06 de Julho de 1837. **Código 1052; Documento 238. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1075

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Anselmo da Costa, Comandante Militar de Vila Franca, remetido de Santarém em 29 de agosto de 1838. **Código 1075. Documento 15. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1075. Documento 25 e 38. Expedição ao Amazonas. APEP.

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Pereira do Lago, Juiz de Paz do 1º Distrito, remetido de Santarém, em 30 de agosto de 1838. **Código 1075. Documento 26. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Tiago Peres Duarte, Comandante Militar de Alenquer, remetido de Santarém em 31 de agosto de 1838. **Código 1075. Documento 29. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 32. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Silvestre José Rodrigues, Comandante Militar de Faro, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 33. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 01 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 34. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Pedro Ivo da Silveira, Ajudante de Campo em Ichituba, remetido de Santarém em 03 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 38. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Silvestre José Rodrigues, Comandante Militar de Faro, remetido de Santarém em 03 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 40. Expedição ao Amazonas. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João da Gama Lobo Bentes, Comandante Militar de Óbidos, remetido de Santarém em 05 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 45. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Ignácio Rodrigues do Carmo, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 05 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 48. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Anselmo da Costa, Comandante Militar de Vila Franca, remetido de Santarém em 29 de abril de 1838. **Código 1075. Documento 71. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas à Anselmo da Costa, Comandante de Vila Franca, remetido de Santarém em 12 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 95. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas à Anselmo da Costa, Comandante de Vila Franca, remetido de Santarém em 17 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 111. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força no Rio Preto, remetido de Santarém em 22 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 156. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1075. Documento 160. Expedição ao Amazonas. APEP.

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio da Cunha Loureiro, Juiz de Paz de Borba, remetido de Santarém em 19 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 163. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1075. Documento 169. Expedição ao Amazonas. APEP.

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 170. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 175. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Freire Taquirinha, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 15 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 188. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Francisco Paraibuna dos Reis, 1º Tenente Comandante da “Escuna 19 de Outubro”, remetido de Santarém em 09 de outubro de 1838. **Código 1075. Documento 265. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Pedro Ivo Veloso da Silveira, Ajudante Comandante das Forças de Curuá, remetido de Santarém em 10 de outubro de 1838. **Código 1075. Documento 272. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Domingos José da Costa Pereira, Comandante Militar de Monte Alegre, remetido de Santarém em 12 de outubro de 1838. **Código 1075. Documento 283. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Freire Taquirinha, Comandante Militar do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 14 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 283. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 15 de outubro de 1838. **Código 1075. Documento 302. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Freire, Comandante Militar Interino do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 23 de outubro de 1838. **Código 1075. Documento 323. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, 1º Tenente Coronel Comandante das Forças do Rio Preto, remetido de Santarém em 08 de setembro de 1838. **Código 1075. Documento 368. Expedição ao Amazonas. Expedição ao Amazonas. APEP**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 10 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 371. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a José Antônio de Oliveira Horta, Juiz de Paz de Manaus, remetido de Santarém em 12 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 378. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 16 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 394. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Antônio Firmo Coelho, Comandante da Força Naval, remetido de Santarém em 20 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 417. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Ricardo Ambrósio Marques, Comandante Militar do Xingu, remetido de Santarém em 22 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 423. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a José Ignácio de Miranda, Juiz Municipal de Santarém, remetido de Santarém em 29 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 448. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 29 de novembro de 1838. **Código 1075. Documento 449. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Taquirinha, Comandante Militar de Manaus, remetido de Santarém em 08 de dezembro de 1838. **Código 1075. Documento 490. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força no Rio Preto, remetido de Santarém em 26 de dezembro de 1838. **Código 1075. Documento 574. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 04 de janeiro de 1839. **Código 1075. Documento 574. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a João Roberto Aires Carneiro, Comandante do Corpo Policial de Santarém, remetido de Santarém em 28 de dezembro de 1838. **Código 1075. Documento 586. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1076

Documentos: 07; 08; 25; 67; 72; 75; 80; 82; 112; 157; 202. Código 1076. Expedição ao Amazonas. APEP.

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Comandante da Expedição ao Amazonas, à José Nunes Ribeiro, Comissário Pagador da Pagadoria da Expedição ao Amazonas, remetido

de Santarém em 04 de outubro de 1838. **Código 1076. Documento 174. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Código 1093

Ofício de Lourenço da Silva Araújo, Comandante da Escuna Rio Grandense, à Manoel Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Luzia em 05 de junho de 1839. **Código 1093. Documento 18. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim Sabino da Silva, 1º Tenente Comandante da Escuna 19 de Outubro, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Manaus em 15 de julho de 1839. **Código 1093. Documento 37. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, à Manoel Antônio Muniz Tavares, Tenente Coronel Comandante da Força do Rio Preto, remetido de Santarém 08 de outubro de 1839. **Código 1093. Documento 69. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Bernardo de Souza Franco, Presidente e Comandante das Armas da província, remetido de Santarém em 03 de outubro de 1839. **Código 1093. Documento 86. Expedição ao Amazonas. APEP.**

Ofício de Pedro Ivo Villa Silveira, Ajudante de Campo, à Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, remetido de Ixituba em 04 de setembro de 1839. **Código 1093. Documento 86. Expedição ao Amazonas. APEP.**

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo W. B. de, e MARÍN, Rosa Acevedo. *Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras*. In: BOLLE, CASTRO & VEJMEKKA (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

ALMEIDA, Luana Machado de. *Munduruku e Pariwat: Relações em transformação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

_____. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 2003.

ALVES JÚNIOR, José, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009.

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

ANDRADE, José Agnelo Alves Dias de. “*Tudo pra onde eu chego tenho minha casa*”: *Mobilidade, Parentesco e Territorialidade Sateré-Mawé entre Cidades Amazônicas*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia – Antropologia Social – São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Alik Nascimento de. *De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST). Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

BAPTISTA, Marco Túlio Freire. *Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

BARARUÁ, Marcus Vinicius Valente & CHAMBOULEYRON, Rafael. *Cabo do Norte: conflitos e territorialidade (XVII-XVIII)*. *Revista Estudos Amazônicos* • vol. X, nº 1 (2014).

BARRIGA, Heliana. *Infâncias Cabanas*. Ed. Nordestina. Belém-PA, 2023.

BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2014.

_____. *O negro na Amazônia, uma história de resistência: Fugas, Quilombos e Cabanagem*. Monografia (Conclusão de Curso). Especialização em História e Cultura da Afro-Brasileira e Africana – Faculdade Integrada Brasil-Amazônia (FIBRA), Belém, 2011.

_____. *Ecupiranga: O berço revolucionário no baixo Amazonas (1835 – 1837)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a Vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2013.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (doutorado). 241f. Instituto de Letras – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A tomada de Caiena vista do lado francês*. In *Revista Navigator*. Vol. 6, Nº 11, dossiê 7. 2011, pp.13-23. http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *REVISTA DE HISTÓRIA*, Nº 168, p. 69-99, São Paulo, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (175-1798)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar & MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos Diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757-1798). *Revista de História (USP)*. São Paulo, n 174, pp 101-129, jan-jun 2016.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Os pretos estão livres naquela colônia, licenciosamente mais que na terra que nasceram”: fugas, mocambos e milícias de escravos negros e alforriados no Grão-Pará e na Guiana Francesa (1790-1810). Simpósio Nacional ANPUN-SC, 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1405085678_ARQUIVO_ANPUH-SC.pdf

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma História Indígena*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

_____. *Política indigenista do século XIX*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

_____. Introdução. *Revista de Antropologia*, v. 30/32, 1987/1988/1989.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP – Campinas, 1986.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 93 pp., 2000.

FERGUSON, Brian & WHITEHEAD, Neil (orgs). *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fe/New Mexico, School of American Research Press. 1992.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860)*. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em História/Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígenas na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História* (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 ISSN 1980-4369.

FRIKEL, Protásio. *Agricultura dos índios Munduruku*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropologia, nº 4. Belém-PA. Julho, 1959, p.5.

GARCIA, Elisa Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. *Revista Tempo*, 2007, p.23-38.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 177.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1987.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Território no mundo A'uwe Xavante, *Confins* [Online], 11 | 2011. URL : <http://confins.revues.org/6888>

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*. Revista Almanack. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011, p.143.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, nº 2, 2008.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros Circulares: Guerra e Comércio no Rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. Anais do Arquivo Público do Pará: - Belém: Secretaria Executiva de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 5, t.1, 2006.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *A cor dos media*. Revista Comunicação & Cultura. Número 1. Primavera-verão, 06. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa. Editora: Quimera. Lisboa, 2006.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2017.

HARRIS, Mark. *Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia*. University of St Andrews. Revista de Antropologia, v.58, nº I, USP, São Paulo, 2015.

HENRIQUE, Márcio Couto & MORAIS, Laura Trindade de. *Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)*. rev. hist. (São Paulo), n. 171, p. 49-82, jul.-dez., 2014.

HENRIQUE, Márcio Couto. Presente de branco: a perspectiva indígena dos “brindes” da civilização (Amazônia, século XIX). *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal-RN, 2013.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. *Revista de História das Ideias*. Vol.21. Faculdade de Letras. Coimbra, 2000.

LAMANA, Gonzalo. Definir y dominar. Los lugares grises en el Cuzco hacia 1540. *Colonial Latin American Review*. ISSN: 1060-9164 (Print) 1466-1802 (Online) Journal homepage: <http://www.tandfonline.com/loi/ccla20>

LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)*. 2010. Ix, 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LEÃO, Ângela Sánchez. “*Servindo a Deus e ao Rei*”- *escravidão velada, liberdade tutelada: a questão da liberdade dos índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão – Segunda metade do séc. XVIII*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

LEOPOLDI, José Sávio. A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos. *Avá* Nº 11 / Diciembre 2007.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

LOPES, Siméia de Nazaré. A praça de Belém e as relações com os negociantes das vilas do interior (1790-1810). *Revista Fronteiras e Debate*. Macapá, v.1, n.1, 2014.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

LORENZ, Sônia da Silva. *Saterá-Mawé: os filhos do guaraná*. – São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista (Projetos 1), 1992, p. 16 e 18.

MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 166-195, jan./abr. 2017 | www.revistatopoi.org

_____. *Bajo La sombra de La independencia: Gran Pará, La compleja red política em La crisis Del Antiguo Régimen português*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online], Debates, posto online no dia 08 de fevereiro de 2013. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

_____. O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História*, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.

_____. *O papel do Parlamento nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza-CE, 2009.

_____. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil: a atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. *Revista Almanaque Braziliense*. São Paulo, n.6, nov. 2007.

_____. A quebra da mola real das sociedades: A crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em

História Social; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). – São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.: il. ISBN 978-85-61377-82-3.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. 2. ed. Em português. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006, p.181-183.

MARIN, Rosa Acevedo & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA / NAEA, 1991.

MATOS, Fabiano Almeida. O trabalho indígena na América Latina colonial: escravidão e servidão coletiva. *Ameríndia*, volume 3, número 1. 2007.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As artes da guerra: antes e depois de pombal. *América portuguesa no século XVIII. Dimensões*, v. 37, jul.-dez. 2016, p. 141-155.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 281-296, p.286.

METRAUX, Alfred. *A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. – 2. ed. – São Paulo: Ed. Nacional: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1979.

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119. Campinas, agosto de 2001.

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Editora Vozes: Petrópolis, 1988.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza/CE, 2009, p.13.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Coleção “História do Pará” – Série “Barão de Guajará”, Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

MURPHY, Robert & Yolanda. *As condições atuais dos Mundurucú*. Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. Sede provisória: Museu Goeldi. Publicação nº 8. Belém-PA, 1954.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Linguagens, conceitos e representações: reflexões e comentários sobre as apropriações portuguesas do debate gaditano. In: BERBEL, Márcia &

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. v. 6 n. 11: *Revista Navigator - Dossiê Tomada de Caiena*, 2010.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. *Guerras indígenas na região das Tupinambaranas: Mura x Mundurucus (1768-1795)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2020.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. Parintins: palco de guerras tribais. *ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, v.5, n.1, p: 157-167, Janeiro/Junho 2018;

NOGUEIRA, Shirley. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ORTIZ, Fernando. El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983: Del fenómeno de la "transculturación" y de su importancia en Cuba. Tradução: Livia Reis. <http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/ortiz.pdf>

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. Reunião Brasileira de Antropologia (2ª: Goiânia:2006) Conferências e práticas antropológicas / textos de Bárbara Glowczewski,... (et.alli.); organizadores Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry. – Blumenau: Nova Letra, 2007, p.51.

PAIVA, Adriano Toledo. Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda & VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

PANTOJA, Ana Renata. *Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra*. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010.

PEREIRA, Márcia Leila De Castro. “*Rios De História*”: Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PEREIRA, Nunes. *Os índios Maués*. Edição das “Organizações Simões”. Rio de Janeiro, 1954.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 276 e 277.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESPE, 1998.

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 27.

PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra no Brasil tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa, 1550-1700*. Revista NOVOS ESTUDOS N.º 53, 1999, p. 189-204.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, 2ª edição, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 1, 2 e 3, (1ª edição 1865-1891).

RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. In: *Etnia e Nação na América Latina*. ZARUR, George (org.). Washington, D.C.: OEA Imprint. Acessado pelo site: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto28b/FO-CX-28B-1751-1995.pdf>

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. Série Antropológica nº 32. Universidade de Brasília. Trabalhos em Ciências Sociais. Brasília-DF, 1982.

RAVENA, Nívea. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2, p.125-149, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a, p.43.

_____. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b, p. 78.

_____. *O Grão-Pará e o Maranhão*, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol.2, Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. “A revolução geral das coisas e o florescer do “direito das gentes”. *Grão-Pará (1790-1809)*. Livre Docência (Tese) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2021.

RICCI, Magda. *Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)*. In ARRUDA, José Jobson e outros (org.). *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. SP: Alameda, 2013, pp. 289-309.

_____. *A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840)*, In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p.153-170.

_____. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

_____. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 519-544.

_____. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary, e GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. In: Anais do Arquivo Público do Pará, Belém, Secretaria de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 4, T. 1, 2001.

_____. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT-IFCH, 2001.

ROCHA, Betilsa Soares da. *A desconstrução da imagem do povo Mura pela perspectiva da crítica pós-colonial*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016, p.34.

ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Dossiê Amazônia e História Global - Revista Tempo | Vol. 23 n. 3 | Set./Dez. 2017*; CWIK, Christian. A disputa sobre os limites entre Guiana francesa e portuguesa (1801- 1817). *Outros Tempos*, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031.

_____. *Os índios oficiais na Amazônia pombalina (1750-1798)*. Temas Setecentistas. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-%C3%ADndios-oficiais-na-Amaz%C3%B4nia-pombalina-Rafael-Ale-Rocha.pdf>

RODRIGUES, Barbosa João. *A emancipação dos Maués*. Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Topografia de Pinheiro & C. Rio de Janeiro, 1882.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará – sob o regime da escravidão*. – 3.ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

_____. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*. Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano*.

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/patricia%20melo%20sampaio.pdf>.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. NOVOS ESTUDOS 79, 2007.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Diz o índio”: Políticas indígenas no final do século XVIII. *Revista Aedos*, n. 10, vol. 4 – Jan/Jul 2012.

SANTOS, Sandra Ferreira dos; SALLES, Adilson Dias; SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; NASCIMENTO, Fátima Regina. Os Munduruku e as “cabeças-troféu”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 365-380, 2007.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 119-142 – 2012.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da; COSTA, Angislaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio madeira durante o século XVIII. *Amazônia, Revista Antropologia (Online)* 6 (1): 110-139, 2014.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLEMIAN, Andréa. ‘Seriam todos cidadãos?’ Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independencia: História e historiografia*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2005.

SOBRAL, Raquel Dani. *A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p.7.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. – Belém: Ed.Ufpa, 2012.; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

_____. *Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial*. Revista Fronteiras da História. Vol. 16-2, 2011.

_____. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e Política no primeiro reinado e regências: os padres políticos no contexto de formação do estado imperial brasileiro*. Associação Nacional de História ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História 2007.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. – São Paulo: Alameda, 2012.

SPOSITO, Fernanda. *Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831*. Revista Almanack, Guarulhos, n.01, p.52-65, 1º semestre, 2011.

STERN, Steve. *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th Centuries*. The University of Wisconsin Press, 1987.

SULIMAN, Sara da Silva. *Os índios Munduruku e o “zeloso capuchinho” no rio Tapajós (Pará, 1848-1854)*. XXVII Simpósio Nacional de História / ANPUH. Natal, 2013;

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. *Estudo sobre a tribo Mundurucú, memória escripta e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, tomo XL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

UGGÉ, Henrique. *Mitologia Sateré-Maué*. Ediciones Abya – Yala - 1ª edição. Quito/Equador, 1991.

VEYNE, Paul Marie, 1930. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a História*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). – Belém-PA, 2019.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a América*. In: *A independência do Brasil e a experiência hispânico-americana (1808-1822)*. – 1.ed. – São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Revista Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996. Acessado em 03/02/2018 pelo site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005

ANEXOS

Para uma ideia mais ampla das características das três nações e de sua região conhecida por Mundurucânia reproduzo abaixo a relação das etnias indígenas presentes na calha do rio Amazonas, construída por Lourenço da Silva Araújo em seu *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Amazonas de 1852*.

Quadro das nações indígenas do alto e médio rio Amazonas e suas localizações em 1852				
Nº	Nações	Rios	Regiões	Povoações
01	Aánás	Padauari	Guiana	
02	Abacaxis	Abacaxis	Mundurucânia	Iatacoatiária
03	Abanás	Japurá	Guiana	
04	Acaparí	Parimá	Guiana	
05	Achouari	Juruá	Solimões	Tefé
06	Adoriá	Japurá	Guiana	
07	Agarani	Branco	Guiana	
08	Amaribá	Branco	Guiana	
09	Ambuá	Japurá	Solimões	Parauari, Caiçara
10	Andirá	Andirá	Mundurucânia	
11	Aneaqui	Anibá	Guiana	Saracá
12	Aniána	Apaporis	Guiana	São Matias
13	Anicoré	Madeira	Mundurucânia	Itacoatiara
14	Aoaqui	Cauamé	Guiana	
15	Apenari	Juruá, Jutai	Solimões	
16	Aponariá	Madeira	Mundurucânia	Itacoatiara
17	Apotos	Jamundá	Guiana	
18	Araicá			Fonte Boa
19	Araruá	Japurá	Solimões	Caiçara
20	Araruari	Juruá	Solimões	
21	Aricunáne	Madeira	Mundurucânia	Curiana
22	Arihini	Miuá, Cauabori	Guiana	Marabitanas, Curiana
23	Ariná	Majari	Guiana	
24	Ariquena	Madeira	Mundurucânia	Araretama
26	Aruaqui	Aneuene, Yauapiri e Uatumá	Guiana	Jahú
27	Aruná	Juruá	Solimões	
28	Assauiani	Ixié	Guiana	
29	Aturahi	Tacutú	Guiana	
30	Aucruhi	Aucruhi	Solimões	
31	Baéta	Baéta	Solimões	
32	Baeúna		Guiana	Saracá
33	Baiibucué	Juruá	Solimões	
34	Baniba	Içana e Ixié	Guiana	Guia, Lama-longa,

				Manaos, Mabbé. Santa Anna, São Filippe, São Marcelino
35	Baré	Japurá	Guiana	Araretama, Bararoá, Caboquena, Caldas, Camanau, Camundé, Castanheira, Cumarú, Curiana, Furnas, Lama-longa, Loreto, Manaos, Mariuá, São Gabriel, Maracabi
36	Bari	Madeira	Mundurucânia	
37	Bauari	Juruá	Solimões	
38	Baxiuará	Juruá	Solimões	
39	Boanari	Uaupez	Guiana	
40	Bugé	Jutahi, Juruá	Solimões	
41	Burururú	Burururú	Guiana	
42	Caboquena	Burururú	Guiana	
43	Caburicena	Caburi	Guiana	Itarendaua
44	Cacatapuaia	Içá	Solimões	
45	Cambeba	Solimões	Solimões	Maturá, Fonte Boa, São Fernando, Javari, Tabatinga
46	Capuena	Ixié	Guiana	Saracá, Itarendaua
47	Carahiahi	Araçá, Ureré	Guiana	Aracari, Itarendaua
48	Caribe	Yayapiri, Cauabori, Rio Branco	Guiana	
49	Catauxi	Madeira, Capaná, Purú, Juruá	Solimões	Coari, Parauari
50	Catuquina	Juruá, Jutahi	Solimões	
51	Cauana	Juruá	Solimões	
52	Cauaxi	Juruá, Jutahi	Solimões	Caiçara
53	Cauari	Japurá	Guiana	
54	Cauivicena	Tocantins, Içá, Japurá	Solimões	Maturá, São Fernando
55	Cericumá	Yauapiri, Uatumá	Guiana	
56	Chauitá	Javari	Solimões	
57	Chibará	Juruá, Jutahi	Solimões	
58	Chimaána	Javari	Solimões	
59	Cirú		Solimões	Parauari
60	Clitúa	Japurá	Solimões	
61	Cocuruna		Solimões	Teffé
62	Coerúna	Japurá	Solimões	

63	Coeúana	Uaupez	Guiana	Coané, Itarendaua
64	Colino	Aucurhi, Comatiá, Javari	Solimões	
65	Comani		Guiana	Saracá
66	Comatiá	Comatiá	Solimões	
67	Coretú	Apaporis	Guiana	Teffé
68	Cumacumã	Japurá	Solimões	
69	Cumuramá		Solimões	
70	Cunamána	Jutahi	Solimões	
71	Cunuri	Jamundá	Guiana	
72	Curanáó	Maraviá, Inabú	Guiana	Maracabi
73	Curani	Japurá	Guiana	
74	Curinaá	Juruá	Solimões	
75	Curuáxiá	Madeira	Mundurucânia	Itacoatiara
76	Cuxiuára	Purús	Solimões	
77	Damacuri	Cauabori	Guiana	Caldas
78	Deçána	Inviari, Uaupez	Guiana	
79	Gemiá	Juruá, Jutahi	Solimões	
80	Gepuá	Japurá	Solimões	
81	Guacari	Jamundá	Guiana	
82	Guajuro	Mucajahi	Guiana	
83	Guanevena	Burururú	Guiana	
84	Guariba	Padauari, Araçá	Guiana	
85	Guiána	Araçá	Guiana	
86	Guimára	Maracá	Guiana	
87	Hiabaána	Inabú	Guiana	
88	Hiauauahi		Guiana	Padauari
89	Hiupiuá	Japurá	Solimões	
90	Içá	Içá, Japurá	Solimões	São Fernando
91	Irijú			Coari
92	Itatapriá	Madeira, Capaná	Solimões	
93	Jacundá	Japurá, Apaporis	Guiana	
94	Janumá			Teffé
95	Japurá	Japurá	Solimões	Maripi
96	Jauhi		Guiana	
97	Júma	Madeira, Purús, Coari, Teffé, Juruá	Solimões	Araretama, Coari, Itacoatiára, Itarendaua, Parauari, Teffé
98	Juqui	Madeira	Mundurucânia	
99	Juri	Japurá	Solimões	Maturá, Maripi, Parauari, São Fernando, Javari, Tabatinga, Teffé
100	Jurimaua	Solimões	Solimões	Coari

101	Mabiú	Japurá	Guiana	
102	Macú	Japurá, Uaupez, Cauaburi, Padauari, Urubaxi		Maripi, Castanheira, Curiana, Iparaná
103	Macucuena	Uaupez	Guiana	
104	Macuman	Japurá	Guiana	
105	Macuxi	Mahú, Pirarára, Saraurú	Guiana	
106	Madauacá	Cauabori	Guiana	
107	Mamengá	Japurá, Tiquié, Uaupez		
108	Manaos	Negro, Uarirá, Mabba, Urubaxi, Ajuana, Inuixi, Xiuára, Haihiáá	Guiana	Aracari, Bararoá, Caboquena, Cumaru, Itarendaua, Jahú, Lama-longa, Mariuá, Teffé
109	Mangerona	Japurá	Guiana	
110	Manhana	Japurá	Solimões	
111	Marapitana	Negro	Guiana	Marabitanas
112	Marauá	Juruá, Jutahi, Javari	Solimões	Caiçara, Fonte Boa
113	Mariarana	Japurá	Guiana	Teffé, Parauari
114	Marnuacú	Juruá	Solimões	
115	Maruá	Juruá	Solimões	
116	Maturauá	Juruá, Jutahi	Solimões	
117	Mauaiá	Japurá	Solimões	
118	Maué	Maué	Mundurucânia	Tupinambarana, Luzea, Canomá
119	Mauy	Japurá, Mariá, Cubati, Curiuriana	Guiana	
120	Mayurúna	Jutahi, Aucruhi, Javari	Solimões	
121	Mendo	Ixié	Guiana	
122	Mepuri	Japurá, Mariá, Cubati, Curiuriau	Guiana	Maripi, Castanheira, Curiana
123	Metiná	Juruá	Solimões	
124	Miranha	Japurá	Solimões	
125	Moeinon	Japurá	Guiana	
126	Momana	Jutahi, Javari	Solimões	Fonte Boa
127	Mundurucú	Urariá, Tupinambarana	Mundurucânia	Tupinambarana, Maués, Canomá
128	Mura	Amazonas, Solimões	Solimões e Mundurucânia	Amatari
129	Muruuá	Japurá	Solimões	

130	Oiacá	Majari, Parimá	Guiana	
131	Orumanáo	Padauari	Guiana	
132	Pacúna	Icapó	Solimões	Fonte Boa
133	Pacuri			Saracá
134	Palpumá	Juruá	Solimões	
135	Pamma	Madeira	Mundurucânia	
136	Panenuá	Japurá, Uaupez	Guiana	
137	Pano	Javari	Solimões	
138	Parahú	Juruá	Solimões	
139	Parauamá	Japurá	Solimões	
140	Paraviana	Branco	Guiana	Aracari, Tupinambarana
141	Pariana	Tocantins, Japurá	Solimões	São Fernando, Maturá
142	Parintintin	Amazonas, Madeira	Mundurucânia	Jatapú
143	Pariqui	Uatumá, Yapiri	Guiana	Itacoatiara
144	Passé	Içá, Japurá	Solimões	Bararoá, Caiçara, Coari, Cumaru, Fonte Boa, Manaus, Maripi, Mariuí, Parauari, São Fernando, São Paulo
145	Paxiana	Branco	Guiana	
146	Payaba	Içá	Solimões	
147	Payana	Içá	Solimões	Fonte Boa, São Fernando
148	Periati	Japurá	Solimões	
149	Peridá	Japurá	Solimões	
150	Procotó	Uraricoera	Guiana	
151	Pumacaá	Juruá	Solimões	
152	Purenomá	Japurá	Solimões	
153	Purúpurú	Purús	Solimões	Coari
154	Queuanacã	Japurá	Guiana	
155	Quibaána	Juruá	Solimões	
156	Quináos	Uraricoera	Guiana	
157	Saindarú	Jururá	Solimões	
158	Sapará	Mucajahi	Guiana	
159	Sapopé			Tupinambarana
160	Sará	Madeira		Itacoatiara
161	Sedahi	Uatumá	Guiana	
162	Serecumá	Uatumá	Guiana	
163	Seuabohi	Japurá	Guiana	
164	Sorimão	Solimões	Solimões	Coari
165	Sotaan	Juruá	Solimões	
166	Taboca	Japurá	Guiana	
167	Tacú	Branco	Guiana	Jahú
168	Tagari	Jamundá	Guiana	

169	Tamuana	Japurá	Solimões	Teffé
170	Tapaxana	Jutahi, Javari	Solimões	
171	Tapicari	Mercajahi	Guiana	
172	Tariana	Japurá, Uaupez	Guiana	
173	Tarumá	Negro	Guiana	Jaú
174	Tecúna	Jutahi, Aucruhi, Javari	Solimões	Fonte Boa, Javari, São José, Teffé
175	Timanára	Uaupez	Guiana	
176	Toquedá	Juruá e Jutahi	Solimões	
177	Torá	Madeira	Mundurucânia	Araritama, Itacoatiara
178	Tocano	Uaupez	Guiana	
179	Tucurujú	Uraricoera	Guiana	
180	Tumbira	Içá, Japura	Solimões	Fonte Boa, São Fernando
181	Tupivá			
182	Tururi	Madeira	Mundurucânia	Itacoatiara
183	Uacarauá	Juruá, Jutahi	Solimões	
184	Uaiumá			Caiçara
185	Uaiunana	Ajuana	Guiana	
186	Uaiupi			Teffé, Coari
187	Uaiurú	Branco	Guiana	
188	Uamani	Juruá, Jutahi	Solimões	Coari
189	Uananá	Japurá, Uaupez	Guiana	
190	Uaniá	Japurá	Solimões	
191	Uapixana	Branco	Guiana	Tupinambarana
192	Uaraicú	Jutahi, Javari	Solimões	
193	Uaranacoacena	Uranacoá	Guiana	Aracari
194	Urariuá	Uereré	Guiana	
195	Uarucóca	Juruá	Solimões	
196	Uaupez	Uaupez	Guiana	Coané, Coari, Iparaná, Parauari, Santa Izabel
197	Uerequena	Ixié, Içana	Guiana	Mariuí, São Marcelino
198	Ugina	Juruá	Solimões	
199	Umauá	Japurá	Solimões	
200	Uraricú	Aucruhi	Solimões	
201	Urinaná	Uaupez	Guiana	
202	Urubu	Juruá, Jutahi	Solimões	
203	Urupá	Madeira	Mundurucânia	Araritama
204	Xama	Japurá	Solimões	Fonte Boa, São Fernando
205	Xaperú	Mucajahi	Guiana	Teffé
206	Xomana	Içá, Japurá	Solimões	Maturá, Fonte Boa, Javari, Maripi
207	Yameo	Javari	Solimões	
208	Yauána	Japurá	Solimões	Teffé, Parauari

209	Yauára	Madeira	Mundurucânia	
210	Yucúna	Japurá	Solimões	

Fonte: ARAÚJO, 1842, p. 157-165.

São duzentas e dez etnias, distribuídas por três grandes regiões: a mais comum é a das Guianas, seguida de perto pela do rio Solimões. Ambas se situam quase que totalmente no território hoje demarcado pelos estados do Amazonas e Roraima e englobam a maioria das etnias ainda pouco próxima às vilas e localidades formadas pelos brancos. Já a terceira região é a Mundurucânia, que só possui 18 etnias elencadas, o que equivale a apenas 8,5% do total. Contudo, dentro destes povos há o coração da luta indígena dos cabanos. Vale lembrar que esta região é mais próxima de Belém, e era onde se abrigava a maior parte dos indígenas tidos por “aldeados”.

Região	Nº Rios	Nº Etnias	Etnias %
Guiana	Total de rios citados: 46	90	42,50%
	Rios com maior número de etnias: Japurá - 18 Uapez - 11 Branco - 08		
Solimões	Total de rios citados: 19	82*	39,00%
	Rios com maior número de etnias: Juruá – 38 Japurá - 29 Jatahi – 19		
Mundurucânia	Total de rios citados: 08	18*	8,5%
	Rios com maior número de etnias: Madeira – 12 Amazonas – 02 Solimões – 02		
Sem identificação	Etnias sem localização em rios 21	21	10,00%
Total	73	211	100,00%

Obs. *Há um número duplicado em que uma etnia se encontra em duas regiões simultaneamente: Solimões e Mundurucânia, por isso o total das regiões é de 211 e não 210 **Fonte:** ARAÚJO, 1842, p. 157-165.